UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA

**Vivência de homens autores de violência contra a
mulher em Grupo Reflexivo: memórias e
significados presentes**

Tales Furtado Mistura

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Linha de pesquisa: Saúde, Ciclos de vida e Condições Sociais

Orientadora: Prof^a Dr^a Augusta Thereza de Alvarenga

São Paulo
2015

Vivência de homens autores de violência contra a mulher em Grupo Reflexivo: memórias e significados presentes

Tales Furtado Mistura

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Linha de pesquisa: Saúde, Ciclos de vida e Condições Sociais

Orientadora: Prof^a Dr^a Augusta Thereza de Alvarenga

São Paulo

2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da tese.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Professora Augusta, não somente pelas dezenas de horas despendidas, seja nos finais de semana ou feriados, para a realização desse trabalho, mas acima de tudo pelo aprendizado adquirido em toda essa intensa experiência que pude vivenciar. Tenha certeza que farei ótimo uso de tudo o que aprendi. Nada foi em vão. Muito obrigado!

Às professoras, membros titulares da banca examinadora, Cristiane Cabral e Márcia Couto, pelas valiosas contribuições e pelo direcionamento que puderam me oferecer para aprimorar a finalização desse trabalho.

À Gisele Franco Arrunátegui, membro suplente da banca examinadora, que gentilmente se dispôs a uma leitura atenta no processo de pré-banca, oferecendo-me grandes contribuições para a finalização desse trabalho.

Muito devo agradecer a meus pais, que sempre me apoiaram e serviram de exemplo durante todo esse processo da pós-graduação (aliás, muito antes dele se iniciar!). Pessoas que eu sempre soube que pude e poderei contar em toda e qualquer circunstância de minha vida.

Agradeço, igualmente, a meu irmão, que apesar da distância geográfica, agora na longínqua Londres, concretizando sonhos com muito mérito, sempre foi a pessoa que mais esteve a meu lado, ao longo de minha vida, crescendo juntos, nos desenvolvendo juntos, criando e descobrindo o mundo juntos.

Quero agradecer, acima de tudo, a Paula Prates, pessoa muito especial, que me acolheu não somente profissionalmente, direcionando-me para esta trajetória acadêmica, mas, sobretudo, por toda a confiança mútua que sempre existiu entre nós, como grande amiga e confidente, desde o princípio.

Não posso deixar de agradecer, de maneira especial, a Leandro Andrade e Sérgio Barbosa. Amigos, referências, grandes profissionais e espero que colegas de trabalho por muito mais tempo! Não somente eu, mas creio que a sociedade deveria

igualmente agradece-los pelo preciso trabalho que vem militantemente realizando nos grupos reflexivos, para homens autores de violência contra a mulher.

Agradeço ao Coletivo Feminista pelo acolhimento sem restrições nas várias atividades profissionais que nele realizo.

Agradeço aos homens que passaram pelo Grupo Reflexivo, assim como os sujeitos de minha pesquisa, que, muito contribuíram para minhas reflexões e foram minhas grandes motivações para a realização desse trabalho.

Às colegas Patrícia Lhacer e Paula Silveira, pela inestimável colaboração que me deram nos diferentes momentos de realização desse trabalho.

Aos colegas e amigos da FSP-USP com quem pude aprender e compartilhar experiências.

Finalmente, agradeço à CAPES, pelo auxílio financeiro que me possibilitou dedicação exclusiva aos meus estudos de pós-graduação, para a realização dessa Dissertação de Mestrado.

MISTURA, T. F. **Vivência de homens autores de violência contra a mulher em grupo reflexivo**: memórias e significados presentes. [Dissertação de Mestrado]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2015.

RESUMO

Introdução: A violência contra a mulher tem se apresentado como relevante problema social e de saúde pública, ganhando expressão global na sociedade contemporânea que aponta para sua complexidade e desafios. No Brasil, a promulgação da Lei Maria da Penha (11.340/2006) representa conquista do movimento das mulheres e avanço na busca de tratamento da questão. Dentre os desafios à implementação da Lei a participação em Grupos Reflexivos tem se apresentado, a título de experiência, como estratégia de encaminhamento jurídico aos homens denunciados como autores de violência, que optam voluntariamente pela participação nos mesmos como indicativo de possível atenuação da pena caso, como réu, seja condenado. **Objetivo:** Em termos gerais, o presente trabalho se propõe a refletir sobre as contribuições relatadas pelos sujeitos da pesquisa à participação dos mesmos em um Grupo Reflexivo e os significados atribuídos pelos mesmos à essa vivência para suas relações afetivo-conjugais e desconstrução de estereótipos de gênero. **Método:** A pesquisa foi de natureza qualitativa, na perspectiva da história oral do tipo temática. Foram realizadas entrevistas em profundidade, mediante roteiro temático, com sete homens denunciados pela Lei Maria da Penha, que participaram de Grupo Reflexivo realizado na cidade de São Paulo. As falas foram transcritas e interpretadas à luz da literatura sobre violência, gênero e masculinidades, buscando-se uma aproximação à denominada análise de discursos, que contempla a ideia do lugar social de onde se fala. **Resultados e Discussão:** Na chegada ao grupo os homens relatam sentimento de estranhamento e não pertencimento por não se identificarem como autores de violência, pela conotação social atribuída a tal expressão: a de agressores ou criminosos. Pela característica aberta e de fluxo contínuo do Grupo Reflexivo, que leva a um acolhimento de discursos diferenciados por parte de todos os membros do grupo, e não somente dos coordenadores/ facilitadores, a partir do segundo encontro nossos entrevistados passam a identificá-lo como rico espaço de interlocução e a atribuir sentido às suas participações no mesmo. Foram identificadas mudanças em relação às suas concepções acerca da violência contra a mulher, inicialmente atribuída somente a agressões físicas graves, assim como novos posicionamentos frente aos conflitos afetivo-conjugais e de gênero. Antes naturalizados, tais conflitos passaram a ser entendidos como marcadores da ocorrência de violência em potencial e risco de denúncia. Daí todos os homens investigados, independentemente de sua categoria sócio-profissional e nível de escolaridade, mencionarem como grande contribuição da participação no grupo a identificação de estratégias pessoais para se prevenirem dessa ordem de conflitos com as mesmas ou com novas companheiras. Nessas estratégias delineia-se, em seus discursos, a busca de flexibilização e

(re)significação dos relacionamentos. **Considerações Finais:** A presente pesquisa permite evidenciar a grande contribuição que os grupos reflexivos podem propiciar à desconstrução dos estereótipos de gênero e da masculinidade hegemônica, em nossa sociedade, por possibilitar aos homens novo entendimento acerca do significado da Lei Maria da Penha e da sua importância no combate à prática da violência contra as mulheres. Para maior alcance social e jurídico de tais grupos é sugerido o aprofundamento de alguns temas identificados como cruciais e destacada a relevância de que tais grupos possuam lugar definido na aplicação da Lei e estejam oficialmente inscritos na política pública de combate à violência contra a mulher.

Palavras-chave: Lei Maria da Penha; violência contra a mulher; homens autores de violência; masculinidades; gênero

MISTURA, T. F. **Vivência de homens autores de violência contra a mulher em grupo reflexivo**: memórias e significados presentes/ Experience of women violence perpetrators in a Reflexive Group: memory and present meaning. [DISSERTATION]. São Paulo (BR): Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2015

ABSTRACT

Introduction: Women violence, a relevant social and Public Health problem, has gained global expression in contemporary society with its complexity and challenges. In Brazil, the passing of the bill Lei Maria da Penha (11.340/2006) represents an achievement of the women movement and an advance in search for solution. Among the challenges legal of the implementation of the law reflexive groups has been attempted as a strategy of referral of men reported as violence perpetrators who volunteer to participate in search for sentence mitigation in case of conviction.

Objectives: The present work aims at reflecting on the contribution reported by the study participants as members of the reflexive group and the meanings generated by the experience towards their affective marital relations along with the gender stereotype deconstruction.

Method: This is a qualitative research study from a thematic oral story perspective with seven men reported as violence perpetrators under the Lei Maria da Penha participating in the Reflexive Group in the city of São Paulo. In depth thematic scripted interviews were carried out. Statements were transcribed and interpreted in the light of violence, gender and masculinities literature, in consonance with discourse analysis, that contemplates the idea of the social locus of discourse terrain.

Results and Discussion: On arrival the group of men refers strangeness and mismatch for not perceiving themselves as violence perpetrators given the social connotation of the label assaulter and criminal. Given the openness and continuous flow present in the reflexive groups there is acceptance of different discourses, not restrictive to coordinators, but also of those generated by all members of the group. Thus the interviewees perceive the group as of the second meeting as a rich space of interlocution and see meaningfulness in their participation. Change was identified in their concepts of women violence at first attributed to solely to severe physical assault alongside with new attitude concerning gender and affective marital conflicts. Originally seen as natural, such conflicts are then perceived as markers of potential violence occurrence and report risk. Hence, irrespective of socio-professional category and schooling level, all studied men refer the participation in the group as significant contributor to the identification of personal strategies for prevention of such kind of conflict both with the present or new partners. Their discourse displays such strategies in the search of flexibility and re signification of relationships.

Conclusion: The present study brings into focus the marked contribution of reflexive Groups towards the deconstruction of gender stereotypes and hegemonic masculinity in our society. It enables men to exercise novel understanding of the meaning of Lei Maria da Penha and its importance in the combat against women violence. This work also puts in evidence that the broadening

of the social and juridical scope of Reflection Groups demands both the deepening of a few themes identified as crucial. It highlights the clear relevance of such groups for the enforcement of the law and the need for its official inclusion in the public policy of combat against women violence.

Key terms: Lei Maria da Penha, women violence, perpetrator, masculinities, gender.

INTERESSE PELO TEMA

Em 2009, enquanto ainda era graduando de Psicologia na PUC-SP, ingressei em um estágio na Casa Eliane de Grammont, um centro de referência para mulheres em situação de violência doméstica da Prefeitura de São Paulo. Neste espaço, eu realizava atendimentos supervisionados individuais e em grupos para essas mulheres. Foi assim que comecei meu trabalho e meus estudos relativos à violência de gênero. Muito devo a este local, que me ofereceu base técnica e teórica para a minha profissão, além de uma vasta experiência de vida. Formei-me após dois anos e fui indicado por profissionais da Casa Eliane de Grammont para trabalhar na ONG Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, instituição na qual permaneço desde 2011, e onde realizo, juntamente com a equipe responsável, grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher.

O interessante desse meu percurso é que tive a oportunidade de estar dos dois lados. Num primeiro momento, eu acolhia o sofrimento incessante e desesperado das mulheres, a vulnerabilidade e a fragilidade extremas, narrativas por elas mesmas colocadas. O sofrimento era vívido, presente em todas as esferas de suas vidas. Lágrimas corriam vertiginosamente. Meu sentimento de impotência era grande, pois lidar com um ser aparentemente com tão pouco poder de ação era e é muito angustiante. Muitas vezes meu trabalho se resumia a acolher o sofrimento e as angústias das mulheres e, com o tempo, tentar fazer com que elas se vissem como sujeitos capazes de fazer suas próprias escolhas e de sustentarem seu próprio desejo. Naquele momento, meu sentimento para com os homens era de raiva e de inconformismo. Julgava-os cruéis e perversos, totalmente "contaminado" por todo o sofrimento que convivi. Desconsiderava suas histórias pessoais e a formação machista que tiveram (não que isso seja justificativa para a violência!). Em suma, entendo hoje como minha visão acerca da violência de gênero era parcial, o que muito veio a se ampliar com o trabalho que passei a realizar com os homens.

O trabalho que realizo com os homens, correspondente ao meu segundo momento, apesar deste ser previsto pela Lei Maria da Penha (11.340/2006) é, ainda, muito escasso em cenário nacional. Na cidade de São Paulo o único trabalho com homens que adota a abordagem de gênero e das masculinidades como estratégia

de discussão é o realizado pela ONG já mencionada e, vale ressaltar, trata-se de uma atividade não remunerada. Os homens que são atendidos pela mesma, são encaminhados por medida judicial e tem que frequentar ao menos dezesseis encontros, com duração de duas horas cada, duas horas que muito se multiplicam pela ressonância e alcance que os encontros exercem sobre eles, segundo seus próprios relatos. Não foram poucas as vezes que encerramos com dificuldade as discussões no Grupo Reflexivo, de tão dinâmica que estavam tais discussões, pelo sentido e significado que as mesmas traziam para a vida daqueles homens.

Minhas impressões da vivência com os homens são muito diferentes. O homem sofre em silêncio. Os "rios de lágrimas" derramados pelas mulheres contrapõem-se ao deserto dos olhos dos homens. Os espaços de vivência e de sociabilidade dos mesmos não permitem que eles falem sobre si mesmos. Seja no jogo de futebol, ou no bar com os amigos, o homem não traz à tona seus problemas e, quando traz, recebe conselhos não muito "produtivos", normalmente incentivando o machismo e a violência. O homem vitimiza, mas também é vitimizado. Porém não é muito comum ver um homem com um discurso passivo, fragilizado, mas sim com um discurso agressivo e hostil. A impressão colhida de minha própria vivência é que quanto mais violento for o seu discurso, mais defensiva é sua posição e mais frágil ele se encontra. Eles temem serem "menos homens" se exibirem um discurso "sofrido". Afinal, desde pequenos aprenderam que "chorar é coisa de mulher".

Historicamente, as mulheres sempre estiveram (e ainda estão!) em desvantagem social, porém, o universo feminino propicia ambientes e situações mais acolhedoras para elas. A mulher tem mais oportunidade para conversar, desabafar, chorar e elaborar suas angústias. Vantagens estas do feminino.

São universos muito diferentes e incompatíveis para serem trabalhados por um só profissional. Acredito que, inclusive por eu ser homem e sentir o que representa o peso da masculinidade nesse atual contexto histórico, posso contribuir para a luta contra a violência de gênero, tendo em vista meu trabalho de coordenação desses grupos. Isto porque, assim como as mulheres muito lutaram para conquistar seus direitos, os homens encontram-se em um momento histórico dos quais é exigido (re)posicionamentos frente às novas e às antigas demandas sociais, frente às novas relações de gênero.

A partir de 2010, o 1º Juizado de Violência Doméstica e Intrafamiliar passou a encaminhar ao Coletivo Feminista homens que já haviam sido presos, com penas que iam de um até nove meses de reclusão. Esses homens traziam conteúdos da vivência de sua experiência em cadeia, tais como inconformismo e revolta. Portanto, não somente a experiência de violência doméstica contra a mulher, que ocorrera antes da condenação era foco e pauta de discussão no grupo, mas também a vivência em cadeia, fato que passou a apontar ainda mais para a relevância dos grupos reflexivos. Essa experiência muito me marcou, pois vi de perto as implicações das medidas punitivas tradicionalmente adotadas por nosso sistema jurídico. Sendo assim, minha ideia inicial era a de ter esses homens como objeto de estudo, para assim contribuir para a discussão sobre a efetividade das medidas alternativas de enfrentamento à violência.

Porém, a equipe da ONG viu a necessidade, principalmente a partir da tese do doutorado de Paula Licursi Prates "A pena que vale a pena: alcances e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher", defendida em 2013, que houvesse um estudo específico com os homens após sua passagem pelo grupo, para ser observado se o conteúdo abordado e as experiências vividas em grupo permaneceram, se ainda são valorizados e se houve uma mudança nos padrões de comportamento dos mesmos, em termos das relações de gênero, notadamente da violência de gênero. Portanto, minha proposta passou a ser a de pesquisar homens que frequentaram o Grupo Reflexivo, por um período de ao menos um ano antes de serem entrevistados, pois, assim, os mesmos teriam tempo de vivência após a experiência em grupo e teriam condições de nos oferecer alguns conteúdos significativos acerca do vivido nesse período, que nos possibilitaria uma análise em termos do alcance e limitações do próprio trabalho do Grupo Reflexivo, que a partir de 2009 passou a ser oferecido pelo Coletivo Feminista, como um grupo aberto, de fluxo contínuo, capaz de se adequar ao tipo de demanda e de encaminhamento feito pelo referido Juizado, que periodicamente realiza mega-audiências para o encaminhamento dos homens, cuja opção pela participação, é voluntária.

Espero que esta pesquisa possa contribuir, de alguma maneira, para o fortalecimento das políticas públicas voltadas tanto ao homem quanto à mulher, no que diz respeito à questão da violência de gênero e que assim surjam, nem que

sejam aos poucos, pequenos oásis dentro da imensidão do deserto dos olhos masculinos, que não encontram canais legítimos para expressão de suas próprias angústias.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.1 HOMENS, MULHERES, VIOLÊNCIA E LEI MARIA DA PENHA: SOBRE A JUDICIARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO.....	16
1.2 GÊNERO, MASCULINIDADES E VIOLÊNCIA	19
1.2.1 Gênero	19
1.2.2 Masculinidades	26
1.2.3. Violência.....	30
1.3 O INTERMÉDIO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO: O PAPEL/ SIGNIFICADO DOS GRUPOS REFLEXIVOS.....	31
2. PRESSUPOSTO E OBJETIVOS	40
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	42
3.1 NATUREZA DA PESQUISA.....	43
3.2 SOBRE A SELEÇÃO DOS SUJEITOS	44
3.3 SOBRE O TRABALHO DE CAMPO	46
3.4 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS.....	48
3.5 ASPECTOS ÉTICOS	49
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	50
4.1 SOBRE OS SUJEITOS DA PESQUISA.....	53
4.2 CHEGADA AO GRUPO E PROCESSO DE INSERÇÃO.....	60
4.3 SOBRE O DESDOBRAMENTO DO CASO NA JUSTIÇA E REAÇÃO À DENÚNCIA	71
4.4 MOTIVOS DA DENÚNCIA, HISTÓRICO E FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	86
4.5 SOBRE A LEI MARIA DA PENHA	106
4.6 BENEFÍCIOS RECEBIDOS E IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDA À PARTICIPAÇÃO NO GRUPO REFLEXIVO	118
4.7 NOVAS MANEIRAS DE ENFRENTAR OS CONFLITOS DE GÊNERO EM RELAÇÃO ÀS MULHERES	137

4.8 PERCEPÇÃO DA CONDIÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE	160
4.9 MENSAGENS AOS OUTROS HOMENS.....	170
5. DAS REFLEXÕES GERAIS À ABERTURA DE QUESTÕES.....	186
6. REFERÊNCIAS.....	220
7. ANEXOS	225

1. INTRODUÇÃO

1.1 HOMENS, MULHERES, VIOLÊNCIA E LEI MARIA DA PENHA: SOBRE A JUDICIARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO

Historicamente, a forma de conceber homens e mulheres na cultura ocidental foi marcada por diferenças e desigualdades tanto conceituais quanto sociais e políticas. Nesse percurso, as mulheres foram submetidas à opressão social e a um processo de medicalização de seu corpo e sexualidade. Em reação, o movimento feminista protestou contra tal submissão e, no intuito de construir uma concepção crítica do feminino, lançou mão da abordagem de gênero como categoria capaz de abranger as características que as concepções de sexo não davam conta (PINHEIRO E COUTO, 2008).

No Brasil, as organizações coletivas e individuais dos movimentos feministas interrogaram as formas de organização social, cultural, ao realizar denúncias das consequências que são geradas pela desigualdade entre homens e mulheres, apontando as demandas de políticas públicas de prevenção e enfrentamento da violência contra mulheres. Principalmente a partir dos últimos trinta anos surgiram paulatinamente, resultados das conquistas feministas no Brasil. A Lei Maria da Penha, legislação específica para violência doméstica e familiar contra as mulheres, foi resultado de décadas de lutas pelos direitos e construções de formas de pensar em que os pactos entre os estados e nações, de que o país participou, desempenharam papel importante (AQUINO, 2009).

O surgimento da referida Lei, de número 11.340/06, representa um importante marco histórico e político do processo de reconhecimento dos direitos das mulheres como parte dos direitos humanos. Isso porque, anteriormente os textos sobre direitos humanos traziam a recomendação de que não houvesse interferência no lar e na família. Assim, somente com a retirada de tal recomendação, puderam ser criados os pactos/convenções ou legislações específicas sobre a violência doméstica e familiar contra mulheres (SCHRAIBER, 2005).

Na Constituição Federal Brasileira de 1988, as mulheres ganham igualdade de direitos (artigo 5º). Além disso, aparece pela primeira vez a violência familiar e doméstica no parágrafo 8º do artigo 226, em que o estado fica responsável por dar assistência para cada membro da família, em caso de violência.

Em 1985, após muitas atuações e lutas dos movimentos feministas, foram criadas no Brasil as Delegacias de Defesa da Mulher, com o objetivo de atender adequadamente à demanda de mulheres vítimas de violência, além de funcionar "como política social de luta contra a impunidade" (RIFIOTIS, 2004).

Com o objetivo de "ampliar o acesso da população à Justiça, promover o rápido ressarcimento da vítima e acelerar as decisões penais, desafogando o Judiciário" (DEBERT; OLIVEIRA, 2007), promulga-se no Brasil, em 1995, a Lei 9.099. Essa lei utiliza-se do modelo conciliatório, em casos considerados de "menor complexidade" ou em casos criminais de "infrações penais de menor potencial ofensivo". O modelo conciliatório consiste na despenalização do acusado aplicando formas alternativas de pena (sem privação de liberdade aos autores da infração). Tal lei não é específica para casos de violência contra mulheres, abrange diversas outras situações também consideradas de leve impacto jurídico (briga de vizinhos, alugueis atrasados, brigas de trânsito). A impunidade dos "agressores" era frequente, maquiada por "penas alternativas", como multas ou cestas básicas.

Debates sobre a Lei 9.099/95 no decorrer dos anos posteriores à sua implantação levaram a concluir que o aparente "pequeno potencial ofensivo" relativo à violência contra a mulher levou a mesma a se fechar com medo de que sua queixa tivesse pouco valor para as instituições policiais e judiciárias, como ocorria antes da existência dos SOS Mulher¹ e das Delegacias especializadas. Passou-se a discutir a necessidade de uma legislação específica sobre a violência doméstica contra as mulheres, que contemplasse todas as suas particularidades e dimensões, o que só ocorreu com a promulgação da Lei 11.340/06, mais conhecida por Lei Maria da Penha.

Em 2006, a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) surge com inovações no que diz respeito à violência contra a mulher. Representou um marco para o avanço das políticas relativas aos direitos humanos, sexuais e reprodutivos das mulheres, levando em consideração a concepção de gênero para compreendê-la.

Esta Lei criou mecanismos para coibir a violência doméstica e intrafamiliar contra as mulheres. A Lei prevê medidas integradas de prevenção à violência contra a mulher, dispõe sobre a assistência e o atendimento policial dirigido à mulher, cria

¹ O objetivo do SOS Mulher era construir um espaço de atendimento às mulheres vítimas de violência, além de ser um espaço de reflexão e mudanças das condições de vida destas mulheres

medidas protetivas de urgência e Juizados de Violência, garantindo o direito à assistência judiciária e equipe multidisciplinar de apoio aos Juizados e às mulheres.

Entretanto, até hoje, há quase nove anos em vigor, esta Lei ainda não está completamente implementada, apesar de inscrever-se no âmbito de um amplo debate nacional e internacional, relativo a progressivas conquistas no campo dos direitos das mulheres.

Uma das questões impostas pela Lei, ainda não implementada, refere-se às medidas de reeducação do agressor. Com o objetivo de encontrar mecanismos para encerrar o ciclo da violência doméstica, que se dá geralmente de forma continuada, a Lei permite que o juiz determine o comparecimento obrigatório² do agressor a programas de recuperação e reeducação (art. 45).

Para tanto, como prevê a lei, a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios deverão estruturar seus serviços para criar e promover centros de educação e de reabilitação para os agressores (art. 35, V).

As medidas de reeducação dos homens autores de violência ainda são escassas no cenário brasileiro. Porém a ideia de criação de serviços de responsabilização aos homens autores de violência vem crescendo, ganhando força, visibilidade e expectativas e caminha, ao que tudo indica, para constituir-se em uma Política Pública.

² Embora esteja escrito "determinasse" na lei, na prática os encaminhamentos ocorrem por recomendação

1.2 GÊNERO, MASCULINIDADES E VIOLÊNCIA

1.2.1 Gênero

A discussão sobre as diferenças sexuais é antiga, mas, ainda assim, o questionamento a respeito do tema continua fazendo parte do cenário atual. A busca do saber sobre quais as semelhanças entre homens e mulheres, sob quais aspectos eles se diferenciam, se os mesmos se completam ou se encontram em polaridades extremas, é tema que até hoje tem propiciado extensa literatura.

Thomas Laqueur (2001) remonta de maneira magistral as concepções ocidentais de sexo e gênero em seu livro "Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud". Durante milhares de anos acreditou-se que as mulheres tinham a mesma genitália do que os homens, porém interna. Galeno, no século II d.C., desenvolveu o mais poderoso modelo da identidade estrutural dos órgãos reprodutivos. Ele demonstrava detalhadamente que as mulheres eram essencialmente homens, nos quais uma falta de calor vital - de perfeição - resultara na retenção interna da genitália. Assim, a vagina era vista como um pênis interno, lábios como prepúcio, útero como escroto e ovários como testículos.

Na obra "O banquete" de Platão (1989), essa lógica é bem exemplificada. Durante o banquete realizado, discute-se sobre Eros (amor) e muito é dito acerca da relação entre os erastas e os erômenos. Erômenos eram adolescentes do sexo masculino envolvidos em uma relação amorosa com os erastas, homens mais velhos geralmente aristocratas. Essa era considerada a relação de amor mais digna e sublime possível, pois, a mulher era considerada um ser inferior, tais como os escravos e estrangeiros.

Essa visão de "sexo único" perdurou até o século XVIII. A linguagem marca essa visão da diferença sexual. Por dois milênios o ovário não tinha nome específico, ele passou a ser considerado essencialmente feminino somente no século XIX. Antes usava-se a mesma palavra que se referia aos testículos.

Assim, vários autores (Thomas Laqueur menciona Michel Foucault, Igor Illich e Lawrence Stone) concordam que, no final do século XVIII, um novo modelo de

dimorfismo sexual, de divergência biológica deu lugar a uma metafísica de hierarquia, na representação da mulher com relação ao homem, isto tendo em vista que antes o objetivo e a causa final era o homem. É a partir desse século XVIII que passaram a considerar as diferenças anatômicas. Assim, o eixo estabelecido entre homens e mulheres, até então verticalizado e hierárquico, torna-se como polos opostos, incomensuráveis. A visão dominante do século XVIII era que há dois sexos estáveis, incomensuráveis e opostos, e que a vida social, política, econômica e cultural eram, de certa forma, baseados nesses "fatos".

Num complexo e inconcluso processo, iniciado há séculos, as mulheres têm sido submetidas a condições de dependência, subordinação, exclusão e discriminação, tanto na vida cotidiana e nas crenças sobre sua "natureza inferior", quanto nas leis e na estrutura da organização social (CASÉS, 1999).

A tradição mais antiga do feminismo na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos sustentou-se nos ideais democráticos, liberais e dirigia-se à obtenção de direitos e oportunidades iguais para as mulheres, atingindo seu auge da militância por igualdade de direitos ao voto, no início do século XX.

Nos anos 1970, observa-se grande avanço nessa discussão quando o termo gênero foi cunhado pelas feministas para indicar que a subordinação e opressão das mulheres não estavam baseadas nas diferenças biológicas entre os sexos, que as identidades das mulheres são construções culturais, são variáveis e podem ser transformadas.

Desta forma, conforme Stolcke (2004), no decorrer desta década vários estudos feministas foram desenvolvidos com o intuito de teorizar sobre as origens da subordinação das mulheres como, por exemplo, os estudos de Rosaldo e Lamphère, Beauvoir, Millet e Greer.

Mesmo com enfoques diferentes, todos estes estudos procuraram situar a opressão das mulheres na cultura e na estrutura social, mas muitos acabaram reproduzindo as tendências universalistas e o determinismo biológico que pretendiam superar. Atribuíam a subordinação das mulheres à questão biológica e seu papel na procriação e apontavam que as mulheres tinham um menor valor social nas hierarquias universais das esferas pública/doméstica, cultura/natureza,

produção/reprodução, sem considerar que tais dicotomias não são universais (STOLCKE, 2004).

Posteriormente, os estudos das diferenças e desigualdades de gênero parecem se liberar dos referenciais biológicos ao assumir – notadamente no campo da Antropologia - a concepção de que nem todas as culturas representam da mesma forma a diferença entre os sexos e nem lhe atribuem a mesma importância social.

Scott (1995, p. 11), na década de 1980, partindo da análise das várias concepções relativas a gênero, produzidas até então, propõe uma nova definição de gênero que se apresenta sob dois aspectos. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão entre duas proposições: a de que o “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”, e que o “gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”.

Em seu trabalho, essa autora desdobra em termos analíticos essas duas proposições, conforme descrevemos a seguir, numa aproximação às suas próprias palavras, conforme pode ser observado, a seguir: Scott (1995, p. 11-12)

A respeito da primeira proposição, de que o *gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos*, a mesma implica, segundo essa autora, quatro elementos relacionados entre si:

- 1) A noção de gênero é concebida a partir de símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações múltiplas como símbolo da mulher;

- 2) Tais símbolos são interpretados e transformados em conceitos normativos que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas. Tais conceitos são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e, tipicamente, tomam a forma de uma oposição binária que afirma de forma categórica o sentido do masculino e do feminino. A posição que emerge como dominante é declarada como única possível, produto de um consenso social sem conflitos;

- 3) Assim, o terceiro elemento é mais propositivo e sugere o fim desta noção de fixidade e um investimento na descoberta da natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência eterna na representação binária dos

gêneros. Esse tipo de análise tem que necessariamente incluir uma noção do político, tanto quanto uma referência às instituições e organizações sociais;

4) O quarto aspecto refere-se à identidade subjetiva. A este respeito, Scott (1995) aponta que, apesar de a psicanálise fornecer uma teoria importante para a reprodução de (identidades de) gênero, preocupa a autora sua pretensão universal e pouco histórica. De acordo com a mesma, os historiadores devem examinar as maneiras como as identidades de gênero são realmente construídas e colocar seus achados em relação a toda uma série de atividades, organizações sociais e representações culturais historicamente situadas.

Ressalte-se que nenhum destes quatro elementos operam separadamente, nem simultaneamente. Na verdade, a autora coloca que é uma questão para a pesquisa saber quais são exatamente as relações entre estes quatro aspectos e que este “esboço” do processo de construção das relações de gênero poderia ser utilizado para examinar qualquer outro processo social, tal como raça ou classe.

Já a segunda proposição é que: *gênero é uma forma primeira de dar significado às relações de poder*, ou, dito de outra forma, gênero é um campo primeiro por meio do qual o poder é articulado. Aqui, a autora utiliza-se da noção foucaultiana de poder, entendido como constelações dispersas de relações desiguais discursivamente constituídas em “campos de força”³.

Segundo a autora, gênero não é o único campo no qual o poder é articulado, mas ele parece ter constituído um meio persistente e recorrente de tornar eficaz o significado do poder no ocidente, nas tradições judaica-cristãs e islâmicas. Além disso, os conceitos de poder, mesmo que reforcem o gênero, nem sempre dizem respeito a ele.

Finalmente, a autora entende que o conceito de gênero, estabelecido como um conjunto de referências, estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social. Na medida em que essas referências estabelecem distribuições de poder (um controle ou acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos), o gênero torna-se implicado na concepção e na construção do poder (SCOTT, 1995). Além disso, nas ligações entre gênero e poder, frequentemente, a

³ Joan Scott remete-se nesta passagem à obra de Michel Foucault “A História da sexualidade”, Vol I, “A vontade de saber”, 1976.

ênfase colocada sobre o gênero não é explícita, mas constitui uma dimensão decisiva da organização, da igualdade e da desigualdade. As estruturas hierárquicas baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e o feminino.

Assim, na interpretação da concepção de gênero trazida por Scott (1995), é preciso reconhecer que “homem” e “mulher” são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não têm nenhum significado definitivo e transcendente; transbordantes porque mesmo quando parecem fixadas, elas contêm ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas.

No trabalho de Scott (1995) encontra-se presente, portanto, a importância da historicização de gênero, na medida em que a mesma não fixa um sentido universal para as categorias ou para as suas inter-relações e abre perspectivas para o entendimento das subjetividades dos sujeitos. Esta abordagem permite compreender a cultura como mutável, aberta e propícia à produção de diferenças, da pluralidade das identidades sociais.

Nos anos 1990, Judith Butler, influenciada por Foucault, inverte a relação entre sexo/gênero. Do anti-essencialismo feminista e da teoria da prática, essa autora propõe a denominada teoria performativa – que contribui para desafiar a noção estática da identidade de gênero.

Em primeiro lugar, Butler (2003) critica a defesa da ideia de um “sujeito do feminismo universal”, no sentido de as mulheres serem uma categoria única sem diversidades e pluralidades. Compreende que a criação e manutenção de uma categoria única têm como objetivo fortalecer as reivindicações deste grupo no plano político, mas essa autora sugere que esta estratégia é, na verdade, uma armadilha que acaba contribuindo para a opressão das mulheres, que é o que se deseja combater.

Isto porque, neste processo de homogeneização das diferenças, a especificidade dos sujeitos é descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça e outros eixos de relações de poder, os quais constituem a “identidade”.

Nesse sentido, Butler propõe uma política feminista que tome a variabilidade da construção da identidade como um pré-requisito metodológico e normativo, bem como um objetivo político.

A autora aponta que a sociedade articulou de forma compulsória as noções de sexo/gênero/desejo, partindo do princípio da existência *a priori* e natural de dois sexos. Assim, o homem teria que apresentar e se identificar com atributos masculinos e, necessariamente, desejar as mulheres sexualmente. Já as mulheres teriam que ser “femininas” e sentir, também necessariamente, atração sexual por homens.

Esta articulação aponta, além da imposição do desejo heterossexual, para a consequente circunscrição da binariedade sexual e para uma suposta binariedade do gênero (de macho/fêmea para masculino/feminino), articulação que para a autora não se justifica. Isto porque, a própria binariedade dos sexos seria uma construção social, como coloca: “Se o caráter do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma” (BUTLER, 2003).

Desta forma, ao colocar que sexo seria gênero, acrescenta que gênero seria a eterna repetição/experimentação de tais atributos masculinos/femininos, prática essa que a autora chamou de “performatividade de gênero”. A performatividade seria um ato de repetição para garantir a estabilidade das identidades dos sujeitos, entretanto os corpos nunca estão completamente dentro da norma. Com isto, busca demonstrar que gênero é um fazer cotidiano, uma construção que nunca está pronta e que todos são “paródias” do masculino e feminino, de modo que não existiria uma identidade fixa, constante e imutável, independente do contexto.

Nesse sentido, as irrupções do diferente podem acontecer durante os possíveis deslocamentos que ocorrem durante as repetições. A própria repetição favorece o deslocamento e aí é que pode surgir o novo, ainda que dentro dos padrões hegemônicos.

Assim, para Butler (2003), gênero seria um efeito discursivo e o sexo um efeito do gênero. As identidades nunca seriam completas, estariam em permanente processo de construção e, por isso, podem ser re-significadas. As análises

convencionais dão ao gênero, segundo a autora, uma falsa estabilidade que não mostram as descontinuidades das práticas e das identidades sexuais.

Ou seja, esta proposição atenta para as ambivalências e multiplicidades que emergem na formação das subjetividades e das práticas e pretende subverter o imperativo do corpo sexuado biológico abolindo as dicotomias, pois, a questão central reside muito mais em como as pessoas escolhem e exercem sua sexualidade e como vivem suas identidades sexuais do que no gênero.

Discorrendo sobre a teoria pós-estruturalista, Beiras e Cantera (2014) destacam que o sujeito é sempre entendido como algo temporal, circunstancial. Nesse sentido, para os mesmos autores, os teóricos *queer*, sendo Judith Butler sua principal representante, buscam desconfiar da ideia do sujeito como estável, centrando-se no processo de classificação usado para construir hierarquias. Em resumo, discutem as estratégias utilizadas para normalizar comportamentos, citando Miskosci (2009), destacando que tais teóricos fazem uma crítica a discursos hegemônicos, enfatizando significativamente o processo de "normatização" social.

Segundo Beiras e Cantera (2014), pensando em termos epistemológicos, a teoria *queer* se mostra útil e pertinente para refletir sobre a intervenção com homens autores de violência, por tal perspectiva contrapor a oposição binária, como heterossexual/homossexual, masculino/feminino, colocando, em evidência, a lógica de subordinação e convidando à transgressão de fronteiras, de forma de explorar a ambiguidade e fluidez.

Consideram, esses mesmos autores, que estas são questões importantes para a construção ou para a desconstrução de uma subjetividade masculina, baseada na dominação do feminino, do esquisito, daquilo que está fora do que se entende tradicionalmente que deve ser um homem, gerando, em muitos casos, violências (BEIRAS & CANTERA, 2014).

Finalmente, conforme pode se observar, as questões presentes na discussão de gênero trazida por Scott, assim como na ampliação que dele faz Butler e destaca Beiras e Cantera, notadamente em relação à questão das identidades plurais, ganham interpretação peculiar nos estudos sobre masculinidades, com os quais mantém estreita relação em termos de movimento, considerando, em especial a

importância de se pensar a importância de desconstrução do que se considera o estereótipo de uma masculinidade hegemônica.

1.2.2 Masculinidades

Segundo Couto e Schraiber (2005, p.698), “a categoria gênero emergiu do campo da reflexão feminista que, tendo inicialmente voltado a atenção para o pólo feminino, passa, paulatinamente, com a consolidação teórica da categoria em seu aspecto relacional – relações de poder – e de construto social, a incorporar o pólo masculino em suas investigações. Assim, pesquisas recentes sobre temas, antes considerados sob o ponto de vista da mulher, passam a focalizar a face masculina, ampliando ainda mais a entrada dos homens como objeto de investigações”. Ao adotar o termo gênero, as feministas buscaram enfatizar o caráter relacional e político das definições normativas de feminilidade e masculinidade, conforme pode ser observado em itens anteriores. Ou seja, mulheres e homens, como sujeitos sociais, constituem-se reciprocamente e, portanto, ao invés de analisá-los separadamente, devemos situá-los nas relações sociais e de poder que os constituem.

Os primeiros trabalhos sobre homens e masculinidades que surgiram nos anos 1970 foram influenciados pelas críticas feministas. A maioria dos estudos sobre identidade masculina tinha seu foco na sexualidade (GARCIA, 2006).

Os estudos das masculinidades passam a apresentar nos anos 1990, desenvolvimentos teóricos próprios. Nesta direção, destacam-se os estudos de Kaufman (1995), Nolasco (1997), Connell (1995), Almeida (1996), Cornwall e Lindisfarne (1996). De acordo com Costa (2002), os estudos sobre masculinidades de Kaufman e Nolasco contêm pressupostos mais identitários e essencialistas, ao passo que os estudos de Connell e Almeida, ao lado de outros, têm contribuído para matizar e superar tais pressupostos, aproximando suas análises das formulações de gênero mais modernas, como as de Butler, pois permitem um afastamento da noção de sexo biológico, entre outros aspectos.

Para Costa (2002), Kaufman (1995), em seus estudos sobre masculinidades, procura demonstrar que deter o poder pode ser fonte de dor, isolamento e alienação para os homens. O autor analisa as experiências contraditórias de poder entre os homens, procurando considerar o conceito de gênero e enfatizando as distinções de classe, raça, idade, etc. A teorização considera a distinção entre sexo biológico e gênero socialmente construído e coloca que não existe uma só masculinidade, reconhecendo que existem formas hegemônicas e subordinadas desta.

Na mesma perspectiva, Costa (2002) relaciona a abordagem de Sócrates Nolasco, para o qual a masculinidade encontra-se em crise, e que esta crise é um fenômeno da modernidade. Aponta que a socialização dos homens está pautada no modelo patriarcal que lhes imprime características como “analfabetismo emocional” e despreparo para a intimidade, o que também contribuiria para o uso da violência como recurso possível para lidar com conflitos nos relacionamentos.

Connell (1995) desenvolveu um referencial para o estudo das masculinidades a partir de uma divisão entre padrão de masculinidade hegemônica e as masculinidades marginalizadas, subordinadas e cúmplices. Para a autora⁴, a masculinidade hegemônica seria uma forma culturalmente idealizada de caráter masculino. E, sendo gênero relacional, a hegemonia masculina seria formada em relação às feminilidades subordinadas e masculinidades marginalizadas, sendo, neste sentido, entendida como um padrão de práticas que possibilitou a dominação dessas últimas masculinidades e das mulheres. Vale sinalizar que a ideia de uma hierarquia dentro das masculinidades cresceu diretamente a partir das experiências com o preconceito frente aos homens homossexuais dos homens heterossexuais.

Segundo Connell e Messerschmidt (2013), o conceito de masculinidade hegemônica influenciou consideravelmente o pensamento atual sobre homens, gênero e hierarquia social. Tal conceito, formulado há mais de duas décadas, tem a origem, por um lado, em relatórios de um estudo de campo sobre desigualdade social nas escolas australianas, em uma discussão conceitual relacionada à construção das masculinidades e à experiência dos corpos dos homens, e por outro, em um debate sobre o papel dos homens na política sindical australiana.

⁴ Muito embora no referido texto Connell apresenta-se como Robert, neste projeto a referimo-nos como "autora", por hoje chamar-se Raewyn Connell.

Connell enfatiza que a masculinidade hegemônica não tem um caráter fixo, igual em qualquer tempo ou lugar. É uma masculinidade que ocupa a posição hegemônica em um dado padrão de relações de gênero, sendo uma posição sempre contestável. A masculinidade hegemônica não diz respeito a um estilo de vida, mas a configurações que formam as relações de gênero em uma dada sociedade. Novos grupos podem desafiar antigas soluções e construir nova hegemonia. Provavelmente apenas uma minoria dos homens adote a masculinidade hegemônica em um sentido estatístico, mas mesmo assim esta é normativa, pois incorpora a forma mais honrada de ser homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens. Mas mesmo apesar da não rigorosidade da prática do padrão hegemônico, a maioria dos homens usufrui dessa hegemonia, pois se beneficia do dividendo patriarcal da subordinação geral das mulheres (CONNELL, 1995), sendo caracterizada esta como masculinidade cúmplice.

Em artigo posterior às suas primeiras publicações, Connell completa o que fora dito até então:

“... as masculinidades hegemônicas podem ser construídas de forma que não correspondam verdadeiramente à vida de nenhum homem real. Mesmo assim esses modelos expressam, em vários sentidos, ideais, fantasias e desejos muito difundidos. Eles oferecem modelos de relações de gênero. Ademais, eles se articulam livremente com a constituição prática das masculinidades como formas de viver as circunstâncias locais cotidianas. Na medida em que fazem isso, contribuem para a nova hegemonia na ordem de gênero societal” (CONNELL e MESSERCHMIDT, 2013).

Almeida (1996), que também se utiliza do conceito de masculinidade hegemônica, coloca que a mesma implica um discurso que atribui aos homens privilégio potencial de dominação e de ascendência social. Seria um fenômeno do nível discursivo e do discurso enquanto prática e que constituiria um campo de disputa de valores morais, em que a distância entre o que se diz e o que se faz é grande. Assim, a masculinidade hegemônica seria um elemento central de uma ordem de gênero específica na qual define a inferioridade do feminino e das masculinidades subordinadas. Tal autor corrobora as afirmações de Connell, pois acredita que a masculinidade hegemônica é um modelo cultural ideal, e que por isso não é alcançado por nenhum homem, mas, no entanto não deixa de exercer poder

controlador sobre homens e mulheres. Almeida (1996) entende que a masculinidade hegemônica é um consenso vivido e que as masculinidades subordinadas existem na medida em que estão contidas dentro da hegemonia. Não são versões excluídas desta, existem potencialmente dentro deste modelo ideal de masculinidade. É em nível da negociação quotidiana, das interações carregadas de poder, das reformulações das narrativas de vida, que o gênero como processo e prática pode ser apreendido.

Masculinidade e feminilidade não são sobreponíveis, respectivamente, a homens e mulheres: são metáforas de poder e de capacidade de ação. Se assim não fosse, não seria possível se falar em várias masculinidades e nem nas transformações de gênero. A relação entre feminino e masculino é uma relação assimétrica, desigual, o que se trata de uma forma de ascendência social que se reproduz na base de um processo de naturalização. O corpo é o lugar investido simbolicamente para confirmar esta ontologia (ALMEIDA, 1996).

Já Cornwall e Lidsfarne (1996) enfatizam a não exclusividade da existência de somente uma masculinidade hegemônica em uma mesma sociedade. Afirmam que existem vários modelos de masculinidade hegemônica que competem entre si e que produzem várias masculinidades subordinadas. Em contextos diferentes, distintas masculinidades hegemônicas são impostas, enfatizando certos atributos e negando outros.

Diante dessa pluralidade de perspectivas, a asserção de Costa parece-nos apontar, acerca do emprego do conceito de masculinidade hegemônica:

"o conceito de masculinidade hegemônica pode ser útil aos estudos sobre masculinidades em determinadas sociedades, desde que não seja tomado como fixo, universal, auto-explicativo, identitário, o que colocaria o conceito em uma camisa de força pouco produtiva. Falar em masculinidade hegemônica seria também se referir à luta pela posição hegemônica, o que implica considerá-la como um padrão orientador exposto a disputas de poder" (COSTA, 2002).

Sendo assim, Costa (2002) considera que os estudos sobre masculinidades não devem constituir-se em um campo específico, mas fazer parte dos estudos de gênero como relacional, situacional, pois isto possibilitaria acessar a todas as mediações que existem entre os pólos homem/mulher – masculino/feminino e,

dentro de cada um deles, o que possibilitará que as categorias de gênero, ao invés de fixas, sejam fluidas, a exemplo do que observa-se nas reflexões de Butler antes apresentadas.

1.2.3 Violência

Kimmel e Kaufman (1995) corroboram as informações de Nolasco já mencionadas. Entendem que existe uma crise na masculinidade contemporânea, e esta tem origens nas transformações globais econômicas e geopolíticas que se abateram inicialmente sobre os Estados Unidos desde o século XX. Tais reestruturações promoveram uma reformulação nas definições tradicionais da masculinidade, sobretudo as que se referiam ao controle masculino sobre o mercado de trabalho e as posições dos homens brancos nesse contexto. O avanço dos movimentos feministas e gays nos anos 1960, associados ao movimento dos direitos civis, também contribuíram para uma desestabilização na visão dominante de que a arena pública e o mercado de trabalho eram de exclusivo controle daquele grupo. Para esses mesmos autores, a crise nos papéis masculinos pode ser explicada pelo afastamento da maioria dos homens do padrão original percebido e legitimado como socialmente hegemônico.

Medrado e Lyra (2003) colocam que para compreender a violência de homens contra as mulheres, a partir da perspectiva de gênero, é preciso incluir análises sobre os processos de socialização masculinas e os significados de ser homem em nossa sociedade, na qual são educados para reprimir suas emoções, sendo a agressividade, incluindo a violência física, formas geralmente aceitas como marcas ou provas de masculinidade.

Para Schraiber *et al* (2005), mantém-se alta conexão entre ser agressor e ser homem pela alta frequência que isso ocorre. Em outras palavras, seria melhor dizer que há grande conexão entre ser homem e apresentar comportamento violento. Essa maneira de entender a violência faz parte da identidade masculina. Os homens em nossa sociedade tem a masculinidade hegemônica como referência; portanto, valores tais como força, virilidade, responsabilidade, ser provedor material e moral

de casa estão ancorados nesta maneira de ser homem. A tensão entre o que se é e o que se pretende ser pode gerar violência nas relações entre os homens e entre os homens e as mulheres. O distanciamento do modelo dominante faz o homem sentir-se ameaçado em seu poder por apresentar características femininas, tidas como de menor valor social.

Portanto, o recurso à violência não seria simplesmente um elemento constitutivo da relação afetivo-conjugal. Sua emergência responderia à necessidade masculina de re-colocar elementos associados à honra, autoridade e poder na relação quando esta é questionada ou está em crise. Para o homem, a violência seria uma possibilidade de resposta à demanda de desempenho de seu papel social. Neste sentido, ser violento é ser "homem" (SCHRAIBER *et al*, 2005).

1.3 O INTERMÉDIO DA JUSTIÇA NAS RELAÇÕES DE GÊNERO: O PAPEL/SIGNIFICADO DOS GRUPOS REFLEXIVOS.

Trabalhar com pessoas envolvidas em situações de violência, principalmente ao se abordar a perspectiva do autor de agressão, exige do profissional uma investigação atenta tanto à intencionalidade e motivação do ato praticado, quanto ao dano consequente do ato, além de averiguar qual a percepção que o autor tem do resultado dessa violência, e se, de fato, o autor vê sua ação como violenta (LIMA, 2004). Uma compreensão adequada da situação de violência deve levar em conta os significados em torno dessa temática que são prevalentes no grupo cultural de referência dos envolvidos. O trabalho com autores de agressão tem algumas características diferentes do atendimento comumente realizado, visto que esses casos geralmente são indicações ou mesmo obrigações impostas a eles, desconsiderando a instância do desejo que é importante para o atendimento.

Sobre as intervenções direcionadas à prevenção e atenção da violência, Saffioti (2004) aponta:

"As pessoas envolvidas na relação violenta devem ter o desejo de mudar. É por esta razão que não se acredita numa mudança radical de uma relação violenta, quando se trabalha exclusivamente com a vítima, sofrendo esta algumas mudanças, enquanto a outra parte permanece sempre o que foi. Mantendo seu *habitus*, a relação pode, inclusive, tornar-se ainda mais violenta. Todos percebem que a vítima precisa de ajuda, mas poucos vêem esta necessidade no agressor. As duas partes precisam de auxílio para promover uma verdadeira transformação da relação violenta (p.68)."

Visto só recentemente que homens, como sujeitos implicados nas relações violentas, passam a merecer considerações não apenas enquanto agressores, o pólo masculino da violência doméstica contra as mulheres passa a ganhar destaque quando as experiências de ações políticas apontam que o trabalho com as mulheres em situação de violência necessita da inclusão dos homens, nas propostas de intervenção que visam a barrar o ciclo da violência entre os parceiros (COUTO E SCHRAIBER, 2005).

Há de se pensar que o homem incorreu em um ato agressivo, mas esses eventos não devem configurar a marca, o rótulo de agressor como identidade, assim diria Goffman (1982), como identidade deteriorada. Sendo assim, na proposta de trabalho com homens utiliza-se a expressão *homens autores de violência contra a mulher*, em lugar de homens agressores. Tal expressão não determina que esses homens sejam apenas agressores, mas que também são pessoas que vivem em sociedade, acreditando que este homem pode ser capaz de rever sua visão de mundo, seus comportamentos e assim engendrar um processo de mudança para o qual necessita de apoio, sem eximi-lo, no entanto, de uma responsabilização como autor do delito.

De acordo com Lima (2008), o momento propício para este debate no Brasil pode ser ilustrado pelos seguintes acontecimentos: 1) Intenção do Governo Federal de instituir a Política Nacional de Atenção à Saúde do Homem; 2) A promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006, que tem gerado visibilidade nunca antes vista para a temática da violência contra a mulher e para os homens autores dessa violência; 3) Promulgação da Lei 11.489/07, que instituiu o dia 06 de dezembro como o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

Nos últimos anos, ao redor do mundo, alguns projetos e ações começaram a ser implementados tendo como objetivo a diminuição da violência de homens contra mulheres, refletindo o reconhecimento da necessidade destes tipos de atuação.

A partir de meados dos anos 1990, o desenvolvimento de políticas, programas, projetos e ações envolvendo homens e relações de gênero vêm se tornando importante também no continente latino-americano (MARQUES, 2007).

Em 2003, a OMS lançou o relatório (“Intervening with Perpetrators of Intimate Partner Violence: a Global Perspective”) como a primeira tentativa de identificar e descrever programas educativos e terapêuticos para homens autores de violência contra as mulheres. A maioria destes programas apresentava como elemento principal desta violência a diferença de poder entre homens e mulheres e, como orientação teórica, as perspectivas feminista e de gênero.

Termos como reabilitação, recuperação, tratamento, reeducação, educação são recorrentemente encontrados nos documentos que propõem o estabelecimento de centros para o trabalho com os homens autores de violência. Vale sinalizar que a criação de tais centros representa um avanço pela possibilidade de alternativas ao modelo punitivo prisional que apresenta.

Segundo Beiras e Cantera (2014, p.30), em dezembro de 2009, houve em Berlim, o 1º Encontro Anual Europeu da Rede para o Trabalho com Autores de Violência Doméstica. O objetivo desse encontro era promover o diálogo entre as instituições europeias governamentais e não governamentais de diversos países, que trabalham com homens autores de violência contra mulheres, para promover um intercâmbio de experiências de instituições de diversos países, como Dinamarca, Reino Unido, Espanha, França, Polônia, Itália, entre outros. Desse encontro europeu, apesar da diversidade de propostas e metodologias dos diferentes programas, o que se destacou foi o forte marco teórico-clínico. Os facilitadores(as) eram marcadamente psicólogos(as) clínicos(os) e, em sua maioria, com perspectivas cognitivo-comportamentais.

Beiras e Cantera (2014) citam a pesquisa feita por Toneli *et al* (2010), que buscou conhecer as experiências pioneiras mais significativas de intervenção com homens autores de violência na América Latina. Em tal pesquisa, foram visitadas instituições no Peru, Argentina, Brasil, Nicarágua, Honduras e México. O resultado de tal estudo demonstrou a existência de experiências, em sua maioria em organizações não governamentais, principalmente em um formato psicoeducativo e a perspectiva feminista estava significativamente presente em muitas das experiências. Beiras (2012) afirma que tal aspecto mostra-se muito diferenciado do

contexto europeu, onde há um predomínio de intervenções realizadas por psicólogos, em uma perspectiva cognitiva, patologizante, psicologizante, individualizante e com poucos elementos de um feminismo contemporâneo, crítico e político.

Organizações não governamentais brasileiras, que atuam ou já atuaram com o público masculino, tais como o Instituto PAPAI em Recife, Instituto Promundo e Instituto Noos, do Rio de Janeiro, Ecos: Comunicação em Sexualidade e a atualmente extinta Pró-Mulher, Família e Cidadania de São Paulo⁵, destacam resultados positivos de ações que incorporam a abordagem de gênero e de masculinidades a homens, de todas as idades, em ações voltadas à saúde.

No que se refere aos programas que atuam com homens autores de violência contra as mulheres, no Brasil, tem-se conhecimento das organizações não governamentais como o Instituto Albam de Belo Horizonte/MG, o ISER – Instituto de Estudos da Religião, o Instituto NOOS do Rio de Janeiro, e a ONG Pró-Mulher⁶, Família e Cidadania, de São Paulo, os dois últimos pioneiros nestas atividades.

No estado de São Paulo, até o ano de 2008, São Caetano do Sul era a única cidade de São Paulo na qual o Juiz determinava a participação de homens autores de violência em grupos reflexivos como medida judicial. No entanto, como até aquele ano a cidade ainda não dispunha de juizado especializado da região, nem de serviço de responsabilização para os homens, o grupo ocorria por encaminhamento do juiz criminal local. Desta forma, os grupos ocorriam em escolas públicas e os profissionais responsáveis pela condução dos mesmos o faziam voluntariamente, devido à sua experiência, engajamento e militância na causa. Nessa época, o Juiz em conjunto com os profissionais que conduziam os grupos, analisava o tipo de crime cometido, sua gravidade, reincidência, entre outros aspectos, para então decidir quais homens seriam encaminhados aos referidos grupos e quais iriam receber outras penas. Esta experiência infelizmente foi interrompida devido a mudanças políticas ocorridas na região (PRATES, 2013).

Em 2009, a mesma equipe, agora participantes do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, de São Paulo, assumiu o compromisso de viabilizar o serviço

⁵ <http://institutopapai.blogspot.com.br/> <http://promundo.org.br/> <http://www.noos.org.br/portal/index.php> <http://agenciafulana.com.br/jobs/ecos2/>

⁶ <http://www.compromissoeatitude.org.br/tag/instituto-albam/> <http://www.iser.org.br/website/>

de responsabilização para homens autores de violência, conforme previsto na Lei Maria da Penha, ou seja, de comparecimento dos homens aos grupos por determinação do Juizado de Violência Doméstica e Intrafamiliar.

Foi elaborado, pela referida equipe, um projeto piloto, entregue em abril de 2009 à Defensoria Pública do Estado de São Paulo/NUDEM para a viabilização destes grupos, através de um convênio em parceria com a Defensoria, ONG e o 1º Juizado de Violência Doméstica e Intrafamiliar da Comarca de São Paulo, na época o único juizado de cidade especializado em violência contra a mulher e que já atendia casos previstos pela Lei Maria da Penha da região central da capital, no Fórum da Barra Funda.

O projeto foi elaborado de acordo com as “Recomendações Gerais e Diretrizes da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal para a implementação dos serviços de responsabilização e educação dos agressores” (anexo 1). De acordo com tais diretrizes, o objetivo deste tipo de intervenção é o acompanhamento das penas e decisões proferidas pelo juízo competente no que tange ao agressor. O serviço - que tem um caráter de participação de obrigatório - é de natureza pedagógica e não tem um caráter assistencial ou de “tratamento” (seja psicológico, social ou jurídico) do agressor.

A perspectiva que orienta o trabalho é a de se discutir a violência contextualizada sócio-historicamente, em interação e em determinadas circunstâncias. Esta proposta vai de encontro às ideologias do patriarcal, no sentido de compreender que a violência é legitimada e incentivada culturalmente. Esta perspectiva exclui a busca da explicação da violência em prévia patologia individual, tipologia ou psicopatia. Encerra assim, como fundamental, oferecer um espaço de discussão e reflexão aos homens autores de violência.

A partir de 2009, do ponto de vista jurídico, a participação dos homens nos grupos reflexivos ofereciam a "suspensão condicional do processo", processo no qual o acusado recebe um benefício da lei, onde não há continuidade do processo criminal em troca do comparecimento aos grupos. Eram aceitos somente homens autores de crimes "leves" perante a lei, tais como ameaça e lesão corporal leve e, sendo estes também, réus primários. Porém, em 2010, a suspensão condicional do processo foi considerada inconstitucional e, desde então, os encaminhamentos para o Grupo Reflexivo ocorrem por recomendação. É realizada uma "mega-audiência"

com um grande número de homens, ocasião em que é apresentada aos mesmos a referida proposta. Na ocasião, o defensor público do réu ou juíza da vara criminal da Barra Funda, a quem compete os respectivos processos, explica que a participação nos grupos reflexivos pode ou não ser um atenuante da pena caso o réu seja condenado. Sendo assim, os acusados decidem se querem ou não participar do referido grupo visando a obter um possível atenuante jurídico e/ou um ganho pessoal pela oportunidade de reflexão e elaboração do(s) episódio(s) de violência e das questões relativas ao gênero vivenciadas.

Esta primeira experiência em São Paulo, realizada em 2009 no Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, foi documentada pela equipe de trabalho e objeto de tese de doutorado de Prates intitulada “A pena que vale a pena: alcances e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher” (2013) na qual, através da análise dos discursos dos homens participantes dos grupos, a autora pode observar uma abertura de visão de mundo e a flexibilização de noções rígidas de masculinidade hegemônica - que levam à prática da violência - propiciadas pela vivência grupal, assim como a (re)visão das condições da mulher em termos de igualdade e de equidade de gênero, em nossa sociedade.

A proposta de tal Grupo Reflexivo é um modelo inovador e alternativo, que se contrapõe e se diferencia dos modelos punitivos tradicionalmente adotados pela Justiça, que tem se mostrado ineficientes no que diz respeito a uma resposta eficaz em relação à violência contra a prática da violência contra a mulher no Brasil, tendo em vista que as taxas de feminicídios nunca foram tão elevadas na história do país.

Andrade (2014) discute, em artigo sobre o tema, as diretrizes do trabalho realizado com homens autores de agressão contra a mulher, pela equipe do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. Sobre as características e proposta dessa modalidade de grupo ele afirma o seguinte:

“O grupo para homens autores de violência contra a mulher é um modelo de investigação grupal que deve ter por objetivo provocar a desconstrução e a mudança dos padrões naturalizados de gênero, violência de gênero e de masculinidade hegemônica. Nesses grupos, espera-se, por um lado, destacar e desconstruir a ideologia patriarcal/machista e, por outro, apresentar e possibilitar a construção individual e coletiva de processos de socialização que têm como referência a equidade de gênero e a formação de novas masculinidades.” (ANDRADE, 2014, p. 181)

Para melhor caracterizar a proposta acima mencionada apresentamos, a seguir, alguns pressupostos e diretrizes elencados e desenvolvidos por Andrade (2014) a respeito do Grupo Reflexivo, que apontam para as possibilidades, alcances e limites da mesma:

- *Os homens não são agressores*: Andrade (2014, p. 182) emprega a expressão "homens autores de violência contra a mulher", abandonando, assim, o termo "agressor", por considerar o peso do estigma que representa o mesmo, como pudemos discutir em item anterior;
- *Não é recuperação ou reabilitação*: Andrade (2014, p. 183) afirma que a equipe do Coletivo Feminista não concorda com o prefixo "re", assim como com o que afirma a Lei Maria da Penha quando coloca, no artigo 35 inciso V, que "a união, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover [...] centros de educação e de *reabilitação* para os agressores". Assim, como também não concorda com o que consta no artigo 45, onde se afirma: "o comparecimento obrigatório do agressor a programas de *recuperação* e *reeducação*". Segundo o mesmo autor, no prefixo "re", a ideia embutida é a de que já existiu um momento em que o homem foi, em algum momento de sua socialização, apto a se relacionar em igualdade com as mulheres, o que é criticado pela mesma equipe do Coletivo Feminista, pois, considera que a desigualdade de gênero aparece presente em todas as esferas da socialização;
- *Não é doença*: o machismo e a violência não constam no CID - Classificação Internacional de Doenças -, muito embora, em vários trabalhos, tal patologização esteja presente. Para Andrade (2014, p. 184), deve-se questionar essa postura uma vez que a mesma dificulta a desconstrução da dimensão histórica o que leva à manutenção da ordem hierarquizada que impõem a violência como mecanismo de dominação;
- *Não é autoajuda*: Segundo Andrade (2014, p. 185), a mensagem de autoajuda demarca a concepção do indivíduo independente, isolado e capaz

de superar sozinho suas limitações, independente das suas condições estruturais e determinações sócio-históricas. A perspectiva de autoajuda não permite historicizar a violência, mas a individualiza com tendência a naturalizá-la;

- *Não nascemos homens*: Andrade (2014, p. 185) afirma que a violência de gênero é a expressão da contradição de um sistema de sociedade que, por um lado, estabeleceu e naturalizou os homens, pelas relações de trabalho e pela apropriação dos espaços políticos e públicos, como chefes de família, provedores e superiores às mulheres. Por outro lado, esse mesmo sistema convive com a impossibilidade da manutenção ideológica deste modelo com base nas mudanças que vem a ocorrer nas últimas décadas: a entrada das mulheres no mercado de trabalho, a precarização das relações de trabalho, dentre outros fatores que enfraquecem a posição do homem como único provedor e referência da família. A violência de gênero, permite expressar tais contradições da agonia do sistema patriarcal. Com base nessas constatações, esse mesmo autor considera que as ações no grupo devem ter como meta trazer os homens, autores de agressão, para o cenário do reconhecimento de suas limitações e fraquezas que o atual contexto os impõem, desconstruindo a ideia de essência masculina e da fantasia de que o mundo masculino tudo lhes traria;
- *Não à detenção*: Segundo Andrade (2014, p. 186), no modelo punitivo, que, vale dizer, caracteriza o nosso sistema jurídico - no qual a Lei Maria da Penha está inscrita -, existe como diretriz predominante a repressão e a contenção e não a quebra de paradigmas, com a possível construção de novas referências das relações sociais por meio da educação, como o Grupo Reflexivo propõe. O mesmo autor ainda afirma que se verifica, nos homens que passaram pelo sistema prisional, a necessidade de um trabalho posterior de reorganização social e psíquica muito mais aprofundada e complexa, muitas vezes indo além do alcance da proposta do Grupo Reflexivo.
- *Trabalho exclusivo em grupo*: Andrade (2014, p. 188) afirma que no grupo é possível ao homem se perceber como sujeito sócio-histórico e reconhecer as

diversas formas de determinação social, principalmente pelo reconhecimento e questionamento dos seus valores nos demais homens participantes do grupo. As abordagens individuais tendem a ser modelos patologizantes, baseando-se muito mais no "auto-controle" do que na desconstrução e resignificação das determinações sociais.

- *Exclusivo de homens*: Segundo Andrade (2014, p. 188), a proposta do Grupo Reflexivo é concentrar esforços na busca de transparência e identificação dos homens acerca das questões que norteiam os comportamentos violentos. Ao criar-se um espaço de homens com homens o pressuposto básico é o de que se cria um contexto propício para um rápido vínculo e aceleração do processo de reflexão. E, acima de tudo esse tipo de Grupo Reflexivo masculino tem um caráter político. Isto porque, da mesma forma que o movimento de mulheres, de homossexuais e de negros necessitaram e, ainda, em alguns contextos necessitam da construção de uma identidade coletiva, enquanto segmento social, a ideia presente é a de que grupos de homens precisa ser construído com bases na identificação e no questionamento do modelo patriarcal entre homens, em um contexto de reconhecimento e compartilhamento coletivo aberto para sinceras manifestações em todos os sentidos.

Além de tais pressupostos e diretrizes mencionados, Andrade (2014) reitera o perfil dos homens participantes que seriam, a princípio, homens autores de crimes "leves" perante à Lei, como ameaça ou agressão física leve, homens que não apresentam quadro psiquiátrico grave ou alguma questão da saúde mental, sem acompanhamento médico, assim como homens que apresentem questões referentes ao alcoolismo e a drogadição. Tais restrições se aplicam para não comprometer a dinâmica grupal. O número máximo de participantes do grupo é de quinze homens, num total de dezesseis encontros, sendo os mesmos semanais, com duração de duas horas.

2. PRESSUPOSTOS E OBJETIVOS

Partindo do pressuposto de que a participação de homens autores de violência contra mulheres em Grupos Reflexivos contribui para a desconstrução de estereótipos de gênero e da masculinidade hegemônica que norteiam suas ações, possibilitando-lhes ressignificar a prática da violência contra as mulheres, assim como as próprias relações conjugais de gênero, definimos, como objetivos, para o presente trabalho:

1. Caracterizar o processo de inserção dos homens no Grupo Reflexivo, o significado atribuído à denúncia e à sua indicação para participação no Grupo Reflexivo;
2. Identificar concepções acerca da Lei Maria da Penha e do processo de judicialização da vida conjugal;
3. Identificar marcadores e processos de desconstrução de estereótipos de gênero e da masculinidade hegemônica presentes nos discursos proferidos;
4. Identificar concepções acerca da violência contra a mulher e posicionamentos frente aos conflitos de gênero após a participação no Grupo Reflexivo;
5. Refletir sobre os relatos acerca dos benefícios recebidos pela participação no Grupo Reflexivo e os significados atribuídos pelos mesmos a essa vivência, para a sua vida presente.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 NATUREZA DA PESQUISA

Dada a natureza de investigação, a pesquisa se caracteriza como do tipo qualitativa, por centrar-se nas narrativas dos homens autores de violência contra a mulher, que passaram pelo processo de dezesseis encontros em Grupo Reflexivo, para assim compreender suas concepções, ideias e comportamentos acerca de gênero e violência.

Azevedo (2013, p.131), citando Houle, afirma que as pesquisas versando sobre narrativas são uma modalidade de pesquisa qualitativa que, em uma perspectiva biográfica, tem como base relatos, histórias de vida, assim como histórias profissionais.

Segundo Minayo (2008), o método qualitativo se caracteriza por ser o indicado para aplicação no estudo da história, das relações, das representações, das percepções, opiniões, em suma, de como os seres humanos pensam, sentem e tecem proferimentos. As abordagens qualitativas se conformam melhor à investigação de indivíduos, grupos e segmentos delimitados e focalizados de histórias sociais, pela ótica dos atores, de relações e para a análise de discursos e documentos. Para essa mesma autora, a natureza da pesquisa qualitativa possibilita-nos, portanto, incorporar a questão do significado e da intencionalidade dos sujeitos investigados como inerente aos atos, às relações e às estruturas sociais sendo, essas últimas, tomadas tanto no seu advento, quanto na sua transformação, como construções humanas significativas (MINAYO, 2008).

O método qualitativo possibilita, assim, na perspectiva de uma pesquisa social, uma compreensão aprofundada de fenômenos sociais apoiados no pressuposto da grande relevância no aspecto subjetivo da ação social face à configuração das estruturas sociais, subjetividade essa passível de dar conta quer de fenômenos complexos, quer de fenômenos específicos (HAGUETTE, 1987).

3.2 SOBRE A SELEÇÃO DOS SUJEITOS

No presente estudo foram entrevistados sete homens que participaram do Grupo Reflexivo, desenvolvido pela ONG Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. Trata-se de um único grupo, aberto, com fluxo contínuo, que vem sendo desenvolvido pela referida ONG desde 2009, que recebe homens autuados pela Lei Maria da Penha, encaminhados pelo Juizado de Violência Doméstica e Familiar da Barra Funda. Para esses homens, a decisão em participar desse grupo é livre, podendo, segundo informação que recebem da juíza, terem uma possível atenuação da pena, caso sejam condenados. É considerado participação no grupo a frequência contínua a dezesseis encontros semanais, com duração de duas horas.

A seleção dos sete homens entrevistados obedeceu ao critério de tempo de finalização da participação no grupo, ou seja, um mínimo de um ano ao máximo de três anos, daí nossos entrevistados terem participado dos exigidos dezesseis encontros no período de 2011 à 2013. A escolha dos mesmos foi através de uma lista de registro da citada ONG, onde se dispunha de endereço e telefones atualizados. Foram contatados dez homens, que preenchiam tais critérios, sendo que com três eles tivemos dificuldades de agendamento, daí foram descartadas as entrevistas dos mesmos após três remarcações. As alegações para pedidos de remarcação foram relativas à incompatibilidade de horários de trabalho, quer do homem contatado do entrevistador.

Vale considerar os seguintes critérios que balizam a inclusão de homens nessa modalidade de grupo, segundo Andrade (2014): homens autores de violência leve (lesão corporal leve, ameaça) e réus primários; não serem portadores de transtornos psiquiátricos ou dependentes de substâncias psicoativas. Muito embora os critérios para a participação do Grupo Reflexivo sejam bem definidos, observou-se que, na prática, existe certa dificuldade para que todos os homens obedeçam rigorosamente tais critérios, provavelmente por dificuldades dos profissionais que os encaminham e/ou por não ter tempo hábil para ter acesso a um histórico criminal dos mesmos. No entanto, vale considerar que a maioria dos participantes cumprem tais requisitos para a participação do grupo, daí se observar alguns poucos homens com histórico de crimes, assim como de problemas de alcoolismo.

As idades dos sete homens participantes da pesquisa variavam entre trinta e um e cinquenta e sete anos no momento da entrevista. Suas respectivas rendas eram de mil e setecentos reais até quarenta mil reais e a escolaridade era de ensino médio incompleto até ensino superior completo.

Os temas trabalhados nos encontros, abordados de maneira aberta e livre, foram:

- Lei Maria da Penha;
- Violência de Gênero;
- Direitos Humanos;
- Masculinidades e socialização masculina;
- Paternidade;
- Sexualidade;
- DST/Aids;
- Trabalho;
- Família;
- Relações Interpessoais;
- Temas pertinentes que surgiram espontaneamente nos grupos.

Nos encontros foram utilizadas estratégias como dinâmicas de grupo, vídeos e rodas de conversa para tratar dos tópicos citados acima. Os grupos foram conduzidos pelo psicólogo Leandro Feitosa Andrade e pelo filósofo Sérgio Flávio Barbosa e contaram com o apoio do pesquisador, autor desse estudo. Os encontros não tiveram um modelo sequencial, ocorreram por módulos temáticos, mas atendendo acima de tudo a demanda espontânea dos homens presentes nos grupos.

3.3 SOBRE O TRABALHO DE CAMPO

As entrevistas foram realizadas pelo próprio pesquisador, no período de junho a julho de 2014, com um tempo médio de uma hora e meia.

Das sete entrevistas realizadas, cinco ocorreram nos respectivos locais de trabalho dos homens, uma na residência de um entrevistado e outra na sede da ONG Coletivo Feminista Sexualidade de Saúde.

Os relatos dos sujeitos foram obtidos por entrevistas realizadas com base em um formulário semi-estruturado (anexo 2), para o registro dos dados sócio-demográficos dos sujeitos pesquisados e um roteiro temático (anexo 3), baseado na técnica de depoimentos (QUEIROZ, 1988), tendo em vista a pesquisa em profundidade. Com este último instrumento buscamos conhecer e compreender, dentre outros aspectos, como os homens "lidam", atualmente, com as questões relativas a gênero e violência, ou em termos de comportamentos ou de concepções, quais sejam: como veem os papéis de sua masculinidade nas relações interpessoais de gênero, sua condição de ex-denunciado de violência contra a mulher, saídas buscadas para o enfrentamento de conflitos de gênero, assim como possíveis reincidências nos últimos quatro anos.

Na entrevista, os homens foram convidados a falar livremente sobre um conjunto de temas com base nas perguntas propostas por nós, no entanto, foi resguardada a liberdade de introduzirem questões relacionadas em suas narrativas. As entrevistas foram registradas por gravador digital, mediante autorização prévia dos entrevistados.

A seguir, apresentamos, no quadro 1, os dados sócio demográficos dos sujeitos da pesquisa.

Quadro 1: Dados sóciodemográficos dos sujeitos da pesquisa

Nome	Edson	João	Igor	Sandro	Paulo	Romário	Lúcio
Idade	31	32	51	57	43	48	52
Escolaridade	Médio Incompleto	Médio Completo	Médio Completo	Superior Completo	Médio Completo	Superior Completo	Superior Incompleto
Profissão	Garçom	Zelador	Comerciante	Administrador	Ex-policia l militar - segurança	Empresário	Comerciante
Renda	\$1800	\$2000	\$4000	\$10000	\$1700	\$40000	\$5000
Rel. com a denunciante	Separado	União estável	Casado	Divorciado	Divorciado	Divorciado	Separado
Situação conjugal	Solteiro	União estável	Casado	União estável	União estável	Divorciado	Solteiro
Número de filhos	3	3	2	2	7	2	4

3.4 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

As entrevistas gravadas, realizadas com base em roteiro temático, foram transcritas por profissionais especializados e revisadas pelo pesquisador.

Em relação ao processo de tratamento das falas transcritas, primeiramente foi feita uma leitura do tipo "flutuante" de todo material empírico, ou seja, das diferentes entrevistas, procurando identificar palavras-chave (simples ou compostas), ou mesmo expressões que pudessem caracterizar, a primeira vista, proximidades ou não nas falas dos entrevistados em relação à abordagem do tema ou problema sob investigação (MINAYO, 2008).

Após identificar as referidas palavras-chave ou expressões, foram observadas as relações a serem estabelecidas entre estas, tendo em vista definir categorias específicas que, por sua vez, foram articuladas em do tipo geral ou temática, de maior amplitude e grau de abstração, tendo em vista a interpretação dos relatos dos homens.

Para a interpretação das narrativas ou discursos, foi utilizada uma aproximação à análise de discurso, na perspectiva das Ciências Sociais, com base nas narrativas, tendo em vista contextualizar os sujeitos investigados e identificar de que lugar os mesmos falam, buscando captar sentidos e ideologias contidas em suas falas. Nesse processo, as categorias gerais foram entendidas como núcleos estruturadores dos discursos, ou unidades de significados, considerados como conteúdos significativos ou marcadores de concepções e visões acerca das várias dimensões do tema sob estudo. A ideia presente é que no processo de análise discursiva buscamos, a exemplo do que afirma Haguette (1987), interrogar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção, que podem ser verbais e não verbais, bastando que sua materialidade produza sentidos para interpretação.

3.5 ASPECTOS ÉTICOS

A presente pesquisa foi aprovada pelo COEP - Comitê de Ética e Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – FSP/USP (anexo 4).

Foi apresentado aos entrevistados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo 5), no qual constam os objetivos do trabalho, as garantias e os direitos dos participantes, o qual foi assinado pelos mesmos. No processo de registro de campo foi mantido o sigilo relativo ao nome dos participantes registrando-se, tão somente, os nomes fictícios.

A pesquisa foi aprovada pelo Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, entidade responsável pela realização dos grupos, tendo sido autorizada a sua realização, conforme cópia da declaração de concordância da Carta de Anuência (anexo 6).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A importância do emprego da história oral, recorrendo à figura do narrador, tem sido demonstrada, segundo Lang *et al* (1998), pelos registros da memória ou de rememoração dos fatos para a reconstrução da realidade na medida em que nela se revela o que existe de individual e coletivo. Nesse sentido, podemos entender a relevância da mesma não somente para os estudos históricos, mas igualmente sociológicos, antropológicos, políticos e, notadamente, os interdisciplinares frente à abordagem de fenômenos complexos.

A citação que essas autoras fazem de obra de Michel Pollack, buscando secundar suas afirmações, permitem-nos melhor evidenciar como entendemos, em nosso trabalho, sentido de memória presente no título de nosso trabalho, que atribuímos aos nossos pesquisados, e o sentido sócio-antropológico que as falas dos sujeitos encerram ao falarem, a nosso convite, sobre como lembram e entendem suas vivências no Grupo Reflexivo em virtude da denúncia de violência contra a mulher e o sentido que atribuem à sua vida presente e futura. Abaixo, a citação extraída da obra dessas autoras (Lang *et al*, 1998, p.14-15)

“O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização.

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta nos no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.

Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.”

Pela riqueza que encerram as narrativas de nossos entrevistados, onde a complexidade do tema e problema de investigação apontam para a necessidade de rompimento de fronteiras disciplinares na busca de compreensão da violência e pela importância que tais narrativas adquirem, como estudo descritivo, nesse momento de construção do campo de estudos das masculinidades, que entendemos em necessária interseção com os estudos de gênero, dedicamos esse presente capítulo

ao registro das memórias de nossos sujeitos da pesquisa para que o próprio leitor, defrontado com elas, exerçam sua própria atividade intelectual na rica tarefa da interpretação da realidade da vida e dos seus meandros que a academia busca traduzir em palavras significativas. Nessa perspectiva, a liberdade poética e literária de José Saramago vem ao nosso encontro para melhor explicitarmos o sentido que queremos dar a esse nosso convite ao leitor:

“Ao contrario do que em geral se crê, sentido e significado nunca foram a mesma coisa, o significado fica-se logo por aí, é directo, literal, explícito, fechado em si mesmo, unívoco, por assim dizer; ao passo que o sentido não é capaz de permanecer quieto, fervilha de sentidos segundos, terceiros e quartos, de direcções irradiantes que se vão dividindo e subdividindo em ramos e ramilhos, até se perderem de vista o sentido de cada palavra parece-se com uma estrela quando se põe a projetar marés vivas pelo espaço fora, ventos cósmicos, perturbações magnéticas, aflições”.
(José Saramago, Todos os Nomes)

4.1 SOBRE OS SUJEITOS DA PESQUISA

Edson

Edson, trinta e um anos, ensino médio incompleto, garçom, renda média de mil e oitocentos reais, solteiro, três filhos.

Edson nasceu em São Paulo. Com três anos de idade foi para Pernambuco e voltou para São Paulo com vinte e um anos onde reside até hoje. Teve três filhos (onze, sete e seis anos), com três diferentes mulheres. Dois de seus filhos vivem em Pernambuco e a filha mais nova mora em São Paulo.

Edson sempre trabalhou em bar. Sempre foi garçom, mas em uma ocasião foi dono de bar, experiência essa que acabou por não dar certo. Hoje trabalha e reside na Zona Leste da cidade de São Paulo. O mesmo relata que teve uma boa infância em Pernambuco, mas que na adolescência era bastante “briguento” na escola.

No que diz respeito à denúncia da Lei Maria da Penha, Edson relata que o incidente ocorreu em um baile de forró, onde houve uma crise de ciúmes mútua que culminaria em agressão física. Edson narra que começou a dançar com uma amiga, fato esse que deixou sua ex-mulher enciumada. Sendo assim, a última também chamou um homem para dançar, deixando-o também enciumado. Ambos acabaram discutindo e ele falou que iria embora. Ela não deixou, porque segundo ele, alegou que o carro era dela, pois este encontrava-se em seu nome, apesar de Edson ter pago e ter colocado no nome de sua ex-mulher por estar com nome sujo. Ele disse que então ficaria com o equipamento de som do carro, no qual havia pago cerca de três mil reais. Ele começou a arrancar o equipamento de som a força e ela tentou impedir. Ele relata que puxou com muita força uma peça e acabou por atingir a moça acidentalmente, provocando um corte na testa. Assim, ele foi alvo de pancadas de sua ex-mulher e de sua ex-cunhada. Ele disse que não as agrediu, somente desferiu alguns empurrões em ambas para se defender. Depois de aberto o boletim de ocorrência eles voltaram a se relacionar. Mas após sofrer uma agressão de sua ex-mulher, novamente por ciúmes, relata que decidiu se separar definitivamente.

Edson não sabe se foi condenado ou absolvido. Somente disse que após o término dos dezesseis encontros no grupo nunca mais foi chamado pelo judiciário.

No que diz respeito à sua vida atual após a passagem pelo Grupo Reflexivo, Edson relata encontrar-se bem, em todos os aspectos de sua vida. Em termos afetivo-conjugais, Edson refere tão somente relacionamentos ocasionais e namoro.

João

João, trinta e dois anos, zelador, ensino médio completo, renda de dois mil reais, divorciado, em união estável, três filhos.

João é paraibano, tem dois filhos (onze e sete anos) do primeiro casamento que teve na Paraíba. Afirma ter boa relação com tais filhos e com a mãe deles, sua ex-mulher. Seu outro filho tem quatro anos, fruto da relação com a parceira denunciante, relação esta que se mantém até hoje. O mesmo relata ter tido uma boa infância, apesar de ter presenciado algumas vezes seu pai alcoolizado agredir sua mãe. Seus pais se separaram há cinco anos. João pretende voltar para a Paraíba, local onde toda sua família se encontra, e montar um comércio. Para isso se realizar, João se propôs a guardar dinheiro para por em prática seus planos. Ao longo de sua vida sempre se considerou "briguento" e "marrento".

João relata que sempre teve discussões com sua mulher principalmente nos dias de quarta-feira, dia em que ia assistir jogo de futebol no bar com os amigos. Em uma dessas ocasiões, a discussão culminou em agressão física, motivo de denúncia recebida. Assim foi aberto o boletim de ocorrência. João relata que em outra ocasião, pelo mesmo motivo, já chegou a agredir sua mulher.

Logo após a denúncia eles se separaram. Porém pouco tempo depois voltaram a morar juntos e narra terem dialogado e entrado em acordo. Relata que ele vai assistir aos jogos de quarta sem sua esposa cobrá-lo ou pressioná-lo, mas também diminuiu sua frequência de ida a bares. João relata ter sido absolvido.

No que diz respeito à sua vida atual após a passagem no Grupo Reflexivo, João relata encontrar-se bem, em todos os sentidos. No que diz respeito a sua vida

conjugal, João está com a companheira denunciante e relata estarem bem, atribuindo tal fato aos acordos estabelecidos entre eles.

Romário

Romário, quarenta e oito anos, ensino superior completo, empresário, renda média de quarenta mil reais, divorciado, dois filhos.

Romário tem dois filhos (vinte e quatro e vinte e dois) de seu primeiro casamento. Hoje ele mora sozinho e está solteiro. Romário relata que teve uma boa infância e juventude, apesar de não concordar com as atitudes do pai, que segundo ele, era muito machista e mulherengo, desrespeitando frequentemente a sua mãe. Ainda sofre com a perda de seu terceiro filho, fruto de seu segundo casamento com a parceira denunciante, que veio a falecer em um acidente de carro.

Na ocasião que foi denunciado, Romário estava em seu segundo casamento com uma mulher bem mais jovem que ele, com uma diferença de cerca de vinte anos entre os dois. Em viagem que fizeram pouco antes da denúncia recebida houve um acidente, no qual ocorreu a morte do filho do casal, com aproximadamente um ano de idade. Romário ficou hospitalizado, em coma, em torno de oitenta ou noventa dias.

Romário relata que, após o falecimento de seu filho, sua mulher se distanciou e quis a separação. Ele atribui o acidente como a "gota d'água" para o desfecho da relação, pois, mesmo antes disso, Romário afirma que sua mulher estava bastante mudada, pelas novas oportunidades que estava tendo na vida, como cursar uma faculdade e trabalhar em uma empresa e, nos últimos tempos, já havia dado alguns indícios que estava reavaliando a relação.

Romário não aceitou bem a separação e insistiu para que esta se mantivesse. O mesmo narra que sua ex-esposa abriu um boletim de ocorrência de ameaça contra ele, porém a data da denúncia coincidia com a data em que ele estava fazendo uma cirurgia, sequela devido ao acidente. Romário foi absolvido no processo.

Sobre a sua vida atual, desde a experiência no Grupo Reflexivo até o momento da entrevista, Romário relata estar bem, nos vários aspectos de sua vida. Quanto à vida amorosa, relata ter uma namorada recente, mencionando como lembrança triste tão somente a perda de seu filho, mas afirmando para a busca de superação, uma vez que trata de uma perda que terá que conviver para sempre.

Sandro

Sandro cinquenta e sete anos, ensino superior completo, administrador, renda média de dez mil reais, divorciado, vivendo em união estável, dois filhos.

Sandro tem um filho e uma filha, de respectivos vinte e seis e vinte e três anos. Sua relação com os filhos, segundo o próprio, se mantém boa e estável. Hoje tem uma segunda companheira, com a qual vive junto, relatando estarem bem.

Sandro é sócio de uma empresa de armazenagem e logística de material promocional e está em processo de aposentadoria, em parte porque deseja e, também, em parte porque não vê muito futuro em seus negócios. Ele narra que, conjuntamente com sua ex-mulher, planejavam se aposentar e morar na praia, mas, segundo o mesmo, sua ex-mulher começou a tomar decisões independentes e não dialogadas. Comprou um pet shop, com parte do dinheiro que comprariam uma casa para morar na praia, dificultando assim seus planos.

Sandro estava casado há vinte e cinco anos quando foi indiciado pela Lei Maria da Penha. Ele relata que o fato de sua ex-mulher ter virado evangélica foi um fator determinante para o conflito em que viveram, pois daí surgiram muitas divergências em função de sua nova maneira de pensar.

Foi preso em flagrante. Dormiu três noites na cela da delegacia até pagar a fiança no valor de dez mil reais. Desde então se separaram e não se falam mais. Tiveram, posteriormente, a audiência da separação, que Sandro descreveu como bastante conflituosa, mencionando ter sofrido insultos por parte da mulher. Também descreveu uma ocasião em que sua ex-mulher quebrou parte de seu apartamento na praia. Sandro foi condenado e pretende recorrer.

Em sua vida após passagem pelo Grupo Reflexivo, Sandro relata também estar bem, assim como os demais, em todos os sentidos. Em relação a seu modo de vida atual, ganha destaque o relato de Sandro acerca de seu novo projeto de vida, que inclui não somente a atual companheira, mas igualmente, amigos. Por se encontrar em um novo momento de vida, seja com a nova parceira, ou com o processo de aposentadoria que está vivendo, Sandro parece buscar nova maneira de ver e de se posicionar frente à vida, já que esta está em transição e requer novos parâmetro de lidar com a mesma.

Igor

Igor, cinquenta e um anos, ensino médio completo, comerciante, renda média de quatro mil reais, casado, dois filhos.

Igor reside em um bairro do centro de São Paulo com sua mulher, que o denunciou, relação que tem vinte e nove anos, e com seu filho mais novo, de dezoito anos. O mesmo relata que, ao longo de sua relação conjugal, teve inúmeros conflitos e algumas ocasiões que houve violência, notadamente física, em sua maioria mútua. Já fora denunciado por sua mulher anteriormente, com base na Lei 9.099/95, momento este em que ambos foram parar na delegacia durante uma festa de ano novo. Nesta mesma situação, ele declarou ter sido agredido por sua esposa dentro da delegacia, o que acarretou a detenção temporária da mesma.

Igor narra que desde bastante jovem tem problemas com drogas e álcool. Na ocasião da denúncia, em que foi aberto o boletim de ocorrência com base na Lei Maria da Penha, ele narra que após ter chegado em casa alcoolizado, agrediu sua esposa verbalmente e fisicamente. Disse que um dos motivos que estavam por trás da briga foi o desgaste que estava tendo com sua cunhada, que é tida como "louca" na família e estava morando em seu apartamento.

Depois de ter passado pelo grupo, Igor ainda relata que sofreu agressões por parte de sua mulher, mas conseguiu se prevenir para que não surgisse um confronto mútuo e ocasionasse possivelmente uma outra denúncia. Até o momento da entrevista ainda não havia saído a sentença de Igor. Porém poucos dias após a

realização da entrevista, Igor mandou-me uma mensagem pelo celular dizendo que havia sido condenado.

Sobre a sua vida atual após a passagem no Grupo Reflexivo, Igor narra encontrar-se bem, em geral. No que diz respeito à sua vida conjugal, ele se mantém casado com a parceira denunciante e declara alguma melhora na relação, apesar de dificuldades ocasionais.

Paulo

Paulo, quarenta e três anos, ensino médio completo, ex-policia militar, segurança, renda média de mil e setecentos reais, divorciado, sete filhos.

Paulo nasceu em uma cidade do interior do Paraná, mudando para São Paulo na sua juventude para vir a ser policia militar. Paulo tem sete filhos, três meninas com sua ex-mulher, a denunciante, e mais quatro filhos com sua atual esposa. O mesmo afirma estar em um péssimo momento de vida. Após a denúncia de sua ex-mulher relata que tudo piorou. Na época em que ainda era policia militar, Paulo narra sofreu uma tentativa de latrocínio e acabou alvejando um bandido no pé. Segundo o mesmo, tal bandido tinha contatos e negócios com o delegado responsável pelo caso. Assim foi alegado na ocasião, que Paulo estava com porte de arma raspada e restrita, o que ocasionou sua demissão. Paulo crê que o boletim de ocorrência, com base na Lei Maria da Penha, também contribuíra para sua demissão.

Na ocasião que foi aberta a denúncia que o levou ao Grupo Reflexivo, Paulo narra que uma de suas filhas adolescente, que tem problemas psiquiátricos, entrava em constantes conflitos a mãe. Por conta de tais conflitos, sua ex-mulher a expulsou de casa, obrigando-a a morar com ele. Tal fato foi um dos acontecimentos que teve desdobramentos e muitas situações de discussão, uma delas resultando em agressão mútua, segundo ele, tendo sido motivo da denúncia recebida. Menciona também, como outro possível motivo da denúncia, o fato de ter tido um relacionamento extra conjugal, que resultou em gravidez e fim do relacionamento com sua ex-esposa.

Paulo afirma ter, atualmente, um convívio pacífico com sua ex-companheira, principalmente por causa do cuidado das filhas, mas ele mesmo narra que sua demissão não foi somente prejudicial a ele, mas sim para todos, incluindo as filhas e a ex-mulher, pois agora ele tem menos condições de ajudar financeiramente. Sua fonte de renda se constitui de bicos instáveis, principalmente como segurança. Além disso, Paulo relata que uma de suas filhas tem grave problema psiquiátrico, necessitando de atenção constante e muitos gastos.

Ao ser indagado sobre como se encontra hoje em sua vida, após experiência de Grupo Reflexivo, Paulo relata estar muito mal em sua vida principalmente, em termos profissionais e financeiros. No entanto, afirma estar se dando bem com filhos e sua atual esposa.

Lúcio

Lúcio, cinquenta e dois anos, ensino superior incompleto, comerciante, renda média de cinco mil reais, solteiro, quatro filhos.

Lúcio é paulista, solteiro e nunca se casou, apesar de ter quatro filhos, com quatro diferentes mulheres, com os quais não mantém contato. É dono de um bar em um bairro da região central de São Paulo há dezessete anos e diz ser muito conhecido e popular na região. Relata que seu bairro é em uma região bastante vulnerável, local de tráfico de drogas, prostituição e violência. Se diz "mulherengo" e menciona que sempre manteve relação com várias mulheres, mas nunca com um vínculo afetivo estreito. Já teve passagem pela Justiça, por porte ilegal de arma, por jogo do bicho e chegou a ser denunciado por associação ao tráfico de drogas, porém absolvido nessa última acusação.

No que diz respeito à denúncia da Lei Maria da Penha, Lúcio afirma que tinha uma namorada, namorada essa que foi para a Espanha onde permaneceu por dez anos, segundo o mesmo como garota de programa, por considerar inúmeros boatos que ele ouviu e por "conhecer bem" a mesma. Quando essa namorada voltou, eles mantiveram uma "amizade colorida", como ele denominou a relação.

Lúcio relata que o conflito entre ambos começou por conta de diversos telefonemas que sua ex-namorada recebera, em sua residência, cobrando dívidas do mesmo, pois o telefone constava em seu nome, mas localizado na residência de sua ex-namorada. Depois de muitos desentendimentos à respeito, Lúcio cancelou a linha de telefone. Esse episódio passou a gerar conflitos sucessivos, que culminaram, em dada ocasião, em agressão física e a denúncia recebida. Lúcio foi condenado e pretende recorrer.

Lúcio afirma estar bem com amigos, assim como no trabalho, relatando estar, atualmente, lidando melhor com sua clientela.

4.2 CHEGADA AO GRUPO E PROCESSO DE INSERÇÃO

4.2.1 Chegada ao grupo

Nos relatos sobre a chegada dos homens ao grupo reflexivo, podemos identificar diferentes ordens de sentimentos que vão de vergonha, passando por punição, vitimização, revolta, à perplexidade e, mesmo, estranhamento em relação aos outros participantes do grupo.

Vergonha

Para Edson e João, a vergonha se apresenta como o sentimento que descreve a chegada dos mesmos ao grupo, como podemos abaixo observar:

Ah, tipo assim, no começo você fica com vergonha, tipo, sei lá... Tipo, não obrigação, mas tipo assim, sente, tipo, com vergonha, né? Assim "-Pô meu, eu tô passando por um negócio desse, tá aqui..." No começo foi difícil, né? Mas depois... (Edson, trinta e um anos, ensino médio incompleto, garçom)

No começo eu... **Eu fiquei com vergonha [...]** Porque eu cheguei ali, eu pensei que... Quando cheguei ali, **pensei o que? Eu tô aqui porque, né? Eu bati numa mulher. Eu fiquei pensando "-Pô, será que os caras vão... Será que vão falar, tal?"** Mas, depois, eu vi o que? Que lá não era só eu que tinha sido agressor, né? Então tinha várias pessoas ali. E eu fiquei mais me envergonhava por conta de vocês mesmo [facilitadores], que fazia parte do grupo. (João, trinta e dois anos, ensino médio completo, zelador)

Que eu não sabia qual era o tipo de tratamento que eu ia ter lá dentro, né? Se ia ser acusado ou se eu não ia ser acusado. Não sei que... Mas depois disso aí, comecei a já me relaxar e fiquei bem [...] Eu não sabia como que era o grupo lá dentro, né?[...] **Eu fui, pra juíza, acusado, né? Eu pensei que lá ia ser uma coisa que eles ia me acusar mais ainda. Que no começo até me senti constrangido lá por causa da situação.** (João, trinta e dois anos, ensino médio completo, zelador)

Como podemos observar, para Edson, o sentimento de chegada ao grupo foi relatado como sendo de vergonha, o que parece sinalizar um momento de estranhamento pelo próprio sentimento de não pertencimento ao mesmo, uma vez que, conforme se observa em sua narrativa acerca da descrição da cena da violência, esse nosso entrevistado não se considera ou se reconhece como um “característico” autor de violência contra a mulher, por relatar, reiteradamente, ter reagido à agressões da esposa e cunhada.

Quanto a João, embora manifeste o mesmo sentimento de vergonha na chegada ao grupo, o mesmo parece reconhecer sua condição de autor de violência contra a mulher, passando a significar a vergonha como o receio pelo julgamento por parte do outro, ou seja, da possível “acusação” pelo grupo de seu ato ou comportamento relativo à violência contra a mulher.

Vitimização e individualização do problema

No caso de Sandro, os sentimentos de vitimização e individualização de seu problema ganha expressão conforme relato:

*No começo, como eu te disse, quando eu cheguei ali [no grupo] eu **imaginei que o meu problema fosse o maior do mundo. E eu escutei casos de problemas muito maiores que o meu [...]** Como você se recorda, eu falei pra você, que eu cheguei lá pensando que o meu problema fosse o maior do mundo. O meu problema era um problema.* (Sandro, cinquenta e sete anos, ensino superior completo, administrador)

No relato de Sandro podemos observar que o sentimento de vitimização e individualização aponta para as dificuldades de homens encontrarem, em seus espaços de socialização e sociabilidade, possibilidades de expressão e de elaboração de suas angustias, seus conflitos conjugais, anseios para a solução de problemas, dentre outros. Por outro lado, podemos, igualmente, observar o quanto tal troca de experiências em termos de problemas comuns, como os vivenciados por eles, poderia leva-los à reflexão e elaboração de situações vividas, como aponta seu próprio relato em sua escuta de outros casos, considerados por ele, “maiores” que o seu.

Revolta e desconfiança

O sentido de revolta é manifestado, por Paulo, diante do que considera o imperativo sua participação em um grupo ao qual, no momento da chegada, não atribui nenhum valor, conforme abaixo observamos:

No começo, o começo falei "- Puta, meu. Vou ter que participar dessa merda. Meu, que não sei o que." Meu, foi passando...É. Aí cê começa, cê começa a ver

coisa que eu não sabia. Mesmo tando ali, trabalhando na lei todo dia lá, eu não sabia. Que, pra mim, era, foi interessante [...] No começo foi uns dias. Depois, e outra a gente já chega no primeiro dia numa reunião que a gente não conhece, a gente fica meio, né? Meio, meio cismado. Será que isso daí vai tudo lá pra juíza? Que seja. Que seja. Era até bom que falasse com a juíza, né? (Paulo, quarenta e três anos, ensino médio completo, ex-policia! militar)

No relato de Paulo, muitos sentimentos parecem presentes, tais como o de revolta, desconfiança e, de maneira velada, o de injustiça tendo em vista que em relação aos motivos que levaram à sua denúncia, seus relatos são reiterativos, no sentido de se considerar inocente, frente às agressões que menciona ter sofrido por parte de sua ex-mulher, muito embora, vale adiantar, o mesmo reconhece ter agredido a mesma. Assim, se no início declarou-se “meio cismado” com o grupo, durante o processo de inserção sua percepção é transformada.

Perplexidade e sentimento de estranhamento e distanciamento dos outros membros do grupo

Em relação às falas de Romário e Lúcio, podemos observar não somente o sentimento de perplexidade, mas de estranhamento e de distanciamento do grupo a que apontam, ao que parece, por não se identificarem como homens autores de violência, buscando com isso, minimizarem para si próprios, tal condição.

Eu acho, não sei, que chegar, o que eu vejo maior ponto é tipo assim, que me fez pensar e falar "-Aonde eu cheguei?" A um grupo de pessoas que são consideradas violentas contra mulheres. Então "-Aonde eu vim parar?" Com mandato de prisão, com isso, tal. Então eu falei "-Meu, eu preciso primeiro gostar de mim mesmo e posteriormente aceitar que, às vezes, eu não aceito". (Romário, quarenta e oito anos, ensino superior completo, empresário)

Para Romário, o sentimento não somente de perplexidade, mas de estranhamento manifesta-se, de maneira exemplar, na expressão: "-Aonde eu cheguei? A um grupo de pessoas que são consideradas violentas contra mulheres.

Então - Aonde eu vim parar?", "Com mandato de prisão, com isso, tal." Parece, com essa manifestação, querer distanciar-se de sua condição de homem que foi autuado, pela justiça, como autor de violência contra a mulher.

Foi por opção minha ir pro grupo, né? Isso. Porque a Academia de Polícia, eu acho o local muito repressivo. É ali em Pinheiros, né? Eu achei... Fico, fiquei meio esquisito. Eu falei "-Putá, vou chegar lá, vai ser um negócio chato. Tem que ficar lá uma hora, duas horas..." [...] Vou encontrar com pessoas de baixo nível, sabe? Eu não ia me enquadrar com as pessoas que estariam ali, do modo que eu pensava. [Mas] Era gente de tudo quanto era nível, tanto executivo quanto faxineiro. Pessoas boas, pessoas sofridas. Onde eu peguei muita experiência pelo sofrimento pelo acontecido dessas pessoas, também, né? (Lúcio, cinquenta e dois anos, ensino superior incompleto, comerciante)

Na narrativa de Lúcio, encontra-se, de maneira mais explícita, tanto os sentimentos de perplexidade e estranhamento do grupo, como o de distanciamento, uma vez que o mesmo passa, em seu imaginário, a considerar seus membros como pertencentes a "pessoas de baixo nível", muito embora, ao longo do processo, ele reconheça, na própria fala apresentada, que independentemente da condição social, tratavam-se de "pessoas sofridas", das quais ele auferiu benefícios pelas experiências vividas e compartilhadas.

Punição

Dentre os entrevistados, Igor é o único que não somente passa a relatar o sentimento de chegada ao grupo como uma punição, mas também busca atribuir tal sentimento a todos os demais participantes com os quais interagiu.

O começo [da participação no grupo], que nem eu falei, como eu já citei antes é... Não é preventiva, cê encara como punitivo, né? [...] Você ter que ir. Porque, praticamente falaram, né? "-Quem for vai ser, vai ter regalia. Quem não for..." Então é [...] Você sente como uma punição, não é? [...] O primeiro dia, o primeiro dia que todo mundo que vai, vai revoltado [...] Eu falava: "-Putá que pariu, o que

eu vim fazer nessa merda?" (Igor, cinquenta e um anos, ensino médio completo, comerciante)

Se por um lado, a representação da participação do grupo como punição pode estar presente no imaginário social, vale mencionar que essa categoria foi utilizada somente por dois participantes: Igor e Paulo.

4.2.2 PROCESSO DE INSERÇÃO E VIVÊNCIA NO GRUPO

Processo prazeroso e de espaço de sociabilidade

Depois de relatar que ao chegar no grupo sentiu-se envergonhado, mencionando o começo de participação no grupo ser difícil, Edson assim se pronuncia quanto ao seu processo de inserção e vivência o grupo:

Mas depois quando você conhece os seus amigos lá do grupo, lá, e tal, o professor, você... É bom, assim, você relaxa, você vai caindo na real. Somente, só lembranças boas. Eu gostei, sim [...] Fiz novas amizades, entendeu? Era bom, sim. Eu achava bom. Eu gostava muito assim de... Toda segunda-feira, eu ficava pensando nisso. Que era a minha folga. Eu não abria o bar de segunda-feira. Aí, era bom, sim. Eu gostava, sim. (Edson, trinta e um anos, ensino médio incompleto, garçom)

A identificação progressiva com os demais participantes do grupo, assim como com os facilitadores, é referido por Edson, como vivência de um processo de descontração, assim como de reflexão acerca das questões que envolvem a denúncia de violência recebida por parte de sua ex-mulher.

A despeito das questões tratadas no grupo sobre a violência doméstica buscar, ao que parece, um processo de reflexão tendo em vista a desconstrução da ideia de masculinidade hegemônica nas relações de gênero, o processo vivenciado

por Edson é relatado como prazeroso e como espaço de sociabilidade no qual questões relevantes para reflexão mesclavam-se a momentos de brincadeira, que fazia desse ambiente algo igualmente lúdico, o que parece facilitar o alcance dos objetivos colocados como proposta de trabalho frente a justiça. A fala abaixo ilustra tais considerações:

*Ah, depois, **começava a brincar**. Um falava, sempre um repetia a sua história, né? Nós começava a rir e tal, conversando. Daí, **era bom, sim. Bem animado**. Até era, era até bom quando um ficava ouvindo a conversa do outro e aí **todo mundo começava a rir**, entendeu? (Edson, trinta e um anos, ensino médio incompleto, garçom)*

A despeito do sentimento de perplexidade, estranhamento e distanciamento dos outros membros do grupo no momento da chegada, Lúcio passa, a exemplo de Edson, a considerar o grupo como um *locus* de vivência prazerosa desde o primeiro encontro, conforme relato abaixo:

*Fui sentindo no decorrer dos encontros e **criei uma afinidade a partir do primeiro encontro**. Eu tinha prazer de ir. **Eu tinha prazer de ir**. Era segunda... **Eu ia não contra a vontade**. Porque eu chegava lá uma hora antes. **Eu formei um ponto de encontro com alguns amigos dali do grupo**. (Lúcio, cinquenta e dois anos, ensino superior incompleto, comerciante)*

O bar como *locus* de extensão de reflexão do grupo apresenta-se, de maneira característica, no discurso de Lúcio, apontando para a vivência no grupo reflexivo como espaço de sociabilidade.

A vivência no grupo reflexivo, como espaço de sociabilidade, apresenta-se, assim, de maneira característica no discurso de Lúcio quando o mesmo aponta o bar como *locus* de extensão de reunião com os considerados “amigos dali do grupo”, conforme narrativas de diálogo abaixo:

Eu ficava ali na esquina tomando minha cervejinha, esperando o pessoal chegar. Parte entrava direto e parte ia no bar da esquina, nos encontrarmos lá pra bater papo, discutir como que tá, como foi, como que não foi, como você tá com a sua mulher... Tínhamos liberdade de perguntar um pro outro "-Como é que

tá? Tá bem? Melhorou? Tá legal?" (Lúcio, cinquenta e dois anos, ensino superior incompleto, comerciante)

Vocês tinham um ponto de encontro antes do grupo, então?

É, antes.

Legal.

Parte de nós nos encontrávamos ali. E depois entrava.

E conversava sobre o assunto?

*Sobre o assunto. **Sempre** sobre o assunto.* (Lúcio, cinquenta e dois anos, ensino superior incompleto, comerciante)

Processo prazeroso, espaço de escuta e de interlocução

Embora, a exemplo de Edson, a chegada de João ao grupo seja relatada como um sentimento de vergonha e receio ao julgamento dos outros homens sobre a denúncia recebida, sua fala menciona novos sentimentos que apontam para a vivência no grupo como sendo de agradável acolhimento, assim como de abertura para interlocução e escuta.

A gente vai ficando mais leve, né? [...] Vai. Você vai vendo que não é aquilo que você tava pensando. E você fica mais tranquilo, começando a conversar direito, começa a brincar, né? Mas, no começo, fica até com vergonha de falar o que aconteceu, né? Na verdade. Mas depois quando você vê outras pessoas conversando e vê que não é coisa que você não possa falar... Tanto que no começo eu não queria falar o que tinha acontecido, na verdade. (João, trinta e dois anos, ensino médio completo, zelador)

A relevância do grupo como espaço de escuta e interlocução apresenta-se de maneira característica, na narrativa abaixo, apontando para o que se observou, no trabalho, como “queixa” constante dos homens denunciados por não serem ouvidos em suas respectivas versões, seja nas delegacias ou perante juíza ou juiz.

*[Foi] bom, por quê? Porque lá eu não fui... **Eu fui, pra juíza, acusado, né? Eu pensei que lá ia ser uma coisa que eles ia me acusar mais ainda.** Que no começo até **me senti constrangido** lá por causa da situação. **Mas quando eu vi que não era aquilo que eu tava pensando, que era uma coisa que era pra refletir o que tava acontecendo,** o que eu tinha passado, **que eu podia falar lá,** então pra mim foi bom por conta disso. Porque lá eu pude falar o que eu tinha passado, o que eu passei, a minha situação, entendeu. (João, trinta e dois anos, ensino médio completo, zelador)*

No caso de Igor, embora sua chegada ao grupo tenha sido considerada como expressão de uma punição, ao relatar sobre o seu processo de inserção e vivência no grupo, revela o mesmo como espaço prazeroso, a exemplo de Edson e Lúcio, mas, igualmente, como espaço de reflexão, aprendizagem e de crescimento.

***Ah, no decorrer [do processo] você vê se torna uma coisa boa [...]** Entendeu? No decorrer **cê vê que isso aí é coisa boa e novos aprendizados** e **cê vê que não é só com você e cê vê vários casos,** não é? Também acho que **muitos caras** que chega lá, **eles não falam a verdade** também, né? Eu achei isso. (Igor, cinquenta e um anos, ensino médio completo, comerciante)*

Não somente a percepção sobre seu próprio problema representou uma aprendizagem, mas, igualmente, a percepção acerca das demais histórias narradas no grupo representaram, para Igor, objeto de reflexão e de entendimento, conforme poderá ser observado em outros relatos, descritos em itens posteriores, acerca do tratamento de outros temas abordados na entrevista.

*Que até em papos em off, o **cara depois se abre,** entendeu? **Muitos não falam a verdade,** entendeu? Não que sejam mentirosos. Eles esconde umas coisas, entendeu? [...] **Mas acho que omite até por vergonha,** né? **De falar em, em público e tal.** Porque, **querendo ou não, é uma coisa íntima,** né? Uma coisa tua, né? E, querendo ou não, é um **país machista,** né? O cara chegar lá e falar que apanhou da mulher ele... Nosso país não aceita isso. Que nem eu falo, a minha mulher é machista. A mulher brasileira é machista, entendeu? A própria mulher brasileira é machista, a sociedade é machista, entendeu? Mas eu achei, **pra mim, que foi muito bom. Foi um grande crescimento na minha vida.** (Igor, cinquenta e um anos, ensino médio completo, comerciante)*

Prazeroso e terapêutico

Os sentimentos de perplexidade, estranhamente e distanciamento dos demais membros do grupo, característicos do momento de chegada de Romário ao grupo, deu lugar a um processo de vivência prazeroso e também, considerado pelo mesmo, terapêutico, por um de nossos entrevistados:

*Então, **não foi cansativo, era uma coisa prazerosa.** Acho que era toda segunda feira, seis horas da tarde. Então virou uma rotina. Pra mim era até difícil, porque eu tinha o rodízio do meu carro, então eu saía do meu escritório, era próximo, também, porque era em Pinheiros. Meu escritório é na Cerro Corá. Então era próximo. Vinha, ficava... **Chegava cinco horas, ficava em algum barzinho próximo, comia, tal. Gostoso.** Até a juíza falava se eu ia ter problema com horário. Eu falei "-Não. Sou dono do escritório. Dá pra escalonar legal." (Romário, quarenta e oito anos, ensino superior completo, empresário)*

O aspecto terapêutico mencionado em relação à vivência do grupo encontra-se explicitada na fala a seguir:

***Eu volto a frisar, pra mim era gostoso. Era uma terapia pra mim ir nesse grupo. Era uma forma, também, de orientado pelo meu advogado, que era um forma de tentar mostrar pra juíza que era uma pessoa boa, que não merecia ser condenado.** Que existia um receio da minha parte de ter condenação. No período antes do início desse grupo, houve mandado de prisão contra a minha pessoa. Foi uma loucura. Então...* (Romário, quarenta e oito anos, ensino superior completo, empresário)

O que podemos observar, do relato de Romário, é o que a palavra terapia parece significar, qual seja, um momento de prazer e de descontração. Vale observar, igualmente, a sua intencionalidade de conseguir uma possível redução da pena, pela participação no grupo, no caso de ser condenado, tendo em vista o receio de passar novamente por uma experiência pregressa dessa natureza.

Prazeroso e espaço de elaboração e espelhamento

Se na entrada do grupo Paulo encontrava-se, conforme observado, com desconfiança e cisma do que encontraria no grupo, no processo de inserção revela satisfação.

Depois, depois acabei gostando. Eu achei até ruim quando acabou. Falei "-Pô, meu, vai acabar?" Mas foi legal. Eu gostei demais. No começo, não [...] O grupo, ele era interessante, né? Ele era muito interessante, porque cada pessoa tem uma história. Cada pessoa tem uma história diferente. Cada história dessas pessoas, elas serve, ela é um espelho, né? É um espelho que a gente olha assim e fala "-Pô, isso serve pra mim. Pra não acontecer comigo." Entendeu? (Paulo, quarenta e três anos, ensino médio completo, ex-policia militar)

Vale observar o interesse que o grupo passou a despertar em Paulo, segundo sua narrativa, sobretudo em função e como as diferentes histórias de vida adquiriram significado servindo, segundo ele próprio, como de espelhamento, a partir das quais passou a refletir sobre sua própria condição existencial.

Processo de identificação com o grupo e relativização do problema vivido

Se no início do grupo Sandro manifesta-se como vítima individualizando seu problema como se fosse “o maior do mundo”, sua postura modifica-se ao entrar em contato com os problemas e vivências dos outros homens, conforme apontam relatos abaixo:

[No grupo observei que] alguns colegas lá tinham alguns problemas bem maiores que o meu. O meu ainda é solucionável, o meu ainda é uma questão de compreensão e paciência, você acaba resolvendo. Alguns ali as consequências são mais, mais tristes, né? Mais drásticas. (Sandro cinquenta e sete anos, ensino superior completo, administrador)

*Você vai se **solidarizando com os problemas dos outros que são muito maiores** [...] Você acha: "-Opa!" Não, **não egoisticamente pensar só meu**. Porque, como eu te disse, tudo pode mudar em vinte minutos, com fala a Rádio Bandeirantes. Mas você ouve, **lógico que você não tá ali pra fazer papel de juiz**, você não tá ali pra fazer papel **de advogado de ninguém**. Mas você **ouve e toma como base que se você fala: "-Pode acontecer com qualquer um."** (Sandro cinquenta e sete anos, ensino superior completo, administrador)*

No processo de inserção no grupo, podemos observar como Sandro passa a relativizar o seu próprio problema frente aos demais, solidarizando-se com os mesmos, num rico processo de escuta e identificação com as histórias e vivências dos demais homens.

4.3 SOBRE O DESDOBRAMENTO DO CASO NA JUSTIÇA E REAÇÃO À DENÚNCIA

4.3.1 Desdobramento do caso na justiça

Desconhecimento do andamento do caso

Dentre os entrevistados, Edson e Igor são os que relatam desconhecerem o andamento do caso, apontando ao que parece para uma despreocupação em relação ao mesmo.

No caso de Edson, não somente observa-se um desconhecimento em relação ao andamento de seu processo, mas também em relação ao próprio texto da lei, conforme relato abaixo:

*Não. Não. Eu fui, tipo assim, condenado mesmo eu **fui mesmo só mesmo a cumprir as aulas só, mais nada, né?** Até eles... Depois eu fui, falou pro meu advogado que talvez eu ia pagar alguma cesta básica, assim, um serviço*

*comunitário. Mas não, não deu. **Não deu nada.** [Sobre o andamento do caso na justiça] Não sei te de falar [do andamento ou desfecho]...Foi. Então eu precisava cumprir aquelas, as 15 horas que eu, que eu fui lá, né? Que eu frequentei as aula e não deu mais nada. (Edson, trinta e um anos, ensino médio incompleto, garçom)*

Em relação ao texto da Lei Maria da Penha, Edson parece encontrar-se desinformado, tendo em vista atualização do texto da Lei em 2010 que trouxe mudanças substantivas na mesma em relação à Lei anterior (Lei 9.099/95), relativa a esse tipo de crime. Apresenta, em seu relato, concepções errôneas, como pagar cesta básica ou fazer serviço comunitário, atividades essas previstas na Lei anterior (Lei 9.099/95), assim como a de considerar que ao frequentar o grupo seu processo estaria suspenso, ou finalizado, no caso da Lei Maria da Penha atual. Vale considerar que esse tipo de prática ocorreu somente em relação ao primeiro grupo reflexivo, analisado por Prates (2013), quando por decisão de uma juíza, em São Paulo, a frequência a 16 encontros do mesmo acarretaria a suspensão do processo. No entanto, a partir de 2010 tal prática passou a ser considerada inconstitucional representando, a frequência ao grupo reflexivo, tão somente um possível atenuante na pena.

No caso de Igor, embora não se observe, nos relatos abaixo, o mesmo desconhecimento em relação ao texto da Lei, como na fala de Edson, podemos observar um alheamento em relação ao andamento do processo, o que parece sinalizar uma dada despreocupação refletida na constatação sobre a importância de se acompanhar processos na justiça, em função das implicações que os mesmos podem acarretar em nossas vidas, como é o caso da Lei Maria da Penha, que pode culminar em prisão.

*[Sobre o andamento do processo] **Eu não sei. Não sei. Recebi a intimação,** fui no Fórum, **dei a minha, minha versão do acontecimento. E esses dias que ligou uma oficial de justiça, queria, falou que saiu a sentença,** né? Ela [oficial de justiça] falou que ia me ligar, ia me procurar e não procurou mais. (Igor, cinquenta e um anos, ensino médio completo, comerciante)*

*Ah eu, pela experiência de vida e tal, pela idade que eu já tenho, a experiência de vida, a oficial de justiça me procurar falando que a sentença tinha saído. **Ela não ia me procurar pra falar que eu tinha sido absolvido.** Acho que ela veio procurar pra mostrar que dia tal tem que ir no Fórum, dia tal, não sei o quê. **Mas, conforme for,***

eu tenho que até ver direto, correr direto que eu peguei o advogado do Estado, né?

Então vou até procurar o processo, tentar entrar e ver se com o CPF e tal, vejo o que tá acontecendo. Porque daqui eu vou em cana porque eu num, num recebi nada, num... (Igor, cinquenta e um anos, ensino médio completo, comerciante)

Vale sinalizar que poucos dias após a entrevista Igor enviou mensagem ao entrevistador relatando que havia sido condenado e que iria recorrer.

Condenação

Os entrevistados Sandro, Paulo e Lúcio relataram, terem sido condenados em seus respectivos processos. Em trecho a seguir, Sandro narra o desdobramento de seu caso:

*[Em relação ao desdobramento do caso] É. Eu, dia... Em novembro, né? **Em novembro, eu fui julgado, de 2011. A sentença saiu dia 7 de junho de 2012.** Sendo que eu **estou de sursis** [frequência obrigatória ao fórum para assinar documento] **dois anos**. Sendo que no primeiro ano **eu deveria estar cumprindo um serviço à comunidade**. Esse ano já se passou. Perguntei pro meu advogado. Ele falou: "-Sílvia, você não tem mais o que fazer, a não ser esperar." Então eu falei: "-Poxa, mas a juíza não determinou que no primeiro ano [...] eu prestasse trabalho à comunidade?" "-Tem casos que vai pra três anos. Você tem que esperar porque agora..." Como ele me explicou, sai da alçada dela, vai pra Vara das Execuções e a Vara das Execuções é que vai cuidar disso. (Sandro, cinquenta e sete anos, ensino superior completo, administrador)*

Podemos observar no relato de Sandro uma preocupação quanto ao andamento de seu caso, tendo em vista que o mesmo foi julgado e sentenciado. No entanto, observa-se um dado desconhecimento da Lei, quando refere que a juíza teria determinado prestação de trabalho à comunidade no primeiro ano. Conforme anteriormente abordado, a Lei Maria da Penha não prevê esse tipo de pena, concepção que não ter sido contestada pelo advogado do entrevistado. Daí, o relato

de Sandro parecer indicar certa percepção de indefinição no que diz respeito à aplicação da Lei.

Paulo, que era policial militar, narra não somente ter sido condenado pela Lei Maria da Penha, mas, igualmente, demitido de sua corporação, atribuindo certa relação entre os dois eventos, conforme relato abaixo:

Fui [condenado], mas eu não sei o motivo, nunca mais me chamaram. É. Segundo o advogado, falou que sim...Foi muito rápido demais. Porque foi menos do que? Menos de um ano e já saiu minha demissão. E ainda foi 2012 que aconteceu isso, aí. Em 2013 que me demitiram. Bom, aí eu conversando com um amigo meu que é capitão, ele falou "-Paulo, é tudo isso aí que sua mulher vai pra corregedoria, eles catou isso aí, juntou tudo." Entendeu? Eles juntaram tudo isso daí, entendeu? Eles cataram e juntaram tudo isso daí. Hoje o que que eu faço? Hoje eu vou lá, tiro uma certidão, uma certidão... Tiro aquela... Como que é o nome? Distribuição criminal é uma da certidão. A outra é atestado de antecedente. Consta tudo isso daí lá. Aí eu chego pra arrumar emprego "-Ô, esse cara aqui é bandido." Entendeu? "-Esse cara aqui é bandido. Não vou dar emprego pra esse cara, é (Paulo, quarenta e três anos, ensino médio completo, ex-policial militar)

Nesse relato de Paulo podemos considerar certo alheamento ao andamento de seu processo, mesmo ao saber de sua condenação, parecendo pesar em sua narrativa a relação feita entre a denúncia e a decorrente condenação, seguida de demissão que lhe dificulta arrumar novo emprego por constar, em sua ficha, antecedentes criminais e colocá-lo, segundo sua percepção, em uma condição de marginal perante à sociedade.

Abaixo, fragmentos do relato de Lúcio que apontam para uma visão diferenciada em relação ao andamento do processo:

Fui condenado a três anos, isso pode reverter... Isso não é cana. Eu conheço um pouquinho, né? Eu sabia que menos de um ano não é cana. "-Isso pode ser revertido a um ano de sursis, serviços comunitário, não sei o que, não sei o que, que não sei o que. Ou você acha outro advogado, constitui outro advogado." Aí a escritã saiu, né? Eu falei pra ela "-Olha..." Tava assinando lá a sentença, né? Eu falei: "-Olha, eu vou... Eu vou procurar o meu advogado, vou... "

Recorrer?

Vou nomear outro [advogado]. Eu vou recorrer.

Você já recorreu?

Já. Já recorri. Já recorri. No caso do artigo 129 não é cinco anos pra prescrição de pena, são três anos. **Já faz um ano isso**, então com esse recurso de sentença, **se demorar dois anos, aí entra em prescrição de pena.** Porque ele tá, o meu advogado, o novo advogado, ele entrou com que... Eu não concordo com a sentença e pra ser ouvido novamente. Porque tudo que aconteceu foi a pessoa que veio até mim. Eu não fui até ela. **Esse julgamento é da segunda denúncia. Não é da primeira denúncia. Que da primeira denúncia, eles arquivaram praticamente lá, mas anexaram junto a segunda denúncia.** Fala que é reincidente...Então, quer dizer, eu acho um absurdo uma pessoa entrar na minha casa, me agredir, fazer o que tem que fazer, pegar uma testemunha falsa. (Lúcio, cinquenta e dois anos, ensino superior incompleto, comerciante)

Lúcio, diferentemente dos entrevistados anteriores, revela uma preocupação maior com o andamento do processo e ao que considera a defesa de seus direitos. Tal fato pode estar relacionado a sua experiência com outros casos na justiça, relatados por ele, relativos a condenações por porte de arma ilegal, jogo do bicho. Afirmou ter sido absolvido por denúncia a associação ao tráfico de drogas.

Absolvição e Prescrição

Em relação aos desdobramentos dos casos na justiça, Romário e João foram os únicos que relatam, dentre os entrevistados, não terem sido condenados, em função da prescrição do crime do primeiro e absolvição no julgamento do segundo. Abaixo, a narrativa de Romário:

Não [fui condenado]. Houve uma prescrição, né? Tipo assim, então não... O caso foi encerrado porque prescreveu. Não houve conclusão final, tipo assim. **Acredito até que tenha sido o bom senso da juíza.** Acho que ela fez o possível e o impossível, ela deve ter acompanhado assim, deve ter emitido relatórios em relação a minha pessoa. **Ela mesmo deve ter sentido a real situação, tal.** Então eu sei que ela, **acho que ela conduziu pra prescrever mesmo. Senti que foi um jeito dela fazer justiça sem afrontar com esse judiciário,** essa justiça que é, realmente, morosa e que, muitas vezes, faz a injustiça. Senti por parte dela, não tive mais contato com ela, com a juíza, nem com a minha ex-companheira, nada. O processo foi caminhando, caminhando e o **meu próprio advogado falou: "-Isso tá condizendo pra prescrever."** (Romário, quarenta e oito anos, ensino superior completo, empresário)

Em função de sua própria formação universitária em Direito, Romário revela-se como o mais informado e reflexivo dentre os entrevistados em relação ao seu caso, chegando a fazer ilações e interpretar o desfecho de seu processo atribuindo, inclusive, o encerramento do mesmo, pela prescrição, ao que considera uma estratégia da própria juíza para conduzir seu caso a um “julgamento mais justo”.

A seguir, dois fragmentos relativos a relatos de João:

Eu fui absolvido. Foi o ano passado. 2012. Não, 2013. Isso. Foi no, acho que foi junho de 2013. Isso. Foi isso. Junho de 2013. É um ano. Um ano. É. Não, na verdade, quando a gente foi intimado [pelo judiciário], a gente prestou depoimento junto [João e sua esposa], né? No Fórum. E no Fórum já foi diferente [da delegacia]. Lá eles me trataram melhor, já, na verdade. Primeiro ele me escutou, perguntou se ela queria falar alguma coisa do meu depoimento. Perguntou se eu queria, pra mim sair da sala ou não. Ela falou que não, no depoimento dela. Eu dei o meu. Aí, lá eles me escutaram lá. Aí quando terminou a audiência, a gente saiu, foi embora. Eu me senti mais mal tratado na delegacia do que perante ao juiz. (João, trinta e dois anos, ensino médio completo, zelador)

[Em relação ao que considera melhor tratamento no Fórum] Tive melhor. Ele [juiz] leu o processo que eu tava sendo acusado, tudo. Mas mesmo assim ele [o juiz] me escutou e depois a promotora, lógico, deu a versão dela. Mas pelo menos me escutaram, né? Minha versão. Na delegacia eu não tive nem chance de falar nada. (João, trinta e dois anos, ensino médio completo, zelador)

Em sua narrativa, João revela não só sua absolvição, mas também o tratamento considerado justo que teve no Fórum, de ser ouvido e de poder dar sua versão do caso. Esse fato merece ser destacado por referir-se, igualmente, a relatos frequentes entre os entrevistados, qual seja, o de não se sentirem ouvidos, notadamente nas delegacias e mesmo no Fórum, o que levou muitos dos participantes do Grupo Reflexivo a considerarem a Lei Maria da Penha como injusta para os homens. Isto na medida em que, segundo informam, não foram ouvidos e nem as suas testemunhas. Esse tipo de discussão poderá ser observada mais adiante, quando da análise do item correspondente intitulada: visões, opiniões e percepções sobre a Lei Maria da Penha.

4.3.2 SOBRE A REAÇÃO À DENÚNCIA

A denúncia considerada justa

A despeito das reações às denúncias revelarem fragilidade e constrangimento para Edson e João – no caso de Igor foi considerado normal – esses nossos três entrevistados consideraram as mesmas justas porque todas implicaram uma violência física, fato que os leva a considerar uma pertinente aplicação da Lei Maria da Penha, independentemente de serem condenados ou não.

Assim, no caso de Edson, a despeito de sentir-se fragilizado reconheceu a justeza da denúncia por considerar-se responsável perante a agressão, embora busque, ao que parece, justificar tratar-se, no caso, de uma agressão mútua e, de sua parte, acidental. Vale observar que o mesmo relata uma relação cotidiana de conflitos o que, em tese, colocaria suas relações conjugais em situação de vulnerabilidade à violência doméstica. Em seu caso, o mesmo desconhece o desfecho de seu processo, conforme análise apresentada no subitem anterior. Tal interpretação encontra sustentação nas seguintes falas, abaixo apresentadas:

[Sobre a reação à denúncia] Ah, eu me senti muito pra baixo, né? Mas eu sabia que era o certo também, né? Eu [...] Ah, eu reconheci, sim. Porque tudo bem que ela errou, mas eu também errei. Tipo, ela me agrediu, mas eu também eu agredi ela, entendeu? E foi bem feito. Tipo, não que eu quis agredir ela do jeito que, que aconteceu. Porque foi, foi pra até então um acidente, entendeu? Porque, tipo assim, a gente tinha, eu tinha um, a gente tinha... Eu, eu tinha comprado um carro. Só que um tempo, eu tava com o nome sujo. Tava com o nome sujo. Aí nisso é que eu... (Edson, trinta e um anos, ensino médio incompleto, garçom)

[Sobre a justeza da denúncia] Ah, foi sim [justa]. Foi sim. Não tenho por que... Foi, sim, justo. Porque tipo assim, tudo bem que, tipo, eu não machuquei ela por querer, entendeu? Foi quase um acidente, né? Só que mesmo antes de sair, a gente sempre brigava, também. Às vezes brigava também. Uma vez também, já bati uma vez já. (Edson, trinta e um anos, ensino médio incompleto, garçom)

João revela, em seus relatos, sentimentos de fragilidade e de vergonha frente à denúncia, fato que relaciona ao tipo de formação moral familiar que recebeu, o que

o leva, inclusive a sentir-se colocado na situação de um marginal, dada a conotação social e cultural que a palavra processo – qualquer processo –, assume em sua visão de mundo. A despeito de tais sentimentos, João considerou a experiência positiva pela oportunidade que teve de participar do grupo reflexivo. Em sua percepção, o levou a tornar-se uma pessoa melhor e menos vulnerável frente a novas relações de agressão e conflito. Tais aspectos podem ser observados nas narrativas a seguir:

*[Sobre a reação à denúncia] Bom, a sensação... **No momento eu me senti fraco, né? Porque eu... Eu sou um cara que eu, pra esse tipo de coisa, eu sinto vergonhoso. Eu tenho vergonha. Tenho muita vergonha porque, pelo menos eu tive uma criação diferente e na família da gente não tem esse tipo de coisa. E quando você fica com BO, você é tratado como se fosse já um... O que? Um marginal, né? E qualquer processo é um processo. Não deixa de ser processo.*** (João, trinta e dois anos, ensino médio completo, zelador)

*[Sobre a justeza da denúncia] Ah, eu acho que sim. **Pra ser realista, eu acho que sim [a denúncia foi justa].** Porque talvez se não tivesse passado por isso, talvez não tivesse melhorado, entendeu? [...] **Antes eu achava que era injusto...**A lei tem algumas falhas, né? Mas tem umas coisas que foi boa, também. Porque a lei, pra mim, assim, foi ruim porque eu fui indiciado, fui processado, fui tudo... Não é bom, você sabe que ninguém quer isso [...] **Mas, em partes, eu acho que a lei, ela tem que ser aplicada. Mas ela tem que ser, acho que ela tem que ser revista. Em algumas coisas, ela tem que ser revista, entendeu? Porque, assim, no meu caso, no meu caso foi uma agressão física, né? Chegou, teve até tentativa de agressão física. Então, pra mim, foi bom porque eu melhorei, eu não quero passar mais por isso, entendeu? E foi bom também porque eu conheci o grupo. Inclusive você faz parte, né? Mas eu acho que a lei, assim, porque às vezes o cara discute com a mulher em casa, se ela for lá fazer um boletim de ocorrência, ela pode dizer que eu ameacei ela, então vou ser indiciado como lei Maria da Penha. Eu vou ser processado do mesmo jeito. Então pela lei, ela tem que ser, tem que ser, tem que ser revista sobre isso aí, entendeu? Tem coisas que a lei acho que é falha ainda.*** (João, trinta e dois anos, ensino médio completo, zelador)

No caso de Igor, o reconhecimento de considerar-se responsável pela agressão, desde o início, parece revelar-se em seu relato sobre a reação normal que teve ao tomar conhecimento da denúncia. Muito embora considere a justeza da denúncia recebida em função da agressão ocorrida, por encontrar-se na ocasião alcoolizado, vale destacar sua menção, ao lado da violência física a presença da violência psicológica, na terminologia da Lei Maria da Penha, que nomeia como

verbal, não somente de sua parte, mas, igualmente, de parte de sua companheira, o que levava a conflitos frequentes. Vale destacar que Igor busca generalizar tal prática de violência simbólica como usual a todas as mulheres. Tais aspectos podem ser observados nas falas, a seguir:

*[Sobre reação à denúncia] **Normal, entendeu? Normal, porque eu fui errado, entendeu? De não ter, eu segurado o negócio e ter tido as violências verbais, que tem muito da parte das mulheres, não é? Que elas gostam muito de diminuir nós e tal, o homem. Por mais que você trabalha que nem e não foi a primeira vez, né? Já, já é reincidente isso, né?*** (Igor, cinquenta e um anos, ensino médio completo, comerciante)

Ao ser indagado sobre a justeza da denúncia que recebeu como autor de violência contra a mulher, baseado na Lei Maria da Penha, Igor afirma categoricamente:

*Claro. Claro. **Foi sim [merecida]. Porque eu que cheguei alcoolizado, desrespeitando ela, entendeu? Dei uns empurrão. Então eu, fui eu que agredi. Acho que tem que ser punido. Eu sou, eu sou um cara justo [...]** E a gente sempre teve um relacionamento assim, entendeu? Eu não posso por um exemplo pra comparar com os outros. Cada um é um caso, né? Mas eu achei justo.* (Igor, cinquenta e um anos, ensino médio completo, comerciante)

A exemplo de João, vale adiantar seu relato de que tal experiência, que possibilitou-lhe a oportunidade de participação do grupo, só lhe trouxe benefícios, pela interlocução e reflexão acerca de experiências similares de outros homens também denunciados como autores de violência contra a mulher.

[Sobre a participação do grupo] Claro. Só me trouxe benefício. Conheci você, conheci o Leandro [facilitador], conheci o Sérgio [facilitador], conheci o grupo. Pra mim foi um tiro que saiu pela culatra. Pra eles. Não pra mim. Pra mim foi benéfico. (Igor, cinquenta e um anos, ensino médio completo, comerciante)

A denúncia considerada justa, em termos

Em relação a Sandro, duas de suas falas são reveladoras de sua reação e de sua avaliação de como a denúncia foi recebida e interpretada, significada, ou seja: justa, em termos.

*[Sobre reação à denúncia] **Cheguei a comentar com alguns amigos meus, Tales, eu vou ter que cumprir por determinação judicial. Foi feito o que foi feito. Mas eu diria pra você que, talvez, eu me sentiria muito pior se ela esperasse meus dois filhos chegarem em casa e, aí, em uma mesa, ela falar o ocorrido. Eu colocava a minha, as minhas cuequinhas dentro da mala e saía de casa. Isso seria muito pior. Digo isso pra todo mundo. Eu acho que... Eu não posso ser piegas de falar pra você que eu sou merecedor ou eu não sou merecedor. Ela pode dizer que eu até tentei matá-la. Mas o que eu disse foi e continuo dizendo, peguei, pus a mão na boca e falei "-Agora você fica calada, pelo amor de Deus."** Acabou. Se eu fui injustiçado ou eu não fui justificado, isso deveria ter sido feito a defesa lá. Absolvido, eu sei que jamais eu seria. Isso, hoje, eu tenho consciência. Na época, você ficava imaginando como que isso vai poder acontecer. Como que isso, como que isso vai findar. Como que isso vai acabar. **Mas se a sociedade assim exige, assim terá que ser.*** (Sandro, cinquenta e sete anos, ensino superior completo, administrador)

Quanto a sua reação à denúncia, a fala de Sandro parece revelar a perplexidade diante do acontecido, assim como sua conformidade perante tal denúncia, em função das circunstâncias e do reconhecimento da vigência da Lei Maria da Penha em nosso meio. Tal perplexidade aponta para o que podemos considerar como sua visão de referência moral, notadamente perante aos filhos, quando afirma, "Mas eu diria pra você que, talvez, eu me sentiria muito pior se ela esperasse meus dois filhos chegarem em casa e, aí, em uma mesa, ela falar o ocorrido". Tal referência moral é reforçada, igualmente, pela sua expressão: "Eu colocava a minha, as minhas cuequinhas dentro da mala e saía de casa. Isso seria muito pior". Vale destacar que embora em seu relato busque relativizar o ocorrido, reconhece a institucionalidade da Lei perante a sociedade, assim como a justiça quando afirma que jamais seria absolvido.

Em sua declaração deixa transparecer uma relativização quanto à justeza do julgamento, conforme se observa fragmento de sua fala abaixo descrita:

[Sobre a justeza da denúncia] *É... Eu creio que não... **Não seria necessário isso. Não seria [...]** Olha, Tales [entrevistador], eu diria pra você que como Lei Maria da Penha, especificamente, **eu não seria piegas de dizer aqui pra você que foi uma injustiça, mas eu acho que nós homem como autores de violência fica uma coisa meio subjetiva.** Por mais que eu tenha defendida a ideia de que eu não bati na Marta. Eu não... Depois disso você acaba **escutando de alguns amigos** que, poxa, **que eu podia denunciar** a minha mulher porque ela jogou a cadeira na minha cabeça. "-Quem? Ela? **[diriam outros]** Aquilo ali não joga uma cadeira nem numa cabeça de uma mosca." Mas joga. **Poxa, então o que que é a Lei Maria da Penha? Como a gente sabe que tem pessoas que vai pegar uma chave de fenda vai enfiar no braço [de alguém] ou, enfim, [fazer] as coisas mais absurdas. Mas aí eu creio que não seja mais Lei Maria da Penha, né?** (Sandro, cinquenta e sete anos, ensino superior completo, administrador)*

Em sua narrativa, Sandro reconhece a complexidade do que se reveste a prática e implementação da Lei Maria da Penha em nosso meio. Isto tendo em vista que a questão da violência doméstica representa a reprodução de uma prática presente e de atualização constante em nível da estrutura social de nossa sociedade. Daí o relato de Sandro colocar, em aberto, uma das questões presentes, em nossa investigação, qual seja, a de quando os homens se defrontam, por um lado, com a denúncia de violência doméstica, e por outro, a de como se colocam frente a uma violência que consideram mútua. Esse tipo de indagação presente nas narrativas de Sandro, passa, ao que parece, por uma percepção do mesmo que vai além da lógica dicotômica vítima-agressor, tradicionalmente atribuída aos casos de violência, para uma complexificação do fenômeno, assim como a uma flexibilização das relações de gênero em nosso meio. Nesse sentido é que podemos entender a fala desse nosso entrevistado quando se reconhece como um homem autor de violência, mas não como representativo de um caso "típico" ou "característico", considerando a conotação do termo "agressor" em nossa sociedade.

A denúncia considerada injusta

Dentre nossos entrevistados, três deles, Paulo, Lúcio e Romário consideraram a denúncia injusta.

Nos casos de Paulo e Lúcio, seus relatos foram não somente no sentido de se sentirem “injustiçados”, mas, igualmente, vítimas por terem sofrido violência física também por parte de suas parceiras quando a relação de ambos já haviam terminado.

No caso de Paulo, sua reação à denúncia encontra-se presente no relato abaixo:

*[Sobre reação à denúncia] **Eu me sinto injustiçado. Inclusive quem deu entrada no divórcio foi eu, não foi ela. Eu dei entrada no divórcio. Eu dei entrada no divórcio e falei "-Ó, não tem mais como [continuar a relação]. Não tem... Não tem mais jeito, né?" E hoje eu penso... Mesmo eu fazendo BO [na ocasião], fazendo o boletim de ocorrência, esse boletim de ocorrência que eu fiz, ele não serviu pra nada [em relação à denúncia] [...] Minha ex-esposa, ela queria uma vingança comigo, entendeu? Porque eu já tive uma outra mulher, né? Tenho filho com a outra mulher [...] Pra mim foi vingança. Pra mim foi vingança que ela queria fazer. Discutimos. Teve agressão. Teve agressão. Não somente da minha parte como da dela, também, né? Da parte dela foi mais.*** (Paulo, quarenta e três anos, ensino médio completo, ex-policial militar)

Em sua narrativa, Paulo aponta para a existência de uma relação conflituosa com sua ex-mulher, que culminou em divórcio, conflito esse que teve prosseguimento após a separação que levou à denúncia considerada por ele injusta por ser interpretada como vingança em função de seu novo relacionamento.

Sobre a justeza da denúncia, Paulo evoca outras situações de conflito para apontar que a denúncia não se tratou de um evento isolado porque inscrito em uma situação de relação complexa que perdura após a separação em permanente conflito conforme relato abaixo:

*[Sobre a justeza da denúncia] Não. **Não achei [justa a denúncia], porque deveria ser assim, ó, tudo bem, tá certo que eu tenho mais força que ela, né? Mas e daquelas vezes quando ela catou a arma e deu tiro em cima de mim e eu saí correndo pro banheiro, tivesse me acertado, né? Outra, [que] eu tive os arranhão no rosto e eu fui fazer exame de corpo delito. Não serviu pra nada. Então não foi justo [a denúncia e condenação]. Eu fiz exame de corpo delito, fiz tudo que mandava a lei [...] Não serviu pra nada.*** (Paulo, quarenta e três anos, ensino médio completo, ex-policial militar)

Por se tratar de um policial à época da denúncia, Paulo revela conhecimento de seus direitos ao relatar a realização de B.O. e mesmo exame de corpo de delito em situações onde se sentiu agredido, apontando que, também por força de sua condição profissional, o porte de arma colocava a relação com sua ex-esposa em um cenário de maior vulnerabilidade pelo risco de uso indevido da mesma. Aponta, igualmente, para um aparente desencanto em relação à justiça quando afirma: “*Eu fiz exame de corpo delito, fiz tudo que mandava a lei [...] Não serviu pra nada.*”.

Sobre a reação à denúncia, que no caso de Lúcio é atribuída, conforme será abordada em item seguinte, a motivo aparentemente banal, ou seja, dívida de telefone, a mesma se reveste de complexidade pelas diferentes ordens de questões afetivo-relacionais que envolvem situações de conflito que perduram da vida cotidiana entre homens e mulheres pelas dificuldades, ao que parece, de interlocução. Assim, o relato abaixo de Lúcio anuncia desconfiança e intenção da ex-companheira em prejudicá-lo por motivos que ganham expressão mais na própria vaguidade da narrativa do autor, do que em um dado problema que a justifique de maneira específica.

*[Sobre reação à denúncia] Como eu já, como eu já sabia que ela ia me aprontar de alguma forma ou de outra, essa foi a forma menos prejudicial. Porque eu... Eu recebi da seguinte maneira, dessa vez eu vou conseguir impedir... Impedir da forma que ela quis fazer, que aqui **ela não vai, ela não vai vir mais me incomodar. É uma forma negativa de você conseguir a paz.** Então tudo que ela tá fazendo, eu falo...Graças a Deus, ela se... Ela mesmo se impede de vir até aqui [pela própria medida protetiva imputada a ele de manter a distância da mesma de trezentos metros]. Ah, e negócio, também que saiu da sentença, absurdo, mas pra mim é maravilhoso, tá? (Lúcio, cinquenta e dois anos, ensino superior incompleto, comerciante)*

Quanto à sua percepção sobre a justeza da denúncia, sua fala é a seguinte:

*[Sobre a justeza da denúncia] **Totalmente injusta.** Totalmente injusta porque eu acho que **nem dessa, dessa segunda denúncia, acho que nem a família dela sabe.** Porque a família dela sempre foi contra tudo. **Tanto que na primeira denúncia, eu cortei vínculo até com a família.** E a família me ligava, a tia me ligou, a irmã me ligou. **O filho dela, que eu até brinco com ele, né? Já tem 26 anos. "-Filho é pra sempre."** Brincando. Já veio, depois de tudo isso, veio me dar abraço. **E eu voltei a ter um bate papo, abrir a guarda pra ela, por causa da***

família. Porque "-Ela não tá bem. Tá mal. Não sai de casa. Tá chorando." Por mais que ela tivesse tirado, tentado tirar a primeira vez, eu abri a guarda por causa da família. Então, eu tenho certeza que a família não sabe da segunda vez. Se souber, sabe pela boca dos outros. O pai sabe, porque ela não cuida do pai. O pai tem 91 ano... (Lúcio, cinquenta e dois anos, ensino superior incompleto, comerciante)

Se Lúcio revela não ter reagido de maneira negativa frente à denúncia baseada na Lei Maria da Penha, por entendê-la como "uma forma negativa de [...] conseguir a paz" em relação a sua ex-companheira, entende a denúncia como "totalmente" injusta. Busca justificar esse seu sentimento apontando, inclusive, o bom relacionamento com a família de origem da mesma ao qual esteve bastante vinculado afetivamente. Com sua narrativa, Lúcio busca colocar a violência ocorrida como unilateral, despidendo-se de responsabilidade e de participação ativa nos sucessivos acontecimentos assumindo, assim, uma postura de vitimização de sua parte.

Se no caso de Paulo e Lúcio as denúncias foram consideradas injustas, para Romário, a denúncia recebida foi atribuída a um evento inexistente. Isso porque o mesmo reitera, em sucessivas narrativas, que nunca houve nenhum tipo de violência durante a relação, de ambos os lados, mas somente alguma insistência de sua parte por querer reatar a relação.

Nas narrativas abaixo, encontram-se sua reação à denúncia assim como sua avaliação sobre a pertinência ou justeza da denúncia.

[Sobre reação à denúncia] Então, **quem contou que tinha feito a denúncia foi ela estando junto comigo.** Então foi uma loucura. Ela fez a denúncia, **eu tava no hospital [...]** Na verdade, **desde o início, eu vi que foi uma armação.** Tipo, porque, primeiro não houve essa ameaça. Isso eu tô sendo bem, **juro pelo filho que tá no céu. Não houve essa ameaça [...]** Então **o que eu senti da parte da minha companheira, que ela foi induzida a fazer a mesma coisa.** (Romário, quarenta e oito anos, ensino superior completo, empresário)

[Sobre a justeza da denúncia] **A denúncia dela de ameaça foi injusta, porque não houve.** Tipo assim, se eu tenho certeza, **juro pelo meu filho. No tocante de não aceitar e querer reatar, tal, que houve a necessidade da medida preventiva, tal, acho que é justo.** Acho que é interessante até isso. **Porque, de uma certa forma, freia a pessoa,** opa, se eu não tivesse, poderia ter ido pra um outro caminho? Não sei. Acho que jamais. Mas acho que é importante essa lei Maria da Penha, mas teria que ser reavaliada e ter profissionais capazes, realmente, de ver se não está sendo

uma arma da mulher naquele momento. Mas, pra mim, foi importante. Foi bom.
(Romário, quarenta e oito anos, ensino superior completo, empresário)

Romário relata uma reação de perplexidade frente à denúncia recebida. Assim, narra incoerência na menção dos fatos que levaram à denúncia, como por exemplo, o fato de sua ex-mulher estar com ele no hospital no momento em que ele faria uma cirurgia decorrente do acidente em que tiveram, dia esse que consta no boletim de ocorrência que houve a ameaça relatada pela mesma. Romário vê a denúncia recebida como uma armação, como uma artimanha utilizada por sua ex-mulher para provavelmente facilitar a separação do casal.

Romário, apesar de considerar a denúncia injusta, reitera com frequência que o fato descrito por sua mulher no boletim de ocorrência foi inexistente, assim como qualquer outra situação de violência do casal. No entanto, reconhece o valor das medidas protetivas presentes na Lei como uma proteção para o próprio homem, prevenindo novos episódios de violência. Assim, apesar de negar veementemente a ameaça denunciada pela ex-mulher, o mesmo concorda com a justiça da aplicação das medidas protetivas em seu caso, uma vez que buscou “frear” seus próprios impulsos de procura-la. Vale lembrar que em tópico anterior, Romário também afirma que apresentou comportamento excessivo de insistência para reatar a relação em seu primeiro casamento.

4.4 MOTIVOS DA DENÚNCIA, HISTÓRICO E FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

4.4.1 Denúncia com relato de história de violência conjugal pregressa

4.4.1.1 Menção de violência unilateral (agressor-vítima) no momento da denúncia, com relato de história de violência conjugal pregressa

Igor

No que diz respeito à sua denúncia, Igor descreve que além do episódio de violência que gerou a mesma, existe um histórico extenso de violência do casal, o que parece colocar a relação de ambos em constante situação de vulnerabilidade.

No dia em que foi denunciado, Igor revela ter chagado em casa alcoolizado, descontente com a convivência com sua cunhada e reagindo agressivamente com sua esposa, conforme passagem abaixo:

*O que aconteceu foi... Ah, eu que **cheguei bêbado e tal**, entendeu? Alcoolizado para-ra. **Aí, cheio de problema, tinha a irmã dela que é louca.** Louca assim, deve ser louca, deve ter algum problema, mas cê manda lavar um prato aí ela é louca, não pode, não é? Aí você dá 100 reais pra ela não rasga. [Risada] Ela vai lá gasta o dinheiro, compra, compra um cigarro, compra calcinha. **Aí, ela não é louca, entende? Morava em casa, que devido à morte do pai dela, ela tinha perdido o pai no mesmo ano, entendeu? O que eu falo, são várias causas que vai acontecendo [...]** Incomodado e, querendo ou não, um casamento de 28 anos, 27 anos, 26 anos, né? **A convivência com uma pessoa de 26 anos, uma pessoa nervosa, vai tudo ajuntando, entendeu? Aí, que nem esse dia, eu bebi pra caramba. E tem uns gritos, tem uns berro e aí tem os empurrões. Então o que ocasionou a violência? Vai saber, entendeu? Pode ter sido nada, pode ser tudo. Esse negócio só da irmã dela tá aí, tá em casa é uma pessoa negativa, entendeu? É uma energia negativa. Aí, vai indo [...]** Porque eu que cheguei alcoolizado, desrespeitando ela, entendeu? Dei uns empurrão. **Então eu, fui eu que agredi.** Acho que tem que ser punido. Eu sou, eu sou um cara justo.*

Conforme a narrativa acima, observa-se que a violência é algo relativamente presente na vida cotidiana do casal. Em função disso, Igor deixa transparecer em

sua fala um estado de tensão presente na relação familiar, que se amplia com a presença de sua cunhada, possibilitando o surgimento de episódios de violência não passíveis de serem identificados por uma causa única, mas por um complexo de motivos. Nesse sentido é significativa a expressão do mesmo quando afirma: “Então, o que ocasionou a violência? Vai saber, entendeu? Pode ter sido nada, pode ter sido tudo”.

Vale observar, no entanto, que Igor relaciona o episódio da denúncia ao excesso de bebida, o que teria desencadeado seu comportamento agressivo, seu desrespeito para com a esposa e também a violência física cometida, que culminou com a referida denúncia. Por se tratar de uma violência física, considerou justa a denúncia.

A prática da violência psicológica, ao lado da violência física, é relatada por Igor que aponta para a naturalização da violência, por parte daqueles casais que a vivenciam, sem perspectivas ou desejo de buscarem romper com o círculo em que se enredam e se entrelaçam. Nesse cenário, o ciúme parece ingrediente bastante presente, ganhando expressão conforme relatos abaixo a propósito de um outro caso:

Como foi esse outro caso?

Que ela é uma pessoa nervosa também. Mas é que só viram o meu perfil, né? O dela não viram, né? Ela é uma pessoa nervosa até com, com os filhos, tudo. É uma pessoa que xinga, que manda..."-Vai se fuder. Vai, tomar no cú. **Você é um merda. Você é um bosta." Entendeu? Até com os filhos, ela fala assim, também. Com certa outras pessoas. Até um julgamento, generaliza, entendeu? Um negro não presta, outros negros não prestam. Um índio não presta... Uma pessoa também bem nervosa [...]** Ela é também uma mulher ciumenta, né? **Ela mesmo fala, assim, se eu trair ela, ela vai cortar meu pênis fora, entendeu? Pode falar brincando, mas... Até porque ela já pegou faca pra mim. Ela já, já jogou uma TV de 28 polegadas [em outra ocasião de conflito]. Ela jogou...**

E teve uma vez que a gente também teve um... É. Foi um final de ano, né? Uma, uma virada de ano. Eu tava na casa da minha prima comemorando, que nós morávamos no mesmo prédio. Eu morava no, no sexto, ela morava no quarto andar. E tava todos nós lá, eu a minha prima, os filhos dela, não sei se tava os meus filhos, o meu filho mais novo, minha esposa e tinha uma amiga dela que tava morando na casa dela, com duas filhas e tal. Jovens, né? E comemo, bebemo e dançando e bebendo. E, na época, eu tinha problema de enxaqueca. Aí eu, sei lá, pra num... Vendo que ela já tava olhando feio, porque eu acho que eu tava

dançando com uma das meninas, tava perto. Brincando, né? Você tá junto e tal [...] Eu prevendo isso, eu simulei uma enxaqueca, subi pro meu apartamento, tava no quarto, subi pro sexto, fui pra cama pra evitar... Confusão. Aí ela veio atrás e aquele tal negócio da mulher, começa a falar, começa a falar, começa a xingar, pa-ra-ra... Eu sei que voou pernil, voou frango tudo na parede. Porque ela tem essa mania, joga as coisas, entendeu? Se acertar, acertou. Num, num vê.

O diálogo abaixo, entre entrevistador e entrevistado, aponta para cenários possíveis desses conflitos conjugais, quando a violência pode ser tanto unilateral, quando mútua, possuindo fronteiras tênues para o seu desencadeamento:

Aí e veio pra cima, né? Ela veio pra cima pra, pra te agredir. Aí, cê segura, empurra, entendeu? Joga pra lá, joga pra cá e...

E ela acabou abrindo um B.O. disso?

Aí, ela quis fazer o B.O., aí veio polícia, porque é berro, tudo. Veio polícia, né? Ou chamaram a polícia e veio a polícia e fomo tudo pro segundo D.P. Aí tava essa prima que foi a testemunha dela, foi junto. E todo mundo falando "-Deixa pra lá, deixa pra lá." Chegou na delegacia uma hora, uma e meia, eu não lembro o horário, né? Os PM tudo querendo me, me bater. Falando: "-É, gosta de bater em mulher." Sem saber o que aconteceu, entendeu? Aí chegando lá, ela deu o depoimento dela. Aí, o pessoal viu que foi um, um... Não teve, assim, porrada, soco, sangue. Se teve sangue foi porque empurrou, se arranhou, entendeu?

Hum, hum.

Nada assim de violência mesmo. De querer matar e tal. Não teve isso. Que até o pessoal "-Deixa pra lá, deixa pra lá", né? Começo de ano, pô. Primeiro dia do ano. Ela não quis dá... Aí ela deu o depoimento e eu dando o depoimento pra escrivã, ela pegou essas bolsinha de moeda, tinha a chave, moeda, sei lá eu o que tinha lá dentro. Tô lá, ela jogou na minha cara [...] Na frente de foi todo mundo, dentro da delegacia. Aonde que ela foi conduzida pro corró.

Ah, os policiais pegaram ela...

Ah, o investigador. Porque ela, ela desrespeita, né? E ela teve um grande desrespeito às autoridades, né? Me agredindo na frente de todos. A delegada ouvindo a escrivã. E ela foi levada pra corró onde que ela... Aí, os dois foram fazer exame de corpo delito e naquela época...

Você também foi?

Também fui.

Você abriu um B.O. contra ela?

Abri. A delegada abriu um, depois disso... [Risada] A delegada, na hora, abriu um BO contra ela. Eu fui agredido na frente da delegada. Então nem eu precisei, eu abri um BO, a delegada falou: "-Não. Agressão múltipla", né?

Mútua.

Mútua, né? Múltipla seria várias vezes. É mútua. Aí fomos e eu fiz a, fizemos o corpo delito os dois.

Nessa ocasião, Igor evidencia sua concepção de violência "Não teve, assim, porrada, soco, sangue. Se teve sangue foi porque empurrou, se arranhou, entendeu? [...] Nada assim de violência mesmo. De querer matar e tal ". A concepção de violência do entrevistado acima, atrelada ao tipo de violência física, parece significar, em seu relato, que a mesma é característica da natureza masculina contrapondo-se à violência que ele menciona como verbal, no caso simbólica, como inerente, por assim dizer, às mulheres quando afirma: "Aí ela veio atrás e aquele tal negócio da mulher, começa a falar, começa a falar, começa a xingar, pa-ra-ra...".

A banalização da violência de gênero passa a fazer parte, ao que parece, da naturalização das relações de conflito entre casais não somente na percepção dos homens, mas também dos amigos e parentes quando afirmam, diante da cena de violência descrita: "E todo mundo falando "-Deixa pra lá, deixa pra lá. [...] Começo de ano, pô. Primeiro dia do ano."

Nessa perspectiva, podemos entender a postura de Igor frente aos dois episódios de violência narrados. Enquanto no primeiro caso, o mesmo se responsabiliza por considerar que houve uma agressão física de sua parte, o que caracteriza, ao seu olhar, uma "genuína" violência, apesar de não envolver sangue ou morte, no segundo caso relatado, sua concepção é diferente, ou seja: ele assume uma postura mais passiva frente a violência, fazendo um maior uso da lógica dicotômica para compreender a mesma, colocando-se acima de tudo como vítima da situação frente ao considerado descontrole e ciúmes desmedidos de sua mulher e de sua "natureza nervosa". Coisas típicas de mulher, segundo ele.

4.4.1.2 Menção de violência mútua no momento da denúncia, com relato de história de violência conjugal pregressa

João

Além do episódio que gerou a denúncia, João também relatou que já chegou a agredir sua esposa anteriormente, fato esse que o mesmo pouco explorou na entrevista. Na ocasião em que houve a denúncia com base na Lei Maria da Penha, João narra episódio de violência verbal mútua, em sua linguagem, e psicológica na terminologia da Lei Maria da Penha, com tentativa de violência física por parte dele, conforme fala a seguir:

...Que eu cheguei em casa e eu abri a porta e, por acaso, a porta bateu, né? Ela começou a me xingar, né? Daí eu fiquei na minha. Ela começou a me xingar, começou a se alterar. Aí eu comecei a discutir com ela. Ela foi, levantou-se e começou a gritar. Foi na hora que eu fui partir pra cima dela [...] É. Não chegou pegar, mas eu tentei dar um soco nela. Tentei sim. Eu vi que não tinha aquele motivo pra tá gritando e foi isso aí.

Eu fiquei descontrolado... Porque a situação não era pra aquilo, né? Que eu não bati a porta porque eu quis...Foi a gota d'água. Não tava tão, assim, entrando bem, né? Então com isso aí foi, já vinha já de antes. Vai juntando, vai... [...] Discussão boba, né? Discussãozinha boba daqui, dali...

Conforme podemos observar, o caso de João apresenta-se como caso exemplar e característico de como conflitos de gênero, considerados banais, colocam casais em situação de vulnerabilidade frente à violência de gênero.

Assim, diante da pergunta do entrevistador sobre quais foram os motivos da denúncia, João responde reiterando os conflitos cotidianos presentes na vida do casal, no seguinte diálogo com o entrevistador:

É assim... [Risada leve] Eu ia no bar assistir o jogo, já começava a reclamar. Então era discussão boba. Então no dia a dia, chegava na quarta feira, toda quarta feira uma discussãozinha, por quê? Era o dia que eu ia pro bar tomar cerveja...

Com os amigos?

*Isso. **Aí ela já começava conversinha, antes de sair, ela já começava a me xingar.** Aí quando voltava, já tava... Praticamente toda semana...Porque ela queria que eu ficasse em casa com ela, né? Essa era a versão dela.*

E o que você falava pra ela, então?

*Não. **Eu falei pra ela, é o único dia que eu tenho pra assistir o jogo...** Em casa, com ela, ficava assistindo a novela, queria dormir. **Então ia assistir o jogo fora, né?** Mas, mesmo assim, ela sempre ficava reclamando. Sempre reclamando. **Hoje não. Hoje ela já sabe, já.** Então... **E foi o motivo da gente recomeçar, também,** foi isso. A gente recomeçou [...] Foi depois do que tava acontecendo, né? Que a gente chegou até a se separar, né? Passou...*

O relato acima bem evidencia a natureza dos acontecimentos da vida cotidiana que podem desencadear em cenas de violência. Nesse tipo de cenário narrado por João, observa-se dificuldades de comunicação notadamente pela ausência de diálogo na busca de solução de conflitos cotidianos presentes na dinâmica relacional do casal. Esse caso permite demonstrar como motivos considerados relativamente banais, na própria expressão do entrevistado: “Discussão boba, né? Discussãozinha boba daqui, dali...”, ocultam diferenças de gênero quando à mulher, se restringe o espaço da casa, o assistir novelas, e ao homem é legítimo garantir o espaço público, o espaço da rua, ou seja, participar de ambientes típicos de sociabilidade masculina, como é o caso do bar, do futebol.

Nossa interpretação de que a ausência de diálogo implica conflitos de gênero que colocam em vulnerabilidade as mulheres, e mesmo casais, à violência, encontra sustentação na própria narrativa de João quando relata, no momento da entrevista, a mudança ocorrida em suas relações com sua mulher, após sua participação no grupo reflexivo, a partir do qual pode estabelecer novos parâmetros de convivência e de respeito mútuo às individualidades e desejos pessoais, na construção de uma nova relação.

Paulo

Paulo, ex-policial militar, passou por uma longa e complexa situação de violência. Após a separação, sua ex-mulher expulsou de sua casa uma das filhas do casal, filha essa que apresenta, segundo seu relato, problemas psiquiátricos. O

conflito que levou à denúncia foi por ocasião de buscar entender, em conversa com a mesma, tal fato, o que culminou em cena de briga, conforme relato abaixo descrito:

A briga, ela começou foi dois dias direto. Foi dois dias direto. Um dia foi a família dela, veio aquele monte de gente em cima de mim. [...] E eu tava com a minha filha no carro. Foi o dia que ela foi pra delegacia. Que ela acabou se machucando. Então foi isso aí. Eu tava com a minha filha no carro [...] E eu queria saber por que que ela expulsou minha filha de casa. Ela expulsou minha filha de 15, de 14 anos de casa. É a que tá tirando o cabelo hoje [...] Eu queria saber por que, né? Eu tinha que trabalhar. Eu tava levando minha filha pro Batalhão. Eu não podia deixar minha filha no Batalhão, né? Ou seja, eu parava o meu carro lá fora. Deixava minha filha no carro. Imagina minha filha ficar doze horas, eu ter que ir lá no restaurante pegar marmitex pra levar pra minha filha. Era complicado pra mim. Eu queria saber por que que ela fez isso aí com a minha filha.

Bom, a hora que eu ***atravessei a rua***, que era a avenida D. Paulo, que é ali no Ipiranga, eu fiquei no meio fio, assim, ó [...] ***Chamei ela, comecei a conversar com ela. "-Pô, como que você coloca a menina pra fora de casa? Quero saber, entendeu, qual é o motivo. Eu quero saber."*** A hora que eu falei ***"-Não. Pera aí, quero saber. A menina tá aí, ó. Ela tá dormindo dentro do carro. Quero saber, entendeu? Ou você fica com ela, entendeu?"*** Ó, eu só sei, eu só sei que ela me arranhou. ***Ela meteu a unha no meu rosto e eu fui e empurrei ela. Mas eu empurrei mesmo com gosto mesmo, né? Do jeito que eu empurrei assim, ela bateu a cabeça. Só que eu não vi que ela tinha se machucado.***

Foi uma coisa horrível, sabe? Eu lembro, eu tô lembrando isso aqui hoje. Eu não tenho coragem de fazer isso que eu fiz naquele dia, no meio da rua, né? Eu sei que peguei, fui embora, com o rosto tudo rasgado. Eu falei "-Não quero nem saber. Não vai ficar assim, não. Vou fazer um BO dela." Fui pra delegacia, fiz o BO, entendeu? Fiz o BO. E, pra mim, ela não tinha se machucado. No dia seguinte, ela foi, parece que foi fazer BO. Ela foi fazer o BO lá [e disse] que eu, que eu, que eu joguei ela no chão, pisei na cabeça dela. Eu não fiz isso, né? Empurrar, sim. Mas... E gerou tudo isso daí. Aí foi pra Delegacia da Mulher. Que me chamaram lá. Aí fui lá na Delegacia da Mulher e depois que eu, depois foi pro Fórum.

Essa ampla narrativa de Paulo para explicitar o motivo da denúncia de violência contra a mulher, pela Lei Maria da Penha, na realidade oculta a complexidade da relação vivida por ambos, envolvendo conflitos de diferentes ordens, incluindo ciúmes, em função de um rompimento unilateral, por parte do

mesmo, pelo envolvimento com outra mulher. No relato abaixo, busca atribuir a denúncia a um desejo de vingança por parte da ex-companheira:

Eu só dei esse azar que minha esposa, minha ex-esposa, ela queria uma vingança comigo, entendeu? Porque eu já tive uma outra mulher, né? Tenho filho com a outra mulher [...] Pra mim foi vingança. Pra mim foi vingança que ela queria fazer. Discutimos. Teve agressão. Teve agressão. Não somente da minha parte como da dela, também, né? Da parte dela foi mais. Então, ou seja, eu acredito que numa delegacia, agressão... Ah, tá. Agressão... Existe lá agressão mútua, entendeu? Como ela me bateu, eu acabei descontando nela. Aí eu sempre falo também pra uns conhecidos meus, que a mulher, ela tem muita força, muita força, mas é na língua. E o homem, ele é fraco, vai acabar batendo na mulher. Então é isso que acaba acontecendo, né?

A situação de vulnerabilidade vivida por Paulo e sua ex-esposa é evidenciada pelo conflito de gênero que permanece e, ao que parece, se acentuou em função de sua relação extra conjugal, com uma nova mulher, que já se encontrava grávida.

E a questão, também, depois que não dava muito certo, a briga era constante em casa. Era constante, porque ela não podia ver um telefone lá no meu celular que era "telefone de vagabunda". E não era. Ela ligava pros telefone que tinha na minha agenda. Era telefone de amigo meu, de polícia, era de emprego, de bico que eu fazia, né? E não tem um policial que não faz bico, entendeu? Todos faz. Inclusive o comandante faz, né? E perdia bico por causa dela. Então, ou seja, e começava, começava direto. Às vezes faltava alguma coisa, sim, dentro da minha casa. Mas sempre eu dava um jeito. Sempre eu dava um jeito pra colocar lá.

Mais uma vez, ganha expressão o fato de que conflitos cotidianos, considerados “naturais” ou “normais” entre os casais, são passíveis de desencadearem situações de violência que caracterizam a mesma como um problema social relevante, em nosso meio. Ganha igualmente expressão as dificuldades de diálogo, ou de interlocução entre casais para a solução de tais conflitos, quando se busca a solução, como no caso de Paulo, em uma nova relação.

O relato abaixo aponta para situações onde tais possibilidades de novas relações ocorrem:

Ó, como foi que eu conheci outra mulher? Esse detalhe é legal, também. Por que que aconteceu isso aí? Eu discutia com ela [ex-mulher], ela catava minhas roupa, jogava tudo dentro do meu carro, jogava no meio da rua minhas roupa [...] Eu sei que eu pegava minha roupa, fui lá pra casa da minha mãe [...] Isso aí foram dois meses que eu fiquei na minha mãe [...] Aí eu sei que eu acabei conhecendo essa [mulher] atual, né? E ela me tratava bem, tratava com carinho, né? Enquanto que a outra só... Não tava nem aí, né? Só queria... Era só eu fazer, porque eu trabalhava era demais mesmo. Então saía da polícia, ia pro bico. Do bico já ia pra outro bico. Eu não tinha descanso. Inclusive, foi assim que eu consegui comprar minha casa. Pagando, tudo honestamente, durante seis anos fazendo isso daí, né? Era carro que eu tinha também, que eu vendi pra dar também de entrada na casa. E acabei conhecendo a Sandra. Aí... E ainda avisei ela. Falei "-Conheci outra pessoa." "-Não, cê tá certo." Ela falou, né? "-Você tá certo." Meu, o dia que ela falou "-Cê tá certo. Não. Então eu quero conhecer ela. Eu quero que você seja feliz." Falei "-Tá bom."

Levei ela pra conhecer. Meu, ela puxou a arma, queria matar a mulher [...] Ela puxou minha arma, da minha cintura. E ainda o tiro não chegou a disparar, né? Eu enfiei a mão assim, ó [mostra a cena para o entrevistador]. Aquele cano pegou aqui na minha mão, assim, cortou minha mão, né? A sorte foi essa. Que se não batesse, ia disparar a arma. Então ela não é santinha, não, minha ex-mulher. Ela já deu tiro em cima de mim. Ela pegou já minha arma. Eu saí correndo, ela deu tiro... Eu nunca falei isso para a juíza, né?

Pelos relatos acima, Paulo parece buscar justificar sua nova relação conjugal em função dos desencontros com a ex-companheira, ao considerar que esta não soube reconhecer sua dedicação no exercício de papel de provedor da família, que sempre buscou exercer, de acordo com valores tradicionais de nossa sociedade em relação ao papel masculino. Daí, sua queixa reiterada de não ser “recompensado” com carinho e afeto, como caberia a uma esposa, mas, ao contrário, vivenciar sucessivas cenas de ciúmes e mesmo agressões em um conflito onde se coloca como vítima da relação conflituosa.

A situação de conflito colocando a vida de ambos, e mesmo de outros, em risco, é relatado, ao que parece, como um dos motivos que justifica sua decisão pela separação, pela busca de uma nova relação conjugal, de conformidade com relato abaixo:

Eu fui enjoando dessa situação. Fui enjoando dessa situação. Aí eu fiz uma caixa de ferro pra colocar a arma dentro, com cadeado. Ó, pelo tempo que eu tô na polícia, pelo tempo que eu fiquei na polícia, eu nunca precisei matar alguém. É engraçado o pessoal escutar isso de um policial, mas eu me considero polícia, ainda. Eu nunca precisei atirar em ninguém. Nunca. E quando eu precisei atirar

*que eu fui vítima tentativa de latrocínio, olha o que que a polícia fez comigo, né? **Bom, acabei separando...** Voltando ao assunto da minha mulher. **Aí separei dela, não aguentava mais.** Já tava com filho. **Já tinha feito filho com a outra,** ela engravidou, né? Ela engravidou. **Não tem jeito. Acabei depois ficando com a outra.***

4.4.2 Denúncia sem relato de história de violência conjugal pregressa

4.4.2.1 Menção de violência unilateral (vítima-agressor) no momento da denúncia, sem relato de história de violência conjugal pregressa

Romário

No que diz respeito a sua denúncia, Romário afirma que não houve motivos que sustentem esta, pois, segundo ele a ameaça mencionada por sua ex-esposa nunca existiu. Ele narra que no dia em que fez uma cirurgia, subsequente a um acidente que sofreu, foi quando a mesma revelou ter aberto boletim de ocorrência conforme pode ser observado no excerto abaixo:

A denúncia dela de ameaça foi injusta, porque não houve. Eu tava internado no hospital, sendo operado [devido ao acidente de carro com a esposa e filho que veio a falecer] [...] Na verdade, desde o início, eu vi que foi uma armação. Tipo, porque, primeiro não houve essa ameaça. Isso eu tô sendo bem, juro pelo filho que tá no céu. Não houve essa ameaça. Tava em processo de cirurgia e tal. Eu tinha sofrido um acidente, tinha ficado em coma 80, 90 dias. E tava com problema de sequelas na minha, como que chama aqui? Traqueostomia, que eu tinha feito e tal. Então tive que fazer cinco, seis cirurgias, tal [...] Então, quem que contou que tinha feito a denúncia foi ela estando junto comigo. Então foi uma loucura. Ela fez a denúncia, eu tava no hospital. Quando eu saí do hospital, depois da minha cirurgia, ela voltou a ficar comigo. Ficamos junto. Aí ela pediu desculpa. Falou que tinha feito essa denúncia, tal. Mas que não ia dar em nada, tal. Aí, voltamos a se separar de novo, foi morar com... Então, eu sempre gostei dela. Mesmo ela tendo feito essa denúncia, eu tentava não deixar ela passar privações financeiras. Emprestava dinheiro. Dava dinheiro, tal. Então quando interessava pra ela se reunir comigo, se reunia.

No relato de Romário, observa-se que o mesmo foi, ao que parece, surpreendido pela denúncia da ex-esposa, em função de sua hospitalização. Por gostar da mesma, busca relevar tal episódio na tentativa de manter a relação e superar o conflito. Seu relato deixa entrever, no entanto, uma situação de indefinição da relação, na qual, pela diferença geracional, assumia uma relação de cuidado inclusive paternal, em termos financeiros.

Sobre o acidente sofrido e a situação de vulnerabilidade que passou a caracterizar a relação, o relato abaixo é elucidador:

A gente tava indo pra um casamento, que a gente ia ser padrinhos de casamento do irmão dela. E na estrada a gente, eu não me lembro de nada do acidente, nem ela. Sofremos um acidente feio. Dizem que ela que tava no volante, mas acho que era eu. E acabou, nosso filhinho... Quando foi enterrado, no dia, ele tava fazendo um aninho. Então foi uma perda grande. A gente adorava o nosso filho. Então... Eu fiquei em coma esse período, 80, 90 dias [...] Aí no acidente ela me abandonou. Quando eu voltei do coma, eu não sabia de nada, tal, chamei ela de volta. Ela veio. Moramos mais um ano junto, mais ou menos. Mas sempre desgaste, conflito [...] Mas nunca uma agressão, nada. Acho que ela tava cansada da relação, do relacionamento. Acho que [o acidente] foi uma gota disso.

Se o acidente de carro representou um marco na relação de vulnerabilidade do casal, evidências outras relativas ao comportamento de sua ex-mulher anunciavam, aos olhos de nosso próprio entrevistado, o desfecho da relação, conforme se observa em seu relato, a seguir:

O que realmente aconteceu foi, eu acredito que foi isso, diferença de idade, convívio com novas pessoas na idade dela e a perda do nosso filho [...] Eu acho que, realmente, ela foi... Era uma novidade pra ela, ela tava fazendo curso de direito na Uninove. Eu que tinha incentivado ela fazer. Eu que pagava a faculdade dela. Então era aquele motivo. Era jovem, devia tá conhecendo outras pessoas jovens. Ela sempre foi muito desinibida. Uma pessoa extrovertida [...] Eu acho que foi principalmente quando ela começou a fazer a faculdade, que ela começou a se enturmar com o pessoal da idade dela mesmo, que fez isso. Aí, posteriormente, ela entrou numa empresa imobiliária grande e conheceu um outro mundo, shows, noite, tal. Deve ter sido isso.

Nesse relato podemos observar que Romário busca explicitar o que considera os motivos que levaram à ruptura da relação com sua ex-esposa, dentre os quais, a diferença de idade e abertura de uma nova visão de mundo pela sua inserção universitária e no mundo do trabalho, redirecionaram sua própria vida distanciando-a do mundo de então, propiciando-lhe autonomia e empoderamento diante da relação. No entanto, revela a complexidade da busca de interpretação do término de relações conjugais ao dizer: "Deve ter sido isso".

Finalmente, reitera, em seu relato abaixo, em relação a denúncia, nunca ter ameaçado, ter agredido, mas tão somente tentar reconquista-la, reconstruir a relação:

*Tava internado no hospital, sendo operado. Então, mas tudo bem. É que **eu não soube, também, aceitar a separação por parte dela.** Gostava muito dela. **Nunca ameacei, nunca agredi, tal. Mas eu insisti em querer conversar com ela. Tentar reconquistá-la. Talvez tenha sido isso.***

Lúcio

Lúcio, relata, em narrativa abaixo, assim que sua ex-namorada voltou para o Brasil, depois de cerca de dez anos na Espanha, estabeleceram uma relação ocasional, relação essa que levou à denúncia, com base da Lei Maria da Penha:

Eu a namorei de final de 99 a junho de 2000. Ela viajou em junho de 2000 e voltou começo, mais ou menos, marco, abril de 2011. Ela ficou praticamente dez anos fora.

*Ela apareceu, batemo papo, conversamo numa boa. Falei pra ela "-É tão difícil essa distância que tudo muda, né? **Estou com minha liberdade à flor da pele. Tô solto. Você, não sei como você voltou, eu não sei o que aconteceu lá. Vamos levar uma amizade.** Aí a gente vai se encontrando, **se der a gente volta a namorar."** E fomos levando esse relacionamento de amizade colorida e como o pessoal ainda pensava que nós namorávamos, né? Mas **eu mesmo tava querendo saber qual era, como que ela estava de cabeça,** que eu não vou entrar numa barca furada, com uma carga pesada de outras pessoas que a gente não tem nenhum sentimento muito forte. **Não era nem paixão. Era uma paquera que tava levando, né?***

Sobre a cena de violência, Lúcio faz o seguinte relato:

E aconteceu no que deu. Ela apareceu aí. Eu tinha, eu tinha dado... Antigamente, antes dela viajar, **eu tinha dado um telefone pra ela, que tava em meu nome**, e como todo mundo tá cheio de dívida, os credores nos acham, né? **E como era o único telefone que eu tinha no meu nome, no apartamento dela, o pessoal ligava lá toda hora pra me cobrar.** Ou era do cartão ou era algum crediário que eu tinha. Então achavam na lista telefônica, ligava lá que ela meio que braba. **Que eu falei pra ela, muda o nome, passa o telefone pro teu nome, que isso acaba. Ela veio aqui batendo o pé. Eu tinha acabado de abrir [o bar]. E xingando e se esbravejando aí. Eu falei "-Querida, acabei de chegar. Deixa colocar a casa em dia, a gente conversa."** "-Que tão ligando te cobrando, que é isso, que é aquilo, não sei o que. Tira aquele telefone de lá." Foi numa quinta. Aí voltou na sexta de novo. Encheu o saco. **Aí voltou no sábado, não, voltou no domingo. Voltou virada, virado bicho mesmo, né? Eu falei "-Eu não vou te aguentar. Não vou mais te ouvir. Não tem condições. Eu tô indo embora."** Quando eu saí na porta pra baixar a porta, **ela grudou no meu pescoço e começou aquela baixaria, né? Todo mundo apavorado na rua, pensando que eu ia agredi-la. Nunca agredi freguês nenhum.** Sempre fui de dar bronca, em bom tom, né? E todo mundo viu, ficou... Falei "-Pessoal, fica sossegado." **Os mendigo da rua queriam pegar ela.**

Só me protegi. Coloquei a mão no rosto e foi pancada. Como eu sou... Você vê, não sou pequenininho, né? Então a gente segura, né? E ela dando pancada, **uma mulher dando pancada num homem, se ela não sabe bater, ela se machuca, né?** Não é questão de tirar sangue, nada. Mas é pra tomar na mão, machucou o braço... **Machucou o braço, ela falou que eu peguei no braço dela. Peguei na mão dela.** Eu só pus a mão na cara. **Depois ela voltou mais tarde, no domingo final da tarde, e encheu minha...** Foi tijolada pra tudo quanto é lado aí. **Gritaria na rua. Eu chamei a polícia. Um freguês que tava aqui, mandei chamar a polícia.**

Aí a polícia demorou. Mandei ligar de novo. E o bicho pegando aí na rua, né? O pessoal preocupado. Falei "-Não. Não. Deixa que uma hora ela vai embora." **Passou um casal de amigos**, que é amigos em comum dela do samba. **Esse casal pegou e levou ela embora.** Levando ela embora, **ela voltou mais tarde e de novo com um saco de tijolo e, de novo, tijolada.** Tijolada e gritando. Eu não fui na casa dela. Já não subia mais na casa dela, que **ela já tava querendo armar**, que ela tentou armar uma vez uma pra mim. **Que é a segunda denúncia, essa que nós tamos conversando.**

No conflito relatado acima, Lúcio descreve os fatos que levaram à segunda denúncia sofrida por ele, a qual o levou ao grupo reflexivo. Em ambas as denúncias ele atribui a armação de sua ex-namorada para com ele, com a finalidade, segundo

seu relato, de provavelmente ter algum ganho financeiro, conforme diálogo com entrevistador, a seguir:

*Que primeira denúncia, ela [ex-namorada] passou aqui no meio de semana e disse **"-Minha irmã viajou, fica comigo."** Eu vi que ela não tava bem. Falei **"-Eu não vou."** **"-Eu quero que cê fica comigo."** **Eu acabei indo.** Nessa daí, no dia seguinte, eu dormi no quarto, ela dormiu na sala. **Ela tem problema de coluna, que ela já veio com esse problema da Espanha lá.** Não sei o que aconteceu. Só sei que ela tava sendo medicada pelos hospitais da Espanha, da cidade onde ela tava. **Aí, ela dormiu na sala e acordou coma coluna ruim.** Eu tô indo embora, ela tava no telefone. Ela falou **"-Você não vai se despedir de mim?"** Eu fui lá, despedi dela. **Três dia depois ela me liga **"-Vou te foder. Vou aprontar com você. Você machucou minha coluna."**** Falei **"-Cê tá é louca. Nem encostei em você. Nós nem dormimo junto."** **E aí que começou, né? Da primeira denúncia foi isso.***

Ela denunciou isso aí?

É. Que eu a machuquei.

Por que você acha que ela fez isso?

Ela tava querendo armar já uma pra mim.

Por que... Por que você acha que ela tava querendo armar pra você?

Tem uma ex-funcionária minha, que eu mandei ela embora, que eu não posso falar o motivo que eu mandei, porque eu sei por que eu tava mandando, mas eu não tenho testemunhas. Mas eu mandei embora e acertei ela no Ministério do Trabalho. Essa ex-funcionária é vizinha dela [...] Essa ex-funcionária, junto com ela, estava tentando armar alguma coisa pra que desse algum tipo de indenização financeira.

A exemplo de Igor, observamos mais uma vez, o que consideramos a banalização da violência de gênero, que naturaliza relações de conflitos entre casais, não somente na percepção de homens, mas igualmente de amigos ou parentes. No caso de Lúcio, a mesma cena se repete quando observamos seu relato a respeito do conflito com sua ex-namorada. Nessa ocasião, ele próprio tenta minimizar a violência em cena a partir das seguintes palavras: "O pessoal preocupado. Falei **"-Não. Não. Deixa que uma hora ela vai embora."** Passou um casal de amigos [...] e levou ela embora."

Nesse relato, o que podemos observar é a presença de uma cena cotidiana passível de explicar como situações de conflitos permanecem latentes, vulnerabilizando as relações sociais, eclodindo em episódios sucessivos de violências que, pela tendência cultural de contemporizar, os problemas não se

resolvem, mas são minimizados ao se retirar da cena, seus personagens. Nesse sentido, o relato de Lúcio é característico na medida em que ao que buscar romper o diálogo, a negociação com a sua ex-namorada, ao dizer: “Eu falei “-Eu não vou te aguentar. Não vou mais te ouvir. Não tem condições. Eu tô indo embora”, tal fato desencadeou, ao que parece, as sucessivas tentativas da mesma em “resolver” o problema em cena, qual seja: o drama do telefone.

Vale observar que a situação de Lúcio se complexifica pelo fato de sua vida se desenrolar em um ambiente de muita vulnerabilidade. Vários aspectos se articulam e geram uma situação que vai além das problemáticas relativas às de relações ou conflitos de gênero. Lúcio, além de ter um histórico de crimes e passagens pela justiça, é dono de um bar em um bairro da região central de São Paulo, onde o mesmo descreve o uso de drogas dentro de seu estabelecimento por parte de seus clientes. Sua ex-namorada, que no Brasil era dançarina, morou na Europa, segundo o relato de Lúcio, sob circunstâncias duvidosas, para provavelmente trabalhar com prostituição, conforme excerto abaixo:

O que ela foi fazer lá no exterior?

Na verdade, ninguém sabe, né? E se a gente fala alguma coisa que mexa com a moral da pessoa, sem saber a realidade é complicado, né? E foi num país, um país [Espanha] que leva as brasileira como escrava, né? Escravas sexuais, né? [...] Há um monte de suspeita [de prostituição]. E nem tudo... Ela foi como dançarina, porque ela é sambista, né? Foi passista de escola de samba, aquela coisa toda. Então nunca entrei nesse mérito com ela, jamais. Mas ela tinha a vida dela e eu tinha a minha.

Assim, no contexto social onde vidas se cruzam e entrecruzam, muitas relações são fluidas, outras permanentes, o que podemos vislumbrar, do ponto de vista investigativo, é a riqueza da vida cotidiana, com suas relações concretas, a serem descortinadas, mas que permanecem, muitas vezes, veladas, cifradas nas narrativas de seus sujeitos, a serem lidas não somente nas linhas, mas sobretudo nas entrelinhas, dada a lógica peculiar das narrativas.

4.4.2.2 Menção de violência mútua no momento da denúncia, sem relato de história de violência conjugal pregressa

Edson

Ao relatar o motivo do episódio que levou à denúncia de violência baseada na Lei Maria da Penha, Edson, garçom, relata a cena de um baile no qual, ao dançarem, ele e a ex-mulher, com parceiros diferentes, ocorre uma situação de ciúmes mútuo, que desencadeia uma discussão, conforme narrativa abaixo:

Então ela é bem, bem, bem ciumenta. A gente, um dia a gente tava dançando lá, tava todo mundo dançando [forró], né? Eu dançando com a amiga dela e ela dançando com um amigo dela que não era nem amigo. Era conhecido lá do norte, né? Aí nisso veio aquela crise de ciúme, porque eu tava dançando com, com a amiga, ela foi também dançou com o cara.

Aí, aí começou aquela discussão, tipo assim, né? Eu chamei ela de canto, entendeu? Jamais ia discutir com ela na frente do pessoal. Eu chamei de canto, entendeu? Que eu tava dançando, que tudo bem, que a pessoa, a minha parceira que eu tava dançando com ela, era amiga minha. Minha amiga, minha e dela. Só que o cara que ela tava dançando, eu não conhecia o cara, ele era amigo dela de infância. Aí, começou a discussão.

Ao descrever o início da discussão e seu processo, Edson atribui o episódio a uma “crise” de ciúmes mútuo, ocorrido em cenário público, cujo desdobramento foi o da ocorrência de uma cena de conflito em relação à posse de um carro, que resulta em violência física, relatada pelo entrevistado como acidental e apontada como o motivo da denúncia. A sequência de falas abaixo retrata a narrativa do mesmo:

Aí, nisso, [por causa do ciúme mútuo] a gente começou a discutir e tal. Eu peguei e fui embora. Aí eu fui embora. Aí, fui embora pra minha casa. Aí, nisso, eu peguei o carro e saí. Aí ela falou assim: "-Você não vai sair, você não vai sair com o carro, que esse carro é meu." "-Como que o carro é seu?" "-É sim. Tá no meu nome." "-Assim, tá no seu nome. Mas..."

O meu nome naquele tempo tava, tava sujo. Eu tive um problema, tive uns problemas, né? Aí eu comprei o carro no nome dela [...] Aí nisso, eu peguei a

chave do carro. Ela tentou [...] e conseguiu tomar a chave do carro. Aí, eu peguei e falei assim: "-Ah, então cê quer confusão, né? Você quer falar que o carro agora é seu. Eu que comprei o carro, eu que tenho, entendeu? **Eu que pago o carro e o carro é seu? Então tá bom então, fica com o carro.**" Aí eu falei assim: "-Então, então tá bom, o carro é seu. Então o som..." Que eu tinha, que eu coloquei o som no carro, eu que coloquei o som no carro. **Coloquei o som no carro. Gastei no som quase três mil reais no som do carro.**

"-Então o som do carro é meu. Fique com o carro que o som eu vou tirar." "-Não. Você não vai tirar nada." Eu disse: "-Eu vou tirar sim. O som do carro é meu." [...] Eu arrancava e puxava. Isso. Aí, nisso que eu puxei o tampão do carro, eu tinha um autofalante, eu puxei o tampão do carro com força, com força mesmo. Nisso quando eu puxei o tampão, o auto-falante que tava, tava praticamente solto, aí soltou e bateu na cabeça dela. Foi quando teve um corte, né? Teve um corte e sangrou. Aí foi nisso que ela me denunciou, né? Como agressão, né?

Ao lado da agressão contra a mulher, relata, igualmente, agressão em relação à sua ex-cunhada, fatos que levaram a uma dupla denúncia contra ele, evidenciando a existência de relações de conflito no ambiente familiar.

*É, não. Ela [ex-mulher] chegou, não, **ela chegou a bater sim. Tipo me beliscar, né? Beliscar e tal. Coisa de mulher, beliscar, dar tapa, né? Já a irmã dela me agrediu mesmo, com soco, né? [...] Aí nisso eu também, tipo assim, não revidei. Tipo, mais com a irmã dela, entendeu? A irmã dela ela veio me agredir e tal. Ainda eu peguei ela e empurrei ela ainda. Ela ficou roxa** que, sabe, que caiu. Ficou roxa pelo chão...Irmã dela. Aí, também **aproveitou também e fez, também, o BO, né?***

Mais uma vez, observamos uma narrativa onde podemos visualizar aquilo que consideramos uma banalização ou naturalização da violência, quando práticas consideradas como “beliscar, dar tapa”, são considerados “normais” em uma relação por serem, no caso, “coisas de mulher”, numa aparente indicação de que tal fato não significa violência. Ao lado disso, mais uma vez apresenta-se a representação de que violência mesmo é a que foi praticada pela irmã de sua ex-esposa, ao que parece, por ser mais típica dos homens, conforme se evidencia na seguinte expressão de Edson: “Já a irmã dela me agrediu mesmo, com soco, né?” No seu caso, apesar do relato de ter empurrado ambas as mulheres, tal fato foi por ele representado, tão somente como uma estratégia de defesa. Assim, Edson reitera que o problema físico provocado em sua ex-mulher foi acidental, não considerando,

portanto, como agressão, ou violência propriamente dita, os empurrões, conforme narrativa abaixo:

[...] Jamais eu bati nelas. Se eu for bater nelas e daí ficava bem machucada, tal. Mas eu não bati nelas, entendeu? Empurrei, sim, a irmã dela, né? Enquanto a minha ex-parceira, não bati nela, apenas foi o, igual eu falei, o negócio, o som do carro que o tampão que eu puxei e realmente, infelizmente por azar meu, bateu nela pra me complicar, entendeu? Foi isso.

No presente caso, ao lado de outros anteriores, vale destacar como a questão do ciúme, no caso recíproco, apresenta-se como mote do desentendimento sugerindo tratar-se de cenas cotidianas sucessivas, típicas do modo de vida do casal, embora nosso entrevistado relate, ao que parece pela tendência à naturalização dos conflitos familiares, a não existência de violência doméstica pregressa. Tal fato aponta para outro aspecto que nos parece relevante, qual seja, o de os homens considerarem como violência doméstica, notadamente a agressão física, o que em tese caracterizaria, para eles, o agressor “típico” ou “característico”. Esse tipo de constatação permeou, conforme podemos observar, muitas das narrativas dos vários entrevistados, ao longo de nosso discurso. No caso de Edson, vale observar, que a ocorrência do ferimento de sua ex-mulher, resultado de um cenário de conflito familiar, deveu-se a um mero acaso, e não uma implicação de um cenário de vulnerabilidade. Daí sua explicação: “eu puxei [o tampão do carro] e realmente, infelizmente por azar meu, bateu nela pra me complicar, entendeu? Foi isso.”

Sandro

Sandro, empresário, ao narrar o episódio no qual houve a denúncia, descreve momento peculiar em sua vida, momento esse que estava planejando sua próxima aposentadoria. O mesmo descreve divergência de planos e expectativas de vida, em função de decisões particulares de sua esposa, conforme aparece em narrativa abaixo:

O duro é quando você tem pensamentos contrários, opiniões contrárias, divergentes. Como nesse caso que eu acabei de te dizer. **Eu sempre deixei, tanto pros meus filhos, que eu iria me aposentar e ia morar na praia. E tanto é que na época, na contramão da minha ideia, ela [a esposa] comprou um pet shop**, com um dinheiro que a gente tinha numa poupança, enfim. Não importa o caso, nós vendemos um apartamento, metade eu acabei construindo na praia, a outra metade ficou na poupança das crianças. **E aí, em determinada hora foi lá: "-Comprei um pet shop."** **"-Como assim comprou um pet shop? Como que você vai na conta, pega o dinheiro, compra um pet shop, chega aqui agora na janta e fala 'Comprei um pet shop?'** **Agora que eu tô a dois anos pra me aposentar, você vai trabalhar de sábado, domingo e feriado cuidando de cachorro. E eu não vou poder descer pra praia porque eu vou arrumar uma amante com certeza."**

Além da divergência de planos de vida, que descaracterizam a ideia de um projeto de vida comum do casal, conforme acima relatado, mudanças nas relações de gênero, relativas ao que sugere tratar-se de uma autonomia e ou empoderamento de sua mulher, muito contribuíram, segundo relato de Sandro, para agravar a situação de conflito do casal.

Vinte e cinco anos de casado. O nosso casamento, ele sempre foi... **Hoje, hoje eu diria pra você que ele [o casamento] era um relacionamento meio de competição. Eu trabalhando, ela cuidando dos filhos. Depois ela quis trabalhar. Saiu do trabalho, entrou numa igreja de crente. Aí, as coisas começaram a tomar um vulto um tanto quanto autoridade [autoritário]. No sentido de: "-Sábado que vem você não arrume compromisso porque eu paguei uma viagem pra encontro de casais da minha igreja e você vai."** Voltando lá atrás o que eu havia lhe dito. **"-Você não deveria ter feito isso, porque eu não vou."** Pois bem, o cheque foi descontado. Eu não fui. E disse: **"-Eu não vou. Eu nunca te obriguei ir na igreja minha católica. Você casou na igreja católica porque você quis, ninguém te forçou a nada. Mas se você não quiser seguir a religião católica, tudo bem. Mas também não te dá o direito de você vir e acender um charuto aqui no meio da sala. Como eu também não vou fazer isso."** **A igreja foi alguma coisa determinante, sim.**

Em uma determinada noite, em cenário de desgastado convívio e em relação repleta de divergências, Sandro narra a ocorrência de uma pesada discussão que ocasionou a briga que resultou em violência, cujo desfecho foi a denúncia:

Ah, eu cheguei em casa uma sexta-feira, passei na padaria, tinha comido uns pedaços de pizza com uns amigos, como sempre, como de costume [...] E eu cheguei e a minha filha tava viajando, o meu filho tava saindo de casa quando eu cheguei. **E aí ela: "-Porra, você de novo com essa cara de chuchu."** Eu falei: "-

*Putá, eu trabalhei o dia inteiro. Não me enche o saco, meu. Pô, eu tô com a cabeça lá em cima." Começou a falar um monte de besteira. **Eu peguei a minha camisa, que eu já estava sem a camisa, peguei, joguei e falei: "-Porra, não me enche o saco." Ela pegou e mandou de volta um apoio de sofá, me bateu no braço e tal. Mas aí ela passou por mim e desceu uma escada e foi quando gritou, né? Falou [...] que a genitália dela tinha preço. Eu falei: -Não. Mas isso não é coisa de se falar com um homem. Mas isso não foi o motivo, o motivo foi que ela bateu a porta na minha mão, aí quando eu empurrei a porta caiu eu, ela, a porta, cachorro tudo junto...***

É. Caiu eu, ela, a porta, cachorro, tudo. E aí foi que ela tomou dois pontos na cabeça. Aí eu a procurei e achei a boca dela. A hora que eu tampei a boca dela, eu lembro que eu até disse a ela: "-Pelo amor de Deus, você fica calada." Aí eu levantei, ela levantou foi chamar o vizinho, o Márcio, veio. "-O que que tá acontecendo?" Eu falei: "-Márcio, tranquilo num... Tá feito." Daí, ela alega que foi ela, que não foi ela que chamou a polícia, tal. Não é que depois o próprio polícia falou que tinha sido chamado, porque tinha escutado alguns tiros lá próximo de casa. E aí a viatura tava na porta de casa. Mas como essa Lei Maria da Penha...

No caso de Sandro, aparece como explicitada, em sua narrativa, a questão da afirmação feminina frente ao relacionamento conjugal do tipo tradicional, contexto esse onde a questão da busca de autonomia e empoderamento das mulheres se apresenta de maneira característica. No entanto, no caso de Sandro e sua ex-mulher, esse empoderamento não levou ao que se considera uma busca de equidade de gênero, na qual respeito e autonomia recíprocos andam juntos, mas, sim, a um ambiente de conflito, no qual projetos de vidas individuais se apresentam, separando, ao invés de unir o casal em um projeto comum.

Vale sinalizar no caso, que, ainda pela narrativa de Sandro, tal afirmação de gênero de sua esposa deveu-se à sua busca de inserção no mercado do trabalho, mas, sobretudo, pela sua participação numa igreja evangélica, a partir da qual teria incorporado novos valores e firmado novos projetos pessoais, como é o caso da compra de um *pet shop*.

Assim, o empoderamento feminino entra, no cenário de vida de Sandro, como um elemento desestruturador da ordem "natural" das coisas e dos tradicionais papéis de gênero, sendo esse um dos elementos identificados que teria ocasionado conflitos relativos a uma descaracterização do referencial de masculinidade hegemônica em nosso meio, presente no contexto de vida de Sandro quando afirma: "Eu trabalhando, ela cuidando dos filhos". Vale no entanto destacar que, no

momento da entrevista, Sandro, após reflexão, afirma: “Hoje, hoje eu diria pra você que ele [o casamento] era um relacionamento meio de competição”.

Nesse novo cenário, com a atitude de optar e buscar novas escolhas a partir de uma outra visão de mundo, a ex-mulher de Sandro, teria “ameaçado” o poder de decisão de chefe e de principal provedor da família, que sempre foi de Sandro, e, mesmo sua decisão de projeto futuro comum, dado como certo, que seria de morar na praia com a ex-esposa. Mas uma vez, a questão da ausência de diálogo e de negociação entre casais se evidencia nos conflitos que levam homens a serem denunciados por violência contra a mulher baseado na Lei Maria da Penha.

4.5 SOBRE A LEI MARIA DA PENHA

4.5.1 O texto da lei e sua aplicação

Observa-se, de maneira geral, os homens compartilham de opiniões semelhantes acerca da Lei Maria da Penha quanto a pertinência de seu texto, relativizando, no entanto, a questão de sua aplicação. Em suas narrativas evidencia-se o distanciamento no qual se colocam frente a Lei reforçando, mais uma vez, o fato de não se identificarem como característicos homens autores de violência, fazendo uma aproximação maior, dos seus respectivos casos, ao que consideram conflitos conjugais “naturalmente” presentes na vida cotidiana. Isto por considerarem como violência propriamente dita, agressões de natureza extrema, associadas a crimes graves que levam à lesão ou morte. As narrativas, a seguir, ilustram tais concepções sobre o texto da Lei e sua aplicação:

Nas narrativas de Igor e Paulo, destaca-se o que, na concepção dos homens, se considera uma aplicação pertinente da Lei:

Avalio que pra que foi criado a lei da Maria da Penha.... Até o nome de quem foi usado, a Maria, né, da Penha, né? A pessoa que fizeram a lei em cima dessa senhora, né? O caso dela era um caso gritante, né? É um cara que... O cara chegava e espancava a mulher todo dia, toda hora. Ela falava 'bom dia' e ele espancava a mulher, entendeu? Aí teve... Que eu li um pouco sobre o caso dela. Vi na televisão, alguma coisa assim. Eu acho, desse lado, maravilhoso. Tem que punir esses cara totalmente, entendeu? Ainda mais esse, né? (Igor, cinquenta e um anos, ensino médio completo, comerciante)

No discurso de Igor, vale destacar a forma simbólica com que ele traz a representação da Maria da Penha, cujo caso levou à criação da Lei, como querendo significar o verdadeiro e único sentido em que se deve atribuir a Lei e sua aplicação, qual seja, a de ser aplicada em casos extremos de violência física. É significativo, igualmente, como em sua narrativa Igor procura enfatizar a simbologia que se atribui em nossa cultura ao nome Maria, seguido do nome Penha, na seguinte expressão: “Até o nome de quem foi usado, a Maria, né, da Penha, né?”.

A tônica desse mesmo sentido de aplicação da Lei, ou seja, a casos graves de agressão encontra-se presente, igualmente, no discurso de Paulo que ilustra tal concepção acerca da pertinência da Lei.

É muito falha a lei Maria da Penha. Porém, tem que ter mesmo. Cê vê aí a reportagem "-Marido deu tiro na mulher dentro do salão..." Que nem tinha um policial lá na... Acho que foi em Curitiba, ele matou a mulher no meio da rua, pela rua lá que tinha. Um cara daqueles, sim. Entendeu? E o cara, quando ele quer fazer alguma coisa com a mulher, não vai ser a lei que vai segurar, não. Não vai ser a lei. O cara vai e faz. Ele faz... (Paulo, quarenta e três anos, ensino médio completo, ex-policial militar)

No discurso de Paulo, assim como de Igor, o que se observa é a busca de distanciamento que os mesmos fazem de seus respectivos casos em relação ao que seria o acerto na aplicação correta da Lei, daí a seguinte expressão de Paulo: “É muito falha a lei Maria da Penha. Porém, tem que ter mesmo”.

Se nos discursos de Paulo e Igor temos a busca de distanciamento da aplicação da Lei a partir da concepção da gravidade da agressão cometida pelo homem. No caso de Sandro é interessante observar o preconceito de classe que o

mesmo faz dessa modalidade de agressão, que sugere como pertinente somente às camadas populares, conforme enuncia em seu relato abaixo:

Eu volto a te falar, eu acho que, politicamente, ela [Lei Maria da Penha] foi criada pra uma proteção que eu diria que praquela mãe que tá sustentando três filhos e o cara entrou em casa porque tomou oito copo de pinga e sentou a mão na orelha dela, seria de direito, não só do Estado como a sociedade, intervir. Mas se duas pessoas com curso superior, como meu próprio filho disse, não precisava ter terminado assim. (Sandro cinquenta e sete anos, ensino superior completo, administrador)

Na sua narrativa, o distanciamento buscado por Sandro refere-se, ao que parece, no que atribui como a natureza política da Lei que permite, de maneira apropriada, realizar uma interferência do público - Estado e Sociedade - no espaço privado de famílias consideradas vulneráveis. Isto por entender que no caso das camadas mais elevadas, homens e mulheres teriam, em tese, condições em função de seu nível educacional, resolverem tais problemas via interlocução.

Em seu relato abaixo, reconhece a necessidade da criação da Lei, mas é descrente quanto a sua aplicação para todo o país em função das desigualdades de desenvolvimento regional:

Eu não saberia te dizer. Mas, por uma criação necessária, lógico, volto a te falar, porque uma lei dessa, ela tem que abranger o país. São Paulo funciona. Sertão do Rio Grande do Norte. Sertão de São Luís do Maranhão. Belém do Pará. Amazonas. Você vai falar "-Cê não tem nada a ver com isso." (Sandro cinquenta e sete anos, ensino superior completo, administrador)

Buscando retomar e ampliar a ideia de Igor, em narrativa anteriormente apresentada, temos, em destaque, uma melhor especificação de como os discursos dos homens passam, em geral, a relativizar a aplicação da Lei:

Avalio que pra que foi criado a lei da Maria da Penha [...] Que eu li um pouco sobre o caso dela [Maria da Penha]. Vi na televisão, alguma coisa assim. Eu acho, desse lado, maravilhoso. Tem que punir esses cara totalmente, entendeu? Ainda mais esse, né? Mas como eu falei, cada caso é um caso. Que acho que antes de dar punição e tal, tinha que ter uma investigação, ver tudo, entendeu? Não é

chegar lá, a mulher falou é valido e acabou [...] Eu acho isso. a lei da Maria da Penha tá bem assim, o que a mulher fala vale tudo. O que o homem fala, não vale nada. (Igor, cinquenta e um anos, ensino médio completo, comerciante)

Se por um lado, destacamos anteriormente que Igor reconhece a pertinência da Lei, nesse relato acima, cabe destaque a relativização que busca fazer em relação à sua aplicação, quando afirma: “Mas como eu falei, cada caso é um caso”. Por outro lado, sua narrativa permite destacar outro aspecto igualmente presente nos demais discursos dos homens entrevistados, qual seja, o da importância da investigação dos casos, além de se dar voz aos homens denunciados como autores de violência.

No discurso de João, abaixo, podemos observar como o próprio entrevistado se identifica com a aplicação da Lei em seu próprio caso, por entender que o mesmo se tratou de uma agressão física:

Mas, em parte, eu acho que a lei, ela tem que ser aplicada. Mas ela tem que ser, acho que ela tem que ser revista. Porque, assim, no meu caso, no meu caso foi uma agressão física, né? Chegou, teve até tentativa de agressão física. Então, pra mim, foi bom porque eu melhorei, eu não quero passar mais por isso, entendeu? E foi bom também porque eu conheci o grupo. Inclusive você faz parte, né? Mas eu acho que a lei, assim, porque às vezes o cara discute com a mulher em casa, se ela for lá fazer um boletim de ocorrência, ela pode dizer que eu ameacei ela, então vou ser indiciado como lei Maria da Penha. Eu vou ser processado do mesmo jeito. Então pela lei, ela tem que ser, tem que ser, tem que ser revista sobre isso aí, entendeu? Tem coisas que a lei acho que é falha ainda. (João, trinta e dois anos, ensino médio completo, zelador)

Embora reconheça a pertinência da aplicação da Lei em seu caso, João considera que a mesma precisa ser revista por não se aplicar a outros casos. Nessa perspectiva de não aplicação, o que podemos observar nos relatos dos homens, presente do discurso de João, é o do que consideram uma possibilidade de simulação por parte das mulheres de uma ameaça infundada. Nessa mesma linha de reflexão, encontra-se a fala abaixo, de Edson:

Ah, não. Essa lei sempre tem que existir, né? É bom, sim, essa lei existir. Só que, também, tem que avaliar o caso, né? Tem que avaliar o caso. Não é assim

já chega uma pessoa e quer processar, prender. Eu acho que a lei tem que ter, sim. Mas não é assim. Acho que tem que ter uma testemunha, uma prova de que o cara realmente fez aquilo mesmo. Igual uma mulher chega aqui e se bate. Vai que ela [mulher] pega uma faca e se corta aqui, ela mesmo sozinha, se bate na parede aí, e falar que foi o companheiro? Eu acho que, eu acho o ruim é isso aí, entendeu? Tem que investigar. Tem que ter uma prova que foi, realmente, mesmo isso aí. Porque eu conheci várias mulher que, que é foda, meu. Que não quer ver, não quer perder o homem pra outra mulher. Às vezes, ela [mulher] pode se machucar, se bater e falar que foi o cara, entendeu? (Edson, trinta e um anos, ensino médio incompleto, garçom)

Na narrativa de Edson, podemos observar, de maneira sintetizada, os vários aspectos que estão presentes nos discursos dos homens em relação à relevância da Lei Maria da Penha e o que consideram como a necessidade de revisão de sua aplicação.

Desse modo, Edson entende que a Lei, “tem que existir”, mas também tem que ser aplicada avaliando caso a caso. Daí destacar, em seu relato, a necessidade do homem ser ouvido, assim como sua testemunha, e o caso ser devidamente investigado. Isto, tendo em vista as possibilidades de simulação por parte das mulheres, não somente de uma ameaça de agressão, como exemplificado por João, mas de chegar mesmo ao extremo de produzir uma prova concreta, como o de cortar-se, simulando uma agressão passível de punição.

Diante dessas diferentes ordens de questões presentes nas narrativas dos homens, decorre o que podemos considerar um sentimento de vulnerabilidade dos mesmos, frente à aplicação da Lei Maria da Penha, expressa de maneira característica no relato de Romário, a seguir:

Acho que ali tem que ser revista essa Lei Maria da Penha, porque acho que ela é uma faca de dois gumes. Acho que protege a mulher. Protege a mulher, mas também é uma arma da mulher contra o homem. Então é isso. Tipo, e vi que a juíza foi muito, muito perspicaz. Tipo assim, no sentido de saber lidar, fazer a justiça sem conflitar com os interesses da sociedade, tal. Porque é muito difícil inocentar sem conflitar com os interesses da sociedade de mulher, essa coisas, tal. Gostei. (Romário, quarenta e oito anos, ensino superior completo, empresário)

A fala de Romário, bastante peculiar, trás uma expressão popular que parece caracterizar os sentimentos dos homens frente ao que consideram, em seus relatos, suas vulnerabilidades frente à Lei: “acho que ela é uma faca de dois gumes”. E continua: “Protege a mulher, mas também é uma arma da mulher contra o homem”.

Se nos relatos da maioria dos homens a questão da violência foi representada, a partir da ideia da existência de uma agressão física grave, no discurso de João, abaixo descrito, a noção de violência se amplia quando o mesmo passa a considerar como agressão não somente a física, mas, igualmente, o que considera agressão verbal, considerada característica do tipo de agressão das mulheres, interpretação essa com base na recorrência em que aparece nos discursos dos homens. Nas entrelinhas do relato de João, esse tipo de discurso que, em termos da literatura, podemos nomear como violência simbólica, ou psicológica, apresenta-se, em tese, como passível de punição, no entanto, frente a ela, o homem manifesta sentir-se vulnerável diante da justiça. Tal ideia se expressa em relato abaixo:

Na verdade, a agressão nunca é bom, né? Principalmente contra a mulher. E... Mas o problema da agressão contra a mulher é porque o homem perde a razão quando parte pra agressão física, né? [...] Porque a gente, às vezes, perde a cabeça, a gente quer resolver, né? Na agressão [...] É o seguinte, a agressão física é assim, fisicamente você não pode agredir ninguém, né? Principalmente a mulher. Só que também, às vezes, a mulher te agride com palavras, com coisas que você não quer escutar e ela fala pra você. E aí você vai recorrer a quem? O que você acha? [...] Então, será que você chegar na delegacia e quiser abrir um boletim de ocorrência o cara vai te escutar lá? Mas se um homem falar com ela verbalmente e for lá, vai ser lei Maria da Penha. Entendeu? Então a lei já não é justa. Já é uma coisa desigual [porque ela protege a mulher]. Se a mulher te agredir, ela vai ser indiciada pela lei Maria da Penha?

O homem até tem na lei [previsto seus direitos]. Mas eu acho que o preconceito pra esse tipo de coisa, se a mulher chegar na delegacia hoje e te denuncia, você vai preso. Se o homem chegar na delegacia, acho que a mulher não vai presa. Eu tenho certeza que não.

Então, já é um certo preconceito. Isso não quer dizer que a lei Maria da Penha não funciona. Porque funciona, tá certo. Que é como eu te falei, não se justifica a agressão, mas que os direitos seja igual.

Tá. Você acha que é desigual. [Entrevistador]

É desigual. Acho, não, tenho certeza que é desigual. É desigual. (João, trinta e dois anos, ensino médio completo, zelador)

Nos relatos de João, acima apresentados, consideramos relevante destacar, por um lado, a relação que o mesmo deixa entrever entre a ocorrência da violência física e a ausência e ou a impossibilidade de diálogo entre homens e mulheres. Nesse sentido ganha significado especial sua afirmação de que “o homem perde a razão quando parte pra agressão física”, querendo, assim, “resolver” a falta de interlocução, via agressão. Por outro lado, seu discurso permite evidenciar em que termos o homem passa a sentir-se vulnerável perante a Lei Maria da Penha, assim como perante a própria justiça. Nesse sentido, questões como o empoderamento da mulher, assim como a desigualdade de direitos emergem em seus discursos, de maneira significativa.

4.5.2 Sentimento de vulnerabilidade, discriminação e desigualdade dos homens perante a lei maria da penha

O que consideramos sentimento de vulnerabilidade dos homens perante a Lei Maria da Penha encontra-se estreitamente relacionado a questões consideradas de gênero, quais sejam, a discriminação e a desigualdade notadamente entre homens e mulheres, embora não só.

Nesse sentido, a fala anterior de Romário, onde a Lei é representada como sendo uma “faca de dois gumes porque protege a mulher, mas também é uma “arma da mulher conta o homem” expressa, de maneira característica, tal conjunto complexo de sentimentos que envolvem o olhar dos mesmos, frente às possibilidades concretas de serem denunciados como homens autores de violência, independentemente da condição social.

Significativo, também, para manifestar o sentimento de vulnerabilidade e de desigualdade frente à Lei Maria da Penha, é a fala de João, igualmente apresentada em item anterior, quando afirma que, embora os direitos dos homens estejam previstos em Lei, com a promulgação e aplicação da Lei Maria da Penha os direitos dos homens foram relativizados, uma vez que nos casos de violência doméstica não há garantia de que a mulher, quando denunciada, possa vir, a exemplo do homem,

também ser presa. Daí, em seu discurso, evidenciar-se também a questão do que considera como a presença de um “certo preconceito”, em relação ao homem, implicando na existência atual de uma justiça desigual discriminizadora, onde somente os direitos das mulheres são considerados.

Tais tipos de colocações mobilizaram amplas discussões no Grupo Reflexivo, apontando para as ricas reflexões e identificações que os casos apresentados pelos participantes propiciaram, em termos de estratégia pedagógica. Nesse particular, a narrativa de Edson é exemplificadora de como emergem as questões relativas à Lei Maria da Penha, na dinâmica da discussão em grupo.

E ele pegou falou lá, falando a versão dele, dá pra ver que não tava mentindo, entendeu? Que um cara mesmo igual aquele, eu não sei o nome dele, esqueci, que eram tantos. Que um, que falou que a mulher aí, se espancava, se jogava na parede e falava que foi o marido que bateu, entendeu? Dava pra ver que, que o cara [não mentia]... Muitos, muitos aí e falavam isso. Outros falava, mentia. Falava outra versão, né? Mas teve mesmo um caso lá, de dois, que eu vi que, que o cara era inocente, entendeu? Era mesmo a mulher diz [ele] que não prestava, queria ferrar com o cara, né? Que realmente o cara tava, tava com outra e ela se batia, se jogava na escada, se batia na escada pra ficar roxa, com hematomas e fazia o BO falando que era ele, entendeu? Que tinha espancado ela, né? E o cara chegou até a ir preso entendeu? Ah tem cara... Eu acho que a justiça tinha que ir mais pra, tipo assim, conversar com os dois, investigar os dois. Não é chegar, assim, e prender o cara, entendeu? Igual mesmo o cara fica com, igual o meu caso mesmo, do caso dele também, todo mundo, várias pessoas, ficam com processo, com passagem [na polícia] sem nem sequer ouvir o homem, só ouvir a mulher, entendeu? (Edson, trinta e um anos, ensino médio incompleto, garçom)

Na reflexão de Edson, podemos observar sua busca de diferenciar, dentre as falas dos homens participantes do grupo, relatos que considerava passíveis de serem verdadeiros, daqueles que eram proferidos pelos homens no sentido de não só se desresponsabilizarem perante a denúncia recebida, mas, igualmente, se colocarem como vítimas. Daí concluir pela importância de uma justiça, que podemos inferir como de natureza dialógica, na qual ambas as partes tenham direito à voz, ou seja, de que o homem não seja discriminado ou colocado em desigualdade de direitos perante a própria justiça em função de problemas relacionados ao texto e aplicação da Lei Maria da Penha.

Nessa mesma linha de reflexão, coloca-se o relato de Igor, que pode ser observado no excerto abaixo, quando busca destacar aspectos que considerou mais importantes na discussão do grupo:

Um assunto que eu [considere importante] é... Prevenção, né? [prevenção frente ao risco de ser denunciado frente à Lei Maria da Penha] Que a gente vê que quem é o culpado é o homem. Sempre. Ele sendo inocente ou não, ele é culpado. Primeiro, isso não é, isso não é que nem a lei [reza]... É culpado até [digo], é inocente até que prove a sua culpa, não é? Lá [Lei Maria da Penha] não, o homem vai, ele é culpado até eu provar a minha inocência e a chance de provar a inocência é pouca. Que nem vários casos que eu vi, que levaram, eu mesmo levei testemunha. A minha testemunha foi a testemunha dela. Que ela mesmo, a minha prima, mesmo sendo a minha prima ela foi a testemunha dela, né? Que querendo ou não, a minha esposa chegou toda roxa, mas a minha esposa é aquele tipo que, se você faz assim [assopra] fica roxa. Você não precisa nem bater, nem nada. Ela nervosa, nasce as mancha roxa nela. **Aí, a minha prima viu ela roxa e tal [e depôs a favor dela].** (Igor, cinquenta e um anos, ensino médio completo, comerciante)

Na narrativa de Igor, podemos observar duas ideias que consideramos interessantes destacar, pelo nível de elaboração que apresentam: por um lado, a ideia de “prevenção” que nosso entrevistado atribui como atitude ou comportamento frente às possibilidades ou risco dos homens serem denunciados com base na Lei Maria da Penha, diante de diferentes modalidades de agressão por parte dos mesmos, passíveis de serem consideradas como violência contra a mulher. Na ideia de prevenção, encontra-se subentendido o que consideramos como os sentimentos não somente de vulnerabilidade, mas de discriminação e desigualdade dos homens frente à Lei tendo, em vista o pressuposto básico de que partem, quando da interpretação da Lei, segundo expressão do próprio Igor: “a gente vê que quem é o culpado é o homem. Sempre. Ele sendo inocente ou não, ele é culpado”.

Diante desse pressuposto interpretativo, decorre a segunda ideia presente no discurso de Igor que também merece destaque, qual seja, a sua concepção de que a Lei Maria da Penha inverte a lógica da justiça presente no Código Penal brasileiro, que reza a inocência da pessoa indiciada até que se prove sua culpa, fato que não ocorre, segundo sua narrativa, no caso dos homens indiciados pela Lei Maria da Penha. Nesse caso, numa linguagem de dupla identificação do eu com o outro,

sendo o outro, no caso, outro homem, afirma, como pressuposto básico da Lei, o seguinte: “o homem vai, ele é culpado até eu provar a minha inocência”.

A ideia de simulação de uma agressão, notadamente física, por parte das mulheres, como estratégia para denunciar, de maneira evidenciada ou comprovada a violência sofrida, foi um dos aspectos considerados pelos homens, como um dos temas relevantes discutidos no grupo e que apontam para o que consideramos como mais um dos aspectos relacionados ao sentimento de vulnerabilidade dos homens frente a Lei Maria da Penha.

Nesse sentido, o discurso de Edson, já apresentado anteriormente, referia-se a esse tipo de discussão quando relata sobre o que considera a inocência de um dos participantes do grupo frente à esposa que “se batia, se jogava na escada, se batia na escada pra ficar roxa, com hematomas e fazia o BO falando que era ele”.

Entendemos que esse mesmo aspecto da simulação aparece travestido, pelos relatos dos participantes, como banalização da Lei Maria da Penha, aspecto esse presente na fala de João, já apresentada no subitem anterior sobre “O texto da Lei e sua aplicação” com excerto abaixo retomado, quando afirma:

Mas eu acho que a lei, assim, porque às vezes o cara discute com a mulher em casa, se ela for lá fazer um boletim de ocorrência, ela pode dizer que eu ameacei ela, então vou ser indiciado como lei Maria da Penha. Eu vou ser processado do mesmo jeito. Então pela lei, ela tem que ser, tem que ser, tem que ser revista sobre isso aí, entendeu? Tem coisas que a lei acho que é falha ainda. (João, trinta e dois anos, ensino médio completo, zelador)

A ideia de banalização do uso da Lei Maria da Penha, encontra expressão igualmente no relato de Lúcio quando afirma que as mulheres estão fazendo mal uso da Lei. O diálogo travado por Lúcio, com o entrevistador, ilustra questões envolvidas nesse tipo de percepção, por parte dos homens.

Então, Lúcio, voltando ao roteiro da entrevista, quais assuntos discutidos no grupo você considerou mais polêmicos, você lembra?
[Entrevistador]

A forma como as mulheres estão agindo contra os próprios maridos, na Lei Maria da Penha.

Por quê? [Entrevistador]

*Tão agindo como uma **forma de vingança, de prejudicar o marido**. Depois de toda ira, se arrepende de tudo.*

Isso ficou marcante pra você?[Entrevistador]

Ficou. Um dos casos que o rapaz tá desempregado...

Qual? [Entrevistador]

Esqueci o nome dele. A mulher dele é costureira e costurava farda, né? Arrumava farda de alguns policiais militares, né?

*Ele tava **contando lá que deu bronca na mulher, discutiu com a mulher por causa da filha**, horário da filha, aquela coisa toda e a mulher saiu de casa. Ele tava dormindo na madrugada, os policiais invadiram a casa dele, com ele dormindo, **como se fosse um bandido**. E no final da história foi testemunha contra ele. **Não houve agressão, não houve nada**. Um dos policiais era os policiais que a esposa dele prestava serviço de costurar farda.*

Ah... Então cê acha que isso te marcou. Quer dizer, as mulheres... [Entrevistador]

*As mulheres não tão usando, não tão usando a lei, o artigo 129, a lei Maria da Penha, de fato. **Estão usando pra machucar e ferir o marido, ferir o namorado, sem necessidade alguma**. Com necessidade, lógico. **Deu um tapa, humilhou verbalmente, porque não [denunciar]**? Porque na primeira vez é um mal entendido, né? Na segunda vez, não é legal. Na terceira vez, vai continuar. Vou te denunciar porque não vai dar certo.*

Entendi. [Entrevistador]

***Então qualquer coisinha**, ainda mais marido e mulher, que se conhece há tanto tempo, **usar a lei pra prejudicar o marido dela, o pai dos filhos dela pra depois falar que tá tudo bem**. Pra falar que tá tudo bem na cara do juiz. (Lúcio, cinquenta e dois anos, ensino superior incompleto, comerciante)*

Muito embora o olhar de Lúcio repouse, sobretudo ou especificamente, sobre os casos em que ele considerou os homens do grupo como vítimas, a ideia do uso da Lei como estratégia de vingança e não busca de justiça, perpassa muitos dos discursos dos homens mesmo naqueles casos onde os mesmos se reconheciam como responsáveis frente à denúncia. Isso por considerarem as possibilidades das mulheres simularem a existência de agressões ou violências não ocorridas.

Relacionado a esse amplo espectro de questões que envolveu a discussão da Lei Maria da Penha no Grupo Reflexivo, um aspecto que sintetiza tal complexidade, apresenta-se relatado na fala de Igor quando destaca, nos fragmentos abaixo, como um dos aspectos discutidos mais relevantes, o seguinte:

*Acho que, gira, gira nisso, né Tales? **O [assunto] mais polêmico é esse daí mesmo.** Que teve casos lá, que nem eu falo, pode ser que muitos falaram a verdade que, que é uma grande, que **eu acho que é uma grande polêmica pra mim é que os cara é inocente e é tratado como culpado.** Porque a mulher é a agressora e o homem num dá parte da mulher, entendeu? E começa...*

*Tem. Que nem eu, não sou, **não sou contra a lei da [Maria da Penha]... Porque tem vários casos de homicídios,** o cara meu, eu conheço... Conheço não, já ouvimos falar, né? O cara chega em casa a mulher fala: "-Boa noite." O cara da um murro nela. **Tem uns cara que é... Que agride mesmo,** né? Entendeu? **Mas, mais polêmico eu acho que ainda, eu acho que ficou nisso. Porque foi, foi uma polêmica, né? Quem é o culpado, quem é o inocente.** (Igor, cinquenta e um anos, ensino médio completo, comerciante)*

Ao apresentar sua colocação de "Quem é o culpado, quem é o inocente", entendemos que Igor apresenta questão de grande relevância por representar, no nosso entendimento, os desafios da justiça frente à aplicação da Lei Maria da Penha, isto tendo em vista as diferentes ordens de questões que atravessa os sentimentos de vulnerabilidade, discriminação e desigualdade presentes nas narrativas dos homens quando se expressam sobre o significado da mesma, segundo suas vivências como homens autores de violência, considerados culpados ou não.

Finalmente, buscando expressar mais uma vez a ordem de desafios que os homens se colocam frente ao risco de serem denunciados pela Lei Maria da Penha, apresentamos o relato peculiar, de Lúcio, de busca de estratégia de prevenção, diante dos conflitos de gênero e contexto de vulnerabilidade em que se encontra. Nesse particular, ganha expressão o relato abaixo notadamente em relação à violência verbal, mais propriamente designada como simbólica, entendida, na fala de muitos homens, como desencadeadora de violências de naturezas múltiplas.

*É [o jeito]. Segurar direitinho aí [nas palavras], porque a lei, a lei é clara, né? Então, às vezes, **é melhor ficar calado e receber uma agressão verbal, do que você expor o que você tá pensando.***

Antes você expunha? [Entrevistador]

Ah, era um debate

Daí cê poderia se dar mal. [Entrevistador]

Era um debate, uma discussão normal.

Tá. [Entrevistador]

Então com a lei Maria da Penha, eu não posso mais discutir com uma mulher. Eu tenho que pegar o dicionário e falar através do dicionário, porque se ela não saber o que significa, ela escreve e vai saber o que é, né? (Lúcio, cinquenta e dois anos, ensino superior incompleto, comerciante)

O que o diálogo acima de Lúcio com o entrevistador permite revelar são os desafios presentes nas relações de gênero que representam muitas das denúncias de homens como autores de violência, tendo em vista que já pudemos constatar, em abordagem anterior, que muitas das violências físicas denunciadas refletiam as dificuldades de diálogo, de interlocução entre homens e mulheres no momento de discussões traduzindo-se, muitas vezes, em uma banalização da própria violência. Nesse sentido, a violência muitas vezes se traduziu como um dos episódios decorrente de uma relação cotidiana permeada de conflitos.

4.6 BENEFÍCIOS RECEBIDOS E IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDA À PARTICIPAÇÃO NO GRUPO REFLEXIVO

Edson

Na narrativa abaixo de Edson, podemos observar o Grupo Reflexivo trouxe benefícios e mudanças que atribui à sua participação no grupo:

[Importância atribuída ao grupo] Sim. Mudou sim. Bastante. Mudou sim [...] Ah, tudo melhorou [...] Ah, mudou praticamente tudo, né? [...] O grupo que ajudou bastante, entendeu? Abriu mais a minha cabeça, entendeu? O grupo ajudou bastante sim, entendeu? Tanto o grupo ajudou como, também, eu também sozinho, a idade chegando, ficando mais velho, entendeu? [...] Tudo foi legal, mas o grupo ajudou mais ainda, né? Ajudou mais abrir a cabeça, abrir sua mente, entendeu?

Ao relatar que o grupo representou uma mudança bastante significativa em sua visão de mundo, qual seja, a de ter ajudado a “abrir a cabeça, abrir sua mente”, nosso entrevistado busca apontar para a relevância da experiência tida no Grupo Reflexivo em função da interlocução, assim como de sua maior maturidade para aproveitar todo o rico processo de vivência com os demais homens dele participantes.

No relato abaixo, especifica em que termos tais mudanças contribuíram para as suas relações sociais na vida cotidiana:

Ah, tudo melhorou. Não só como sobre namorada com ex, até mesmo com os amigos assim [...] Porque, tipo assim, que sempre a gente, **eu sempre fui também um pouco, como é que fala? Um pouco nervoso, né? [...]** Esquentado, né? Tipo, muitas coisa, muitas coisas assim, eu já queria já... Se um cara viesse me xingar, tava assim, vinha me xingar, né? Xingar eu, minha família assim. Que, tipo, nós sempre tivemos aquele [costume] assim de chamar você de filho da puta, filho de rapariga, a gente nunca aceitou isso aí lá desde do norte, né? **E, tipo assim, eu nunca aceitei o cara xingar a minha família, tal.** Alguém xingar a minha família, até eu mesmo. Acho que eu me já ia tipo... **Mas eu já ia brigar, depende da situação, né? E depois desse grupo aí, a gente fica mais, a cabeça no lugar. Você fica mais calmo, entendeu?**

Ao afirmar que “tudo melhorou”, Edson inclui não somente as relações de gênero com mulheres, ex-mulher, família, mas, igualmente, nas relações com outros homens por considerar-se menos “nervoso”, “esquentado” e “mais calmo”, com a “cabeça no lugar”. Atribui, a tais condições psicoemocionais, um melhor relacionamento social com outros homens, na atualidade, em relação, por exemplo, à reações diante de opiniões ou ofensas desferidas a ele próprio, ou à sua família. Revela, assim, nova atitude frente a alguma situação de divergência, expressa no relato a seguir:

[Quanto á mudança de comportamento] Assim, eu acho, não, eu tenho certeza que sim. **Antes de sair, eu brigava por qualquer, qualquer coisinha. Se me xingasse, se não gostasse, eu já discutia...**

Uma outra exemplificação de mudança de atitude e comportamento frente a situações de conflito, é a narrada por ele em termos de sua postura atual, em relação ao trânsito:

No trânsito, mesmo, uma vez o cara ficava me xingando, buzinando e uma vez eu ia atrás, fala, falava um monte, xingava o cara, também e tal, né? Hoje em dia, não. O cara... No trânsito, assim, se o cara me xingar e tal, eu faz que não escutei, entendeu? Eu, eu subo o vidro do carro, entendeu? Eu ligo o som, entendeu? Não quero nem saber. Porque você não sabe quem é aquela pessoa, né? Pode ser um bandido que tiver armado, um policial disfarçado que, às vez, mata você aí por, por nada, né? Aí eu prefiro evitar, entendeu?

No relato acima, Edson procura apontar uma outra experiência de mudança reconhecendo que uma reação, por exemplo, num cenário de trânsito pode representar conflitos uma vez que não se pode prever a reação do outro, daí a importância de uma atitude preventiva, traduzida na expressão de uma mudança bastante significativa: “não quero nem saber” de travar uma discussão.

Nessa nova atitude frente aos conflitos, notadamente com homens, revela algumas mensagens recebidas que lhe foram significativas como “novas regras de conduta”, como é o caso do que afirma ter recebido da própria juíza.

Eu nunca briguei com mulher, a não ser com essa minha, com essa minha ex [mulher] aí. Mas com homem sempre tinha discussão, tal, de um querer pegar o outro. Às vez, outro, sei lá, apartava tal, né? Mas depois desse grupo aí, depois desse grupo, eu já... Igual, igual falou a juíza pra mim, né? "-Edson, você as vez tem que engolir sapo, entendeu? Tem que chutar a parede. Não querer agredir os outros." As vez tem que engolir sapo, entendeu? E eu ficava lembrando disso aí, entendeu? E, realmente, as vez é bom evitar mesmo, né? De hoje em dia, você não sabe com quem você tá lidando, né?

A ideia da busca de uma nova conduta frente às relações sociais conflitivas, em geral, parece bastante indicativa das mudanças substantivas e dos benefícios que o grupo e toda a experiência vivida relativa à denúncia possibilitou, a Edson, ao longo de seu processo.

Nas narrativas abaixo podemos observar alguns fragmentos de falas suas que revelam como a interlocução no Grupo Reflexivo contribuiu para essa nova

visão frente às relações, em geral, e nas relações conjugais de gênero, em particular.

Como saídas alternativas para os conflitos conjugais discutidos em grupo Edson relata, como importante, sua identificação com o próprio facilitador, que chama de “professor”.

Ah, tipo assim, cara, a gente sempre conversava, tal, e falava que não valia a pena você bater em ninguém, principalmente em mulher, entendeu? E sempre falava lá o professor [facilitador], sempre falava, né? Às vezes, cê quando a mulher... A minha também, igualzinho o professor. Ele falou que teve três mulheres. Foi duas, foi três... Ele falava que várias vez tava em casa de boa e a mulher sempre queria, tipo, implicava com ele, o que que ele fazia? Ele pegava e saía, ia lá fora fumar um cigarro, ia dar uma volta na rua. Quando ela xingava, ele virava as costas e ia embora, entendeu? E foi isso mesmo que eu fiz, e eu que, eu também fiz, entendeu?

Na orientação recebida, a perspectiva de gênero parece ter sido incorporada no sentido de prevenir conflitos, evitando iniciar ou entabular discussões que podem levar a violências de diferentes tipos, física ou simbólica, conforme relatos abaixo:

Disse "-E quando for assim... **Vocês, quando for assim, chega em casa que a mulher tá naquele clima. Que, às vezes, a mulher tá na TPM, tá estressada, o que que você faz? Ah, chega, chega em casa antes da mulher brigar, já sai, vai dar uma volta na rua, vai no bar, tomar uma água, uma cerveja o que for, entendeu? Fica um tempo fora e depois você volta, entendeu? Aí e isso que foi mais importante, entendeu? Foi isso que foi, foi mais importante, ele ter falado isso aí.**

Não precisa discutir. Sai fora, vai, vai relaxar, vai dar uma volta aí. Não dormir fora de casa, que ele falava, senão chega em casa a briga vai ser pior, porque "-Você foi pra casa da outra", entendeu? Fica uns dez minutos na rua, lá fora, entendeu? Aí é a melhor coisa. E, realmente, é mesmo, entendeu? Porque tipo assim, mulher nenhuma gosta que você sai e deixa, deixa ela falando sozinha, né? Mas e é a melhor coisa entendeu? Se você for querer discutir é pior. Uma discussão vai xingando, xingando um, xingando o outro, depois já acaba um tá, assim, um estapeando, entendeu? E a melhor coisa isso mesmo.

No diálogo abaixo, continua sua narrativa:

Você faria isso, você acha?

Hoje, eu faria, sim. Com certeza.

Se você tem um caso, uma namorada que agredisse você...

Com certeza. Fazia, sim. Com certeza eu fazia. Com certeza. Fazia, não. Eu faço. *Se um dia chegar a esse ponto aí, eu faço. Igual tem um garçom que trabalha comigo aí também. Teve uma briga com a mulher. A mulher chegou no bar aí, quebrou o carro dele inteiro. Unhou o braço dele inteiro, o rosto dele inteiro, entendeu? Eu falei "-Vai na delegacia, meu. Vai." "-Ah, não vou, meu." Tipo com vergonha, entendeu? No meu caso, eu ia sim. Ia, não. Eu vou se um dia chegar a esse ponto aí. Eu vou. Tem que ir mesmo. Se não foi, vai acabar ela indo e falar que foi agredida, entendeu?*

Finalmente, as boas lembranças da vivência do grupo, são trazidas por Edson, reiterando os benefícios recebidos e valorizando sua participação no mesmo.

[As boas lembranças] Boas têm várias, sim. *Tipo, eu conheci você, conheci o Leandro lá, conheci os amigos lá. Foi boa a conversa. Sempre tinha reunião. E foi bom, sim. Graças a Deus, esse grupo aí, eu mudei sim, praticamente 90%, por causa desse grupo aí, entendeu? Só boa mesmo, boa lembrança. Não tem o que falar mal do grupo. A única ruim que tinha era que era um pouco longe pra nós sair daqui, né? Horário de pico. [Risada] Pegava o trem lotado pra ir e voltar, entendeu?*

Romário

Romário reconhece mudanças ao longo de sua vida e atribui muitas delas à sua participação no Grupo Reflexivo, conforme relato abaixo:

Da minha, da minha vida atual é que quando eu participei desse grupo, eu já tinha essa mentalidade de só querer o bem, de escutar as pessoas, tal. O que foi bom, aquilo foi tipo uma terapia pra mim. Porque lá eu podia desabafar, falar, escutar, tal. Foi isso. Mas eu já tinha, acho que cês têm meus relatórios lá, devem ver que sempre fui pra essa linha de não admitir agressão de forma nenhuma. O que mudou muito na minha vida, do meu segundo casamento com essa senhora foi, com essa companheira, foi que eu comecei a aceitar mais as coisas, relevar mais, ser mais companheiro [...], Hoje, tô até mais acessível, relevante, aceitando mais as coisas, incentivando mais os meus funcionários, tal. Tá, tá legal.

Representa o grupo como "terapêutico", no qual encontrou a possibilidade de um espaço interlocução, colocado nos seguintes termos: "Porque lá eu podia desabafar, falar, escutar, tal". Nessa colocação Romário parece revelar a importância da "catarse" que a participação do grupo possibilitou e, evidencia ainda, de alguma forma, não somente a ausência, mas também a importância de tais espaços na vivência masculina.

Ao lado disso, Romário também menciona, no relato acima, melhoria nas relações com os funcionários e pessoas em geral, apontando para uma flexibilização das relações que refere nos seguintes termos: "comecei a aceitar mais as coisas, relevar mais, ser mais companheiro [...], Hoje, tô até mais acessível, relevante, aceitando mais as coisas, incentivando mais os meus funcionários, tal".

No relato abaixo, Romário revela-se como menos individualista e centralizador anunciando assim, a natureza de sua mudança na relação com o outro, além da ampliação de sua capacidade de entendimento:

Mudou. Eu era muito, vamos dizer assim, centralizador. Só pensava que eu tava certo, que o mundo girava em torno de mim. Então, com certeza, todas as experiências e, logicamente, somando com esse convívio com esse grupo, me fez ser mais realista da sociedade. Tipo assim, meio que eu vivo numa sociedade que eu tenho que, muitas vezes, aceitar uma coisa que eu acho que não deveria aceitar, mas relevar várias coisas. O que eu puder ajudar as pessoas, eu posso ajudar. Tanto que a prova disso é o meu escritório aqui, o que eu posso ajudar... O pessoal que vem trabalhar aqui é um pessoal que tá desesperado, sem dinheiro, sem nada. Eu tento ajudar bastante. Não aceito, de forma nenhuma, prejudicar os meus clientes, compradores, vendedores. Tenho uma linha, agora, que sempre foi da minha vida que é a honestidade.

No relato abaixo, Romário aponta o conjunto de vivências que resultaram, ao lado da experiência do grupo, em mudanças significativas de sua vida:

Acho que é uma somatória, né? Na verdade, volto a bater isso na tecla, poderia ser demagogo aqui, no sentido de cê tá aqui na minha frente "-Não. O grupo foi maravilhoso." Eu acho que tudo que eu passei, desde o primeiro problema que eu tive com a minha primeira mulher. Depois a segunda relação. Conheci a minha companheira que posteriormente me delatou, etc e tal. Mais perda de filho, etc. Então até hoje o convívio que eu tive com o grupo de vocês, foi uma vivência, uma experiência, tipo assim, gratificante. Tipo assim, eu reputo que hoje sou

uma pessoa, hoje, com uma experiência muito vasta pra minha idade, que eu só posso fazer o bem pra pessoa. Eu tento passar essa coisa. Tipo assim, pregar a corrente do bem.

Romário, a exemplo de Edson, também valoriza o papel dos facilitadores, mencionado por ele como "monitores", conforme narrativa abaixo:

Sempre dava pra ver se tinha algum dos participantes que sempre sentia vítima e dava pra notar que não, que era desespero, que realmente ele tinha algum tipo de problema que ele inventava que era vítima, tal. Tinha um pessoal legal, também. Não senti dificuldade nenhuma. Gostei. E deu pra ver da parte dos monitores que não existia aquela questão que parecia que nós éramos totalmente culpados, condenados, tal. Eles [facilitadores] escutavam, tentavam entender a nossa posição mesmo que a gente fosse, de uma certa forma, culpados, entre aspas, tal. Mas vocês entendiam que era um conflito entre duas partes, a mulher e o homem. Que de uma certa forma muitas vezes podia ser culpa de um, culpa de outro, tal. Então vocês não entravam em méritos de quem realmente [era o culpado]. A gente debateu legal. Foi gostoso e eu refleti bastante.

Romário valorizou, em seu discurso, a atitude de não julgamento dos facilitadores para com os homens participantes do grupo, atitude que contribuiu, ao que parece, para ampliar sua reflexão e a ter um olhar menos dicotômico e mais relacional em termos de gênero. A narrativa a seguir sustenta, mais uma vez, o aprofundamento que Romário revela ter tido nas relações de gênero e suas implicações na violência:

Tipo, todo mundo tem seus problemas, não pode se dizer que unicamente é uma coisa conjectural do homem. Então, não. Acho que o conflito é entre a mulher o homem. Origem, origina, sim, se a pessoa, se o homem não tiver uma retaguarda, uma pessoa que venha e oriente ele de uma forma que faça ele conduzir do lado certo, pode levar pro mal caminho e aí originar, sim, a violência. Mas se tiver uma retaguarda, eu felizmente sempre tive retaguarda dos meus pais, dos meus filhos, amigos. Então, felizmente, eu nunca agredi ela e ela, sim, me agredia, me machucou, me... E eu fui parar numa lei Maria da Penha. Não tô revoltado com isso. Pra mim era uma terapia gostosa de segunda feira.

Em diálogo com entrevistador, a seguir, Romário relata como se posiciona frente às relações afetivas e amorosas após participação no grupo:

E, depois da denúncia, como ficou sua vida em termos de boas ou más experiências. Após a denúncia?

Só boas experiências. Na verdade, vamos dizer eu fiquei sozinho... Sozinho no termo, tipo assim, ***não quis mais entrar em conflito nenhum***, tal. Direcionei, foquei no meu trabalho, nos meus filhos, nos meus pais, na minha mãe, tal. ***Apareceu um caso ou outro.*** Então... Sempre primeiro, tipo assim, ***agora é qualidade de vida e não quero mais ter sofrimento.*** Sofrimento foi duro pra mim.

Ao continuar o diálogo, Romário revela uma atitude preventiva frente a novos relacionamentos:

*Na verdade eu tô até tendo um conflito meu interno, no sentido, tipo assim, eu **não tô conseguindo afinçar** com, tipo assim, **gostaria de ficar uma coisa mais séria, tipo assim, mas tenho medo.** Não quero me machucar de novo. Não sei se ainda não encontrei a pessoa certa mesmo. Então não quero me machucar. Então bem, tipo assim...É. **Com o pé atrás.***

E como você conduziu as relações? Com esse pé atrás?

É. Ficava contente de conhecer, tal. Mas sempre muito reticente. E a pessoa, todas elas falam, batem na tecla que eu sou, que eu passo ser uma pessoa muito triste, fechada e que eu não quero me abrir pra elas. Eu respeito, tipo assim, sou muito companheiro, muito amigo, tal. Mas reputo que é isso mesmo.

No diálogo acima apresentado, observa-se a posição mais defensiva de Romário frente às relações amorosas, cautela frente as suas pretendentes, segundo ele por medo de sofrer. Daí revelar-se “com o pé atrás”, embora disposto e feliz diante de novos conhecimentos.

Essa atitude preventiva de Romário relaciona-se, ao que parece, com vivências anteriores de conflito familiar por ele relatado, conforme pode-se observar a seguir:

Na verdade, não foi só pelo grupo, né? Foi todo esse processo que veio e que resultou na fase final. Eu repito que o final meu, foi o grupo. Porque a partir do momento que eu não tive mais nenhuma audiência, não tive mais nada. Eu acho, não sei, que chegar, o que eu vejo maior ponto é tipo assim, que me fez pensar e falar ***"-Aonde eu cheguei?" A um grupo de pessoas que são consideradas violentas contra mulheres.*** Então ***"-Aonde eu vim parar?"*** Com mandato de prisão,

com isso, tal. Então eu falei "-Meu, eu preciso primeiro gostar de mim mesmo e posteriormente aceitar que, às vezes, eu não aceito." Tipo assim, foi isso. Foi bom.

Igor

Para Igor, o Grupo Reflexivo teve um significado acima de tudo de caráter preventivo. O mesmo afirma que além de ter gostado da vivência em grupo, pela "abertura de cabeça", mencionando que se tivesse passado pelo grupo anteriormente, provavelmente não teria ocorrido o fato que o levou a ser denunciado, conforme narrativa abaixo:

*É assim, que nem eu falo, do grupo **que eu falo desde o início que ele tem que existir o preventivo**, né? Não, **não vou falar que ele é punitivo**. É um punitivo, assim, é uma palavra muito forte em relação ao grupo. Entendeu? Por causa que eu conheci o grupo depois que eu fui no Fórum que eu fui receber a intimação, né? Onde que eu vim conhecer o grupo. Num, eu não tinha conhecimento do grupo antes, porque não tem divulgação, não tem nada. Então ele, ele pode ser, ele, eu acho que ele serve mais como preventivo. **Tem que ser mais explorado esse, esse lado com a situações dos outros. Quem é uma pessoa inteligente vai, vai, vai participar, vai ouvir todos os casos, é?** E vai refletir, se o cara for inteligente **ele vai pensar duas vezes em qualquer violência doméstica**. E no meu caso, que nem eu, **eu achei tá ótimo, me deu uma outra abertura de cabeça**. Que nem eu falo, se ele fosse, se fosse um grupo preventivo eu acho que não teria acontecido o que aconteceu comigo.*

Igor, a exemplo de outros participantes, menciona a importância das histórias de vida de outros participantes do grupo, o que aponta para a relevância das discussões dos casos de violência contra mulheres como estratégia de reflexão para o grupo, em termos da prevenção dessa modalidade de violência.

Igor ainda reitera o valor do caráter preventivo do Grupo Reflexivo e, como o mesmo ajudou-o a refletir sobre o uso do álcool, com o qual já teve problemas, conforme narra a seguir:

*Se eu tivesse passado antes num grupo assim ou soubesse, frequentado e tal, eu acho que pensaria [antes de brigar]. Que nem agora, eu, **eu tenho o problema do alcoolismo**, né? Já tive problemas de tóxicos e tal, pá. **Tô tomando um vinho de vez em quando. Tomo com ela**. Ela toma todo dia vinho. Ela toma quase uma garrafa de vinho todo dia. Mas eu não sou muito chegado a vinho, **eu gosto de***

cerveja, né? Mas por causa... Eu não quero... Voltar aos mesmos erros, né? Que aconteceu? Eu não bebo.

No relato a seguir, Igor descreve nova postura frente a uma possível situação de conflito de gênero, que poderia vir a culminar num ato de violência, mudança essa atribuída, por ele, à sua vivência no grupo:

No caso, que nós estamos na violência doméstica, támo conversando sobre isso, não é? Se a mulher te xingar, cê mesmo e se ela falasse: "-Ô seu viado." Você, automaticamente cê vai falar "-Putá." "-Bicha." "-Vagabunda." No... Com o grupo não. Com o grupo, fez ela, quando ela te chamava de viado você pensa e fica quieto ou fala outra coisa, entendeu? Sem responder com uma agressão uma agressão que cê sofreu.

Finalmente, nos relatos abaixo, podemos ainda ilustrar como Igor entende tal postura preventiva frente a conflitos nas relações sociais em geral:

Quando você vê que vai ter conflito, cê evita, entendeu? Tratando bem a pessoa, entendeu? Conforme o que é possível. Porque também tem hora que você tá nervoso, né? Tem hora que cê não quer conversar, mas tá bom o negócio. Conduz sempre pra se evitar o conflito.

Tratando ela bem, tal. Só que eu não sou aquele puta cara amoroso. Mas eu fui, quinta ou sexta passada saí com uns amigo lá, que foi até o Bom Retiro a pé [...] Entramos numa loja pra comprar. Comprei uma blusa pra ela. Uma blusa legal e tal, entendeu? "-Ah, tá querendo comprar a mulher?" Não. Eu acho que é um... Vi a blusinha em cima no manequim, né? Eu falei "-Acho que essa blusinha fica legal na Rita." Tava escrito Nova York, não sei o que, Paris [...] É. Não sempre bu-lu-lu, mas sempre dou uns relance. Eu penso nela, entendeu? Eu acho que isso é um lado amoroso. Cê tá andando com os amigo, vê uma blusa num manequim, lembrar da esposa e comprar a blusa pra ela e levar de presente sem ser natal ou aniversário, porra nenhuma. Acho que é, acho que tem um peso [...] Eu acho que tem um peso. É gostar da pessoa.

Sandro

Na narrativa abaixo, podemos observar a valorização que Sandro dá à sua participação no Grupo Reflexivo em termos de aprendizado:

[Sobre aprendizado relevante no grupo] Muito! Muito, muito [...] Eu diria pra você que o que você aprende, como uma premissa ali, depois de encerrado as sessões, as 16 sessões, é que de princípio você vai querendo fazer o complemento das 16 sessões pra atenuar a sua pena.

Em seu relato acima, Sandro deixa transparecer os benefícios recebidos no grupo ao sugerir que após o término das dezesseis sessões programadas, seu desejo é o de repetir todo o processo, para além da possibilidade de atenuação de sua pena na justiça.

Sua narrativa abaixo sobre benefícios em função da dinâmica e das temáticas discutidas parece-nos exemplar:

Eu acredito que depois do meio pra frente [dinâmica do grupo], você começa a vivenciar os problemas... Tanto é que no último dia foi um amigo meu pra lá de tanto que eu falava com ele que eu: "-Porra, meu..." E o cara tem 40 anos de casado. E a gente, e eu lá mesmo no grupo eu falei assim: "-Se eu soubesse que isso existia antes, eu acho que até seria oportuno pra a gente tá vendo." O que eu quero explicar pra você é, você só vai dar valor pra sua vida de velhinho a hora que você for visitar um asilo. Você só vai acreditar que essas coisas podem acontecer, a hora que você ver. Porque, até então, você acha que isso só dá em árvore. Você fala: "-Isso comigo nunca vai acontecer." E acaba acontecendo. O aprendizado é o que eu volto a te falar, você aprende a ouvir, você aprende pelo menos a lidar com o fato do qual você jamais imaginou lidar. Não que a gente tinha poder de decisão de mudar a vida do Marcos, não isso. Mas de poder escutar, poder falar, dar a sua opinião. E isso acho que é muito importante. Coisa que anteriormente, e falei pro meu filho também, falei pra minha filha, tá certo que lá é só o clube do Bolinha, mas tem, depois eu fiquei sabendo que tem a turma da Luluzinha também, né? E falei pro meu filho, mas com a minha vida era corrida, trabalho, casa, dinheiro, trabalho, casa e dinheiro, casa e corre, vai. A vida do meu filho, saindo da faculdade, era a mesma coisa. Então "-Ah, pai, eu não tenho tempo pra isso." Que eu disse "-Arruma tempo. Um dia quando você ficar um pouquinho mais velho, você vai visitar um asilo e você vai falar: 'Porra, amanhã pode ser eu aqui.'"

Na narrativa acima, Sandro parece sintetizar o que considera os benefícios recebidos no Grupo Reflexivo identificando, inclusive, o momento da dinâmica do grupo em que a identificação com o mesmo melhor se evidencia uma vez que passa a vivenciar os problemas dos colegas de grupo, de uma maneira mais aprofundada. Muito embora possamos observar, em nosso estudo, uma identificação com o Grupo Reflexivo mais precocemente do que identificado por Prates (2013), a observação

que Sandro faz responde pela capacidade de cada um em seu próprio processo de inserção no grupo. Em seu caso, vale destacar, o convite que ao final do grupo fez, inclusive, a um amigo, além de tecer comentários com seu filho e também sua filha.

Em termos dos tipos de benefícios que Sandro menciona vale destacar sua seguinte expressão: “O aprendizado é o que eu volto a te falar, você aprende a ouvir, você aprende pelo menos a lidar com o fato do qual você jamais imaginou lidar. Não que a gente tinha poder de decisão de mudar a vida do Marcos, não isso. Mas de poder escutar, poder falar, dar a sua opinião. E isso acho que é muito importante”.

A valorização que Sandro atribui ao ato de ouvir, que caracteriza como um aprendizado, considerando que esse aprendizado permitiria lidar com o inusitado, como é o caso mencionado da vida de Marcos, sob discussão, aponta não somente para uma identificação com o grupo e sua mensagem, mas, igualmente, para o vínculo de solidariedade que se estabelece entre os próprios participantes, pelo problema comum que enfrentam naquele espaço de reflexão: o de serem homens denunciados como homens autores de violência contra a mulher.

Nesse sentido vale mencionar, igualmente, outros relatos de Sandro nos quais tais benefícios encontram-se, igualmente, presentes:

*No começo, como eu te disse, quando eu cheguei ali [no grupo] eu **imaginei que o meu problema fosse o maior do mundo. E eu escutei casos de problemas muito maiores que o meu.***

*Ah, eu digo pra você que a **influência do grupo faz você compreender melhor. Isso que eu acabei de te dizer, você pode ver algumas situações até muito estranhas, mas você tenta compreender. Você tenta aceitar. Você fala "-Não são os únicos, não serão os últimos e nem foram os primeiros".***

*Sim [ampliou meu pensamento]. Até de uma maneira muito egoisticamente a minha pensar, **que isso jamais iria acontecer comigo.***

Nas narrativas acima, vale destacar o que podemos considerar uma relativização do estigma que caracteriza o homem autor de violência como criminoso, estigma esse com os quais os mesmos não se identificam notadamente na chegada ao grupo. Em função de tal estigma é que observamos, quando da

análise da chegada ao grupo, alguns dos homens não se reconhecerem como autores de violência, mas tão somente como participante de um episódio isolado, onde um conflito era considerado “natural”, embora capaz de desencadear um problema grave como a própria violência física. Entendemos, assim, que em seu relatos podemos observar uma flexibilização dessa postura no discursos de Sandro, uma vez que reconhece muitos homens como vulneráveis a praticar a violência. Daí ganhar significado a sua frase: “Não são os únicos, não serão os últimos e nem foram os primeiros”, mas, igualmente, a seguinte expressão: “isso jamais iria acontecer comigo”.

João

Ao narrar sobre os benefícios recebidos pelo grupo, João destaca sua abertura para o diálogo, como aprendizado no próprio grupo, conforme podemos abaixo observar:

E uma coisa que eu não tive direito na delegacia, lá no grupo com vocês eu conversei. Eu conversei normal e vi que não era tudo aquilo, que também eu tava também totalmente errado, né?

No discurso acima, podemos observar que João não somente atribui sua abertura para o diálogo como aprendizado para o próprio grupo, mas que também passou a refletir sobre suas próprias convicções, revendo posições.

No relato abaixo tal experiência no grupo se manifesta, no discurso de João, em termos de suas relações sociais em geral:

O grupo, pra mim, pra mim, foi uma coisa maravilhosa. Porque, além disso, eu fiquei mais calmo. Fiquei mais tranquilo depois disso [...] Mais aberto. Fico mais tranquilo. Você sabe também o que... Você fica mais maduro e você não quer mais passar por aquela situação, entendeu? Aí você tem que fazer o que? Se controlar mais.

Vale destacar como relevante, no discurso acima, a identificação de João com Grupo Reflexivo, valorizando a calma adquirida, a abertura frente a situações complexas e problemas vividos no cotidiano, o que lhe fez sentir mais maduro frente à própria vida, adquirindo uma atitude reflexiva sobre a situação vivida ao ser denunciado como autor de violência contra a mulher.

Nos relatos abaixo podemos observar mudanças de atitude e de comportamento, em geral, de nosso entrevistado, frente à violência:

Antes eu pensava o que? Antes eu pensava que tudo se resolvia na base da porrada, se não tivesse a conversa, a ignorância era uma coisa [presente]... Qualquer coisa que eu discutisse com você, partia pra agressão, entendeu? Nunca queria ficar, assim, pra trás. Ah, o cara me xingou ali, eu vou, eu vou pegar ele [...] Não era briguento, eu tentava numa boa, mas se o cara não fizesse do jeito que eu queria...

Ah, eu mudei [...] Era pau. Aí já partia... Não tinha muita conversa, não. Hoje, não. Hoje tô tranquilo. Dá pra conversar. [É diferente] hoje, né? Como a gente, cê vê no trânsito aí, hoje você não sabe quem tá do outro lado do carro, quem tá do seu lado no farol. Vai discutir com cara que você não conhece. Do jeito que você pode ser, você tem aquela coisa de durão e o cara pode e aí? Uma hora você vai acabar levando a pior, né?

Vale destacar, a própria comparação que João faz, nos relatos acima, acerca das mudanças operadas em suas atitudes e comportamentos frente à violência em geral, sendo característico, a exemplo de Edson, identificar mudanças notadamente no trânsito. Tal identificação ganha expressão com outra sua narrativa abaixo, na qual João relata como a discussão dos casos, ou melhor, das histórias ou trajetórias de vida de cada um dos participantes, serviu-lhe de exemplo, para repensar sua própria vida:

Hoje, não. Hoje...Ah, eu mudei porque eu vi que não era, não era coisa que valia a pena, né? Não valia a pena por qualquer coisinha você estourar e querer... Acho que com o tempo cê vai ficando mais velho, amadurecendo, vai vendo que a coisa não é assim. E cê vê exemplos, também, de outras pessoas, né? Que acontece, então cê tem que... Ou você muda ou você vai ter que, vai levar a pior.

Reiterando a importância dos casos para o seu aprendizado no grupo, João afirma ainda:

*Eu fiquei, assim, Tales, **porque eu via eu via casos lá acho que foi pior do que o meu. Então se eu... Aquilo ali, pra mim, eu tirei como exemplo. Porque se eu não tirasse, eu ia ficar, acho que ia acontecer o mesmo comigo. Talvez ela tivesse voltado até pra delegacia ou pro grupo novamente, não sei.***

Paulo

A exemplo de Sandro, Paulo relaciona seu aprendizado e benefícios recebidos no Grupo Reflexivo às discussões dos casos, trazidos por cada um dos participantes, nos quais se delineavam histórias de vida pessoais e a questão da violência se inscrevia de maneira peculiar, mas representava uma forma de identificação para cada um dos membros e uma reflexão acerca de suas implicações, não somente para os homens, como também para as mulheres. No diálogo abaixo com o entrevistador, tais aspectos se destacam:

E, assim Paulo, quais os assuntos que você considerou mais importante na discussão em grupo? Você se lembra?

*Teve, teve, teve... Eu falei, assim, que **eu me inspirei na história das pessoas, né?***

Nas histórias de história de vida de cada um?

É. Nas histórias individuais de cada um. O que pode acontecer, né? E qual o prejuízo que isso pode causar também pras pessoas. Pras pessoa, não só a mulher como o homem também.

Outro aspecto destacado como relevante no seu aprendizado refere-se às discussões travadas no grupo relativas à questão dos direitos das mulheres com base na Lei Maria da Penha e a posição do homem frente a isso.

É importante, importante o que eu aprendi aqui, também. O que que foi? Cê via que também que os direitos que não é só pra mulher, pro homem, também. O homem tem direito também, né? E tem cara que não sabe disso.

Um dos temas discutidos ao longo do grupo foi a questão da Lei Maria da Penha, seu texto e sua aplicação, tendo em vista que os homens, em uma primeira reflexão se sentiam alijados de seus direitos e a Lei se apresentava para eles como privilegiando os mesmos em detrimento dos homens. Pela fala acima de Paulo, o que se observa é uma das constatações presentes em muitos dos discursos dos homens entrevistados. Isto tendo em vista que a Lei passou a ser discutida, por parte dos facilitadores, como representando uma busca de equidade de gênero para as mulheres, considerando que para os homens tais direitos sempre existiram.

Na narrativa abaixo podemos melhor observar como Paulo retrata sua inserção e aprendizado no Grupo Reflexivo:

O grupo, ele era interessante, né? Ele era muito interessante, porque cada pessoa tem uma história. Cada pessoa tem uma história diferente. Cada história dessas pessoas, elas serve, ela é um espelho, né? É um espelho que a gente olha assim e fala "-Pô, isso serve pra mim. Pra não acontecer comigo."

No relato acima, Paulo destaca a relevância do grupo em função de sua diversidade, reiterando, mais uma vez, a importância das diferentes histórias de vida de cada um que, na sua linguagem, representava um espelho, um aprendizado expresso nos seguintes termos: "É um espelho que a gente olha assim e fala: Pô, isso serve pra mim. Pra não acontecer comigo".

Mais uma vez as histórias de vida dos participantes e a dinâmica do grupo são destacadas em uma outra de suas narrativas, conforme descrita abaixo:

Mas, em questão do grupo é muito legal. Então ele serve, ele serve, assim... Pra mim serviu, ele serviu, assim... Você ouvia uma história, cada história, ele era pra mim um espelho. Que, no caso de um que só discutiu com a mulher, falou que ia jogar a mulher pela janela, que era naquela época que eu tava aqui. Ele entrou nessa lei aí. Ele só falou, não fez nada. Teve muitos aqui que também não... Eu me interessei no grupo. Inclusive acho que eu só falei uma vez que eu tava, que eu não pude vim que era alguma coisa do serviço.

No relato acima, Paulo reitera cada história de vida dos participantes do grupo como representando um espelho, em termos de seu processo de autoconhecimento

e identificação. Vale destacar que o exemplo do caso narrado pelo mesmo ilustra a forma como muitas das discussões se travavam nas análises e avaliações dos casos por parte dos participantes, assim como a percepção peculiar e subjetiva de cada um em função de sua própria história de vida.

Lúcio

Ao discorrer sobre os benefícios de sua participação no Grupo Reflexivo Lúcio destaca sua importância para a participação de todos os homens autores de violência contra a mulher, mesmo os não denunciados, conforme ilustra sua fala abaixo:

Como que você avalia você ter recebido isso como medida socioeducativa?

Olha, avalio ótimo. Porque eu acho que todo mundo independente de opção, isso deveria ser uma pena, né? Uma das penas, né? Mas, infelizmente, você vai pro plenário antes da, antes do julgamento, eles expõe quais são os trabalhos das ONGs, né? Os psicólogos, lá, tudo mais. E quem quer vai, quem não quer, não precisa ir. Então ou é ou não é. Não. Você vá se quiser, mas se você for condenado e você não participou, a pena vai ser dobrada, aspás, né? Não vai ser um, vai ser um mais dois. Então, isso deveria ser como pena.

Ao avaliar o trabalho desenvolvido no Grupo Reflexivo, Lúcio destaca alguns aspectos de sua relevância que não é devidamente conhecida pelos próprios homens denunciados por violência contra a mulher. Isso tendo em vista o grupo constituir-se como uma opção dos homens tendo em vista possibilidades de atenuação de sua pena. Assim, vale destacar que, diferentemente do que afirma Lúcio, optar por essa participação significa a possibilidade de redução da pena e não que a pena será dobrada em caso de não participação. No entanto, o que nos parece interessante na avaliação de Lúcio é o de querer transformar a participação no grupo também em uma pena, isto considerando que tal participação representaria um benefício para tais homens, como avaliou como ótimo para si próprio.

No relato abaixo, podemos observar a extensão de benefícios que Lúcio atribui os homens em geral: o espaço de interlocução.

Mas todo homem que tem esse conflito ou que tem conflito em casa, é bom ele ir nesse grupo, que no nosso grupo, no meu grupo que eu estava, tinha acho que era Washington, ele foi porque ele entrou na internet e achou interessante. Livre e espontânea vontade. Ele tava precisando de ajuda. Ouvir e ser ouvido.

A referência aos benefícios do grupo como espaço de interlocução foi uma tônica em várias narrativas conforme podemos apresentar ao longo desse trabalho. Isso independentemente das possibilidades de desconstrução dos estereótipos de gênero ou da masculinidade hegemônica, fato que não observamos na entrevista de Lúcio. Nesse sentido, é importante destacar que, de diferentes formas, o grupo beneficiou a todos variando o alcance nas possibilidades de receptividade e de transformação de cada um.

A ideia de que o Grupo Reflexivo representa as possibilidades de incorporação de uma atitude preventiva frente à prática de violência contra a mulher, encontra-se presente no discurso acima de Lúcio, assim como de muitos dos homens entrevistados, com a sugestão de extensão do mesmo por parte de homens não denunciados, como é exemplificado pelo próprio Lúcio, no caso acima de Washington, valendo lembrar que também Sandro levou, em um dos encontros, um amigo.

A questão da empatia e identificação com o grupo apresentou-se como aspecto relevante na avaliação, pelos homens entrevistados, dos benefícios recebidos, apresentando-se a fala de Lúcio, a seguir, como um exemplo característico:

Fui sentindo [bem] no decorrer dos encontros e criei uma afinidade a partir do primeiro encontro. Eu tinha prazer de ir. Eu tinha prazer de ir. Era segunda... Eu ia não contra a vontade. Porque eu chegava lá uma hora antes. Eu formei um ponto de encontro com alguns amigos dali do grupo.

No relato abaixo de Lúcio, podemos observar como o bar, representado em nosso meio como espaço de sociabilidade masculina, transformou-se, igualmente, num *locus* de extensão de reflexão do próprio Grupo Reflexivo:

Eu ficava ali na esquina tomando minha cervejinha, esperando o pessoal chegar. Parte entrava direto e parte ia no bar da esquina, nos encontrarmos lá pra bater papo, discutir como que tá, como foi, como que não foi, como você tá com a sua mulher... Tínhamos liberdade de perguntar um pro outro "-Como é que tá? Tá bem? Melhorou? Tá legal?".

A identificação com os membros do grupo se desenha, também, na fala de Lúcio, quando considera as boas lembranças e as amizades feitas, ao lado dos debates empreendidos, expressa nos seguintes termos do relato a seguir: “foi uma terapia aberta, né? Entre amigos”.

As boas lembranças são as amizades que foram feitas, os debates que foi aberto ali, que foi uma terapia aberta, né? Entre amigos. Eu creio que... Como devido ao meu trabalho, não dá pra ter contatos.

Tal identificação com membros do grupo teve continuidade de contato através do compartilhamento de mensagens, conforme relato abaixo:

O primeiro contato que eu tive, foi mandando pra algumas pessoas a minha sentença. Mas eu tenho certeza que dali saiu amizades muito boas, viu?

Finalmente, o último aspecto vale ser mencionado no relato de Lúcio, relacionado à sua identificação com os membros do Grupo Reflexivo, qual seja, a de que homens autores de violência contra a mulher não são necessariamente bandidos ou criminosos, como muitos conotaram quando na chegada ao grupo.

São pessoas íntegras. Pessoas de opinião. E a maioria dos homens que estavam ali, que a maioria eram casados, acho que a maioria era tudo casado. Eu, o único solteiro. Eles eram comprometido com a família.

4.7 NOVAS MANEIRAS DE ENFRENTAR OS CONFLITOS DE GÊNERO EM RELAÇÃO ÀS MULHERES

Edson

Edson, em suas narrativas, apresenta o que poderíamos considerar uma mudança geral nas relações de gênero, em vários aspectos, após a participação no Grupo Reflexivo:

*Porque tipo assim, no caso mesmo de tipo assim, da briga lá, todo mundo achou que eu que fui o errado, mas não fui. **Ela que aumentava a coisa**, entendeu? **Ela sempre foi ciumenta**, entendeu? Ela sempre foi ciumenta, sempre foi ciumenta, sempre foi ciumenta. Inclusive, depois que a gente brigou, que **a gente voltou de novo e começamos a namorar**, eu deixei, eu tinha um facebook, **eu tava vendo o meu facebook na casa dela** com as minhas amigas, tal. **Ela chegou e falou assim**: "-Ah, essa aí, a sua amiga Alcione..." Que ela, ela morria de ciúme dessa Alcione. Só que não tinha nada a ver, amiga minha mesmo. **Aí ela chegou, me deu um tapa na cara e correu, entrou no quarto e fechou a porta. Aí eu fiquei percebendo "-Meu, acho que vai dar merda. Porque se ela me deu um tapa mais uma vez eu não vou, eu vou querer revidar e eu não posso, de jeito nenhum."** **Aí, peguei e fui vendo bem**, tive que sair fora mesmo sem querer, **entendeu? Aí peguei e saí fora porque aí se não ia se dá outra confusão, entendeu?** Porque ninguém gosta de apanhar na cara, né? Nem a mulher, nem nós homem, **entendeu?***

A fala acima de Edson refere-se a um episódio de conflito ocorrido durante sua participação no grupo apontando mudanças que podemos considerar como significativas no modo de encarar conflitos de gênero. O duplo destaque em negrito e sublinhado, de sua narrativa, permite nos sinalizar algumas expressões que apontam para a sua busca de reflexão frente a conflitos eminentes. Daí podemos observar que ao ser agredido no rosto e narrar a própria reação de fuga da companheira, mencionar frase como as seguintes: "Aí eu fiquei percebendo", "fui vendo bem", as implicações do fato, qual seja, um possível revide, seguido de uma decisão de não poder de jeito nenhum revidar. Sua busca de "saí fora porque aí se não ia se dá outra confusão" aponta, igualmente, para uma atitude preventiva que, ao que parece, passou a ter em relação a tais conflitos. Ao dizer, também, que: "ninguém gosta de apanhar na cara, né? Nem a mulher, nem nós homem", parece

reconhecer, inclusive, a fragilidade de relacionamentos baseados na violência física. As várias vezes em que expressa a palavra “entendeu”, de maneira interrogada, parece querer demonstrar, para o entrevistador, de maneira clara o seu novo pensamento, sua nova visão de mundo.

No relato abaixo, podemos observar, de maneira exemplar, não somente essa busca de reflexão, mas, igualmente, um auto reconhecimento de seus limites no enfrentamento dos conflitos de gênero, daí sua estratégia de comportamento preventivo frente aos mesmos, notadamente nos casos das crises de ciúmes, além de mencionar uma nova maneira de ver as mulheres:

[Depois do grupo] Ah, mudou praticamente tudo, né? Porque tipo assim, de hoje em dia mesmo eu não... Eu, eu também, eu também sempre fui um pouco também ciumento, né? Sempre também fui, né? Um pouco inseguro, né? Sabia, fiquei, pensando bem, meu, não vale a pena, entendeu? Tem sim, tem caso que você acha ruim, sim, tal. Mas, mas não, eu evito, sim. Tipo de confiar mais nas mulheres, né? Confiar na parceira...

Antes você não confiava? Agora você confia mais?

É. Tinha aquela desconfiança tipo assim, né? Não... Que tem mulher que provoca você mesmo, né? Tem mulher que, que vai na rua... Tipo assim, o gênio das mulher, eu acho que é tipo assim, ela tá na rua, aí o cara chega... Tipo, canta ela, chama ela de, sei lá, o que for. E ela chega em casa falando isso pro marido. Eu acho que isso aí, uma mulher não deve falar isso aí, né? O que recebe na rua, cantada na rua, não chega em casa falando: "-Ah, tal pessoa fez isso..."

Ela falava isso pra você?

Ah, falava, sim. Falava.

Falava pra te provocar?

Falava [isso] pra me provocar, né? E realmente me provocava, entendeu? Aí, depois desse grupo aí, eu cheguei e falei assim "-Meu, o cara te cantou? Fique pra você. Não precisa me falar isso aí. Fica pra você. Ele cantou você, não foi eu. Fica pra você isso aí. Eu não quero saber quem na rua te cantou, quem deixou de cantar. Isso é problema seu, meu." Entendeu? Ficava me provocando.

Antes do grupo você assumia isso como um problema seu, né?

Isso. Problema meu [...] Agora, não. Agora não. "-Isso é problema seu. Puxa, você é bonita, tudo bem que o cara vai ter cantar. Problema seu. Não quero saber. Fique isso aí pra você. Não quero saber disso aí." Entendeu?

As narrativas presentes no diálogo acima, com o entrevistador, parecem exemplificar mudança significativa nas relações conjugais de gênero por apontar,

pelo que os relatos indicam, uma flexibilização frente ao reconhecimento e adoção do estereótipo de uma masculinidade hegemônica.

Em relação aos novos relacionamentos, Edson assim se manifesta no diálogo abaixo com o entrevistador:

O que mudou, assim, depois que passou no grupo, como você conduz a relação com as mulheres? Com suas companheiras, namoradas, casos?

Hum, hum. Sei. Não. Tipo assim, eu não tive mais caso, caso firme mesmo. Pra ter um caso pra saber como vai ser, né? Mas, tive assim, uns casos, uns rolinhos assim, tal. Mas nada sério. **Também não me preocupo com nada. Tipo assim, se eu vê tipo a minha, uma ficante minha indo pra balada, ficando com outra pessoa, eu não tô nem aí.** Porque não é nada minha, mesmo, entendeu? Eu não sei como é...

Você mudou? Você acha que você pensava de outra maneira?

Não. Mudou, sim. Mudou bastante.

Você pensava "-Eu tô saindo com ela, ela me deve satisfação"?

Antes eu pensava assim, me deve satisfação, mas só que hoje não, **entendeu?** Hoje, tipo também que ela, também, essa que eu fico com ela hoje, não é nada sério. Não é nada sério. **A gente só fica mesmo por ficar, entendeu?** Mas antes também eu tive também umas que eu, que eu namorei com ela seis meses. Ela foi embora.

No diálogo acima, Edson aponta para aquilo que poderíamos designar como flexibilização nas relações de gênero, valendo lembrar, que o que desencadeou a denúncia foi um episódio de conflito desencadeado por ciúmes em um baile de forró, conforme descrito em item anterior.

Finalmente, vale retomar, no diálogo abaixo, narrativa apresentada em item anterior, tendo em vista que na mesma Edson apresenta, de maneira peculiar, o que podemos entender como um indicativo de sua nova percepção acerca da flexibilização da ideia de masculinidade hegemônica, assim como do que passou a entender como questão do direito dos homens frente à violência sofrida por parte das mulheres.

[Relato sobre a fala do facilitador] É, então, é esse mesmo, o Leandro. E no caso ele [facilitador] até falou assim "-É porque vocês homem têm vergonha de a mulher bater em você e você ir na delegacia fazer um BO contra ela. Mas é a mesma coisa, você pode também. Você fica com vergonha de chegar na

delegacia e falar que foi agredido pela mulher e tal. Fica com vergonha de ficar rindo de você. Mas o certo também é isso aí."

Você faria isso, você acha?

Hoje, eu faria, sim. Com certeza.

Se você tem um caso, uma namorada que agredisse você...

Com certeza. Fazia, sim. *Com certeza eu fazia. Com certeza. Fazia, não. Eu faço. Se um dia chegar a esse ponto aí, eu faço. Igual tem um garçom que trabalha comigo aí também. Teve uma briga com a mulher. A mulher chegou no bar aí, quebrou o carro dele inteiro. Unhou o braço dele inteiro, o rosto dele inteiro, entendeu? Eu falei "-Vai na delegacia, meu. Vai." "-Ah, não vou, meu." Tipo com vergonha, entendeu? No meu caso, eu ia sim. Ia, não. Eu vou se um dia chegar a esse ponto aí. Eu vou. Tem que ir mesmo. Se não foi, vai acabar ela indo e falar que foi agredida, entendeu?*

Conforme podemos observar, as narrativas de Edson, garçom, ensino médio incompleto, vivendo separado da ex-esposa, permitem indicar muitos dos aspectos relacionados à questão da violência e dos conflitos de gênero que a participação no Grupo Reflexivo possibilitou transformações em termos de que lhe permitiram resignificar muitos de seus valores, em termos de relacionamentos afetivos-conjugais, assim como do próprio sentido das relações na vida cotidiana.

Romário

Romário, em sua narrativa abaixo, reconhece a nova condição da mulher em nossa sociedade e a mudança que isso opera em relação a uma nova postura do homem nas relações de gênero. Aponta por um lado, que nesse processo passou a refletir sobre a importância de um respeito e valorização não somente em relação ao homem, mas igualmente à mulher. Por outro lado, aponta para uma maior flexibilização nas próprias relações afetivas:

*Ah, o que eu **tenho sentido** pelos meus últimos relacionamentos, tal, é que **hoje a mulher tá muito mais liberta**, tipo assim, **então o homem tem que aceitar**. Infelizmente hoje, não sou mais aquele homem caseiro, que fica numa expectativa de papai, mamãe, tal. Não. **É aceitar o jeito que é. Me valorizar mais. Fazer com que as mulheres se valorizem**. O que tiver que acontecer no sentido de, na esfera sentimental, **aceitar numa boa**.*

Sobre as relações afetivas atuais, assim relata:

*Eu não posso tomar como parâmetro se [as relações em geral] ficaram mais conturbadas. **Pra mim ficaram mais conturbadas, porque eu não tive mais uma coisa tão séria**, tipo assim de casamento ou mesmo de assumir uma, essa relação de união estável. **Tô mais numa fase de ficar, de namorar**. Vejo, sim, que **tive um caso que a pessoa não parava de me ligar, desesperada**. Ficava, tal... Por tudo que eu passei, eu **tentava passar pra ela "-Olha, passei isso que cê tá passando. Procura uma outra pessoa."** Então, eu **tô naquela fase de curtir a pessoa, o que eu puder aconselhar a pessoa, conselho. Viver a vida. Não tô mais sofrendo**. Bom, tô sofrendo só a perda do meu filho. Só que não é sofrer, é saber levar a vida com ele distante. Então é isso.*

No relato acima, Romário evidencia encontrar-se mais cauteloso em termos de assumir novos relacionamentos afetivos, e aponta, igualmente, trazer para os relacionamentos casuais sua própria experiência, na qual ganha destaque, a busca de um novo sentido para a vida expressa nos seguintes termos: “Então, eu tô naquela fase de curtir a pessoa [...] Viver a vida. Não tô mais sofrendo”.

No relato abaixo, Romário fala de suas experiências após a denúncia recebida, reiterando a importância de redirecionar o sentido de sua vida, prevenir-se de conflitos, valorizando, assim, a qualidade de vida e a prevenção de sofrimentos passíveis de serem evitados, em termos de novos relacionamentos afetivos:

***Só boas experiências**. Na verdade, **vamos dizer, eu fiquei sozinho...** Sozinho no termo, tipo assim, **não quis mais entrar em conflito nenhum**, tal. **Direcionei, foquei** no meu trabalho, nos meus filhos, nos meus pais, na minha mãe, tal. **Apareceu um caso ou outro**. Então... Sempre primeiro, tipo assim, **agora é qualidade de vida e não quero mais ter sofrimento**. Sofrimento foi duro pra mim.*

No diálogo a seguir, com o entrevistador, Romário deixa entrever, como nessa busca vivencia conflito interno, em relação ao relacionamento com as mulheres:

Na verdade eu tô até tendo um conflito meu interno**, no sentido, tipo assim, **eu não tô conseguindo afincar com**, tipo assim, **gostaria de ficar uma coisa mais séria**, tipo assim, **mas tenho medo**. Não quero me machucar de novo. **Não sei se

ainda não encontrei a pessoa certa mesmo. Então, não quero me machucar. Então bem, tipo assim...É. Com o pé atrás.

E como você conduziu as relações? Com esse pé atrás?

É. Ficava contente de conhecer, tal. Mas sempre muito reticente [com as mulheres]. E a pessoa, todas elas falam, batem na tecla que eu sou, que eu passo ser uma pessoa muito triste, fechada e que eu não quero me abrir pra elas. Eu respeito, tipo assim, sou muito companheiro, muito amigo, tal. Mas reputo que é isso mesmo.

Finalizando, podemos observar que embora no discurso de Romário, empresário, superior completo, se evidencie uma flexibilização nas relações de gênero, tendo em vista o novo o reconhecimento da equidade de gênero na atualidade, o mesmo mostra-se, no entanto, reticente e cauteloso no sentido de abrir-se para novos relacionamentos afetivo-conjugais na busca do que considera questão de tempo para encontrar a pessoa ideal. Daí sua afirmação : “Não sei se ainda não encontrei a pessoa certa mesmo. Então, não quero me machucar [...] Com o pé atrás”. Ao que parece, a fala de Romário pode representar a busca de uma relação de parceria.

Igor

Igor, vivendo com a mesma parceira, a exemplo de Edson apresenta relato no qual permite evidenciar a presença de um novo comportamento frente aos conflitos conjugais:

É então, foi esse ano também [depois da passagem pelo grupo]. Te falar um motivo, eu nem lembro cara, entendeu? Nem lembro o que que foi. Ela tava nervosa. Ela tem um problema de menstruação, quando chega os dias do chico, se ela é nervosa, quando chega a menstruação, ela fica tri nervosa, ela vira gaúcha. Fica mais nervosa. E acho que ela tem uns problemas, quando é assim, ela tá com o problema da irmã e no fim eu acho que no casamento, um vira a válvula de escape do outro.

No relato acima, Igor permite indicar como muitos dos conflitos conjugais ocorrem, muitas vezes, por motivos irrelevantes, perdendo-se na memória. Por outro

lado, aponta para o fato de que nos relacionamentos entre homens e mulheres, as relações cotidianas passam a representar o espaço da violência naturalizada, em função da ausência de diálogo. Daí sua expressão ganhar significado: “no fim eu acho que no casamento, um vira a válvula de escape do outro”.

Diante do conflito instalado, Igor aproxima seu comportamento ao de Edson, numa postura preventiva ao desencadeamento da violência, conforme o excerto abaixo:

*[Sobre o episódio] Ah, e começou, pa-ra-ra, pa-ra-ra, pa-ra-ra, pa-ra-ra, daqui a pouco **começou a voar coisa**. Tem o meu filho, tava o meu filho, a moça que trabalha com nós, né? E a namorada do meu filho, que mais fica em casa do que na casa dela... **E começou a jogar coisa, eu fiquei na minha**. O meu filho tentando separar. E que nem eu falo...[...] **Eu me escondi atrás do meu filho**. Ela jogava as coisa, o controle remoto, tudo. Até a empregada foi segurar. Ela levou porrada. **Eu sei que os três apanharam dela. [...] Eu não apanhei porque eu me escondia [...] Aí eu me tranquei no quarto do moleque. [Ela] ia lá, metia o pé na porta. Demorou umas duas, três horas**.*

Na narrativa acima, Igor revela a busca de uma nova postura de não enfrentamento frente ao conflito com a mesma esposa, ao reconhecer a necessidade de prevenir o risco não somente de ser agredido, mas, igualmente, de agredir, assumindo, assim, uma aparente passividade frente ao tradicional olhar masculino,

A busca de uma nova atitude e comportamento frente aos conflitos, de natureza preventiva, se evidencia, mais uma vez, no relato abaixo:

***[Antes do grupo]** pode ser, eu ia revidar, né? A gente vai aguentando, vai aguentando, **o homem vai aguentando, mas chega uma hora que ele revida**. Que nem a pessoa vem pra cima... Ou você revidar ou mesmo na defesa, você defendendo você vai jogar a pessoa, você vai machucar, devido a altura e tal, o corpo, né? Eu peso 90 quilos, ela pesa 50, 45. Então eu, um empurrão meu, eu vou machucar ela como se ela num, mas ela vem pra cima. **A pessoa vem pra cima, entendeu? Isso... Você corre uma vez, corre uma vez. E que nem uma hora você vai ficar acuado que nem um rato. O rato você vai acuando ele, quando ele vê que ele tá acuado ele parte pra cima. Entendeu? E eu acho que antes... O grupo ajudou bem a pensar no assunto**.*

Ao buscar uma linguagem figurada, Igor aponta para o reconhecimento de seus próprios limites, com representação de um homem genérico, diante dos conflitos de gênero. Numa linguagem analógica – compara o homem a um rato -, busca naturalizar comportamentos que, se não passarem pelo crivo da razão, resultam em violência.

Vale mencionar, conforme relato apresentado item anterior, que retomamos abaixo, que Igor relaciona essa sua nova estratégia de prevenir conflitos ao aprendizado do grupo:

*É, que nem eu fiz um **curso de autoajuda lá**, o você né? É aquele tal negócio, você conta um, dois, três, quatro antes de dar a resposta, entendeu? No caso, que nós estamos na violência doméstica, támo conversando sobre isso, não é? **Se a mulher te xingar**, cê mesmo e se ela falasse: "-Ô seu viado." **Você, automaticamente cê vai falar** "-Puta." "-Bicha." "-Vagabunda." No... **Com , com o grupo não. Com o grupo [aprendemos], quando ela te chamava de viado você pensa e fica quieto ou fala outra coisa, entendeu? Sem responder com uma agressão uma agressão que cê sofreu.***

Como podemos observar, para Igor o Grupo Reflexivo representou um “curso de autoajuda”, no qual os participantes aprenderam não somente a se prevenir, mas a estarem atentos tanto à violência física, quanto à violência simbólica ou psicológica, como desencadeadora de agressões mútuas.

Daí sua nova postura para evitar conflitos traduzir-se em uma mudança substantiva, qual seja, a de passar a tratar bem a pessoa, no caso, a mulher, conforme relatos abaixo:

Quando você vê que vai ter conflito, cê evita, entendeu? Tratando bem a pessoa, entendeu? Conforme o que é possível. Porque também tem hora que você tá nervoso, né? Tem hora que cê não quer conversar, mas tá bom o negócio. Conduz sempre pra se evitar o conflito.

Tratando ela bem, tal. Só que eu não sou aquele puta cara amoroso.** Mas eu fui, quinta ou sexta passada saí com uns amigo lá, que foi até o Bom Retiro a pé [...] Entramos numa loja pra comprar. Comprei uma blusa pra ela. Uma blusa legal e tal, entendeu? **"-Ah, tá querendo comprar a mulher?"** Não. Eu acho que é um... Vi a blusinha em cima no manequim, né? Eu falei **"-Acho que essa blusinha fica legal na Rita."** Tava escrito Nova York, não sei o que, Paris [...] É. Não sempre bu-lu-lu, mas sempre dou uns relance. Eu penso nela, entendeu? **Eu acho que isso é um lado

amoroso. Cê tá andando com os amigo, vê uma blusa num manequim, lembrar da esposa e comprar a blusa pra ela e levar de presente sem ser natal ou aniversário, porra nenhuma. Acho que é, acho que tem um peso [...] Eu acho que tem um peso. É gostar da pessoa.

Nas narrativas acima de Igor, comerciante, ensino médio completo, o que antes referimos como estratégia de Igor como prevenção de conflitos conjugais, apresenta-se agora muito mais como uma nova postura frente à busca de uma nova relação conjugal de gênero, na qual ganha expressão a busca de construção de uma relação qualitativamente melhor, mas, fundamentalmente, ganha lugar o investimento cotidiano na demonstração do afeto entre parceiros. Daí merecer destaque expressões como: "Comprei uma blusa pra ela [...]" -Ah, tá querendo comprar a mulher?" Não. [Comprei porque] Eu penso nela, entendeu? Eu acho que isso é um lado amoroso [...] lembrar da esposa e comprar a blusa pra ela e levar de presente sem ser natal ou aniversário [...] Eu acho que tem um peso. É gostar da pessoa".

Sandro

Sandro, ao refletir sobre sua trajetória de vida, fala de marcas resignificadas, assim como de busca da felicidade na relação afetiva.

Em relação às marcas, destaca-se o episódio de conflito vivenciado após o Grupo Reflexivo, quando já separado da ex-mulher, no qual demonstra uma atitude de não enfrentamento, buscando evitar maiores desdobramentos do mesmo.

[Em relação a separação de bens] Porque daí não daria pra eu aceitar ela me chamar de ladrão numa contestação. Sendo que tanto o meu filho, como a minha filha brigou com ela. Falei: "-Não adianta você brigar comigo." Dei de cara com ela, isso aí é uma questão que é dela. Tanto é que houve outro motivo, porque no dia 6 de agosto foi a ação do divórcio, no dia 23 de julho, **ela foi pra casa da praia, quebrou tudo. [Mas] não fiz nada. Não vou fazer nada. A única coisa que eu me refiro a Marta, é que ela não existe.** Desde a saída de minha de casa, em respeito aos meus filhos, e na contestação quando ela me chamou de ladrão, eu disse a eles [filhos]: "-Olha, eu tinha a Marta como mãe dos meus filhos, a partir de então ela é mãe de vocês."

Tal atitude de aparente passividade frente à manifestação de violência por parte de sua ex-esposa, parece refletir, na realidade, uma busca de reflexão frente à questão da violência conjugal na vida cotidiana como bem ilustra a fala a seguir:

[Após o grupo, você] muda. Você pondera muito mais, você conta até dez, 100 vezes. Não é a questão de repente você tomar uma, uma atitude ou alguma decisão que você sabe que vá prejudicar não só a você. Tenho consciência que o que aconteceu é um prejuízo com a sua vida. Prejudicou a família dela, a minha família, os meus filhos... O conjunto.

Ao refletir sobre a experiência vivida, observamos que Sandro fala em mudança, ponderação, conscientização frente a problemas da vida cotidiana que implicam não somente a própria pessoa, mas, igualmente, toda a família. No relato abaixo, observamos, que sua atitude de reflexão frente aos problemas, não significa passividade frente aos mesmos:

Prejudica, não adianta. Mas, mas também não significa você abaixar a cabeça e falar amém pra tudo. Porque também serve de aprendizado pra gente, no dia a dia, até num pós-relacionamento, é o que eu falo pra você, você continua aprendendo a contar até 100, até dez, 100 vezes. Mas tem algumas coisas que você já não conta, você conta até 10 e fala: "Não vamos continuar contando que adianta." Então eu acho que quando você encara e participa de uma situação dessa, você fica com muito menos, muito menos medo do novo. Lógico, você com a família constituída há 25 anos, você fala: "-Porra. Puta, eu não posso fazer isso, não posso fazer aquilo. Eu tenho que me segurar. Eu tenho que fazer aquilo. Eu tenho que fazer aquilo outro." Não por uma leviandade. Mas eu acho que você não, não carrega muito o deixa pra lá. O que eu tô dizendo é: "-Por que que você fez isso? Você me magoou por quê?" E é um passo que quando você tem 25 anos você já... Você não deveria ter feito isso. É diferente. Então eu acho que [o grupo] ajuda, sim. Se alguns participantes dali não, não consegue absorver é uma questão de tempo.

Se para Romário suas vivências representaram uma certa fragilização frente a busca de novas relações afetivas, no caso de Sandro, suas vivências foram resignificadas passando a representar, segundo o seu relato, fortalecimento e aprendizado. Assim, se para Romário a expressão: "gostaria de ficar uma coisa mais séria, tipo assim, mas tenho medo. Não quero me machucar de novo" aponta para tal fragilidade, para Sandro: "quando você encara e participa de uma situação dessa,

você fica com muito menos, muito menos medo do novo”. E nessa comparação, vale destacar que Sandro atribui possibilidades de superar medos à própria participação no Grupo Reflexivo quando afirma: “Então eu acho que [o grupo] ajuda, sim. Se alguns participantes dali não, não consegue absorver é uma questão de tempo”.

Em relação a atual companheira, Sandro revela a existência de uma nova relação conjugal, de parceria, compreensão, na qual as relações de gênero são de fato entendidas como relacionais no projeto de vida conjunto. E para Sandro, isso significa felicidade, conforme podemos observar nos relatos abaixo:

*Olha, eu diria pra você que **se eu soubesse que é tão simples ser feliz com poucas decisões...** Eu quero que você me compreenda, como que eu posso fazer pra você compreender legal?*

Ao afirmar “eu quero que você me compreenda”, Sandro aponta para a relevância de sua fala e do significado que busca imprimir à sua narrativa. Para tal, recorre a uma linguagem figurativa com a qual não somente procura expressar sua nova visão de mundo, assim como o novo sentido de sua própria existência, como pode ser observado no diálogo abaixo com o entrevistador:

*Eu hoje ponho na minha cabeça que eu dentro de 360 metros de uma casa que eu morava, **eu não precisava de 360 metros. Eu hoje vivo em 70 metros com uma pessoa que acorda e me fala "-Bom dia."** Eu acho que você consegue conviver... Que eu te falei lá atrás, comendo um quilo de sal e dando risada, desde que a pessoa do lado também faça a mesma coisa. **Que não vale a pena você, só você comer o sal e só você sentir o sal.***

Tá. Então você está dizendo que antes você tinha essa percepção. Na sua antiga relação, só você comia o sal, você sentia o sal ?

*Não. Não. **Eu acho que algumas horas ela também comeu o sal.** Talvez porque gostava, lógico. Mas hoje eu acho que...*

Mas o que mudou em termos de...

A divisão do sal.

Ah, a divisão do sal.

A divisão do sal. Tem um quilo pra gente comer...

Meio quilo, meio quilo. Antes você comia 900 gramas?

Por aí. A obrigação era sua de comer os 900 gramas.

No caso de mulher é mais leve?

*E pra você assim, você não quer comer suas 500? Da aqui que eu como. No dia a dia. Mas também é aquilo que eu falo pra você, não acontece mais de, de repente, você deixar os meus meio quilo ali, a hora que você perceber eu comi 600 gramas e não 500 gramas que eu tinha, que era meu de direito. Você tá entendendo? **Então acho que o relacionamento, hoje, que eu digo pra você que eu tenho uma pessoa com a qual convivo há um ano, de morar junto, de lavar prato e de comer o quilo de sal junto, que eu te falo. É bem diferente. É bem diferente em todos os sentidos. Até no sentido de... Lá atrás, eu tinha obrigação de marido, Hoje: "-Tá pago o condomínio desse mês?" "-Não. Tá lá na caixa pra pagar." "-Então dá aqui que eu vou pagar."***

Na narrativa de Sandro, revela-se a vivência de um novo cotidiano de relações na qual há parceria, companheirismo, afeto, investimento recíproco e compartilhamento de bons e maus momentos. Representa, em suma, a ideia de gênero como relação de diálogo, de equidade, de autonomia, de liberdade, de prazer e não de dever como obrigação. Representa, assim, uma relação em contínua construção onde o casal se apresenta como dois sujeitos de direitos numa relação compartilhada e flexibilizada.

A respeito do sentido do dever, como ética, sem a conotação da moral normativa da sociedade entendida como obrigação, Sandro acrescenta à sua nova narrativa, no diálogo abaixo:

Hum...obrigatoriedade?

Eu não sei se essa não obrigatoriedade te deixa mais...

Leve?

*É. Leve, eu não diria. Porque a partir do momento que **você constituiu [família], você é obrigado a cumprir.** Mas é que aquilo que eu te falo... Voltando ao caso, né? No sentido, pra você compreender legal, mesmo ela trabalhando o dia inteiro, trabalhando o dia inteiro, você chega em casa amanhã "-Porra, **tinha um jiló que eu comprei fresco, eu fiz porque você gosta.**" **Lógico que você vai ter que fazer a recíproca.** "-Pô, passei lá no Extra, **eu vi essa manga bonita, eu trouxe, que você gosta.**" **Lá atrás [relacionamento anterior], você já não tinha isso. Então esse convívio, são aqueles pequenos detalhes que eu te disse que você dá muito mais valor do que você dava antes.** Antes você chegava, sentava, comia o arroz, feijão, bife e batata frita e a salada e ... Você tá entendendo? **Então lógico que você aprende.** Você vê uma coisa pra com um, uma coisa pra com o outro. **Você vai tentando absorver de cada situação uma, uma luzinha pra você.** Todas elas são verdes e amarelas e vermelhas. **Daí você vai optando.** "-Opa, essa aqui é verde. É aqui que eu vou ficar. Opa, pisei na amarela. Vermelha... Passou no farol vermelho."*

O que Sandro, administrador, com curso superior completo, permite desvelar de sua nova relação de gênero, é a concepção de que a igualdade e equidade de gênero implica novos valores, numa relação flexibilizada e em contínuo aprendizado recíproco diante das próprias adversidades da vida.

João

João, vivendo com a mesma parceira, a exemplo de Igor, apresenta, igualmente, relato no qual podemos observar a presença da busca de novos comportamentos frente aos conflitos conjugais:

A busca de um novo tipo de relação por parte de João, encontra-se na atitude preventiva que, a exemplo de Edson e Igor, parece ter norteado a nova vida de alguns dos homens que participaram do Grupo Reflexivo, conforme relato abaixo:

Problema você sabe que casal sempre tem. Não vai deixar de ter. Não tem como. Mas o que melhorou pra mim, foi o que te falei, é a questão de cê pensar melhor, entendeu? De, às vezes, evitar aquela situação. Você tá se alterando? Então cê para, sai um pouco, evita. Que antes ficava discutindo, a coisa ia ficando mais quente, depois cê perdia a cabeça. Fazer o que? Você vai agredir. Não adianta. Você pode ter o controle que for, mas a mulher fala uma coisa, você fala outra. Aí fica aquela discussão. Chega uma hora que você vai perder a cabeça, aí é pior. Eu mesmo sou, eu sou meio esquentado pra essas coisas, né? [Daí] Discutia, eu saía fora. Dava um tempo, ia pra rua, voltava depois. Ia tomar cerveja, jogar sinuca aí.

A atitude preventiva, que entendemos estar presente na narrativa acima, evidencia-se pela busca do “pensar melhor”, do refletir e sopesar sobre as possibilidades de uma discussão, que muitas vezes se inicia como uma agressão verbal mútua, bastante naturalizada entre os casais, pode desencadear a violência física, como muitos dos episódios das denúncias apontaram nos relatos dos homens sobre os motivos das denúncias recebidas. Por outro lado, a atitude preventiva evidencia-se, igualmente, pelo reconhecimento dos próprios limites diante de uma relação de conflito, o desejo de abertura para o diálogo, buscando afirmar desejos e interesses individuais como estratégia de negociação de gênero.

O diálogo abaixo, permite melhor visualizar tais considerações por nós tecidas acima:

Cê começou a fazer isso? Quando vocês estavam discutindo, cê saía?

É. Eu via que o negócio tava ficando mais, saía.

Mas antes não fazia isso?

Não. [Antes do grupo] eu ficava naquela coisa, né? Discutia, começava a discutir mais. Ela falava uma coisa, eu falava outra. Ela falava uma coisa, eu falava outra. Até que eu chegava a perder a cabeça e aí... Ela não me agredia, porque eu era mais forte que ela. Mas eu...

Mas ela já tentou te agredir ou já te agrediu?

Já tentou, já.

Quando você a segurou?

É. Não. Eu me controlei, né? Mas...sou esquentado.

Sim. Então, quer dizer, que você tem um jeito esquentado. Você reconhece isso?

Reconheço.

Sei. Mas é só com ela ou com todo mundo? Com...

Não, com qualquer pessoa.

Com qualquer pessoa...

É. Se eu vê que o negócio tá, já me contraria um pouco, fico meio nervoso. Sou mesmo esquentado mesmo. Com essas coisas assim, eu...

No relato acima, o reconhecimento dos limites de João, encontra-se manifesto na sua expressão: “É. Se eu vê que o negócio tá, já me contraria um pouco, fico meio nervoso. Sou mesmo esquentado mesmo. Com essas coisas assim”, daí a importância de sua estratégia de evitar conflitos do passado, dando um tempo, saindo para a rua, voltando depois, segundo suas próprias palavras.

O relato abaixo representa, de maneira exemplar, o refletir e o sopesar de João sobre as implicações de uma denúncia de violência contra a mulher, baseada na Lei Maria da Penha:

*Como eu falei, Tales, é o seguinte, porque **você vá ficando mais maduro** também, né? Fica mais maduro, **fica pensando**, vai... **Você vê que também não vale a pena. Porque quem quer viver com processo na justiça, né? Ninguém quer. É***

uma coisa que você passa e você não quer passar mais, entendeu? Até pelo constrangimento, também. Você sabe que é coisa chata, né?

No diálogo que se segue, as possibilidades de interlocução entre o casal se evidenciam, com destaque para a importância da participação no Grupo Reflexivo:

Então você conseguiu ter uma, um diálogo legal com ela?

Sim, lógico. Depois do grupo.

Você acha que, de alguma maneira, o grupo te ajudou a ter um diálogo com ela?

Ajudou, viu. Ajudou porque antes... Lá no grupo a gente começava, começava o que? Cada um tem o direito de fazer aquilo ali, cada um tem o direito de fazer aquilo [que deseja]. E foi a coisa que eu, bom, se eu quisesse fazendo aquilo, então também não posso abrir mão do que eu gosto, também, né? Se ela vai aceitar ou não, aí [...] É um problema dela. É outra coisa. Aí tem que discutir se vai dar certo ou não.

Aí tem que discutir se vai dar certo ou não. Porque a coisa que eu gosto e se eu dissesse que não ia fazer e depois fazia, ia acontecer o que? Outra discussão. Então eu abri o jogo pra ela "-É assim, assim, se não der... A gente tá, já tá separado cada um no seu lugar. Fico no meu que eu já tô." Aí foi. A gente conversou foi isso.

Nas duas últimas narrativas do diálogo acima, podemos observar o quanto discutir as questões de gênero no Grupo Reflexivo não representou somente um benefício para a mulher, mas, igualmente, para o homem, que passou a resolver conflitos através do diálogo e da negociação de interesses mútuos.

Nesse sentido, vale retomar relato apresentado em item anterior, no qual se observa, além dos benefícios que o grupo ofereceu ao participante, o quanto tais benefícios foram relevantes para as próprias relações de gênero e elaboração de conflitos sociais através do diálogo.

Essa experiência do grupo foi essa coisa de saber lidar em casa melhor. Conversar, de refletir. Assim, como te falei, quando eu tô um pouco nervoso, o que que eu faço? Eu saio, né? Antes eu não fazia isso. Ficava discutindo, ficava as coisas ali piorando. Coisa chata. Hoje, não. O grupo, pra mim, pra mim, foi uma coisa maravilhosa. Porque, além disso, eu fiquei mais calmo. Fiquei mais tranquilo depois disso.

Sobre a relevância do grupo na incorporação de um novo olhar frente à questão da violência de gênero, vale destacar, mais uma vez, um relato recorrente entre alguns dos entrevistados, presente no discurso abaixo de João, sobre a importância das narrativas dos demais homens sobre seus próprios casos, suas histórias, suas vidas de conflito.

Eu fiquei, assim, Tales, porque eu via eu via casos lá acho que foi pior do que o meu. Então se eu... Aquilo ali, pra mim, eu tirei como exemplo. Porque se eu não tirasse [como exemplo], eu ia ficar, acho que ia acontecer o mesmo comigo. Talvez ela tivesse voltado até pra delegacia ou pro grupo novamente, não sei.

Muito embora algumas restrições à Lei Maria da Penha apareça nos diálogos, conforme analisamos de maneira específica em item anterior, vale observar abaixo, o quanto homens encaminhados ao Grupo Reflexivo, reconhecem, eles próprios, os benefícios, conforme ilustra narrativa abaixo de João, no qual relativiza e reconhece as razões que levaram a companheira ao ato da denúncia, conforme pode-se observar no diálogo abaixo:

[Depois do grupo] Melhorou mais, como te falei. Melhorou, assim, depois que eu entrei no [grupo], que eu participei do grupo. Porque até aí, até a hora da agressão, depois eu fiquei, fiquei até com raiva dela, né? Porque ela me denunciou, então... Não tinha aceitado, porque ela tinha me denunciado. E como te falei, na delegacia chegou lá foi a versão dela e ponto. Eu não tive versão nenhuma. Ela deu a dela e já fui, foi aberto o processo e aí... Foi adiante. Depois que o juiz me chamou lá, que... Pra mim participar de uma, do grupo, né? Aí eu fui pro grupo. Depois do grupo, acho que eu já, eu vi numa parte ela tinha um pouco de razão, né? Não, não pela lei. Não pela lei. Pela lei, eu não, não vejo muita diferença nessa... Mas, assim, pra proteger a mulher. Mas acho que da parte do grupo, pra mim, foi bom pra mim ter mais uma, pra mim refletir que bater não é certo. Agredir não é certo. E pra mim foi bom, porque eu fiquei mais tranquilo. Eu... O que vocês comentava lá, eu refletia um pouco e via que aquela coisa tinha como melhorar ou não sei. Tinha como... Tinha uma coisa boa ali, naquele momento ali, né? Mas a lei mesmo, não sei, acho que é mal elaborada.

E você me falou que você viu que ela tinha, em parte, razão. Me explique melhor isso.

Na parte de agressão. Na parte de agressão minha. Porque ninguém, ninguém, ninguém merece ser agredido, né?

Tá. Então antes você achava que era justificável a agressão?

Não. Era assim porque **era um modo de eu me defender.** Mesmo eu, quando eu discutia com ela, eu perdia a cabeça mais fácil, **então eu usava da força física, entendeu? Hoje, não.** Hoje ela discute comigo, eu fico na minha.

A ampla temática discutida, ao longo dos dezesseis encontros no Grupo Reflexivo, encontra-se explicitada naquilo que João relata, na narrativa abaixo, como tendo refletido durante e a partir da vivência do grupo, acerca do processo de denúncia, de sua relação conjugal conflituosa naturalizada no cotidiano, a existência da Lei, suas implicações para a violência de gênero, dentre outros aspectos relacionados.

Eu tava praticamente separado dela, né? Na verdade. E quando eu vi as coisas lá, **vi os exemplos do grupo**, que vocês passava pra **gente como que era a lei** e como que era, **como que tinha que fazer, mais ou menos, em casa, né? Então fui refletindo, fui vendo** que eu tinha que **mudar algumas coisas. Ela também.** Porque senão a gente não ia entrar num acordo, não ia viver bem nunca. Porque um que tinha passado pelo uma situação que eu não queria passar. **E o grupo foi bom porque eu vi coisas que eu tinha que fazer**, que acho que você próprio me falou, lembra? Que **cada um tem o direito de fazer uma coisa, mas contanto que entre em acordo.** Porque um dos motivos da gente brigar sempre era essa coisa como eu te falei, de às vezes querer, numa quarta feira, **assistir o jogo com meus colega.** Às vezes até, assim, chegar e tá **tomando cerveja com meu colega** ali. Já era **motivo de discussão.** Chegar em casa e já começava a discutir, né? Eu ficava na minha, mais tranquilo. Ela começava a discutir. **E foi no grupo que eu aprendi**, foi essa coisa, **quando a gente foi voltar o relacionamento** da gente, **a gente sentou, conversou e eu expliquei "-Vai ser assim. Meu jogo de futebol, eu vou assistir. E se você não aceitar é melhor a gente ficar do jeito que tá."** E ela cedeu. **Então foi uma coisa que a gente começou a engatilhar.** Brigar, a gente briga até hoje. Não tem como, **a gente discute, mas como antes, não.** Como antes, não. **Às vezes, a gente começa a discutir. Eu paro ou ela para.** Às vezes, eu, se eu vê que ela não para, eu saio, entendeu? Não fico mais em casa. Se eu ver que o negócio tá engrossando, eu saio. **Porque eu sei se eu ficar, talvez eu perca a cabeça**, sim, entendeu? Então eu prefiro sair. **Então, pra mim, a parte do grupo foi importante nessa parte aí. De conversar e impor a minha posição dentro de casa, entendeu? Colocar a minha opinião. O que eu queria fazer, o que eu não queria fazer. E ela também colocou o que ela queria também, né? A gente conversou.**

Ao fazer tal colocação na narrativa acima, qual seja: “De conversar e impor a minha posição dentro de casa, entendeu? Colocar a minha opinião. O que eu queria fazer, o que eu não queria fazer. E ela também colocou o que ela queria também, né? A gente conversou”, João aponta para aquilo que consideramos a busca de

flexibilização das relações de gênero das quais o respeito a interesses pessoais são respeitados e negociados, conforme podemos observar no diálogo a seguir:

O que ela [sua esposa] queria?

O que ela queria era que eu diminuísse mais a parte de sair com os amigos, tal, essas coisas. E a gente continuou. Teve um dia...

Vocês entraram num acordo.

Entramos num acordo.

Você acha que o grupo, então, ajudou entrar nesse acordo?

Bastante. Nessa parte aí, ajudou bastante.

Entendi.

Ajudou bastante.

Finalizando, podemos observar que João, zelador, ensino médio completo, apresenta-se como uma caso exemplar de como homens autores de violência contra a mulher podem resignificar suas relações de gênero, continuando a viver juntos.

Paulo

A exemplo de outros entrevistados, Paulo, vivendo com nova companheira, apresenta uma estratégia de prevenção à violência física, embora a mesma adquira significado peculiar na sua narrativa, qual seja, a de ignorar a parceira, deixando-a “falando sozinha” para evitar confusão.

O diálogo abaixo ilustra tal estratégia e seu significado diante da resposta à seguinte pergunta do entrevistador: “Como você conduz a sua relação com a sua atual companheira? Como você conduz com a Sandra? Após a passagem pelo grupo? Como?”.

É fácil. Ela é uma mulher nervosa. Muito nervosa. Então é assim, eu deixo ela falando, falando, falando sozinha, entendeu? Eu já aprendi isso aí. Deixo ela falando sozinha. Vai chegar uma hora que ela para. Ela para. Daqui a pouco ela já muda de conversa. Eu já começo conversar uma outra coisa e ela acaba esquecendo aquilo que ela tava falando. Mas geralmente... Mas, geralmente, ela

briga muito com as criança. Criança e... E, assim, eu e ela não tem briga, não. Não tem confusão. [Briga] não compensa. Sai fora. Dá uma volta, dá uma volta.

O que podemos observar é que sua estratégia preventiva de discussão com a companheira, que poderia gerar conflitos conjugais desencadeadores de agressão física e possível denúncia de violência contra a mulher baseada na Lei Maria da Penha, é também usada por Edson, Igor e João, mas, para esses últimos, apresentam um outro contexto de significação.

Isso porque, se no caso de Edson, Igor e João, o que denominamos de postura preventiva adquire significado para a prevenção do próprio desencadeamento da violência de maneira refletida, na busca de construção de uma nova relação, tal aspecto não pode ser considerado, no entanto, no caso de Paulo, uma vez que o que se observa em seu relato é, ao que parece, uma atitude de fuga frente a uma situação de conflito com a companheira, situação que busca evitar no sentido de auto preservar-se.

Esse tipo de estratégia, conforme já apontado por outros entrevistados, foi discutida em grupo, sugerida mesmo pelos próprios facilitadores diante das dificuldades de relacionamento e dos conflitos denominados verbais, passíveis de desencadearem a violência física, pela dificuldade de diálogo, mas cada participante a emprega de maneira diferenciada. A própria fala de Paulo faz referência a uma dessas ocasiões em que tal tipo de sugestão esteve presente:

*O Sérgio. Cê vê **como ele falava com a gente, né? Você também. Como que a gente tem que agir. Quem sabe se a gente pensar um pouquinho, entendeu? Ou parar antes de querer explodir, né? entendeu? Dá uma voltinha. Então, pra mim, trouxe boas lembranças, sim.***

A ideia de “Sai fora. Dá uma volta, dá uma volta” é considerada por ele uma boa lembrança por ser uma estratégia de “parar antes de querer explodir” evitando, assim, novos conflitos. Nesse sentido, uma outra observação cabe em relação à narrativa de Paulo, na qual o significado desse tipo de busca de prevenção, parece ainda indicar, na sua percepção, que tais tipos de conflitos são “naturais” na vida de um casal. Daí caber a ele tão somente contorná-los como se evidencia mais uma vez na fala, a seguir:

*Que quando ela tá assim daquele jeito lá, eu deixo ela sozinha. Deixo ela falando. Que eu já tô acostumado com isso aí. Ela gritando... Então eu não ligo. Então eu deixo lá, eu largo ela sozinha. Às vezes eu falo um negócio pra ela, ela fala "-Fala, o que você quer falar pra mim?" Eu falo "-É. Cê tava falando tanto que eu acabei esquecendo o que eu tinha que te falar, né?" Daqui a pouco eu levanto e não sei o que que é, **mas eu deixo ela acalmar, ela assistindo a novelinha dela. É, eu deixo...Com ela é fácil.***

Considerando que em suas narrativas, os discursos dos homens entrevistados refletem sua condição de sujeitos sociais, portanto, o lugar de onde falam ou tecem seus proferimentos, podemos considerar, que, no caso de Paulo - ex-policia militar demitido da corporação, ensino médio completo - o alcance do trabalho realizado pelos facilitadores foi, ao que parece, relativo, tendo em vista relatos outros descritos no item sobre "Vida atual pós Grupo Reflexivo", a mensagem significativa que Paulo nos deixa, é a seguinte: "Hoje, eu tô, eu tô ruim. Tá tudo ruim".

Lúcio

Lúcio, a exemplo de outros homens, destaca, a importância de se adotar uma atitude preventiva frente aos relacionamentos conjugais, tema esse amplamente discutido no Grupo Reflexivo como sinaliza sua narrativa abaixo, quando busca destacar um dos assuntos que considerou mais importante na dinâmica do grupo:

E que assuntos que você considerou mais importante na discussão em grupo e por quê? Quais foram os assuntos?

*O que vocês sempre colocaram lá, depois que todo mundo se expressava pela forma técnica da lei, em si, né? Que **vocês coordenadores, sempre queriam procurar** qual era **o motivo pessoal** de cada um por ter acontecido aquilo. **Poderia ter evitado? Poderia não ter evitado? Isso daí ficou. Todo mundo pegava essas conversas** que, realmente, **dava sim** pra se... **Dava pra evitar isso de alguma forma.** No momento, sim. Mas como tudo no caso pessoal, nós nos encontramos como parceiro, né? **Como marido, como amigo, como caso das mulheres. Mas até quando nós vamos ter que viver com uma pessoa sempre com os dois pés atrás? Antes era um, agora com dois pé atrás. Dava pra evitar.** Eu evitei tantas vezes conflito dela [ex-namorada]. Tanto que eu não subi mais no apartamento. Eu sempre refleti isso.*

No relato acima, Lúcio permite nos melhor compreender o por quê de muitos homens entrevistados buscarem adotar uma postura preventiva frente aos conflitos de gênero, conforme podemos observar ao longo da análise desse item. No entanto, em função de seus contextos de vida, cada estratégia de prevenção assumiu características peculiares, como no caso de Lúcio.

Na medida em que se encontra vivendo sozinho, sem namorada ou companheira, o discurso de gênero proferido pelo mesmo ganha nova expressão por referir-se a uma mulher em geral, ou a todas as mulheres, segundo sua percepção, conforme ilustra narrativa abaixo:

*Mulher só muda... **Mulher são todas uma só. Só muda de endereço e com a independência delas, elas não querem saber em quem elas vão machucar. Então todo cuidado é pouco. Viver sem elas é impossível. Viver com elas, com o pé atrás, né? No primeiro, no primeiro, na primeira discussão, na primeira expressão que ela se soltar como mulher, toma cuidado, analisa direitinho se vai valer a pena, porque senão você vai se onerar financeiramente. Infelizmente um artigo, seja qual for na ficha de um executivo, tipo um executivo em comum, não vou falar o nome aqui, que cê conheceu quem era lá, né? De gravata lá. **Pô, um executivo.** Ele segurou a mão da antiga namorada. Ela riscou o rosto [dela] com o anel. O cara toma artigo 129. **O cara é executivo do Estado, de altas empresas.** Puxaram a ficha dele. Chamaram ele do lado "-Ô fulano, vem aqui. Quer falar sobre esse caso? É crime." Aí teve que falar "-Aconteceu isso, isso, isso, isso." **Mas sujou a ficha dele, porque ele já não é réu primário mais. Olha o que acontece [...]** Isso acaba com a profissão do cara. Ele perde emprego, ele perde contratos de empresas multinacionais. Então esse é o cuidado.***

No discurso acima de Lúcio, observa-se o preconceito de gênero explícito em suas palavras ao considerar a mulher em termos de estereótipo, ou seja: “na primeira discussão, na primeira expressão que ela se soltar como mulher, toma cuidado, analisa direitinho se vai valer a pena, porque senão você vai se onerar financeiramente”. Subentende-se de sua fala uma intencionalidade caracteristicamente feminina de prejudicar o homem, na medida em que, segundo sua expressão: “Mulher são todas uma só” e como “Viver sem elas é impossível”, o cuidado é “Viver com elas, com o pé atrás”.

Desse modo, a busca de construção de relações de gênero mais flexíveis, por parte de muitos dos entrevistados, não se observa no caso do discurso de Lúcio. Ao contrário, nele se explicita uma postura tradicional e conservadora em relação à

conquista das mulheres, que considera, ao que parece, como usurpação dos direitos do homem, fato esse observado por Prates (2013) e Prates e Alvarenga (2014) na análise do primeiro Grupo Reflexivo com homens autores de violência, em São Paulo.

Nesse particular, vale destacar sua expressão na narrativa acima: “Mulher são todas uma só. Só muda de endereço e com a independência delas, elas não querem saber em quem elas vão machucar.”

Na narrativa abaixo, Lúcio permite desvelar seus limites quanto a estabelecer uma relação equitativa e igualitária de gênero, reconhecendo os direitos das mulheres, com quem se relaciona.

Não. Sempre pensei, eu sempre fui independente, sozinho. Nunca casei, nunca morei com ninguém por opção. Máximo, se for na casa de alguma namorada, é passar uma noite. Menos de 24 horas na casa de uma namorada. Quando não é algum hotel, né? Mas eu sempre tive esse tipo de pensar, né? Independência própria e pura sem estender pra parceira. Eu não sou capaz de dar essa liberdade pra minha parceira que eu... Não ia ser legal pra mim, né?

Indagado, em outra oportunidade da entrevista, acerca da liberdade que ele daria para uma parceira, Lúcio responde categoricamente: “Não. Não lidaria bem com isso”.

Diante disso, seu relato abaixo, diante da seguinte pergunta do entrevistador, adquire significado especial:

Você acha que nos últimos anos, nesses últimos tempos, né? Você mudou a sua cabeça, o seu modo de ver o mundo, de ver as relações entre as pessoas de um modo geral e também as relações entre homens e mulheres?

Não. A mesma coisa. Só o modo de tratamento mesmo, pra não, pra não dispor seu tempo, né? Em cima dessas novas leis aí que tão favorecendo a mulher, né?

Ao buscarmos interpretar a visão de mundo de Lúcio e, em especial, as relações de gênero, o que se destaca ao nosso olhar relaciona-se com aquilo que os

discursos dos sujeitos sociais, a exemplo do destacado para Paulo, assumem: o lugar de onde falam, ou seja, a partir de suas condições de vida.

No caso de Lúcio, conforme podemos observar em sua história de vida, como dono de bar nas proximidades do centro da cidade de São Paulo, vivendo num cenário de alta vulnerabilidade, conforme o diálogo abaixo deixa entrever quando relata acerca de sua postura preventiva frente à violência em geral e a de gênero em particular:

Então quer dizer que você tá mais prevenido, agora?

Prevenido? Tá é complicado, viu. Ainda eu sendo comerciante aqui, que a gente tem que dar bronca em algumas pessoas...

Lida com muita gente?

Muita gente. Tem que saber colocar o português correto, liso, pra não cair em contradição. Ainda mais sendo comerciante, está estabelecido.

Essa postura você adquiriu após o grupo ou não?

Sim. Após o grupo. Porque antigamente chamava no, chamava na... No vocabulário da verdade "-Não é assim que funciona..." E sabe? "-Para de encher o saco. Você não é garota... Você não é lixo. Você tá que nem um lixo de gente aí andando por aí, que nem um zumbi." Quando tem gente drogada entrando aqui, eu impeço que entre pra não dar problema na casa, né? "-Cê não era drogada, você tá drogada." Isso já é uma ofensa, né? Você está drogada. Então não é... "-Você não está bem." Psicologicamente mudou. [Mudou] Após [o grupo]. Usar [com cuidado] a palavra com qualquer tipo de pessoa. Principalmente mulher.

Frente ao cenário de vulnerabilidade onde se inscreve a vida cotidiana de Lúcio, com relações fluidas, transitórias, eventos diversos, imprevistos, podemos melhor entender o significado atribuído por Lúcio a sua ideia de comportamento preventivo, após participação no Grupo Reflexivo, diante das palavras nas relações sociais em geral, e de gênero em especial. Daí podemos reiterar interpretação de item anterior onde afirmamos que Lúcio, em seu discurso, valorizou de sua experiência no grupo aquilo que foi útil para sua vida cotidiana das relações sociais, na medida em que se coloca de maneira preventiva frente a novos vínculos afetivo-conjugais.

Embora toda sua história de vida relativa à denúncia sofrida se inscreva nesse cenário acima descrito, Lúcio não se considera, em sua narrativa abaixo, como pertencendo a ele, mas sim como alguém fora do lugar.

Olha como é esquisito até isso. Olha o meu pé atrás como já tava, né? Eu que insisti. Então é os homens aí que agridem mulheres ou que estão sendo injustiçados por não ter feito nada porque, na verdade, é como eu disse, chamar uma mulher de vagabunda, de prostituta, de lixo ou seja lá o que for, isso é crime lei Maria da Penha. Por isso que eu falo, infelizmente temos que medir as palavras. Quem não tem medo, não tem problema nenhum, vai continuar fazendo o que tem que fazer. Porque eu procuro meu caminho. Eu tenho meus relacionamentos. Não são daqui. Não é meu naípe. Minha sociedade não é isso aqui.

Nesse sentido, é que consideramos, a exemplo de Paulo, que a contribuição do Grupo Reflexivo a Lúcio foi relativa, tendo em vista que seu contexto de vida coloca-o em situações de vulnerabilidade que vão além do alcance e propósito do grupo, qual seja, a prevenção das relações de violência de gênero entre homens e mulheres.

4.8 PERCEPÇÃO DA CONDIÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE

Diante da pergunta sobre de como os homens viam a condição e o papel da mulher na sociedade atual diferentes percepções se descortinaram identificando que o lugar a partir do qual os homens falavam independia da sua condição profissional, embora refletindo, de maneira peculiar, em suas narrativas, suas vivências cotidianas.

No caso de Edson, a estratégia utilizada pelo mesmo foi a de exemplificar com ampla narrativa de um caso, presenciado no seu espaço de trabalho, descrevendo uma cena que aponta para sua percepção das relações de gênero na atualidade, com destaque para a autonomia da mulher, narrativa essa inscrita no diálogo apresentado:

*Ah, tipo sim, eu entendi o que você quis falar. É tipo assim, **antigamente a mulher não trabalhava, ficava mais em casa** [...] Igual teve um caso aqui no bar que eu trabalho, parecido, tá com pouco tempo, né? O cara chegou no bar e pediu uma*

cerveja, tal. Começou a beber a cerveja, tava lá de boa, lá. Aí chegou um amigo, tal. Começaram a conversar. E na mesa vizinha, **e na mesa do lado tinha umas mulheres**, né? Mas não tinha nada a ver, começaram a conversar, falar, jogar conversa fora. **Aí nisso, a mulher do cara, acho que tava seguindo ele, que não tem como a mulher chegar ali de repente.** Aí a mulher chegou assim: "-Seu safado. Então essa aí é sua outra mulher?" E ele tava com um carro... **E ele tinha um carro dele e ela tinha um carro dela**, né? Só que acho que nesse dia era rodízio do carro dele, aí ele pegou o carro da esposa pra dar uma volta, sei lá. **Aí a mulher já desceu do carro xingando ele. Deu um tapa na cara do cara lá, aqui no bar, meu.** Foi a maior confusão, entendeu? Maior confusão. **Ela falou assim: "-Eu trabalho, eu tenho meu dinheiro, não preciso de você."** Entendeu? Aí, tipo assim... **Aí, ele falou assim: "-Ah, você agora tem seu trabalho, né? Quando você não trabalhava, você precisava de mim, você não fazia esses barracos. Agora você..." Até xingou, chamou ela de barraqueira, naquela confusão, entendeu?** E foi... A mulher a maior sem vergonha, meu. Que é isso? Nada a ver xingar. Tipo, acho que não, acho que no caso dela seria era fazer o que? **Se eu fosse a mulher do cara, o que que eu fazia? Chegava na mesa "-Oi amor, tudo bem?" Sentava na mesa junto pra ver o que tava acontecendo, né? Mas ela, não. Já chegou batendo no cara. Xingando, entendeu? Quebrou até um copo, lá. Jogou um copo, quase que batia nele. Foi a maior confusão.** Aí depois o que acabou acontecendo? **O homem indo embora e a mulher ficou lá bebendo com as mulher que tava lá, com os cara.** E o cara foi embora. Ela ficou um tempão...deu o maior tapão na cara, ficou mó sem vergonha. Aí depois o cara apareceu aí. Mas também ninguém tocou no assunto, né? Acho que é chato ficar tocando, né? (Edson trinta e um anos, ensino médio incompleto, garçom, renda média de mil e oitocentos reais, solteiro, três filhos)

E você me disse tudo isso porque meio pra querer mostrar que a mulher tá... Forte. Tipo isso?

Isso. É. De outra maneira. Tipo "-Eu sou independente, não preciso de você." Entendeu? Tipo assim.

Então, na sua percepção, as mulheres estão com essa postura?

É. Com certeza.

Conforme observamos, a narrativa de Edson exemplifica o que, na percepção dos homens, significaria a mudança substantiva do papel da mulher na sociedade, com sua inserção no mercado de trabalho, descaracterizando-a como pertencente de maneira exclusiva ao espaço da casa e o homem ao espaço da rua, conforme a visão tradicional de gênero em nosso meio.

Interessante observar que em seu relato Edson, após narrar a cena de ciúmes presenciada, chega a colocar-se no lugar da mulher, para exemplificar como seria um comportamento adequado e ideal da mesma diante de tal situação: "-Oi amor, tudo bem?" Sentava na mesa junto pra ver o que tava acontecendo, né? Mas

ela, não. Já chegou batendo no cara. Xingando, entendeu?”. Com essa sugestão, nosso entrevistado aponta para o que poderíamos considerar a própria constatação de mudanças operadas na condição do homem frente às novas relações de gênero que a autonomia da mulher, notadamente financeira, e seu empoderamento, em diferentes níveis, propiciaram.

O reconhecimento da nova condição da mulher na sociedade, em função de sua autonomia financeira, é reconhecida e enfatizada na maioria dos discursos de nossos entrevistados como sendo determinante para a mudança de seu papel nas relações afetivo-conjugais, como exemplifica abaixo, os relatos de Romário, Igor e Sandro.

No discurso abaixo, apresentamos o relato de Romário:

*Eu, na verdade, eu vejo que **realmente as mulheres agora a floraram**. Que **hoje elas tão muito mais responsáveis, mais direcionadas**. Não são mais aquelas mulheres que ficam... Só respeitando o que o homem fala. Não. Hoje elas **têm cargos diretivos, têm cargo de responsabilidade**. Até mesmo no **ambiente familiar, tal**. E os homens verificaram que **agora as mulheres tão parelhas, tão no mesmo nível, tal**. **Logicamente tem aquele nível social bem abaixo** que é a categoria, não sei, deve ser B e C, **que deve existir ainda muita violência, falta de respeito com as mulheres, tal**. E repugno isso de qualquer jeito, tá? (Romário, quarenta e oito anos, ensino superior completo, empresário)*

No discurso de Romário, podemos observar que o reconhecimento da equidade e igualdade de gênero encontram-se estreitamente relacionados com a ascensão da mulher no mercado de trabalho alcançando cargos diretivos, de responsabilidade, fato que as tornariam, segundo sua perspectiva, igualmente mais “responsáveis e mais direcionadas”, querendo significar com isso, que as mesmas, a exemplo dos homens, passam a definir seus próprios projetos de vida para além do espaço doméstico. No entanto, relativiza esse tipo de autonomia entre as mulheres, na medida em que considera que tal condição de equidade e igualdade de gênero não se encontra presente nas camadas populares, o que as colocaria em uma situação de vulnerabilidade frente à situação de violência doméstica.

No discurso de Igor, transcrito abaixo, a abertura de espaços para a mulher é reconhecida, embora em um “mundo complexo”.

*Ser mulher, assim, num **mundo conturbado**, né Tales? E tem muitas mulheres que **assumem o papel de homem**, mas acho que a mulher tá bem, porque abriu muito o espaço pra mulher.*

*...Mas pela minha idade já, eu vi que e **o espaço da mulher aumentou muito**. E a mulher inteligente, hoje, e o homem inteligente, hoje, que nem eu tento passar pros meus filhos, mas nenhum pegou isso, é casar com 30 anos, que a expectativa de vida aumentou também, né? Cê tendo uma vida regradada a chance de morrer com 80, 85 anos é bem maior, né?*

*...Que é... **Tem sua vida própria**. Tanto o homem ou a mulher. Hoje em dia tem mulheres que ganham 15, 20, 30, 40 [mil reais]. **Querendo ou não, hoje em dia a mulher é presidenta do Brasil**. [Risos] Quer maior exemplo que esse não tem. (Igor cinquenta e um anos, ensino médio completo, comerciante, renda média de quatro mil reais, casado, dois filhos)*

Igor reconhece, em seu discurso, a igualdade de gênero quando afirma terem homens e mulheres sua própria vida, a abertura do espaço para a mulher, não somente profissional, mas em termos de poder, lembrando, além da oportunidade de ganhos equivalentes aos homens, em termos profissionais, também o fato de que, “querendo ou não, hoje em dia a mulher é presidenta do Brasil”. Em seu discurso, equidade e igualdade de gênero apresentam-se como conquistas e direito das mulheres, sem usurpação de direitos dos homens, como sugerido no discurso de Edson, já mencionado, e de Sandro abaixo apresentado:

*Olha, eu acho que a mulher, hoje, ela tá num papel muito mais dificultoso do que o homem. Primeiro, porque ela tá procurando o espaço dela. E essa procura, vem junto com essa situação da fragilidade. Essa procura a qualquer custo que for, como a gente também ouviu lá na ONG. Existe que depois do ter conseguido o que conseguiu seria mais fácil na partilha **[no caso de separação]** eu ter a totalidade das coisas. Não é assim. **Pelo menos nisso a lei nos ampara, também, né? Cê imaginou, cê sair de lá e não ter mais direito a nada**. (Sandro, cinquenta e sete anos, ensino superior completo, administrador)*

Para Sandro, as conquistas das mulheres são ainda relativas, tendo em vista considera-las como frágeis, ao buscarem espaço no mundo reconhecidamente masculino e ainda valorizado pela própria sociedade. Em seu relato, evidencia-se a ideia de relativa usurpação de direitos quando sugere, que no caso de separação, conflitos entre os casais emergem na partilha dos bens, sendo significativa sua

seguinte afirmação: “Pelo menos nisso a lei nos ampara, também, né? Cê imaginou, cê sair de lá e não ter mais direito a nada?”.

O discurso de Paulo permite observar, a exemplo do proferido por Edson, que ilustrou sua fala sobre a condição atual da mulher a partir de uma cena de conflito conjugal, ocorrido no bar onde trabalha, como suas vivências cotidianas possibilitam reflexões acerca das relações humanas, notadamente nas relações de gênero. No caso de Paulo, tal fato é observado pela comparação que busca fazer entre a condição da mulher e do homem no seu próprio ambiente de trabalho, a polícia militar.

Que nem antigamente, antes, né? Eu tô com 44 anos. A mulher era submissa ao homem, né? Ela era mesmo, né? Submissa ao homem. Que não é uma coisa legal. Então, quer dizer, evoluiu. Evoluiu muito esse negócio [...] Esse assunto, né? Eu acho importante porque, hoje, a mulher, ela tem que ganhar que nem o homem mesmo. Hoje cê vê a mulher [dizendo] "-A gente quer, a gente tem que ter o mesmo salário do homem." Eu acho correto. Tem que ser mesmo. Porque a mesma coisa que o homem vai fazer, ela vai fazer o mesmo. Que nem, na polícia militar tem lá o homem e tem a mulher, né? Tem o homem e tem a mulher, né? E o que a mulher faz, o homem lá também faz. Então, inclusive, ela não é falada soldada feminina. É soldado. Ela é um soldado. Então, eu acho legal isso daí. Elas ir pra frente mesmo. (Paulo, quarenta e três anos, ensino médio completo, ex-policia militar)

Para Paulo a emancipação da mulher frente à sua tradicional submissão ao homem em nossa sociedade significa avanço, em todos os sentidos. A propósito destaca, como exemplo, o papel das mulheres trabalhando na polícia militar, em igualdade de condições com os homens, sendo sugestiva, dessa comparação, sua afirmação de que as mesmas não são denominadas “soldada feminina”, mas sim “soldado”, apontando para a ideia de a mesma ter atingido lugar classicamente reservado ao homem, em termos não somente de igualdade, mas de igualdade e equidade de gênero, nesse meio profissional.

Se por um lado, Paulo destaca e reconhece a importância da igualdade de gênero em relação ao trabalho da mulher, relativiza essa igualdade quando entende que a mesma derroga o que considera direitos tradicionais dos homens, que exemplifica com os próprios direitos que a lei confere às mulheres, conforme discurso abaixo:

Mas, agora, **pro outro lado**, já que ela tá naquela, essa igualdade, **essa igualdade junto com o homem, essa lei Maria da Penha tem que ser pra ela também. É igual pra todos. Tem que fazer a lei Maria do...João. [Lei] João da Penha, né? Tem que ter...** (Paulo, quarenta e três anos, ensino médio completo, ex-policia militar)

Paulo continua esse tipo de relato, reafirmando essa sua visão nos seguintes termos, conforme diálogo abaixo:

*E da mesma forma a mulher, tá certo que **ela é o sexo frágil**, né? Mas...*

Ela é o sexo frágil?

A mulher, em si, é o sexo frágil em termos de força, né? Nem todas, né? Eu já vi mulher bater em homem. [Mas] Esses marido que anda, mata uma mulher, o cara vai matar. Vai matar mulher. A gente cansa de ver na televisão e os cara lá cobrando [punição].

*Ou seja, **na realidade, ela tá tomando muito lugar de homem.***

Mulher tá tomando?

É. Tá tomando muito lugar do homem. Em si, não é que é tão bom, entendeu? Não é que é tá bom. Deveria ser igual. Tem empresa que... Eu conheço empresa que só trabalha mulher. Só trabalha mulher. (Paulo, quarenta e três anos, ensino médio completo, ex-policia militar)

Entendemos que essa posição trazida por Paulo possa revelar o que em alguns discursos fica sugerida como a ideia de que o emancipação e autonomia feminina significaria a usurpação de direitos consagrados dos homens em nossa sociedade, embora a questão de sua inserção no mercado de trabalho seja reconhecida por muitos como uma conquista e um direito.

Um dos discursos que nos pareceu exemplar, em termos do reconhecimento e valorização das conquistas das mulheres, refere-se a relato de João, cujo pensamento tangencia os vários aspectos da questão.

Hoje a mulher acho que igualou um pouco na questão até no mercado de trabalho, né? [...] Hoje, praticamente, os direitos hoje são, praticamente, iguais, né? [...] Ainda existe aí um pouco do machismo, mas acho que elas ganharam espaço no mercado, né? Ganharam espaço [...] Ah, eu acho que, **acho que existe ainda por parte do homem o preconceito ainda, né? Diante da mulher. Mas já foi pior, né? [...] Porque antes a mulher era o que? Era refém do homem, né? Fazia**

o que? Cuidava mas da parte da casa, de criança e ela não tinha, como que se diz? A liberdade que tem hoje... Hoje ela é mais, ela tem, como se diz? Ela tem mais, tem mais direito, ela tá mais, já consegue se manter sozinha. Antes não. Antes quem mantinha a casa era o homem. A mulher era o que? Tipo uma, escrava, né? Hoje ela tem liberdade, tá com mais... Bom, tem mulher que hoje vive sem, sem marido e vive bem. É isso aí. (João, trinta e dois anos, ensino médio completo, zelador)

João não somente reconhece, em seu discurso, as conquistas das mulheres no mundo do trabalho, mas, igualmente, no espaço da casa, numa narrativa que descreve sua submissão ao domínio masculino, chegando em uma situação próxima da escravidão, em função dos valores patriarcais vigentes em nossa sociedade de outrora.

Ao reconhecer tais transformações, nosso entrevistado aponta para a importância da própria mudança da postura dos homens frente à emancipação e conquistas femininas em nossa sociedade atual quando afirma:

E o homem tem que se adaptar, porque senão, ele não vai conseguir viver mais com ela [a mulher]. Aquela parte dele querer ser o dono da verdade, da coisa, da situação, não tem mais. Isso não existe, né? Existe ainda, mas bem menos. (João, trinta e dois anos, ensino médio completo, zelador)

Diante da indagação do entrevistador se tais mudanças de costume melhoraram ou dificultaram os relacionamentos entre homens e mulheres, João prossegue em seu discurso apontando resquícios de tais valores tradicionais ainda presentes em nossa sociedade:

Acho que dificultaram, viu? [...] Dificultou porque [o homem] não aceita, né? Ele não vai aceitar a mulher ficar no mesmo patamar dele ou igual, ou maior que ele [...] Porque, assim, porque o pessoal que tem a cabeça mais fechada, esse pessoal mais antigo, como eu que sou do nordeste, né? Porque lá no nordeste o pessoal, você sabe, o homem tem aquela coisa de ser machão, de querer mandar na situação. Então ele não... Lá, muitas vezes ele não vai aceitar mulher ser, mais ou menos, do nível dele, assim, em termos de salário ou em poder, na casa mesmo. Pra ele, ele quer a mulher como se fosse só pra cuidar da casa e das crianças. Função da casa, né? A mulher cuidar da casa. E, por conta disso, eu acho que dificultou. Agora, pra quem tem a mente um pouco, assim, mais aberta, acho que não é tão, não é tão complicado, não, né? É só questão de conciliar, né? (João, trinta e dois anos, ensino médio completo, zelador)

Trazendo em seu discurso aquilo que os estudos de gênero procuram caracterizar como valores tradicionais que oprimiram, mas ainda oprimem as mulheres, a fala de João traduz, na linguagem do senso comum, o que representa, na perspectiva de gênero, o reconhecimento básico, segundo Scott (1995, p. 11), de que “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” e que o “gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”, mas não só, pois, o discurso de João também reconhece outro aspecto fundante, enfatizado em tais estudos, qual seja, o aspecto relacional de gênero e a necessidade de sua flexibilização de tal relação entre homens e mulheres.

Se as colocações de João permitem-nos exemplificar uma postura ou perspectiva avançada do entendimento do que sejam as relações de gênero num contexto de igualdade e equidade de relações entre homens e mulheres, o discurso de Lúcio, abaixo apresentado, serve-nos de contraponto para exemplificar como valores tradicionais persistem nas relações afetivo-conjugais em nossa própria metrópole paulistana.

Conforme observamos em item anterior (5.7), quando da análise dos relatos de Lúcio, o que pudemos observar é o quanto a visão de mundo desse nosso entrevistado relaciona-se, de maneira bastante estreita, não só com suas condições, mas seu cenário de vida, ou seja, o mesmo vive, em função de seu trabalho, em região com elevado índice de violência, o que nos parece bem revelar de que lugar o mesmo fala ou profere seus discursos.

Diferentemente dos demais sujeitos da pesquisa, Lúcio não apresenta, em suas diferentes falas, nenhuma referência à valorização das conquistas femininas, notadamente aquelas relativas ao mundo do trabalho, que foram mencionadas de maneira recorrente nas narrativas dos demais entrevistados. Ao contrário, seu discurso foi, muitas vezes, depreciativo em relação às mulheres, conforme pode ser observado em item anterior. Esse mesmo tipo de postura se revela em sua fala abaixo, em relação à autonomia feminina nas relações afetivo-conjugais.

Olha, com essa mulherada independente aí, os homens não podem contar muito não, viu? Porque hoje... Porque antigamente quem trocava [de relações] muito era os homens, né? Hoje, não. Hoje quem troca mais são as mulheres.

Então uma boa parte que eu conheço, pelo menos que tá casado, ele se torna submisso até à própria esposa, né? Não é que deixa de ser, levar a vida que levava. Mas chega dentro de casa, por mais que não aguente, ele acaba sendo submisso pra não dissolver o lar, né?

Entendi. Então você vê o homem mais enfraquecido?

É. Enfraquecido. [As mulheres] Tão cavalgando a dar com pau. (Lúcio, cinquenta e dois anos, ensino superior incompleto, comerciante)

No discurso acima, Lúcio atribui à autonomia feminina uma maior vulnerabilidade aos homens, na medida em que consideram a independência adquirida nas relações amorosas um risco de submissão do homem pela inversão de situação e desestabilização das tradicionais relações e hierárquicas de gênero entre homens e mulheres. Trata-se em suma, do que considera o risco de uma inversão dos tradicionais papéis sociais, legitimadores da ordem e dos bons costumes.

Tal postura encontra-se igualmente presente no relato abaixo, no qual estende tal vulnerabilidade masculina ao mundo do trabalho, assim como a outras esferas do espaço público, como o voto. Nessa fala, encontra-se presente a ideia de usurpação de direitos dos homens, pelas mulheres, tão presentes nos discursos dos homens pertencentes ao grupo analisado por (Prates, 2013).

*[Os relacionamentos] Tá pior. Tá pior, né? [...] **Relacionamento enfraqueceu muito. É momentâneo.** Momento... Relacionamento momentâneo, o que que é? "- Oi. Tá legal hoje?" Esse mês foi maravilhoso, no mês que vem já não tá legal. Não importa se eu casei no papel, se eu casei na igreja, se eu casei no civil [...] **Todo mundo solto, né? Não existe uma fidelidade conjugal mais entre homem e a mulher, né? [...]** Porque elas têm uma independência e dependendo a maioria dos homens aí que tão perdendo espaço de trabalho aí rapidamente, até no eleitorado aí, por questão de eleitores, a maior quantidade, 43% dos eleitores do Brasil é mulheres. Quarenta e três. Então elas já estão se fortalecendo, já estão aí. **E elas sabem o que querem muito mais do que o homem. E não dependem de homem, não. Elas estão por cima.** (Lúcio, cinquenta e dois anos, ensino superior incompleto, comerciante)*

No diálogo abaixo, podemos observar a presença dos estereótipos de gênero, que contrapõem o espaço público como masculino *versus* espaço privado como feminino e a postura assumida pelo entrevistado para si próprio.

Porque o homem não consegue ser tão submisso assim, né? O homem, ele pode trabalhar 24 horas por dia, chega em casa roupa lavada, comida, sai pra trabalhar, tal. O homem não aceita que a mulher faça isso, né? Que tipo de relacionamento vai ter? Não vai ter nada.

Você aceitaria?

Eu não... Não teria um relacionamento com uma mulher de fato independente a tal nível profissional, porque iria me incomodar. Então eu já não teria uma união bacana, né? Seria mais uma amizade.

Por que te incomodaria? Não ficou claro. Por ser muito independente?

É. É ruim você ceder independência pra uma pessoa, né? Que você tem um lado, aquele lado, fala que não existe lado machista, existe. De repente chega em casa, eu prefiro ter uma empregada dentro de casa, pagar uma vez por semana lavar, passar e uma pra limpar tudo, do que ficar falando pra mulher que chegou cansada [do trabalho] "-Cadê minha roupa? Cadê minha cueca? Cadê minha meia?" E ela injuriada com o trabalho: "-Lava, pô. Acabei de chegar. Você chegou um pouco mais cedo, porque não lavou?"

E ela não tá certa em falar isso?

Tá certíssima. É por isso que é melhor... No meu caso, por isso que é melhor morar sozinho. Pra não ter conflitos futuros, né? Fica pior. (Lúcio, cinquenta e dois anos, ensino superior incompleto, comerciante)

O que o discurso de Lúcio, que nos parece *sui generis*, permite entrever, é o fato de o mesmo reconhecer a existência de uma independência feminina, mas sua dificuldade em aceita-la como legítima, notadamente nas relações afetivas, por entender que tal independência implica usurpação de uma relação hierárquica de superioridade masculina, que é colocada constantemente em xeque, mas que deve ser mantida. Daí, seu discurso revelar, a própria fuga de relacionamentos afetivo-conjugais duradouros em sua vida pessoal, como forma de prevenção para tal vulnerabilidade masculina.

4.9 MENSAGENS AOS OUTROS HOMENS

Nas mensagens dos homens entrevistados, destinadas a outros homens, podemos identificar em que nível construções e reconstruções, significações e ressignificações frente às questões e desafios nas relações de gênero e violência se desvelam e o sentido da participação no Grupo Reflexivo para cada um deles. Tais mensagens respondem a seguinte indagação ou tema proposto para reflexão pelo entrevistador a todos os entrevistados, abaixo descrita:

Que mensagem você gostaria de deixar, ou não, como contribuição para os homens que têm dificuldade nos relacionamentos afetivos e conjugais e costumam praticar a violência contra as mulheres e contra outros membros da família?

A denúncia como benefício para o próprio homem

Ao discorrer sobre o tema proposto pelo entrevistador, Edson, trinta e um anos, ensino médio incompleto, garçom, renda média de mil e oitocentos reais, solteiro, três filhos, assim se expressa:

*Ah, tipo assim, **eu não posso chegar assim e falar pra um cara "-Vai frequentar um grupo, tal."** O cara vai querer me bater pensando que eu sou... "-Tá me tirando?"*

Tá sendo invasivo?

É. Mas se pudesse mesmo chegar assim e falar pra uma pessoa e ela fosse, seria bom, sim, frequentar esse grupo aí, entendeu? Seria bom mesmo, entendeu? Mas o bom mesmo pra quem bate na mulher é a mulher denunciar ele e ele, e ele ser obrigado a ir. Porque o cara mesmo, ninguém vai querer chegar assim "-Ah, eu vou pra esse grupo." Ninguém vai querer ir, entendeu? O cara, a mulher vai ter que denunciar o cara e o juiz lá obrigar o cara a ir, entendeu? Isso que eu falo, entendeu? Se eu pudesse falar pra uma pessoa "-Vai lá, meu, que é bom, tal." Mas ninguém vai. Seria uma boa, né?

Nesse primeiro diálogo travado com o entrevistador, Edson pode expressar o que de nuclear ele identificou no grupo como benefício para si próprio e para outros homens: a possibilidade de reflexão acerca da violência contra a mulher, tendo em vista sua naturalização em nosso meio que impossibilita aos homens olharem, de maneira diferenciada, para o fenômeno nas relações de conflito que se travam, na vida cotidiana.

Daí Edson, paradoxalmente ao olhar de muitos, passar a valorizar a própria denúncia da violência, em virtude da agressão praticada contra a mulher, como um benefício para o próprio homem. Tal postura representa uma nova visão masculina na medida em que, em seu discurso, nosso entrevistado rompe com uma visão tradicional na nossa sociedade, qual seja, a de oposição ou separação entre o espaço público e o privado, ao valorizar a própria judiarização dos conflitos conjugais e intrafamiliares, com base na Lei Maria da Penha.

Buscando relacionar essa nova percepção de Edson à sua participação do grupo, o entrevistador indaga e obtém resposta afirmativa, assim como uma reafirmação do valor e sentido atribuído à sua vivência no grupo, conforme diálogo abaixo:

Entendi. Hoje pensa assim porque você passou no grupo, né?

É.

Entendi. E, Edson, você gostaria de falar mais alguma coisa sobre esse assunto que nós não chegamos a conversar hoje? Dos assuntos que a gente conversou hoje?

Não.

Alguma coisa que a gente não abordou?

Não. O assunto foi tudo legal. Gostei da entrevista, sim. Foi legal. Tudo que eu falei aí foi... É a verdade. Não menti em nenhum momento. Não, foi bom, sim, conversar com você, entendeu?

Legal. Tá bom, Edson. Então muito obrigado pela sua participação.

Por nada.

O diálogo como prevenção da violência de gênero

Em sua mensagem para outros homens, Romário, quarenta e oito anos, ensino superior completo, empresário, renda média de quarenta mil reais,

divorciado, dois filhos, valoriza o diálogo entre homens e mulheres como estratégia de prevenção à violência de gênero, conforme se observa em relato abaixo:

*Eu acho que, na verdade, tem... **A mensagem que eu digo é tentar conversar, primeiro é conversar com a companheira, conversar com alguém. O que faltou na minha relação foi isso. Ter alguém de fora ou mesmo familiar ou próximo que conversasse comigo e conversasse com a minha [mulher]... Não houve a conversa, aí começa ir por um caminho, tal. O que eu digo é conversar, ser companheiro.***

Em seu discurso acima, Romário passa a valorizar a interlocução entre homens e mulheres como estratégia primeira e fundamental para romper com uma naturalização da violência na vida cotidiana através de conflitos que se perpetuam nas chamadas brigas entre parceiros. A importância do diálogo vai além, no discurso de Romário, quando o mesmo busca valorizar tal interlocução com membros da própria família ou amigos, para ele mesmo, assim como para a sua parceira, apontando para uma concepção relacional de gênero. A mensagem significativa é, portanto: “conversar, ser companheiro”. Significativo, também, é atribuir a ausência de diálogo, não somente à ocorrência da denúncia, mas da sua própria relação vivida com sua ex-companheira, quando expressa: “O que faltou na minha relação foi isso”.

Daí a relevância que o grupo passou a ter, em seu discurso, não somente para si, mas, igualmente, para outros homens, por ser, ao que parece, o primeiro a representar essa possibilidade de interlocução, conforme podemos observar no relato abaixo, que complementa sua narrativa acima:

E, se puder, o governo investir mais nesses grupos, tal, ele vai de uma certa forma economizar muito mais do que ficar construindo cadeias, pagando judiciário, etc e tal. Acho que o custo não seria tanto e o resultado seria muito melhor. Prova disso sou eu. Tipo, hoje eu me considero uma pessoa vitoriosa. E graças, volto a frisar, o desfecho final de todo esse processo foi esse grupo. Não tive mais nenhum contato com ela. Não tive mais contato com judiciário, com... Audiências, nada.

Consideramos bastante significativa a narrativa acima de Romário, uma vez que o mesmo atribui, para o Grupo Reflexivo, um sentimento de valor que, a

exemplo de Edson, subentende, ao que parece, a valorização da própria judicialização, propiciada pela Lei Maria da Penha, quando a decisão do judiciário é a do encaminhamento de homens que foram denunciados por violência contra a mulher, para o Grupo Reflexivo.

O destaque à relevância desse discurso de Romário deve-se, igualmente, ao fato de o mesmo permitir-nos evidenciar o que em seu relato se apresenta como uma possibilidade de abertura para a busca de resolução, com base no judiciário, da violência de gênero com características já tão estruturais, em nossa sociedade. Daí sua sugestão de investimento, por parte do Estado, em modalidades de “penas” alternativas, além da punitiva, a exemplo do que poderia representar a participação dos homens em grupos reflexivos ou atividades similares, conforme já observado por Prates (2013), em seu estudo com homens autores de violência contra a mulher. A relevância de tais medidas encontra-se no próprio discurso de Romário quando afirma: “E, se puder, o governo investir mais nesses grupos, tal, ele vai de uma certa forma economizar muito mais do que ficar construindo cadeias, pagando judiciário, etc e tal. Acho que o custo não seria tanto e o resultado seria muito melhor. Prova disso sou eu”.

Ao afirmar que o resultado desse tipo de investimento seria “muito melhor”, credita ao grupo algo que nos parece significativo em termos dos resultados desse tipo de atividade para homens autores de violência, quando afirma: “Prova disso sou eu, Tipo, hoje eu me considero uma pessoa vitoriosa. E graças, volto a frisar, o desfecho final de todo esse processo foi esse grupo”.

A experiência vivenciada por Romário, no Grupo Reflexivo, e o alcance que o mesmo passa a atribuir ao trabalho dos facilitadores nele desenvolvido se expressa de maneira característica, no relato abaixo, diante da última questão colocada pelo entrevistador: “E você gostaria de falar mais alguma coisa sobre esse assunto que nós não chegamos a conversar ou deixamos de falar?”.

Eu só tenho que agradecer vocês. Tipo, até seu profissionalismo, eu tô vendo que você tá investindo na sua própria carreira, no seu próprio segmento desse grupo, tal. Quem é que... Não sei se são bem remunerados ou não, pegaria, ir até o meu escritório, você falou que vai escutar outras pessoas, tal. Vi que, realmente, é um [assunto], deveria ser mais falado na mídia, incentivado, tal, pra evitar mesmo [a violência]. Eu acho que deve ser, a gente vê tanta horror na

*televisão, tanta coisa que deve acontecer, tipo assim, ao contrário só tenho a agradecer vocês. **Tanto que eu tô recebendo você com o maior prazer.** Você me ligou ontem, no mesmo dia eu tô... E se quiserem qualquer dia que... **Me coloco a disposição, se tiver que falar na frente de alguém lá. Não tem problema.** O que eu puder **ajudar as pessoas**, e coloco à disposição.*

Ok, Romário. Então é isso. Muito obrigado.

Mais uma vez, Romário destaca, ao finalizar a entrevista, a relevância do Grupo Reflexivo e também a importância de sua maior divulgação, tendo em vista o significado primordial que atribuiu, pela sua experiência, ao grupo, qual seja, o de se constituir um espaço de reflexão. A partir daí poderíamos pensar em um dos caminhos possíveis para a prevenção da violência contra a mulher, caminho esse que entendemos possa resignificar a própria percepção do judiciário em nossa sociedade, em relação à aplicação da Lei Maria da Penha. Destaca-se, igualmente, sua identificação com a proposta do Grupo Reflexivo e com seus facilitadores ao colocar-se à disposição para o que considera uma parceria no sentido de contribuir a divulgação desse tipo de trabalho, conforme aponta sua seguinte colocação: “E se quiserem qualquer dia que... Me coloco a disposição, se tiver que falar na frente de alguém lá. Não tem problema. O que eu puder ajudar as pessoas, e coloco à disposição”.

O Grupo Reflexivo como espaço de reflexão e de prevenção à violência de gênero

Em sua mensagem para outros homens que tem dificuldades nos relacionamentos afetivos e conjugais e costumam praticar violência contra as mulheres e outros membros da família, conforme colocado pelo entrevistador, a fala de Igor, cinquenta e um anos, ensino médio completo, comerciante, renda média de quatro mil reais, casado, dois filhos, é peculiar, considerando que o mesmo teve vários episódios dessa natureza em sua trajetória de vida conjugal e familiar, sendo a denúncia um desses motivos, conforme podemos observar em relato abaixo:

O que eu falo [sobre a mensagem aos homens], meu caso [de conflito e violência] era esporádico e devido ao alto consumo de bebida. Sempre que teve pau, tinha bebida no meio. Assim, da minha parte. Que eu chegava nervoso, que eu falo que eu posso usar como válvula de escape. Esses cara aí, eles têm que... [Risada] Repensar a vida deles que não é por aí. Que a violência não é bom de nenhum jeito, né? Entendeu? Um cara que tem esse costume de ser violento com a mulher e com a sua família, ele tem que parar e repensar e sair fora.

Consideramos peculiar a narrativa acima de Igor, tendo em vista que em seu discurso ele busca diferenciar-se dos homens, de acordo com a pergunta, que “costumam praticar a violência contra as mulheres e contra os outros membros da família”, isso por entender que, no seu caso, tal prática era esporádica e, portanto, não habitual, não cultural. Nesse sentido, podemos depreender, de sua fala, uma dada naturalização da violência quando ela é eventual, nas suas palavras, esporádica.

A despeito de tais colocações de Igor, vale mencionar que em item anterior, relativo às “Novas maneiras de encarar e/ou enfrentar os conflitos de gênero em relação às mulheres”, ganha significado narrativas do mesmo relativas à busca, por ele, de estratégias de prevenção de conflitos conjugais em relação à sua parceira, atitude essa que atribui a um aprendizado no Grupo Reflexivo, e nas quais investe tendo em vista a construção de uma nova relação conjugal de gênero, qualitativamente melhor, valendo destacar que nelas a questão do afeto, por ele demonstrado, ganha expressão e caminha nessa direção.

Outro aspecto presente no discurso de Igor é a sua valorização do grupo, conforme acima sinalizado, como um grupo de atividades preventivas à violência contra a mulher por parte dos homens, conforme diálogo abaixo:

Você gostaria de falar mais alguma coisa sobre esse assunto que nós conversamos hoje que a gente deixou de falar?

Posso falar o que? É que o... Tem que tentar fazer do grupo um grupo preventivo. Fazer grandes, grandes divulgações, na internet, tal. Que hoje a internet é o grande meio de comunicação, né? Jornal, televisão ficou pra trás, né? Se sabe muitas coisa que acontece imediatamente na internet, no facebook, que seria o caso, né? Que é o site de, né? [É] relacionamento que fala? Não.

Rede social?

É. Rede sociais, né? Você mesmo tá, hoje e dia tudo, whats app, tudo, você fica sabendo as coisas na hora, meu. Mais do que uma televisão, um jornal, né? É por aí mesmo, entendeu? Tem que ter uma divulgação maior e o Estado, não sei quem seria, ou federal ou... Os governo, né? Fazer trabalhos como esse que cês tão fazendo, mas no preventivo.

Vale observar a ênfase que Igor coloca não somente à sua concepção de grupo preventivo, mas, igualmente, à sua relevância para outros homens que não foram denunciados como autores de violência, isso ao destacar a importância de sua ampla divulgação.

Ao buscarmos entender esse significado de mensagem de prevenção que muitos dos entrevistados destacaram e abordamos em item anterior, ganha expressão a própria estratégia pedagógica de narrativa, pelos homens participantes do Grupo Reflexivo, de refletirem sobre a questão da violência e da condição da mulher na sociedade através de seus próprios casos, o que lhes propiciou, ao que parece, uma maior identificação e percepção das implicações de tal prática cultural, em nosso meio, notadamente pelos homens.

Na continuação do diálogo, a seguir, tal aspecto da relevância dos casos pode ser observado, além da sugestão para que tal discussão não se restrinja aos homens, mas envolva, igualmente, a mulher:

Pra trazer, trazer os casos, os depoimentos, tal, pra evitar essa violência e fazer também do lado das mulheres.

Fazer do lado delas, também?

É. A mulher cresceu tanto sócio economicamente, também cresceu na violência, né?

Você acha que uma coisa tem a ver com a outra?

Ah, eu acho que a mulher também é violenta [...] Então acho que tem as mesma violência que eu falo que é o verbal que elas fazem com o homem. Oral, não sei. É verbal, né? No caso. Então podia ter grupos pra elas também.

No diálogo acima podemos observar o reconhecimento de Igor da nova condição da mulher em nossa sociedade sugerindo, ao que parece, que seu empoderamento levou-as, inclusive, a práticas similares aos homens, em termos de violência, com destaque para a violência verbal, que podemos entender como violência simbólica ou mesmo psicológica.

Nessa interpretação, vale considerar de que lugar Igor fala, ou seja, de uma relação narrada por ele como permeada de conflitos recorrentes com a companheira chegando, inclusive, à violência física por parte de ambos, segundo ele com duplo registro de denúncia, conforme abordamos em itens anteriores.

Outro destaque cabe a uma proposta recorrente no discurso dos homens, trazida acima por Igor, que se refere à importância de se instituir grupos reflexivos tanto para homens, como para mulheres.

O sentido de tal grupo reflexivo também para mulheres relaciona-se com o que Igor entende como o círculo vicioso da violência determinada pela ênfase somente numa burocracia jurídica, desprovida de qualquer tipo “trabalho social”, a exemplo do Grupo Reflexivo. No diálogo a seguir, tais aspectos se evidenciam:

Porque o que, que acontece? A mulher vai lá faz a denúncia. O homem é indiciado, pa-ra-ra. É absolvido, condenado, não sei. Entendeu? E fica nisso. Fica só no burocrático. Não tem um trabalho social. Não tem nada.

Não tem nada?

Não tem nada feito. Ninguém vai lá no dia seguinte ver se tá tudo bem. Como muitos casos... Também acho que manter o homem longe, tal. E a tal da...

Medidas protetivas?

Medidas protetivas e tal. É difícil, meu. Difícil esse negócio. Porque haja polícia pra também ficar cuidando de tudo. Que nem tem, nós tivemos um caso do grupo, o cara foi conversar com a mulher de boa, ela chamou a polícia e o cara foi em cana. Ele ficou em cana. Absurdo. O cara frequenta uma escola e não pode mais ir na escola, porque a lei da Maria da Penha não é só pra casados. É qualquer tipo de relacionamento. Sim.

Qualquer caso, né? Não precisa nem ter relacionamento, né? A mulher, ela pode entrar na lei da Maria da Penha porque o cara que trabalha com ela, vamos supor, né? Que tivemos um caso disso lá no grupo, né? Medida protetiva, o cara foi em cana. Ficou um mês em cana. Um absurdo isso.

Entendi. Muito obrigado, então, Igor.

Obrigado você e o resto, né?

No discurso de Igor, a ideia da existência de grupos reflexivos para homens e mulheres parece repousar na ideia incorporada de que a violência é um fenômeno complexo e que as questões que envolvem gênero, como a violência, devem ser discutidas, de maneira relacional. Em seu relato destaca a ineficiência das medidas

jurídicas existentes, que não avaliam casos, e não respondem preventivamente para a solução do problema. Daí destacarmos o sentido que atribui ao Grupo Reflexivo como espaço de reflexão e de prevenção à violência de gênero.

A prudência como prevenção da violência de gênero

Em sua mensagem a outros homens acerca da violência, notadamente contra as mulheres, Sandro, cinquenta e sete anos, ensino superior completo, administrador, renda média de dez mil reais, divorciado, em união estável, dois filhos, usa uma linguagem metafórica para apontar a violência de gênero como sendo de natureza relacional conforme relato abaixo:

Olha, a única mensagem que eu poderia dar, que antes de tomar qualquer decisão rezar muito, porque depois da decisão feita, tomada, você vai rezar pra você. Nos cinco minutos, quando cai a última, o último grão de areia da ampulheta, você pode perder a razão. Então a única mensagem que eu digo, paciência e não deixar chegar nesse ponto. Mas aquilo que eu volto a te falar, não só do lado dele, como do lado dela, também, né?

Na linguagem figurada de Sandro, relativa a importância de se “antes de tomar qualquer decisão rezar muito”, parece querer significar a importância do exercício da reflexão antes da prática de qualquer tipo de violência, dadas as implicações da mesma. Nesse sentido, a figura da ampulheta, simbolizando o tempo necessário de reflexão antes da ação, coloca a importância do tempo de reflexão no uso de nossa razão frente a responsabilidade de nossos atos. Daí a mensagem: “depois da decisão feita, tomada, você vai rezar pra você”, mensagem essa que traduzimos na seguinte expressão enunciativa do sentido de sua mensagem: “A prudência como prevenção da violência de gênero”.

Prosseguindo em sua reflexão, Sandro reflete, ainda na simbologia da ampulheta, nos seguintes termos:

Porque essa, esse último grão de areia não cai ali por si só. Ele cai porque a ampulheta foi colocada ali pelos dois. Eu não coloquei a ampulheta sozinho e falei "-Olha, aqui essa ampulheta, acabar o último grão de areia, acabou tudo." Então o relacionamento a dois é isso. É cada dia cair um grãozinho de areia. É só muita paciência. Coisa que você adquire, que quem costuma velejar diz "-Você só aprende depois que cê passar pela panela de água."

Na narrativa acima, a reflexão de Sandro recorre à simbologia da ampulheta para representar o tempo na relação conjugal de gênero, apontando-a para sua característica relacional. Desse modo, numa relação conjugal, a experiência comum responderia por um tempo e espaço vivido pelos dois, portanto, por ações de dupla responsabilidade. Daí o relacionamento a dois significar, ao que parece, para o mesmo, uma construção alimentada de muita paciência, ou, em outra palavra, prudência. Nesse sentido, ganha significado a sua expressão: “Então o relacionamento a dois é isso. É cada dia cair um grãozinho de areia. É só muita paciência”.

Finalizando a entrevista, Sandro reitera sua posição, em relação à sua mensagem, no diálogo abaixo:

E você gostaria de falar mais alguma coisa sobre esse assunto que nós não chegamos a conversar ou deixamos de falar?

Eu creio que não, Tales. Eu acho que, de certa forma, a gente...

Abrangeu tudo?

Abrangeu 365 [graus]. Eu acho que a gente não deixou nada de acréscimos, não. Acho que os 90 minutos completou.

Então, muito obrigado, Sandro, por ter participado...

Muito embora a entrevista com Sandro tenha durado cerca de duas horas, vale sinalizar mais uma vez o uso da linguagem figurada ao afirmar que se completara a entrevista nos seguintes termos: “Abrangeu 365 [graus]. Eu acho que a gente não deixou nada de acréscimos, não. Acho que os 90 minutos completou”.

Nesse sentido, os noventa minutos, a que ele se refere acima, relaciona-se, mais uma vez, à questão do tempo, nesse caso, ao tempo de uma partida completa de futebol, sem prorrogação, sem acréscimos, o que parece significar que nosso

diálogo acerca de sua experiência, no Grupo Reflexivo, foi completa, abrangente, ou seja, 365 graus.

A violência de gênero como expressão do exercício do poder hegemônico do homem sobre a mulher

A mensagem de João, trinta e dois anos, zelador, ensino médio completo, renda de dois mil reais, divorciado, em união estável, três filhos, a outros homens, relativo à prática da violência notadamente contra a mulher, traduz, de maneira característica, o que podemos entender como a incorporação de uma reflexão de gênero sobre a violência conjugal.

Ah, a mensagem que acho que posso deixar, acho que o homem antes de agredir, ele pense um pouco. Porque imagine o que é uma mulher ser agredida, a humilhação que ela passa, né? Porque será que ele agrediu, para se impor machismo, é importante pra ele? Será que não é um motivo, também, de fraqueza dele? Porque o homem pra ser forte não precisa agredir. Então ele tá usando a força física pra se impor perante a mulher. Eu acho que eu posso passar por isso outra vez, mas vai ser difícil. Eu não quero mais passar por isso, não.

Embora sucinta, a mensagem de João, vale reiterar, vivendo com a mesma esposa, apresenta-se, de maneira coerente, quando cotejamos com todo o seu discurso, ao longo da entrevista e, em especial, quando da análise de seus relatos concernentes ao item anterior, quando abordamos as “Novas maneiras de encarar e/ou enfrentar os conflitos de gênero em relação às mulheres”. Isto porque, nessa abordagem podemos observar que o mesmo relata tentativas de negociação de gênero, tendo em vista a busca de solução para os conflitos anteriores, que ocorriam de maneira naturalizada com a referida parceira, motivo da denúncia recebida, cujo episódio buscava, ao que parece, superar.

Nesse sentido, o que o discurso de João reflete é a situação de vulnerabilidade de muitas mulheres frente à violência de gênero, o exercício da masculinidade hegemônica como retrato dos resquícios de uma visão patriarcal em

nossa sociedade, na qual a figura do homem caracteriza-se pela naturalização da força como indicadora desse tipo de masculinidade. O que o discurso de João parece revelar é a possibilidade de o mesmo ter, a partir das reflexões do Grupo Reflexivo, operado, ele próprio, um de desconstrução desse tipo referencial de masculinidade, sobretudo quando consideramos sua indagação seguinte: “Porque será que ele agrediu, para se impor machismo, é importante pra ele? Será que não é um motivo, também, de fraqueza dele? Porque o homem pra ser forte não precisa agredir. Então ele tá usando a força física pra se impor perante a mulher.”

Vai ao encontro dessa nossa interpretação, igualmente, sua asserção seguinte: “Eu acho que eu posso passar por isso outra vez, mas vai ser difícil. Eu não quero mais passar por isso, não”.

A violência não compensa

Em sua mensagem aos homens, Paulo parece revelar a importância de uma atitude preventiva dos homens frente à violência, nos seguintes termos:

Eu gostaria de deixar uma mensagem, [a violência] não compensa, não compensa chegar num ponto de ir pra delegacia. Chegou no ponto de ir pra delegacia, o cara, ele vai ser prejudicado, sim, né? Antes de que isso aconteça, cada um segue o seu caminho. Ninguém é de ninguém. Tem várias mulheres que é legal. Tem vários homens que também é legal, né? E o cara não tem que ficar nessa daí de querer agredir ninguém, né?

No discurso de Paulo, o sentido de prevenção adquire significado especial por circunscrever-se muito mais à busca de evitar conflitos com a parceira que resulte em uma denúncia, conforme a recebida, pelas implicações que gera para a vida do homem, por prejudica-lo em muitos aspectos. Deixa desvelar, em seu discurso, que o caminho para tal prevenção é, especialmente, o da separação diante dos conflitos conjugais. Isso por reconhecer, ao que parece, que conflitos representam ausência de afinidades, que podem ser resolvidos no encontro com novos parceiros, como ele próprio buscou fazer. Aponta, igualmente, a importância de se reconhecer que as

relações conjugais não implicam posse das pessoas ao afirmar: “Ninguém é de ninguém”. Daí, afirmar, igualmente, que, numa relação, a agressão não fazer sentido: “o cara não tem que ficar nessa daí de querer agredir ninguém, né?”.

Sua afirmação em relação às implicações da agressão para o homem ganha expressão no relato abaixo:

De uma agressão, ela vai passar pra uma coisa pior e o cara, ele é um trabalhador. Ele é um trabalhador. Ele vai cair numa cadeia onde que tá cheio de bandido, bandido... Aí, ele vai ter aquele título lá de assassino, porque ele matou a mulher por causa da agressão dele, né? Então não compensa [...] Não compensa. Sai fora [da situação]. Dá uma volta, dá uma volta.

Por considerar que a agressão pode levar à denúncia, por parte da mulher, o que em suas palavras seria, para o homem, “passar pra uma coisa pior”. Destaca a figura de alguns homens denunciados como sendo “um trabalhador”, fato que teria implicações para a própria vida profissional do mesmo, como julga ter ocorrido no seu próprio caso.

Outro aspecto a destacar é o significado ou conotação que a denúncia de qualquer ato na justiça possui em nossa sociedade, qual seja, o de estigmatizar o denunciado como bandido ou assassino. Daí a estratégia empregada pelo mesmo, analisada em item anterior, para preservar-se de conflito com a nova companheira estar, igualmente, presente nessa mensagem aos homens: “Sai fora [da situação]. Dá uma volta, dá uma volta”.

Em relação à mensagem de Paulo para outros homens, vale recorrer a outro seu relato, no qual sua postura preventiva frente aos conflitos se expressa numa orientação que busca dar a um homem diante da constatação de um caso de conflito do casal presenciado em local público, conforme narrativa abaixo:

Outro dia eu tava aqui, eu saí daqui da reunião, eu tava aqui na... Eu tava aqui nessa lanchonete que tem aqui na esquina, tinha um casal lá brigando, né? E do lado o cara olhou pra mim "-Tá vendo?" Eu falei "-Eu sei como é isso aí." Aí eu falei "-Eu posso falar uma coisa? Posso falar uma coisa? Ó, ali, eu tô participando de uma reunião justamente por causa disso, entendeu? Eu briguei com a minha mulher, acabei agredindo minha mulher, ela me agrediu, entendeu? Do jeito da sua mulher aí. A tua mulher te agrediu, ela te deu um tapa, que eu vi,

entendeu? Só que eu vou te falar uma coisa, não faça isso, cara. Evita, evita de chegar uma viatura aqui." É importante, importante o que eu aprendi aqui, também. O que que foi? Cê vê também que os direitos não é só pra mulher, pro homem, também. O homem tem direito também, né? E tem cara que não sabe disso.

Nessa narrativa, podemos observar que Paulo, não somente reitera a importância da não agressão, mas coloca o seu próprio caso como exemplo, além de destacar a importância da vivência e aprendizado no grupo que o fez reconhecer não somente os direitos das mulheres, mas, igualmente, dos homens, descaracterizando, pelo que entendemos, a ideia presente entre alguns homens denunciados de que a justiça privilegia tão somente a mulher, através da Lei Maria da Penha. Esse fato foi observado, de algum modo, nos discursos dos homens aqui analisados, mas ganhou maior expressão no trabalho de Prates (2013).

Prevenir-se contra a violência simbólica

Na mensagem de Lúcio, cinquenta e dois anos, ensino superior incompleto, comerciante, renda média de cinco mil reais, solteiro, quatro filhos, podemos identificar uma proximidade à ideia de prevenção da violência, na perspectiva adotada por Paulo, qual seja, a de auto-preservação conforme relato abaixo:

Olha, ninguém é dono de ninguém. Se você acha que não tá bom pra você do jeito que a mulher é, se relacione melhor. Vai prum bar de solteiro, onde todo mundo tem um relacionamento aberto e não tem um compromisso afinco, né? Saia pra balada, pegue amigos de fé, vai passear de final de semana. Pega o melhor amigo teu, conversa, debata bastante. Agora, que é desnecessário agredir uma mulher, é. Tem um ditado que eu vi num filme do Stallone, né? "Nunca queira saber a ira de uma mulher afegã, quando ela é desprezada." Alguma coisa assim. Uma mulher afegã desprezada, ela é pior que um exército em cima da vida do homem. Então como... É complicado. Porque como, como terminar um relacionamento, se a mulher vem infernizar tua vida? Você vai dar o desprezo, é pior.

A exemplo de Paulo, uma mesma expressão adquire significado especial, qual seja, “Olha, ninguém é dono de ninguém. Se você acha que não tá bom pra você do jeito que a mulher é, se relacione melhor”, querendo significar, com essa expressão, por um lado, a importância do reconhecimento, por homens e mulheres, da liberdade e autonomia que deve presidir uma relação e, por outro, da importância de se buscar relações de afinidades.

Em sua narrativa destaca-se, igualmente, a importância da prevenção da violência contra a mulher, através notadamente da busca de interlocução com amigos, onde tal assunto possa ser veiculado, debatido em profundidade, tendo em vista prevenir a violência e suas implicações. Vale considerar, no entanto, o lugar de onde Lúcio fala, qual seja, de um homem solteiro, vivendo em um cenário de vulnerabilidade, onde relacionamentos com mulheres podem representar risco de violência e denúncia pela Lei Maria da Penha.

Nesse particular, vale resgatar narrativa apresentada em item anterior, intitulado “Novas maneiras de encarar e/ou enfrentar os conflitos de gênero em relação às mulheres”, considerando que na mesma ganha expressão sua peculiar estratégia de prevenção da violência, pela reflexão no uso das palavras nas relações sociais em geral, e com as mulheres em especial, conforme descrição a seguir:

*Olha como é esquisito até isso. **Olha o meu pé atrás** como já tava, né? Eu que insisti. **Então é os homens aí que agriem mulheres ou que estão sendo injustiçados** por não ter feito nada porque, na verdade, é como eu disse, **chamar uma mulher de vagabunda, de prostituta, de lixo ou seja lá o que for, isso é crime lei Maria da Penha. Por isso que eu falo, infelizmente temos que medir as palavras.** Quem não tem medo, não tem problema nenhum, vai continuar fazendo o que tem que fazer. Porque eu procuro meu caminho. Eu tenho meus relacionamentos. **Não são daqui.** Não é meu naipe. **Minha sociedade não é isso aqui.***

A preocupação com o uso das palavras, reiterado em muitas das narrativas de Lúcio e, em especial, na narrativa acima, aponta para o seu cuidado em expressar-se, na condição de estrangeiro, em seu próprio cenário de vida cotidiana de trabalho profissional, no qual considera-se vulnerável frente a multiplicidade de tipos de relações sociais que esse meio propicia, qual seja, um meio que se

caracteriza pelo uso e tráfico de drogas, pela prostituição, pela violência urbana acentuada, dentre outros aspectos, segundo sua própria narrativa.

Muito embora não possamos identificar no discurso de Lúcio um processo de desconstrução de gênero e das masculinidades, ganha destaque a sua identificação com o Grupo Reflexivo e sua proposta de trabalho, quando assim se expressa, diante da seguinte pergunta do entrevistador: “E você gostaria de falar mais alguma coisa sobre esse assunto que nós conversamos hoje que nós não chegamos a falar, deixamos de falar?”.

*Mas vocês são os primeiros [a fazer esse tipo de trabalho]. Eu creio que vão ser muito mais ouvidos. **Se precisar me chamar em algum encontro entre juízes, promotores, aquela coisa toda, pra expor, eu não vou expor o que é justo, o que não é justo. Posso falar o modo de injustiça que foram feito comigo através da vítima, né? Pra que eles entendam, de fato, se conseguir expressar de uma forma, eu falei, faça uma triagem melhor na delegacia, para que não prejudique um suposto, uma suposta, um suposto pai de família que não pode ter um artigo pra não se prejudicar dentro de uma empresa. Então estou aberto a vocês. Conte comigo. E espero quando tiver possível, numa segunda-feira, aparecer lá pra fazer uma visita, escutar e debater lá com vocês, também. Posso até ser como exemplo pra uma nova turma que tá chegando. Porque vão falar "-Esse aí é veterano. Tá vindo porque quer. Tá solteiro, mas tá vindo porque quer."*** Isso ajuda, né? *Da até um animo, né? Conte comigo...*

**5. DAS REFLEXÕES GERAIS À
ABERTURA DE QUESTÕES**

Ao buscarmos refletir sobre o processo de vivência de homens autores de violência, denunciados por parceiras e encaminhados para a participação em Grupo Reflexivo, pela Justiça, podemos identificar mudanças em relação às suas concepções acerca da violência contra a mulher, novos posicionamentos frente aos conflitos de gênero, assim como a valorização do grupo como significativo espaço de interlocução para as suas vidas.

Representando um grupo diversificado, em função das diferentes condições sócio-culturais e profissionais dos participantes, tal diversidade, se no momento da chegada ao grupo causou, em alguns homens, sentimentos de estranhamento, de não pertencimento, outros sentimentos passaram, no processo de inserção e vivência no grupo, a serem valorizados. Isto porque, para alguns membros do grupo, a questão do estranhamento deveu-se, no geral, ao fato de não se reconhecerem como homens autores de violência e identificarem o grupo como um espaço destinado a infratores da Lei, ou, mais especificamente, a “bandidos”. Daí, diferentes expressões serem relatadas no momento de chegada ao grupo, apontando, em linhas gerais, significados que os mesmos atribuíram à denúncia recebida, tais como: vergonha, vitimização e individualização do problema, revolta e desconfiança, perplexidade, sentimento de estranhamento, assim como distanciamento dos outros membros do grupo. Vale observar que o sentimento de punição foi mencionado tão somente por um dos participantes do grupo. Destacamos tal fato, uma vez que em Grupo Reflexivo analisado por Prates (2013) tal sentimento era unânime entre todos os participantes do grupo, notadamente até o sexto encontro. Nessa mesma linha de reflexão coloca-se o trabalho de Moraes e Ribeiro (2012), sobre essa temática, quando afirmam que os homens participantes de Grupo Reflexivo no Rio de Janeiro viam a participação no grupo como parte de uma pena que estaria sendo aplicada aos mesmos. Daí, em suas narrativas, os referidos homens relataram que estavam presentes no grupo não porque queriam, ou porque o viam como um benefício, mas sim porque se sentiam obrigados.

Em relação à busca de entendimento sobre a diferenciação observada entre o grupo do qual participaram nossos sujeitos e o analisado por Prates (2013), vale considerar a diferença existente na dinâmica dos mesmos, embora mantivessem semelhante o objetivo, a temática e os facilitadores fossem os mesmos. O grupo analisado por Prates (2013) foi o primeiro realizado em São Paulo, pelo Coletivo

Feminista Sexualidade e Saúde, no período de 2009 a 2010, sendo constituído por sete homens que foram encaminhados pela Justiça, em caráter compulsório, cuja participação possibilitaria a suspensão do processo - fato esse considerado inconstitucional desde 2010. Este teve, portanto, a característica de ser um grupo fechado, no qual os sete participantes vivenciaram juntos, do início ao fim, a discussão de temas relativos à violência contra a mulher e outros similares, ao longo dos dezesseis encontros previstos para o mesmo. Igualmente fechado foi o grupo analisado por Moraes e Ribeiro (2012).

Diferentemente do primeiro grupo acima mencionado, o Grupo Reflexivo do qual participaram os sete homens, do presente estudo, caracteriza-se por ser de natureza aberta, de fluxo contínuo, no qual continuamente entram e saem homens encaminhados pela Justiça, sem caráter compulsório, mas com possibilidade de atenuação da pena, caso os homens venham a ser condenados. Vale lembrar que, em termos gerais, com exceção à sua natureza aberta, a estratégia pedagógica e a temática da discussão são as mesmas, conforme refere Andrade (2014), um dos coordenadores do Grupo Reflexivo, portanto similar ao primeiro grupo investigado por Prates (2013).

Consideramos importante destacar tal aspecto, uma vez que as diferenças observadas em termos de identificação dos homens com o grupo e tempo de inserção, devido a uma menor resistência, deve-se, ao que parece, ao fato de no segundo grupo o acolhimento dos homens, que chegam pela primeira vez, ser feita não somente pelos facilitadores, como no primeiro deles, mas por todos os membros que integram o mesmo, naquele momento. Ou seja, trata-se de homens igualmente denunciados, que se consideram seus membros pela identificação com ele. Em suma, refere-se a homens que se encontram com reflexões avançadas, acerca de sua condição de autor de violência, e já atribuem relevância à sua participação no grupo, para sua vida presente e futura. Nesse sentido é que pudemos observar, nos relatos de nossos entrevistados, uma mudança significativa do primeiro para o segundo encontro, quando muitos deles referem, de maneira significativa, sua participação no Grupo Reflexivo valorizando o acolhimento que tiveram e o espaço de interlocução que vivenciaram.

Nas narrativas dos homens, pudemos observar, de maneira geral, que os mesmos compartilham opiniões semelhantes acerca da Lei Maria da Penha,

considerando pertinente seu texto e sua promulgação, fato que os diferencia dos homens investigados por Prates (2013). Isso porque, segundo Prates (2013), a própria promulgação da Lei foi sentida, pelos seus sujeitos, como usurpação dos direitos dos mesmos, sendo desnecessária sua existência por ser injusta, posição essa relativizada, em parte, somente a partir do sexto encontro. Diante disso, consideramos que uma menor resistência de nossos entrevistados possibilitou ao que parece, uma reflexão mais aprofundada acerca da Lei Maria da Penha no grupo investigado, uma vez que a mesma não foi contestada em termos de seu valor e sentido por nenhum dos sujeitos.

Assim, a única crítica relatada nas entrevistas, em relação à referida Lei, que aproxima o conteúdo dos discursos dos homens investigados, refere-se à questão da aplicação da mesma e não do texto da Lei em si, crítica essa que se manifesta em diferentes aspectos, apontando para a complexidade da questão.

Um desses aspectos é o da não identificação dos próprios homens como autores de violência contra a mulher, tendo em vista a conotação que atribuem a essa expressão, conforme antes mencionada, qual seja, a de infratores da Lei ou de criminosos, fato que, no seu imaginário, os afastariam da própria concepção ou imagem que possuem acerca de si mesmos, presente em suas falas, nos seguintes termos: pessoas de bem, homens trabalhadores, provedores, pais de família, dentre outras.

Diante disso, passam, por um lado, a conotar como típicos homens autores de violência aqueles outros que cometem agressões de natureza extrema, associadas a crimes graves que levam à lesão física ou morte. Por outro lado, passam a considerar a existência dos conflitos conjugais como naturalmente presentes em suas vidas cotidianas, muito embora reconheçam que os mesmos podem levar à agressões de natureza física, passíveis de denúncia.

Esse tipo de constatação vai ao encontro do observado por Moraes e Ribeiro (2012), em pesquisa similar. Tais autoras revelam que os homens participantes dos Grupos de Reflexão observados em seu estudo não se percebem como "agressores" ou "autores de violência". Afirmam que os mesmos concordam com a regra moral de que "não se deve bater em mulher", mas questionam a validade universal da Lei Maria da Penha diante das situações concretas que experimentaram. Nessa perspectiva, concordam com a legitimidade da lei por

existirem de fato homens violentos que praticam agressões de natureza grave, porém não se identificam como tais, interpretando seus próprios casos como situações que poderiam ser resolvidas no espaço doméstico, pelo próprio casal.

Nessa mesma linha de reflexão coloca-se o trabalho de Rosa *et al* (2008), seguindo a mesma linha de raciocínio, em seu artigo no qual foram entrevistados homens autores de violência. Afirmam esses autores que os mesmos transferem para a companheira a culpa pela situação, não se reconhecendo como agressores, mas, ao contrário, racionalizam a ação agressiva como um comportamento desencadeado pela mulher agredida.

Referindo pesquisadores que trabalharam com homens autores de violência contra a mulher e que abordaram o sentimento dos mesmos frente à denúncia, Prates (2013, p. 90-111) apresenta considerações presentes em vários trabalhos que vão ao encontro do observado por Moraes e Ribeiro (2012). Assim, apresenta-se como característico nos depoimentos dos homens, de diferentes estudos, negarem sua responsabilização em relação ao ato de agressão, colocaram-se como vítimas e/ou minimizarem tais atos em função do comportamento das mulheres consideradas, por muitos deles, como responsáveis por criarem situações onde homens podem “perder a cabeça”. Nessa perspectiva, ao citar o trabalho de autores como Cristiane Gomes Marques, Prates (2013) relata descrição da referida autora que afirma os homens, por ela estudados, identificarem suas parceiras como “provocadoras” das situações de conflito, provocação essa atribuída a atitudes de agressividade, descontrole, ciúmes, dentre outros aspectos. Na mesma linha de reflexão, encontram-se vários outros autores citados por ela, a exemplo de Susana Muszkat e Wania Pasinato Izumino.

Discorrendo sobre essa problemática, Barbara Musumeci Soares, citada por Oliveira e Gomes (2011, p. 2404) considera que as interpretações sobre a violência contra a mulher apresentam-se, geralmente, em polos diferenciados, quer como uma modalidade de “terrorismo do homem contra a mulher”, quer como “violências mútuas”.

Destacamos tal aspecto uma vez que, para os homens entrevistados em nossa pesquisa, foi praticamente unânime considerarem a violência como mútua, seja porque, como a autora acima menciona, existe uma representatividade da mutualidade dos conflitos entre casais revelado por pesquisas, e, também, como a

literatura já apontada na introdução deste trabalho refere, a violência surge, geralmente, quando o homem se distancia do referencial de masculinidade hegemônica em nossa sociedade.

Relacionado à questão da masculinidade hegemônica, podemos mencionar trabalho de Schraiber *et al* (2005) quando afirmam que o recurso à violência responderia à necessidade masculina de recolocar elementos associados à honra, autoridade e poder na relação quando esta é questionada ou está em crise.

Nessa perspectiva, poderíamos interpretar que a ocorrência da violência se dá principalmente nos momentos em que o homem se sente mais "fragilizado", ameaçado por uma mulher notadamente em função de seu empoderamento ou desigualdade de gênero. A partir desse pressuposto, poderíamos considerar, ao que parece, a via pela qual os homens por nós investigados entenderiam a aplicação da Lei Maria da Penha tão somente a casos onde as mulheres sejam oprimidas, isto é, sem nenhuma voz ou poder na relação. Nessa perspectiva, a ideia presente é a de que tal concepção encontra - senão somente no imaginário dos homens entrevistados, mas igualmente no imaginário social, o que corresponderia ao que podemos entender de suas narrativas, como o "ideal" de uso e de aplicação da Lei Maria da Penha, ou seja, de maneira não generalizada.

Esse tipo de interpretação apoia-se, igualmente, na observação de que, no momento da denúncia, os homens por nós entrevistados relatam suas mulheres não como frágeis, mas como empoderadas, em uma relação de gênero, de poder, relatada como igualitária, daí buscarem justificar o que consideram a injustiça da aplicação da lei, em seus respectivos casos.

Nessa mesma linha de reflexão, vale mencionar que apesar de alguns dos homens entrevistados assumirem terem agredido a companheira fisicamente, concordando inclusive com a justeza da denúncia recebida, os mesmos procuram se distanciar da figura do homem autor de violência, não somente por isto representar, em seu imaginário, a figura do agressor, do criminoso, mas também por eles considerarem que a Lei Maria da Penha avalia, em sua aplicação, tão somente a agressão por eles cometida, portanto, em suas concepções, isolada e descontextualizada do histórico dos acontecimentos que antecederam o fato. Assim, alguns homens responsabilizaram-se pela agressão física cometida, como pudemos apresentar em capítulo anterior, mas não pela totalidade dos fatos, por atribuírem

parte da responsabilidade da violência ocorrida também às mulheres envolvidas nas situações de conflito, daí a maioria dos homens relatarem, conforme já frisamos, o episódio de agressão como casos de violência mútua.

Schraiber *et al* (2009) trazem Arendt e Foucault para conceituar e diferenciar violência de poder. Para os mesmos, a violência:

"é a negação do propriamente humano (ser sujeito), daí que não se caracterize só como uma violação de direitos humanos, incluindo a dos reprodutivos e sexuais para as mulheres, na perspectiva jurídico-legal. Mas que se caracterize também, do ponto de vista ético, como anulação da dignidade, impedindo o sentimento de esperança" (p. 210)

Nesse sentido, a violência não constitui em uma relação interativa entre seus participantes, mas uma ruptura de comunicação, o que leva o homem, no caso da violência de gênero, a desconsiderar o outro, a não reconhecer a mulher como sujeito.

Diferenciando-se da violência, a mesma autora e colaboradores apontam para o simples exercício do poder, como sendo uma autoridade maior que foi, de alguma maneira, legitimada culturalmente. Esse exercício de poder desigual pode resultar no máximo em conflito nas relações interpessoais, isto quando essa desigualdade é questionada. Violência é, então, para Schraiber *et al*, a tentativa de retomar o poder de forma ilegítima, pela força em atos ou equivalentes simbólicos anulando, assim, o sujeito. Embora nas relações de exercício de poder desigual a violência possa surgir - em caráter bastante naturalizado nos contextos culturais -, essas autoras a distingue das dinâmicas de conflitos negociáveis, em que os sujeitos envolvidos podem chegar a novos consensos relacionais, incluindo maior equidade nas relações. Ainda complementam que além da naturalização, a banalização de alguns comportamentos também os retira dos significados da violência.

Schraiber *et al* (2009) destacam, ainda, que situações nomeadas como violências serão dotadas de significados da elaboração conceitual mais abstrata, tais como violação dos direitos, coisificação dos sujeitos, anulação comunicativa e uso instrumental do poder (p. 211). De um ponto de vista empírico, tais noções operativas parecem bastante gerais, muito em razão da polissemia do termo violência.

Autores como Rifiotis apontam que existe, de alguma forma, o perigo da simplificação, da naturalização, do uso da palavra violência, reafirmando citação de um de seus trabalhos anteriores.

"Violência é uma palavra singular. Seu uso recorrente a tornou de tal modo familiar que parece desnecessário defini-la. Ela foi transformada numa espécie de significado vazio, um artefato sempre disponível para acolher novos significados e situações. O seu campo semântico tem uma regra de formação: a constante expansão. A aparente unidade deste termo resulta de uma generalização implícita dos diversos fenômenos que ela designa sempre de modo homogeneizador e negativo" (Rifiotis, 1999 apud, 2008, p. 226).

Portanto, as considerações desses autores antes mencionados, apontam para a complexidade e o uso polissêmico da violência, de sua abrangência, expansividade, mas também de suas limitações e vaguidade. Podemos exemplificar com o caso de um de nossos entrevistados, Edson, no episódio relatado por ele como uma "violência accidental". A agressão cometida por ele, segundo sua narrativa, não foi intencional, isto porque ao puxar parte do equipamento de som de seu carro, no "calor" da discussão com sua ex-mulher, a peça acabou por atingi-la desencadeando, assim, o boletim de ocorrência. Consideramos esse caso exemplar para ilustrar a dificuldade de delimitação, de caracterização e de definição do que seja, ou não, violência.

No processo de judicialização, que consiste na utilização do poder de polícia e do Estado para intervir nas relações de poder do espaço privado (Cortizo e Goyeneche, 2010), Rifiotis (2008) afirma existir limites da via exclusivamente judicializada para lidar com a violência de gênero, sobretudo pela mesma não dar conta de seu caráter relacional prevalecendo, assim, a lógica dicotômica vítima/agressor.

Complexificando mais a questão, Gregori (1992) afirma, sobre a violência e sua dicotomização, que:

"A construção de dualidades - como 'macho' culpado e mulher 'vítima' - para facilitar a denúncia e indignação, deixa de lado o fato de que os relacionamentos conjugais são de parceria e que a violência pode ser

também uma forma de comunicação, ainda que perversa, entre parceiros"(p. 134)

De acordo com Rifiotis (2008, p. 230), "a criminalização da violência conjugal, entretanto, exige a aceitação do tratamento penal dos casos, o que concretamente implica na polaridade vítima-acusado, sendo que vítima torna-se testemunha do seu próprio caso." Acrescenta esse autor que "neste contexto, processual, os autos reproduzem um universo limitado das experiências sociais" (p. 230) e produzem uma versão que é colocada nos processos penais. Dessa forma, o processo penal "domestica a conflitualidade, organizando-a numa polaridade excludente, traduzindo em categorias jurídicas polares a complexidade das relações de gênero" (p. 230), o que implica reducionismo do fenômeno. Segundo esse autor:

"o jurídico é ao mesmo tempo solução e problema ou "solução-problema". Ele não deve ser considerado um fim em si mesmo e tampouco os objetivos sociais projetados sobre ele se realizam automaticamente, devendo ser objeto de monitoramento contínuo, como condição necessária para sua efetividade" (p. 230).

Nesse sentido, vale considerar que, para fins de enquadramento de casos na Lei Maria da Penha, alguns critérios são definidos, assim como o que a Justiça passa a entender como violência, do ponto de vista classificatório e operacional. Algumas modalidades ou tipos de violência, que se encontram no capítulo dois da Lei Maria da Penha⁷ "Das formas de violência e familiar contra a mulher", são apresentadas a seguir:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

⁷http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Outro aspecto presente nas falas dos homens, e que foi expresso de maneira peculiar por Igor, um dos participantes do grupo, refere-se ao que considera como uma inversão do princípio de presunção da inocência, presente na Constituição Federal Brasileira:

"Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LVII - Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;"

Segundo a narrativa desse nosso entrevistado, no caso dos homens indiciados pela Lei Maria da Penha tal presunção não ocorre, mas sim justamente o oposto.

Esse aspecto encontra-se subjacente nos relatos da quase totalidade dos homens entrevistados quando tecem críticas ao modo como ocorre a aplicação da Lei Maria da Penha, após a denúncia. O discurso recorrente, nessas narrativas, é o de que homens não são ouvidos em nenhum momento do processo por que passam, quer seja na delegacia ou no próprio Fórum, perante o juiz, quando suas testemunhas não são ouvidas, os casos não são investigados, prevalecendo tão somente a versão da denunciante. Em suma, relatam o sentimento de serem considerados culpados em função somente da denúncia.

A despeito desse discurso recorrente de que não são ouvidos, tal discurso não se sustenta, pois, tal fato, do ponto de vista jurídico, é improvável. Isto porque, segundo o princípio da ampla defesa, assegurado pelo artigo 5º, inciso LV da Constituição Federal, é dever do Estado facultar ao acusado a possibilidade de efetuar a mais completa defesa quanto à imputação que lhe foi realizada.

Do ponto de vista jurídico, o princípio da ampla defesa envolve a defesa técnica realizada por um advogado e a autodefesa, ou seja, aquela realizada pelo próprio acusado no momento do seu interrogatório em juízo.

Vale destacar que o interrogatório judicial está expresso no Código de Processo Penal e deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

“Art. 187. O interrogatório será constituído de duas partes: sobre a pessoa do acusado e sobre os fatos. [\(Redação dada pela Lei nº 10.792, de 1º.12.2003\)](#)

§ 1º Na primeira parte o interrogando será perguntado sobre a residência, meios de vida ou profissão, oportunidades sociais, lugar onde exerce a sua atividade, vida pregressa, notadamente se foi preso ou processado alguma vez e, em caso afirmativo, qual o juízo do processo, se houve suspensão condicional ou condenação, qual a pena imposta, se a cumpriu e outros dados familiares e sociais. [\(Incluído pela Lei nº 10.792, de 1º.12.2003\)](#)

§ 2º Na segunda parte será perguntado sobre: [\(Incluído pela Lei nº 10.792, de 1º.12.2003\)](#)

I - ser verdadeira a acusação que lhe é feita; [\(Incluído pela Lei nº 10.792, de 1º.12.2003\)](#)

II - não sendo verdadeira a acusação, se tem algum motivo particular a que atribuí-la, se conhece a pessoa ou pessoas a quem deva ser imputada a prática do crime, e quais sejam, e se com elas esteve antes da prática da infração ou depois dela; [\(Incluído pela Lei nº 10.792, de 1º.12.2003\)](#)

III - onde estava ao tempo em que foi cometida a infração e se teve notícia desta; [\(Incluído pela Lei nº 10.792, de 1º.12.2003\)](#)

IV - as provas já apuradas; [\(Incluído pela Lei nº 10.792, de 1º.12.2003\)](#)

V - se conhece as vítimas e testemunhas já inquiridas ou por inquirir, e desde quando, e se tem o que alegar contra elas; [\(Incluído pela Lei nº 10.792, de 1º.12.2003\)](#)

VI - se conhece o instrumento com que foi praticada a infração, ou qualquer objeto que com esta se relacione e tenha sido apreendido; [\(Incluído pela Lei nº 10.792, de 1º.12.2003\)](#)

VII - todos os demais fatos e pormenores que conduzam à elucidação dos antecedentes e circunstâncias da infração; [\(Incluído pela Lei nº 10.792, de 1º.12.2003\)](#)

VIII - se tem algo mais a alegar em sua defesa. [\(Incluído pela Lei nº 10.792, de 1º.12.2003\)](#)”

Com base nos artigos acima mencionados, o que se constata é que o réu para ser julgado, seja absolvido ou condenado, terá que necessariamente ser ouvido. Assim, o que impera, provavelmente, na percepção dos homens é o sentimento, não o fato, de não terem sido ouvidos, ou seja, de suas falas serem desconsideradas e da maior relevância atribuída à palavra da mulher.

No que diz respeito à ideia da atribuição de maior relevância dada à voz das mulheres pela Justiça, tal ponto ganha sentido quando se considera os pressupostos acatados pelos Tribunais de Justiça para o julgamento de crimes de violência, com base na Lei Maria da Penha.

Isso porque, no caso da violência doméstica e familiar contra a mulher, a mesma é considerada, em função de sua natureza e peculiaridade, como crime ocorrendo num contexto de clandestinidade, também denominado juridicamente de “crimes às ocultas”, tendo em vista as dificuldades de provas pelo fato dos mesmos ocorrerem notadamente no espaço doméstico, ou seja, na residência. No entanto, do ponto de vista jurídico, considera-se que o cenário do delito é, usualmente, além da residência, o carro ou local onde somente o agressor e a vítima se encontram, não havendo, portanto, testemunhas.

Vale mencionar que alguns crimes, em geral os de caráter sexual, que são cometidos em um contexto de clandestinidade, aparecem, em diversos julgados, com menção à expressão “crimes às ocultas”, por se fazer referência a esse cenário em que o agressor busca esconder-se, busca a clandestinidade para o cometimento do crime. Assim, um tio que estupra a sobrinha pode ser considerado, por exemplo, o caso típico de um crime às ocultas, num contexto de clandestinidade.

Nesse contexto de clandestinidade, como é o caso de violência doméstica e familiar contra a mulher, também denominado juridicamente de “crimes às ocultas”, ao analisar as provas o juiz normalmente toma a palavra da vítima e também do acusado.

Assim, nesse cenário onde há dificuldade de provas, à exceção da violência física que produz marcas, e usualmente não se dispõe de testemunhas, o depoimento da vítima ganha, do ponto de vista jurídico, especial relevância. Isso porque, nesse caso, o julgamento se dá por outro tipo de lógica, ou seja, a análise é a de se a vítima não entra em contradições, se ela tem um discurso coerente e coeso e, existindo lesão corporal, se a mesma é compatível com o laudo do exame de corpo de delito.

Portanto, do ponto de vista do direito, a análise da prova é fundamental, pois ela enseja o decreto condenatório ou absolutório, segundo juristas.

Diante disso, nos casos em que somente existe a prova oral, baseada na versão da vítima, os Tribunais têm decidido que, nesse contexto de violência doméstica e familiar, considera-se que há clandestinidade e, portanto, a palavra da vítima ganha especial relevância, sendo suficiente para a condenação do réu, sempre que a mesma mostre-se coerente e sem contradições.

Esse tipo de afirmação pode ser observado no seguinte caso julgado do Superior Tribunal de Justiça, diante do recurso em Habeas Corpus N°51.145 – DF, relator Ministro Sebastião Reis Junior, datado de onze de novembro de dois mil e quatorze, onde o réu foi condenado, cujo excerto da ementa transcrevemos tendo em vista destacar o argumento básico em que a decisão se apóia:

"5. Este Superior Tribunal possui entendimento de que, nos crimes de ameaça, especialmente praticados no âmbito doméstico ou familiar, a palavra da vítima possui fundamental relevância."

Um caso que exemplifica a questão da coerência da palavra da vítima é a destacada no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, na ementa abaixo descrita na íntegra e na forma de publicação, referente a apelação número 70052958535, relator Jayme Weingartner Neto, datado de vinte e três de abril de dois mil e treze:

“APELAÇÃO CRIMINAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. AMEAÇA. PALAVRA DA VÍTIMA. RELEVÂNCIA. Nos crimes de violência doméstica, em que, geralmente, não há testemunhas, a palavra da vítima assume especial relevância. Neste caso, ainda, o relato da ofendida mostrou-se firme e coerente, suficiente para um édito condenatório. RECURSO IMPROVIDO. CONDENAÇÃO MANTIDA. (Apelação Crime Nº 70052958535, Terceira Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jayme Weingartner Neto, Julgado em 04/04/2013)”

Para exemplificar um caso onde a palavra da vítima foi considerada contraditória, levando o réu à absolvição, destacamos a ementa transcrita na íntegra, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, APR: 46983020078070003 DF 0004698-30.2007.807.0003, Relator: Silvânio Barbosa dos Santos, Data de Julgamento: 01/10/2009, 2ª Turma Criminal, Data de Publicação: 04/11/2009, DJ-e Pág. 243.

“PENAL E PROCESSUAL PENAL. LESÕES CORPORAIS. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. ABSOLVIÇÃO. IN DUBIO PRO REO. ELEMENTO SUBJETIVO. NÃO COMPROVAÇÃO DO DOLO. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. DEPOIMENTOS DA VÍTIMA CONTRADITÓRIOS. RECURSO DESPROVIDO. 1. O elemento subjetivo do crime de lesões corporais é representado pelo dolo, que consiste na vontade livre e consciente de ofender a integridade física ou a saúde de outrem. 2. Na espécie, não há qualquer meio de prova capaz de imputar ao réu o intuito doloso de acertar a vítima no momento em que arremessou o copo na parede. 3. A versão dos fatos apresentada pela vítima deixa dúvida em relação às lesões corporais perpetradas pelo apelado, em especial no que tange ao intuito doloso de lesioná-la, porquanto, em sede inquisitorial e judicial, os depoimentos revelaram-se de forma completamente diversa e incoerente. 4. Necessário evocar o brocardo do in dubio pro reo, uma vez que as provas se revelam inseguras, em especial no que tange ao elemento subjetivo do tipo penal. 5. RECURSO DESPROVIDO.”

Finalmente, selecionamos um último caso em que o próprio depoimento da vítima foi considerado contraditório, mas há destaque para a coerência das declarações do réu. Consideramos tal fato importante por apontar para um outro critério que o julgamento das denúncias pela Lei Maria da Penha se basearia: a própria coerência dos depoimentos do réu.

Trata-se do processo do Tribunal de Justiça de São Paulo, assim referido: APL: 00065978520138260565 SP 0006597-85.2013.8.26.0565, Relator: Newton

Neves, Data de Julgamento: 01/07/2014, 16ª Câmara de Direito Criminal, Data de Publicação: 01/07/2014)

“LESÃO CORPORAL LEVE Lei de violência doméstica ou familiar Depoimento da vítima contraditório Réu que manteve as mesmas declarações. Agressões mútuas demonstradas - Absolvição imposta Decisão correta - RECURSO IMPROVIDO (voto nº. 22369)”.

Portanto, tais pressupostos dos Tribunais de Justiça, que se fundamentam na natureza do tipo de crime, considerado “clandestino” pela dificuldade de se apresentar provas, permitem melhor aproximação à busca de compreensão do sentido e significados das falas dos homens entrevistados, no que se refere às suas palavras terem menor peso, no processo de julgamento, do que a das mulheres que os denunciaram. O que gostaríamos de sinalizar, em termos interpretativos, é de que tal fato parece manter relações estreitas com a questão da dificuldade de muitos homens denunciados reconhecerem-se como agressores, quer em nossa pesquisa, quer em nível da literatura especializada, mesmo quando passam a considerar, como um dos nossos entrevistados, a denúncia justa. Entendemos que mantém relações, igualmente, embora de maneira mediada, com o fato de as contradições do depoimento dos mesmos, que poderia sugerir insegurança ou mesmo omissão da verdade do fato ocorrido, poderem ser identificadas nos Tribunais, quando do julgamento.

Relacionado a esses aspectos podemos relacionar, também, o que traduzimos como sentimento de vulnerabilidade manifestado pelos homens entrevistados, quando de suas falas a respeito da desigualdade, ou de não equidade dos mesmos perante as mulheres, diante dessa forma ou critérios peculiares de aplicação da Lei Maria da Penha.

Nesse sentido, vale destacar reflexão de Edson, um de nossos entrevistados, quando em um de seus relatos traz sua percepção diferenciada em relação às narrativas dos homens no grupo, acerca de seus casos. Em seu discurso afirma ser possível identificar, na dinâmica do grupo reflexivo, aqueles homens que, embora culpados, buscam se desresponsabilizar perante a denúncia recebida e se colocam como vítimas, daqueles que interpreta serem inocentes e injustiçados, por não terem tido voz, perante a Justiça. Considerando, assim, que existem homens culpados,

mas, igualmente, homens inocentes, passa a concluir pela importância, na aplicação da Lei Maria da Penha, de uma Justiça, entendida como de natureza dialógica, na qual ambas as partes tenham direito a voz, em igualdade de condições, rezando o que apregoa a própria Constituição Federal Brasileira.

Daí a manifestação recorrente, nos discursos dos homens, da necessidade de revisão da Lei para que a mesma seja pertinentemente aplicada aos devidos casos. Isso por considerarem, entre outros aspectos, a possibilidade de não somente serem indiciados homens inocentes – em função dos homens e de suas testemunhas não serem ouvidas e os casos não serem investigados –, assim como pelas possibilidades de simulação ou produção de provas falsas por parte das próprias mulheres que desejem fazer um uso inapropriado da Lei, ou seja: as mulheres simularem a existência de agressões ou violências não ocorridas, tendo em vista prejudicarem os mesmos em função de interesses pessoais ou conflitos conjugais não resolvidos.

Embora, segundo o texto da Lei Maria da Penha esse tipo de voz seja necessariamente dada ao homem, no momento do julgamento, para que o mesmo seja considerado culpado ou inocente, conforme já observamos, entendemos que o sentimento dos mesmos em relação à necessidade de revisão da aplicação da lei é um dos aspectos relevante, que merece ser considerado e aprofundado, ao lado de outros, em nível das discussões levadas a cabo nos Grupos Reflexivos. Isto porque se evidencia, em nosso estudo, ao lado do desconhecimento da lógica que preside os julgamentos pela Lei Maria da Penha, que os passos do processo jurídico permanecem obscuros para a maioria dos homens entrevistados. Pudemos observar, por exemplo, que muitos de nossos sujeitos não sabiam dizer como se encontrava o andamento de seus casos na justiça, revelando-se o que consideramos um alheamento ou aparente despreocupação com os resultados dos mesmos, como se tal tipo de processo, ou denúncia, não tivesse implicações para a sua vida cotidiana, presente ou futura.

Outro aspecto que consideramos importante ser trabalhado em nível dos Grupos Reflexivos refere-se às dificuldades, ou resistência, dos homens denunciados reconhecerem-se como agressores, assim como culpado. Daí, empregarmos, no capítulo anterior de nosso trabalho, a seguinte categorização em relação ao tema, cujos enunciados mais se aproximavam das narrativas dos homens

investigados: a denúncia considerada justa, a denúncia considerada justa, em termos e a denúncia considerada injusta.

Em relação a esse aspecto, vale destacar o trabalho de Prates (2013) quando observa, nos discursos dos homens participantes do Grupo Reflexivo por ela analisado, uma busca de desqualificação da própria justiça por considerarem que a mesma não diferenciava ou entendiam como relevante, ou seja, a diferenciação entre os casos graves, leves e não casos de violência.

Para essa autora, essa busca de depreciação da lei relacionava-se com a percepção generalizada dos homens de que uma agressão só se configura como violência e crime quando manifestada nos moldes de uma violência física e grave. Recorrendo ao pensamento de Heleieth Saffioti, Prates (2013) afirma que a banalização que se observa no discurso dos homens, autores de violência, decorre da “naturalização e mesmo tolerância das formas com que os homens exercem sua dominação, a partir de uma modelagem social historicamente construída, não somente sobre as mulheres, mas sobre toda sua prole” (Prates, 2013, p. 173).

Tal naturalização e tolerância também observadas em nossa pesquisa, contam, segundo Prates (2013), com o aval da própria sociedade. Nessa interpretação recorre, mais uma vez, ao pensamento de H. Saffioti, para considerar tais aspectos inseridos numa ordem patriarcal de gênero, que descreve nos seguintes termos:

“Vale lembrar que tal naturalização e tolerância contam com o aval da sociedade que se apresenta, nesse processo, inserida em uma ordem patriarcal de gênero, fundamentada na ideia de uma masculinidade hegemônica, a partir da qual reconhece o uso da força física masculina, tanto como uma estratégia de defesa da honra, quanto como uma ação de natureza pedagógica”. (p. 173)

Aproxima-se dessa perspectiva de Heleieth Saffioti, a abordagem que Pierre Bourdieu faz, em muitas de suas obras, pelo emprego do conceito de violência simbólica para explicar a dominação masculina que se expressa nas relações sociais, de diferentes naturezas, em diferentes momentos históricos, pela imposição considerada legítima, mas dissimulada, decorrente da construção social do sistema simbólico que se mantém e se perpetua nas sociedades pela incorporação das

disposições duráveis ditadas por esse sistema, via internalização pelos seus membros, de normas e valores traduzíveis no que o autor nomeia como *habitus*, destacando-se o *habitus* de classe, através do qual a reprodução social é garantida.

Refletindo sobre a herança sociológica desse autor, Vasconcellos afirma que através do uso da noção de violência simbólica Bourdieu “tenta desvendar o mecanismo que faz com que os indivíduos vejam como *natural* as representações ou as ideias sociais dominantes” sendo a violência simbólica “desenvolvida pelas instituições e pelos agentes que as animam e sobre a qual se apóia o exercício da autoridade” (Vasconcellos, 2002, p.80)

Para essa mesma autora, a partir do conceito central de dominação, Bourdieu contempla diferentes formas de relações de poder, dentre elas vale destacar, as de gênero. Para Vasconcellos, esse autor focaliza como a forma mais insidiosa de poder a exercida pela violência simbólica, pela eficácia na adesão dos dominados, pela forma sutil e oculta como opera, ou seja, a “dominação imposta pela aceitação das regras, das sanções, a incapacidade de conhecer as regras de direito ou morais, as práticas linguísticas e outras” (Vasconcellos, 2002, p. 81).

Interpretando a dominação como um caso exemplar de violência simbólica Bourdieu (2005) afirma:

[...] Sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (Bourdieu, 2005, p.7-8)

Buscando caracterizar tal tipo de violência a partir do próprio funcionamento da ordem social, Bourdieu discorre sobre como essa ordem apresenta-se como naturalizada, porque sustentada pela tradicional divisão social do trabalho que opera entre homens e mulheres, a partir da qual atividades são distribuídas entre os gêneros e papéis sociais são inscritos nos próprios corpos, conforme podemos observar no excerto a seguir:

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembléia ou de mercado, reservada aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior da desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo da vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos (BOURDIEU, 2005, p. 18).

Nessa perspectiva, a dominação masculina é explicada pelo poder que o homem exerce sobre a mulher pela via puramente simbólica, caracterizando-se por uma forma especial de violência, compartilhada de maneira inconsciente numa lógica paradoxal, conforme afirma o autor em excerto abaixo:

[...] O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua etc) se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos 'habitus', e que fundamentam, aquêm das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma. Assim a lógica paradoxal da dominação masculina e da submissão feminina, que se pode dizer ser, ao mesmo tempo e sem contradição, espontânea e extorquida, só pode ser compreendida se nos mantivermos atentos aos efeitos duradouros que a ordem social exerce sobre as mulheres, ou seja, às disposições espontaneamente harmonizadas com esta ordem que as impõem [...] (BOURDIEU, 2005, p.49-50)

Muito embora nos discursos dos sujeitos da pesquisa tal tipo de dominação, se existente em seus modos de vida não é reconhecida de forma típica, pelos nossos entrevistados, tendo em vista que se trata de homens cujas esposas ou companheiros buscaram romper com a ideia ou condição de vítimas, numa atitude de resistência frente á ordem das coisas, pela denúncia apresentada. Vale considerar que os mesmos se sentem vulneráveis frente à Lei Maria da Penha, pelo próprio reconhecimento da nova condição da mulher na sociedade, no entanto, no imaginário de alguns deles é possível observar, em seus relatos, resquícios de uma ordem patriarcal de gênero, em maior ou menor grau, que teima em persistir no sentindo de uma naturalização do modo de andar a vida de casais, notadamente no espaço doméstico.

Assim, a exemplo da questão relativa ao sentimento de pertinência, ou não, da aplicação da lei para seus próprios casos, consideramos que às dificuldades, ou mesmo resistência, dos homens denunciados reconhecerem-se como agressores, assim como culpado, apresenta-se como desafios a serem enfrentados tendo em vista ampliar, nos espaços de reflexão de tais grupos, as possibilidades do que a literatura especializada considera como questões fundamentais para a igualdade e equidade de gênero: a desconstrução dos estereótipos de gênero e também da masculinidade hegemônica.

Consideramos a pertinência de tal sugestão notadamente quando observamos os discursos dos homens de nossa pesquisa sobre os benefícios recebidos no Grupo Reflexivo do qual participaram, assim como a importância que atribuíram às suas participações no mesmo. Isto porque, um dos aspectos que se destaca é o de o mesmo ser valorizado, pelos homens, como espaço de interlocução, esta traduzida por expressões como o poder falar, desabafar, escutar, ouvir, ser solidário e, finalmente, aprender, aprendido esse referido notadamente a partir das histórias contadas pelos outros homens, como narrativas de seus casos, com os quais se identificavam em vários aspectos.

Assim, tais casos são reiterados como relevantes nos discursos dos homens, não somente para a aprendizagem em relação aos temas discutidos, mas, sobretudo, para um processo de auto-reflexão acerca das suas próprias histórias de vida e para o descortinar de novas perspectivas de conduta frente ao inusitado da vida cotidiana. Daí o grupo se apresentar, nos relatos de alguns homens, como sendo um grupo terapêutico, de autoajuda ou, mesmo, uma sala de aula. Isto tendo em vista que, em alguns relatos, os facilitadores foram chamados de professores. Diante de tais colocações é que consideramos poder interpretar o processo de identificação dos homens com o grupo como indicativo de se considerarem todos como homens denunciados como autores de violência contra a mulher, independentemente da condição social e ou profissional. No entanto, vale considerar que notadamente a questão de se responsabilizarem como agressores, ou de assumirem, em parte, a pertinência da aplicação da lei para os seus casos, seja algo que permanece em aberto, a exigir maiores reflexões, muito embora três dos sete entrevistados reconheceram que a denúncia recebida foi justa.

Dentre as perspectivas que se colocam nesse processo de reflexão e aprendizagem vivenciadas no grupo, o que se destaca em suas narrativas é a ideia de prevenção frente aos conflitos sociais em geral e, em particular, os conflitos conjugais.

Em relação aos conflitos em geral, merece destaque narrativas de Edson, nosso entrevistado, que afirma tudo ter melhorado após o Grupo Reflexivo, ou seja, na sua relação com os outros homens passou a ser mais calmo, ter a “cabeça no lugar”, nas relações pessoais e notadamente no trânsito, o mesmo ocorrendo com João. Esse tipo de prevenção decorre, por um lado, de uma percepção adquirida pelos participantes da imprevisibilidade da reação do outro frente as nossas próprias ações e, por outro, pelo desejo de evitarem conflitos, problemas para si próprios, ou seja, pelo desejo de se preservarem de problemas dessa ordem.

No caso de João, sua reflexão é mais elaborada ao atribuir sua abertura para o diálogo, como aprendizado do grupo, assim como a refletir sobre suas próprias convicções revendo posições e se colocando, de maneira reflexiva, frente a situações complexas e problemas vividos no cotidiano.

Uma nova percepção nas relações sociais foi mencionada por Romário, quando se refere a um tratamento mais compreensível e solidário em relação a seus próprios funcionários, aos quais buscava inclusive a orientá-los em questões relativas a seu aprendizado no grupo.

No tocante às novas maneiras de encarar os conflitos de gênero em relação às mulheres, a questão da ideia de prevenção assume significado peculiar, qual seja, o de evitar conflitos, conflitos esses identificados sobretudo pelo que nomeiam como agressão verbal mútua, bastante naturalizada entre os casais, mas que os homens passaram a reconhecer como claro indicador ou marcador que potencializa situações de violência, notadamente a física, capazes de coloca-los em situação de vulnerabilidade frente à Lei Maria da Penha.

O que consideramos relevante destacar é o fato de podermos observar como tal busca de prevenção se manifesta, nas narrativas dos homens, a partir de diferentes possibilidades de flexibilizarem suas relações de gênero e de se colocarem frente a desconstrução maior ou menor diante do estereótipo da

masculinidade hegemônica presente em nossa sociedade, possibilidades essas que independem de sua condição social, profissional ou de escolaridade.

Nesse processo de ampliação de reflexão acerca da violência e de sua prevenção, fato a notar é o da ampliação da própria ideia de violência presente nos discursos dos homens, ou seja, a chamada violência verbal, que pode ser entendida como de natureza psicológica na terminologia empregada pela Lei Maria da Penha, anteriormente naturalizada nos conflitos conjugais, passa a apresentar-se, em muitos dos discursos, de maneira ressignificada, igualmente como violência passível denúncia por agressão.

Nesse contexto, muitos dos discursos dos homens se expressam no sentido de busca de novas relações, notadamente com outras parceiras, para a maioria dos sujeitos investigados, ou com a mesma parceira, para dois de nossos entrevistados. Importante destacar o sentido do novo, que observamos nos discursos de alguns homens, novo esse expresso na busca de uma relação qualitativamente melhor, na busca da felicidade, na demonstração do afeto para com a parceira, no distanciamento frente a conflitos verbais iminentes pelo reconhecimento de seus próprios limites e, de maneira mais elaborada, mais próxima a uma concepção relacional de gênero, o reconhecimento da importância do próprio diálogo entre o casal.

Podemos considerar que tais expressões estiveram presentes nas narrativas da maioria dos entrevistados, com exceção de dois deles, Paulo e Lúcio.

A título de ilustração do que consideramos como possibilidades diferenciadas dos homens se colocarem frente aos desafios das relações de gênero, no tocante à violência, destacamos dois exemplos característicos de relatos que expressam, por assim dizer, casos que se colocam como tipos polares.

O primeiro deles refere-se ao caso de João, trinta e dois anos, zelador, ensino médio completo, renda de dois mil reais, divorciado, três filhos, vivendo atualmente em união estável com a parceira denunciante.

Em sua narrativa, João reconhece seus próprios limites considerando, portanto, ser necessário cautela diante dos tradicionais conflitos conjugais, ressaltando a importância do diálogo para lidar com os mesmos. Como exemplo característico de mudança nas relações de gênero coloca-se a sua busca de

negociação com a antiga parceira, em relação aos jogos de futebol das tradicionais quartas-feiras, que sempre foram motivos de conflito para o casal, mas que se chegou a um consenso na nova relação que empreenderam. Vale destacar, igualmente, o reconhecimento da justeza da denúncia recebida pelo mesmo, muito embora tenha sido absolvido.

Como contraponto, coloca-se o caso de Paulo, quarenta e três anos, ex-policia! militar, segurança, ensino médio completo, renda média de mil e setecentos reais, divorciado, sete filhos, vivendo atualmente com nova companheira.

Nos relatos de Paulo, o que se observa, diferentemente de João, é a dificuldade de empreender um diálogo caracterizando-se a sua busca de prevenção dos conflitos como o que poderíamos considerar uma estratégia de fuga diante da iminência de qualquer conflito verbal com a companheira. Isto, talvez, pela própria dificuldade em travar uma interlocução com sua parceira. Daí sua estratégia seja, nas suas próprias palavras, a de ignorar a parceira deixando-a “falando sozinha” para “evitar confusão”. Nesse sentido, podemos considerar que Paulo não incorporou, nas discussões de grupo, a mensagem do significado e implicações do que representa a violência de gênero, na vida de um casal, e as possibilidades de superação de tais conflitos. Isso por entendermos, a partir dessa sua fala, que o mesmo procura tão somente evitar a instauração do conflito, que se mantém latente na relação.

Ao lado desses dois casos característicos, de formas diferenciadas de compreensão e comportamento diante das relações de gênero, coloca-se, como peculiar, o caso de Lúcio, que a exemplo de Paulo, consideramos serem os dois que não tiveram o que poderia se apresentar como um indicativo ou marcador de desconstrução de estereótipo da masculinidade hegemônica, muito embora, no caso de Paulo, outras suas narrativas possam atenuar tal tipo de interpretação.

Ao relacionarmos os dois casos, de Lúcio e Paulo, o que buscamos destacar é o fato de os mesmos se inscrevem em vulnerabilidades outras, para além da própria atuação do grupo, ou seja, no caso de Paulo, o mesmo se considera desempregado por ainda ter como referência seu cargo de ex-policia! militar demitido e, no caso de Lúcio, pelo fato de o mesmo viver profissionalmente num cenário de vulnerabilidade, como dono de bar em uma área central da cidade, com elevados índices de violência, com diferentes histórias de vida que se cruzam e com

as quais ele necessariamente tem que conviver, valendo mencionar que o motivo de sua denúncia foi problemas de relacionamento com uma dançarina, moradora da região, cuja história encontra-se sem um desfecho, sentindo-se ele, portanto, suscetível diante de uma história não acabada.

A apresentação, no capítulo anterior, da percepção dos homens acerca da condição da mulher na sociedade permite-nos observar avanços quanto aos olhares de gênero que os homens entrevistados possuem, independentemente de sua condição profissional, fato que nos leva a entrever possibilidades de flexibilização das relações sociais em geral, assim como das relações conjugais, em especial. Nessa perspectiva, ao mencionarmos a questão da violência de gênero, podemos considerar a relevância que iniciativas como o Grupo Reflexivo podem ter ao contribuírem com a desconstrução de visões de mundo alicerçadas em valores tradicionais. Para tanto, fundamental se torna que tais tipos de atividades possam transcender da dimensão individual desse tipo de trabalho, para um alcance coletivo, ou seja, que tais atividades não se caracterizem como meras atividades pontuais, mas que se inscrevam como estratégias inovadoras de implementação da Lei Maria da Penha como parte da implantação e implementação de uma política pública.

O reconhecimento da nova condição da mulher na sociedade, em função de sua autonomia financeira e inserção bem sucedida na força de trabalho é destacado e valorizado por quase todos os entrevistados, com exceção de Lúcio, cujo discurso acerca do tema é bastante peculiar e mesmo discriminatório em relação à emancipação feminina, nos diferentes aspectos. Com pequenas nuances, a igualdade e equidade de gênero apresentam-se, para nossos sujeitos, como conquistas legítimas, ou seja, sem o sentimento presente em alguns estudos, a exemplo do apresentado por Prates (2013), no qual tais conquistas representam usurpação de direitos dos homens.

Nas falas de nossos entrevistados, podemos observar discursos coerentes e avançados, como o de João, que não somente apresenta a importância das conquistas para as mulheres, criticando a histórica e tradicional condição de subalternidade das mesmas em nossa sociedade, mas aponta, igualmente, para a importância da mudança de postura dos próprios homens frente à nova condição da mulher.

Dada a riqueza de sua narrativa consideramos que o mesmo traz, em seu discurso, a partir de uma linguagem de senso comum, aquilo que na literatura especializada busca-se teorizar como característico do gênero, qual seja, a questão relacional e sua significação em termos de relações de poder. Buscamos demonstrar o quanto o discurso de João permite ilustrar a clássica definição de Scott (1995, p.11), quando afirma que “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” e que o “gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”.

A propósito dessa definição, vale tecer algumas considerações que apontam para o seu alcance na interpretação das relações e gênero. Isto tendo em vista que no desenvolvimento de sua reflexão Scott (1995) assenta sua primeira proposição em quatro elementos relacionados entre si, onde procura demonstrar que a noção de gênero que busca construir implica representações múltiplas como símbolo da mulher, conceitos normativos expressados em várias doutrinas religiosas, educativas, jurídicas, políticas, assim como científicas, numa oposição binária que contrapõem masculino e feminino, apoiado em uma visão de fixidade que configuraria e reproduziria identidades de gênero.

Tais elementos apresentados por essa autora permitiriam, quando considerados, resgatar a ideia de como as identidades de gênero são socialmente construídas e o quanto gênero é um campo primeiro por meio do qual o poder, referido em sua segunda proposição, é articulado. Ao tomar como referência a noção foucaultiana de poder, entendido como constelações dispersas de relações desiguais discursivamente constituídas em “campos de força”, essa autora rompe com a ideia de dominação e subjugação das mulheres como representando um destino natural das mesmas, em suas relações com os homens.

Para exemplificar os meandros que as questões de gênero permitem revelar nos estudos dos homens, vale referir o discurso de Paulo, outro entrevistado, uma vez que sua fala permite ilustrar o quanto os discursos dos mesmos acerca da nova condição da mulher em nossa sociedade revela a persistência, quer no imaginário, quer na prática destes, a incorporação de novas ideias, que passam a combinar-se às permanências de traços que representam a tradição, em nossa sociedade, em nossa cultura, e apontam para as dificuldades de mudança de valores, normas e tradições sociais, notadamente nas relações de gênero, nas quais o poder ora se

manifesta nos meandros das relações afetivo-conjugais, ora se oculta, embora sempre presente.

Isso porque, nos relatos de Paulo, embora o mesmo apresente, em relação à condição da mulher um discurso elaborado, reconhecendo a legitimidade não somente da igualdade, mas da equidade conquistada pela mesma notadamente na esfera do trabalho, esse tipo de discurso não persiste em suas narrativas. Isto tendo em vista que, por vezes, embora não com a mesma ênfase, a ideia de que esse tipo de conquista significaria a usurpação de consagrados direitos dos homens aparece nas linhas ou entrelinhas de seus relatos. Ao lado disso, quando indagado acerca das novas maneiras de encarar os conflitos de gênero nosso entrevistado, diferentemente de João, aponta não para a busca de um diálogo na nova relação afetivo-conjugal, mas, tão somente, prevenir-se dos conflitos domésticos, ignorando a fala da parceria, via estratégia de fuga, sendo significativa a sua expressão diante de nossa indagação de como se relacionar com a mesma: “É fácil. Ela é uma mulher nervosa. Muito nervosa. Então é assim, eu deixo ela falando, falando, falando sozinha, entendeu? Eu já aprendi isso aí”. Nessa estratégia, podemos entrever o que poderíamos considerar a ação pedagógica de exercício de poder do mesmo, a ação da violência simbólica, segundo Bourdieu (2005).

Assim, entendemos que, no caso dos homens, a persistência de valores tradicionais representa sobretudo resistência às mudanças nas relações de gênero, em função notadamente da forte referência que o estereótipo de masculinidade hegemônica exerce, a despeito da decalagem que apresenta e representa tal estereótipo, em sociedades em franca transformação, como é o caso do Brasil.

Retomando discussão teórica acerca das masculinidades, trazida em nível da Introdução desse trabalho, podemos observar que as narrativas de nossos sujeitos da pesquisa permitem exemplificá-las, dada a natureza que revela.

Um dos aspectos teóricos que se destaca é o que diz respeito ao conceito de masculinidade hegemônica, concebida por Connell (1995), que permite balizar interpretações acerca dos discursos dos homens, tendo em vista alguns e seus pressupostos, ou seja, de que os estudos das masculinidades articulam-se, necessariamente, a uma concepção relacional de gênero, sendo a ideia de hegemonia masculina um conceito heurístico, porque representativo de uma forma culturalmente idealizada, acerca do que se entende por caráter masculino, caráter

esse definível em relação a outras categorias como a de feminilidades subordinadas e de masculinidades marginalizadas. O emprego desse conceito para estudos como o da violência contra a mulher, objeto desse trabalho, ganha relevância por representar o que a autora entende como um padrão de práticas que possibilitou senão a dominação, o exercício de poder desse tipo ideal de masculinidade, notadamente em relações concretas entre homens e mulheres, além de outras categorias de gênero a exemplo das consideradas masculinidades subordinadas ou marginalizadas.

Dadas as estreitas relações que observamos entre masculinidades e relações de gênero, nas falas de nossos entrevistados, consideramos relevante a afirmação de Connell e Messerschmidt (2013) quando ampliam a concepção de masculinidade hegemônica para a de masculinidades hegemônicas, considerando que, embora as mesmas não correspondam à vida real de nenhum homem, conformam modelos ou tipos que traduzem relações na forma de configurações de gênero, com alcance explicativo, por representarem articulações e expressões “das masculinidades como formas de viver as circunstâncias locais cotidianas”. Em nosso estudo, tais expressões puderam ser observadas nas relações afetivo-conjugais de gênero, específicas de cada um dos sujeitos investigados em seus modos de vida.

Nessa direção, vale resgatar a questão trazida por Costa (2002), a partir de leitura que faz de Sócrates Nolasco, quando considera as dificuldades e mesmo despreparo dos homens para vivenciar as transformações na intimidade - para usarmos expressão de obra de Giddens - na medida em que o processo de socialização dos mesmos encontra-se pautada, em nossa sociedade, no modelo patriarcal, cujos resquícios se mantêm ainda, em traços significativos. Daí relacionar tal fato ao uso da violência, como recurso possível para lidar com conflitos nos relacionamentos afetivo-conjugais, quando o diálogo não encontra espaço para fazer-se presente, como pudemos observar em muitos relatos de nossos entrevistados.

O potencial de dominação e de ascendência social decorre, segundo Almeida (1996), do próprio privilégio que tal socialização imprime à posição masculina na sociedade. Nesse sentido, a masculinidade hegemônica apresentar-se-ia como elemento central de uma ordem de gênero específica, na qual o feminino é inferiorizado e outras masculinidades são subordinadas.

Muito embora não possamos identificar, nas falas de nossos entrevistados, discursos específicos ou mesmo aproximações acerca de como refletem sobre sua condição de homem, sobre sua própria masculinidade, vale destacar observação empírica que pudemos constatar em nosso trabalho, qual seja: ao solicitarmos aos entrevistados falarem sobre a condição do homem na sociedade, suas narrativas não ganharam expressão na medida em que seus conteúdos reproduziam os mesmos que foram proferidos por eles ao discursarem sobre as concepções que tinham acerca da condição da mulher na sociedade, concepções essas que se encontram descritas em capítulo anterior e que apontam, conforme já observado, para avanços de seus discursos acerca das conquistas feministas, notadamente em relação ao mundo do trabalho.

O que pudemos observar nas falas de nossos entrevistados relaciona-se com a afirmação de Almeida (1996) sobre a assimetria existente na relação entre feminino e masculino, como forma de manifestação da ascendência social que se reproduz na base num processo de naturalização, onde os corpos representam e confirmam simbolicamente essa ontologia. Por trabalharmos com discursos acerca das relações homem-mulher e conjugalidade, esse tipo de colocação pôde evidenciar-se nas linhas ou entrelinhas de algumas narrativas que (des)qualificavam e naturalizavam estereótipos de gênero, apontando para tal assimetria.

Outra constatação a ser mencionada refere-se às considerações de Costa (2002), quando afirma que as masculinidades não devem constituir-se em um campo específico, descolado dos estudos de gênero por entender que o mesmo faz parte da visão de gênero como relacional, tendo em vista possibilitar, por um lado, o aprofundamento de mediações entre os discursos polares de homem/mulher, masculino/feminino e, por outro, flexibilizar categorias e gênero para que as mesmas não apontem para identidades fixas, mas fluidas, a exemplo das reflexões trazidas por Judith Butler.

Ao buscarmos melhor evidenciar a ideia de identificação dos homens com os grupos, a estratégia empregada no processo de entrevista foi a de indagar acerca do desejo de os mesmos deixarem, ao final da entrevista, como contribuição, alguma mensagem para homens que têm dificuldades nos relacionamentos afetivos e conjugais e costumam praticar a violência contra as mulheres e contra outros membros da família. A resposta foi afirmativa, em todos os casos, permitindo revelar,

mais uma vez, em que nível reflexões e desconstruções acerca de gênero, masculinidades e violência os homens participantes do grupo manifestavam, em suas narrativas, o que consideramos o alcance diferenciado do grupo para cada um deles. O importante a mencionar é o fato de que, em diferentes níveis, todos atribuíram significado positivo à suas participações no grupo.

No caso de Edson, merece destaque não somente a demonstração de sua capacidade reflexiva acerca das questões discutidas no grupo, já apontada anteriormente, mas o que, ao olhar de muitos, pode parecer paradoxal para um homem, qual seja, o de passar a valorizar a própria denúncia, relativa à violência praticada contra a mulher, como um benefício para o próprio homem. Tal valorização tem, como horizonte, nesse seu discurso, a oportunidade que essa denúncia propicia de participação no Grupo Reflexivo, o que reafirma o valor e sentido atribuído à sua própria participação.

Um outro tipo de mensagem que ganha expressão refere-se a de Romário, pela valorização que faz da interlocução entre homens e mulheres como estratégia necessária e primeira a ser empreendida, para romper a naturalização da violência na vida cotidiana, que se manifesta através de conflitos reiterativos que se perpetuam nas chamadas brigas cotidianas entre parceiros. Na importância de tal diálogo, observamos na fala de Romário, que seu discurso aponta para uma concepção relacional de gênero, dado que o sentido de sua mensagem é o de “conversar, ser companheiro”. Vale associar a esse tipo de discurso de gênero, aqueles proferidos por Sandro e João, este último vivendo com a própria esposa denunciante, cujo caso destacamos em abordagem anterior.

Outra mensagem presente em vários discursos refere-se ao significado atribuído ao Grupo Reflexivo como sendo, ele próprio, de natureza preventiva. Daí, em vários relatos, o destaque à importância de o mesmo abrir-se para outros homens que vivenciam a violência doméstica e que não foram denunciados, mas se encontram em situação de vulnerabilidade. Vale sinalizar que, nos diferentes discursos, a própria ideia de prevenção mencionada varia de acordo com o alcance e significado que o próprio grupo teve na vida de cada um.

Ganha expressão, igualmente, nos discursos dos homens, mensagem explicitada por Igor, da importância do reconhecimento da nova condição da mulher em nossa sociedade, assim como de seu empoderamento que leva, muitas vezes,

elas próprias a reproduzirem a prática da violência na busca de enfrentamento com os homens. Esse tipo de reflexão leva esse nosso entrevistado ao que consideramos um alargamento da noção de violência de gênero entre os participantes do grupo, centrada nas primeiras narrativas dos homens, sobretudo na violência física. Isso porque a ideia dos conflitos de gênero como de natureza relacional faz emergir, nas falas de muitos entrevistados, a ideia da violência. Tal violência que na linguagem nativa apresenta-se como violência verbal, do ponto de vista da Lei Maria da Penha é passível de ser caracterizada como violência psicológica e, do ponto de vista teórico, como violência simbólica, para empregarmos a terminologia de Pierre Bourdieu. Tal tipo de violência, presente notadamente nos conflitos conjugais que são considerados naturais, pelos homens, passou a ser reconhecida, em alguns discursos, como sendo um dos principais desencadeadores da violência propriamente física, senão o principal, que pode levar a denúncia com base na Lei Maria da Penha. Nessa ampla rede de relações é que se descortina, no discurso de Igor, a relevância do Grupo Reflexivo, com significado preventivo à violência de gênero, não somente para os homens, mas, também, para as mulheres tendo em vista a ideia presente da necessidade de desconstrução da própria violência de gênero como algo relacional.

Nos casos de Paulo e Lúcio, muito embora tenhamos observado anteriormente os limites do alcance do grupo tendo em vista a vulnerabilidade em que vivem, a qual ultrapassa a própria proposta do grupo, vale mencionar a identificação dos mesmos com o grupo como espaço de vivência e de aprendizado e no caso de Lúcio, a forte identificação com o mesmo quando se coloca como parceiro dos facilitadores propondo-se a conversar com outros homens acerca de sua vivência e experiência adquirida no grupo.

Podemos reafirmar que a referência aos benefícios do Grupo Reflexivo, como espaço de interlocução, foi uma tônica em várias narrativas, conforme pudemos apresentar ao longo desse trabalho. Consideramos isso independentemente das possibilidades de maior ou menor desconstrução dos estereótipos de gênero, mas notadamente pela busca de flexibilização nas relações conjugais ou mesmo do estereótipo da masculinidade hegemônica.

Esse tipo de constatação permite-nos a abertura de algumas questões, que reputamos relevantes para que a aplicação da Lei Maria da Penha tenha um maior

alcance. Ou seja, considerarmos a perspectiva de prevenção da violência, como integrante e norteadora de atividades relevantes que contribuam para mudanças substantivas em relação aos estereótipos de gênero, assim como da masculinidade hegemônica e da própria concepção naturalizada de violência em nosso meio, quer em nível da sociedade, quer em nível da família. Tal concepção encontra respaldo não somente nos discursos de nossos entrevistados que frequentaram o Grupo Reflexivo, mas, igualmente, nos relatos de outros trabalhos que abordam a mesma temática. Nesse sentido, o desafio que se coloca à implementação da Lei Maria da Penha é o de como ampliar a atuação desse tipo de grupo reflexivo e como inscrevê-lo no contexto de políticas públicas intersetoriais, para que o seu alcance seja coletivo, isto é, para além dos benefícios individuais. Por esse caráter preventivo que os grupos reflexivos revelam, através das falas dos sujeitos investigados, é que consideramos os mesmos devam ocupar lugar de destaque no conjunto das atividades previstas pela Lei Maria da Penha.

Buscando refletir sobre a questão da possibilidade de prevenir a violência, Minayo e Souza apontam, em artigo de 1999, não somente para a relevância do tema no período, assim como para a dificuldade de sua abordagem, que envolve múltiplos olhares, perspectivas que se contrapõem, apontando para a polissemia do termo, mas, sobretudo, para a complexidade do fenômeno e desafios que encerra. Entendendo o problema como de natureza histórica e social, essas autoras buscam discutir a ideia de prevenção da violência a partir de uma perspectiva da saúde pública, baseada no “conceito de prevenção de Lalonde, reafirmado em diversos fóruns de Saúde Pública, que permite integrar o tema da violência no âmbito de políticas públicas e propostas de mudanças sociais e ambientais” (Minayo e Souza, 1999, p. 12). Em suas palavras:

[...] qualquer projeto de prevenção da violência deve levar em conta a complexidade desse fenômeno que possui raízes macro-estruturais, formas de expressão conjunturais e atualização na cotidianeidade das relações interpessoais. Por causa de seu caráter complexo, a partir de qualquer ângulo que seja abordado esse processo social, as análises tem que ser abrangentes e específicas simultaneamente, assim como devem envolver diferentes contextos e atingir os sujeitos que sofrem ou provocam intolerância, conflitos e agressões (Minayo e Souza, 1999, p. 21)

Discorrendo sobre essa temática, Prates (2013) destaca a importância de se reconhecer a violência como um problema complexo e a necessidade de criação e de implementação de políticas públicas que contemplem “os avanços dos direitos humanos – tanto de mulheres quanto de homens –, norteadas pelas relações de gênero e considerando as várias intersecções interinstitucionais envolvidas no atendimento às respostas para o problema” (p. 269).

Nessa linha de reflexão, essa mesma autora aponta para a importância do Grupo Reflexivo que analisa em sua Tese de Doutorado, como uma das estratégias promissora para o enfrentamento da violência contra a mulher, com base na Lei Maria da Penha, fato observado igualmente por nós. Salienta, no entanto, que para que esse tipo de medida tenha um caráter efetivo em termos de justiça, o próprio Judiciário deva se repensar enquanto “responsável por esse novo papel que lhe cabe”, qual seja, o de atuar como “instância que intermedia conflitos de natureza estrutural, em uma dimensão do particular e do individual, que traz para a esfera pública a esfera do privado” (Prates, 2013, p. 268).

Compartilhamos da posição dessa autora considerando, sobretudo, os desafios que a aplicação da Lei Maria da Penha encerra, tendo em vista a sua especificidade, assim como a própria inovação que o texto da Lei apresenta quando estabelece, no artigo 29 e seguintes, que sua aplicação deva atender à complexidade do fenômeno da violência que requer, na consideração e julgamento dos casos, a existência de uma equipe de atendimento multidisciplinar que pressupõem, portanto, atendimento em diferentes níveis, ou seja, orientação, encaminhamento, prevenção, além de outras medidas voltadas quer à denunciante, assim como ao agressor e familiares, com atenção especial a crianças e adolescentes.

Considerando que o atual contexto jurídico-forense onde se inscreve a Lei Maria da Penha é o da chamada Justiça Repressiva ou Retributiva, cujo Direito age caracteristicamente pela coação, a questão que se coloca é o de como a mesma pode dar conta das inovações que a Lei Maria da Penha prevê como, por exemplo, “obrigar” alguém a frequentar qualquer palestra, curso, orientação ou mesmo grupos reflexivos, sem que, por exemplo, o homem denunciado tenha sido condenado?

Novas indagações surgem quando, pelo artigo 35, a Lei Maria da Penha prevê, no inciso V, a criação e promoção pela União, Distrito Federal, Estados e

Municípios de “centros de educação e reabilitação” e, pelo artigo 45, prevê, em parágrafo único, que “nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação”. Isto porque, tais tipos de propostas, que incluiriam os grupos reflexivos, parecem se aproximar muito mais da perspectiva de uma Justiça Restaurativa do que de uma Justiça meramente Repressiva ou Retributiva.

Compreendemos, assim, que se a questão da punição do homem autor de violência contra a mulher deva ocupar papel de destaque na aplicação da Lei Maria da Penha, entendemos, igualmente, que pela natureza do fenômeno fundamental se torna contemplar estratégias de ação que possibilitem notadamente a prevenção de novos delitos, a exemplo dos grupos reflexivos, cujos vários estudos, a exemplo do nosso, demonstram atender a esse tipo de necessidade.

Desse modo, parece-nos que implementar a Lei Maria da Penha contemplando a multidimensionalidade do fenômeno, assim como promovendo as articulações numa rede de atividades interinstitucionais requer, por exemplo, uma combinação de aspectos pertencentes às perspectivas da Justiça Restaurativa e da Retributiva, capazes de contemplar o espírito da Lei, qual seja, o de defesa dos direitos das mulheres diante da histórica e tradicional desigualdade de gênero.

Nesse sentido, coloca-se a necessidade da adoção de uma nova perspectiva de atuação, no processo de aplicação da Lei Maria da Penha, que contemple não somente a lógica da punição, mas que se abra para outras atividades interinstitucionais, inscritas em uma rede de atendimento capazes de representar atuações diferenciadas, complementares e inovadoras em relação ao enfrentamento da violência contra a mulher, em diferentes níveis.

Entendemos que buscas alternativas se esboçam nesse sentido, pela criatividade e sensibilidade de juristas que, a exemplo da juíza do 1º Juizado de Violência Doméstica e Intrafamiliar da Barra Funda tem, em uma mega-audiência com grande número de homens denunciados, apresentado a proposta do Grupo Reflexivo e oferecido, como recomendação, a participação no mesmo como um possível atenuante da pena caso os homens, na condição de réus, sejam condenados. Trata-se, portanto, de livre decisão a participação de cada um, ou seja, trata-se um ato voluntário. Consideramos que nessa decisão da referida juíza encontra-se implícita, no processo de implementação da Lei, a ideia de que tão

somente a punição do autor da violência não responde às necessidades jurídico-sociais de oferecer respostas pertinentes à complexidade para o tratamento da problemática relativa à violência contra a mulher, em nosso país.

Consideramos importante destacar a relevância do trabalho desenvolvido nos grupos reflexivos, cujo alcance entendemos possa ser ampliado, ao contemplarem, no processo de discussão, o aprofundamento de temas que contribuam para maior internalização, pelos homens participantes, das reflexões acerca dos estereótipos de gênero, da masculinidade hegemônica, assim como a naturalização dos conflitos conjugais que se apresentaram como marcadores ou indicadores de uma potencial cena de violência física, passível de levarem homens a serem denunciados. Dentre tais marcadores, identificamos, ao lado da referida naturalização da violência, a resistência dos homens a se reconhecerem como autores de violência, dada a conotação da palavra agressor em nosso meio, e o desconhecimento dos pressupostos que orientam a lógica dos julgamentos dos Tribunais de Justiça no país, na Lei Maria da Penha.

Em relação à presente pesquisa, vale considerar que tendo em vista a natureza dos discursos dos homens entrevistados, entendemos que essa dissertação pode se apresentar como indicativa da relevância do trabalho desenvolvido no Grupo Reflexivo, frequentado pelos homens entrevistados, pelas possibilidades de desconstrução da violência de gênero como algo naturalizado e inerente à natureza masculina como se apresenta, de maneira exemplar, na fala de João quando relaciona a violência não somente ao machismo vigente em nossa sociedade, mas a uma autoafirmação do homem que agride, autoafirmação essa norteadas por um modelo de masculinidade hegemônica, prevalente em nosso meio.

Finalmente, consideramos possível concluir que, de diferentes formas, o grupo beneficiou a todos, variando o alcance nas possibilidades de receptividade e de transformação de cada um dos homens, nossos sujeitos da pesquisa, independentemente da categoria sócio-ocupacional e nível educacional, mas relacionado aos seus contextos e suas histórias de vida. Consideramos, igualmente, que tal alcance relaciona-se estreitamente com o tipo de proposta e estratégia pedagógica adotada pelo Grupo Reflexivo frequentado pelos nossos entrevistados, cujos objetivos, pressupostos e diretrizes foram destacados, em nível da introdução desse nosso trabalho.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. V. Gênero, Masculinidade e Poder: Revendo um Caso do Sul de Portugal. In: **Anuário Antropológico**: 1995. 1996. p. 161-189.

ANDRADE, L. F. Grupos de homens e homens em grupos: novas dimensões e condições para as masculinidades. In: BLAY, E. A. (coord.) **Feminismos e masculinidades**: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. Ed. Cultura Acadêmica. São Paulo, 2014. p. 173-209.

AQUINO, S. Violência de gênero e masculinidades: conquistas e desafios da Lei Maria da Penha. In: TORNQUIST, C. S.; COELHO, C. C.; LAGO, M. C. S.; LISBOA, T. K. **Leituras de resistência**: corpo, violência e poder. Vol. II. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2009.

AZEVEDO, C. S. A Abordagem de Narrativas de Vida como um Caminho de Pesquisa em Saúde. In: AZEVEDO, C. S.; SÁ, M. C. **Subjetividade, Gestão e Cuidado em Saúde**: abordagens da psicossociologia. Ed. Fiocruz, 2013, p.132-151.

BEIRAS, A., CANTERA, L. M. Feminismo pós-estruturalista e masculinidades: contribuições para a intervenção com homens autores de violência contra mulheres. In: BLAY, E. A. (coord.) **Feminismos e masculinidades**: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. Ed. Cultura Acadêmica. São Paulo, 2014, p. 29-43.

BEIRAS, A. **La (de)construcción de subjetividades en un grupo terapéutico para hombres autores de violencia en sus relaciones afectivas**. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Departamento de Psicologia Social, Universitat Autònoma de Barcelona. Barcelona, 2012.

BOURDIEU, P. **A Dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, 4ªed.

BRASIL, **Constituição Federal Brasileira de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASÉS, D. **Metodología de género en los estudios de hombres**. La ventana. n.8 p.100-120,1998. Disponível em: <http://publicaciones.cucsh.udg.mx/pperiod/laventan/Ventana8/ventana8-3.pdf> Acessado em 20 janeiro, 2015.

CONNELL, R. **Masculinities**. California: University of California Press, 1995.

CONNELL, R. W., MESSERCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, v.21, n.1, 2013, p. 241-282.

CORNWALL, A.; LINDISFARNE, N. Dislocating masculinity. Gender power and anthropology. In: CORNWALL, A.; LINDISFARNE, N. (Ed.). **Dislocating masculinity**: Comparative Ethnographies. London: Routledge, 1996.

CORTIZO, M, C. GOYENECHE, P. L. Judicialização do privado e violência contra a mulher. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, jul./jun. 2010, p. 102-109.

COSTA, R. G. Mediando oposições: sobre as críticas aos estudos de masculinidades. In ALMEIDA, H. B. (coord.) **Gênero em Matizes**. Coleção Estudos CDAPH. Série História & Ciências Sociais. Bragança Paulista, 2002, p. 412.

COUTO, M. T., SCHRAIBER, L. B., D'OLIVEIRA, A. F., KISS, L. B. Concepções de gênero entre homens e mulheres de baixa renda e escolaridade acerca da violência contra a mulher, São Paulo, Brasil. **Ciências e Saúde Coletiva**, v.11, Supl. 0, 2006, p.1323-1332.

COUTO, M. T., SCHRAIBER, L. B. Homens, Saúde e Violência: novas questões de gênero no campo da Saúde Coletiva. In MINAYO & COIMBRA JR. (orgs.) **Críticas e Atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina**. São Paulo: Editora Fiocruz, 2005.

DEBERT, G. G., OLIVEIRA, M. B. Os modelos conciliatórios de solução de conflitos e a "violência doméstica". **Caderno Pagu**, Campinas, n. 29, 2007.

GARCIA, S. **Homens na Intimidade**. Masculinidades Contemporâneas. Ribeirão Preto : Holos, Editora, 2006.

GOFMANN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GREGORI, M. F. **Cenas e queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis, Editora Vozes, 1987.

KAUFMAN, M. Los hombres, el feminismo y las experiencias contradictorias del poder entre los hombres. In: ARANGO, L. G.; LEÓN, M.; VIVEROS, M. (Comp.). **Género e identidad**: Ensayos sobre lo femenino y lo masculino. Bogotá: TM, 1995.

KIMMELL, M. S., KAUFMAN, M. Weekend warriors: the new men's movement. Profeminist men respond to the mythopoetic men's movement (and the mythopoetic leaders answer). In: (Org.). **Politics of manhood**. Philadelphia: Temple University Press, 1995.

LANG, A. B. S. G. *et al.* **História oral e pesquisa Sociológica**: a experiência do Ceru. São Paulo, 1998, Ed. Humanitas.

LAQUEUR, T. W. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

_____. _____. Lei n.11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: jul 2013.

LIMA, R. H. G.. Violência doméstica: os desafios para o Setor Saúde. In: FRANCO, F.; PAULA M.; GRYNER, S. (Orgs.) **A violência começa quando a palavra perde o valor**. Rio de Janeiro: Núcleo de Atenção à Violência (NAV) 2004, p. 29-38.

LIMA, D. C., BUCHELE, F., CLIMACO, D. A. Homens, gênero e violência contra a mulher. **Saúde e Sociedade**. [online]. vol.17, n.2, 2008, p. 69-81. ISSN 0104-1290.

MARQUES, C. G. **Homens “autores de violência conjugal”**: modernidade e tradição na experiência de um grupo de reflexão. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, 2007.

MEDRADO, B.; LYRA, J. Nos homens, a violência de gênero. In BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Programa de prevenção, assistência e combate à violência contra a mulher – Plano Nacional. Brasília, DF, 2003.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11ª Ed. São Paulo: Editora Hucitec. 2008.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, V. 4, n. 1, 1999.

MORAES, A. F. **As políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil e a “responsabilização” dos “homens autores de violência”**. Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana, n.11, agosto de 2012, p. 27-58.

OLIVEIRA, K. L. C., GOMES, R. **Homens e violência conjugal**: uma análise de estudos brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2011, p. 2401-2413.

ONU – Organização Mundial da Saúde. In-depht study on all forms of violence against women. New York, 2006. Disponível em: <http://whqlibdoc.who.int/publications/2003/9241590491.pdf?ua=1>. Acesso em: 6 de junho de 2013.

PINHEIRO, T. F., COUTO, M. T. **Homens, masculinidades e saúde**: uma reflexão de gênero na perspectiva histórica. São Paulo, Brasil. Este artigo foi produzido como atividade do curso “História da Medicina e da Saúde Pública no Brasil: Interfaces com a Profissão Médica”, ministrado no Programa de Pós-Graduação em Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP (agosto a novembro de 2008).

PLATÃO. **O Banquete**: ou do amor. Difel. 4ª ed. São Paulo, 1989.

PRATES, P. L. **A pena que vale a pena**: alcances e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher, 2013. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

PRATES, P. L., ALVARENGA Grupos reflexivos para homens atores de violência contra a mulher: sobre a experiência na cidade de São Paulo. In: BLAY, E. A. (coord.) **Feminismos e masculinidades**: novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. Ed. Cultura acadêmica. São Paulo, 2014, p. 225-245.

QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In: SIMSO, O. M. **Experimentos com histórias de vida**. São Paulo, Editora Vértice, 1988.

RIFIOTIS, T. Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a "violência conjugal" e a "violência intrafamiliar". **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 2, jul./dez. 2008, p. 225-236.

RIFIOTIS, T. As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a judicialização dos conflitos conjugais. **Sociedade e Estado**, Brasília, vol. 19, n.1, Jan./Jun. 2004.

ROSA, A. G. *et al.* A violência conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem autor da violência. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 3, set.2008.

SAFFIOTI, H.I.B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente)

SCOTT, J. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Trad. De DABAT, L. & ÁVILA, M.B. SOS-CORPO, v.20, n.2, 1995, p.71-99.

SCHRAIBER, L. B., D'OLIVEIRA, A. F. P. L., FALCÃO, M. T. C. **Violência dói e não é direito**: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SCHRAIBER, L. B., D'OLIVEIRA, A. F. P. L., COUTO, M. T. **Violência e saúde**: contribuições teóricas, metodológicas e éticas de estudos da violência contra a mulher. Caderno de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 2009, p. 205-216.

STOLCKE, V. **La mujer es puro cuento**: la cultura del género. Estudos Feministas, v.12, n.2, 2004, p.264.

VASCONCELOS, M. D. **Pierre Bourdieu**: A herança sociológica. *Educação & Sociedade*, ano XXIII, nº 78, 2002, p.77-87

7. ANEXOS

1- DIRETRIZES

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA MULHERES
SUBSECRETARIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES**

**Proposta para Implementação dos
Serviços de Responsabilização e Educação dos Agressores**

APRESENTAÇÃO:

A presente proposta tem como objetivo apresentar conceitos, atribuições e objetivos dos *serviços de responsabilização e educação dos agressores* à luz da Lei 11.340/2006 (Lei “Maria da Penha”), conforme previsto nos artigos 35 e 45.

Este documento constitui o resultado de discussões realizadas por diferentes Ministérios e representantes da sociedade civil no workshop “Discutindo os Centros de Educação e Reabilitação do Agressor”, realizado no Rio de Janeiro em julho de 2008. O termo ‘serviço’ foi utilizado para se referir ao previsto do art. 45 da Lei Maria da Penha que prevê a obrigatoriedade do comparecimento do agressor a programas de reeducação, em contraposição ao proposto no art. 35 que faz menção à criação de *Centros de Educação e Reabilitação do Agressor*.

A concepção de um ‘centro’ traz no seu bojo a idéia de um espaço de ‘atendimento’ ao agressor, semelhante aos Centros de Referência da Mulher e aos Centros de Referência de Assistência Social. Todavia, o objetivo precípua do *serviço de responsabilização e educação do agressor* é o acompanhamento das penas e decisões proferidas pelo juízo competente no que tange ao agressor. Portanto, o serviço tem um caráter obrigatório e pedagógico e não um caráter assistencial ou de ‘tratamento’ (seja psicológico, social ou jurídico) do agressor.

1. CONCEITUAÇÃO:

O *Serviço de Responsabilização e Educação do Agressor* é o equipamento responsável pelo acompanhamento das penas e das decisões proferidas pelo juízo competente no que tange aos agressores, conforme previsto na Lei 11.340/2006 e na Lei de Execução Penal. Esses deverão, portanto, ser necessariamente vinculados ao sistema de justiça, entendido em sentido amplo (Poder Judiciário, Secretarias de Justiça Estadual e/ou Municipal).

Por meio da realização de atividades educativas e pedagógicas que tenha por base uma perspectiva feminista de gênero, o *Serviço de Responsabilização e Educação* deverá contribuir para a conscientização dos agressores sobre a violência de gênero como uma violação dos direitos humanos das mulheres e para a responsabilização desses pela violência cometida. Juntamente com demais atividades preventivas - tais como realização de campanhas nacionais e locais, formação de professores e inclusão das questões de gênero e raça nos currículos escolares - o serviço poderá contribuir para a desconstrução de estereótipos de gênero; a transformação da masculinidade hegemônica; e a construção de novas masculinidades.

O *Serviço de Responsabilização e Educação do Agressor* constitui parte da Rede de Atendimento e de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e deverá atuar de forma articulada com os demais serviços da rede (Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Casa-Abrigo, Centro de Referência da Mulher, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Defensorias/Núcleos Especializados da Mulher, Centros de Referência Especializados de Assistência Social, serviços de saúde), no sentido de contribuir para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres.

2. OBJETIVOS DO TRABALHO A SER DESENVOLVIDO

2.1 Objetivo Geral:

Promover atividades pedagógicas e educativas, assim como o acompanhamento das penas e das decisões proferidas pelo juízo competente no que tange aos agressores, conforme previsto na Lei 11.340/2006 e na Lei de Execução Penal.

2.2 Objetivos Específicos:

- Promover atividades educativas, pedagógicas e grupos reflexivos, a partir de uma perspectiva de gênero feminista e de uma abordagem responsabilizante;
- Articular permanentemente com os serviços da Rede de Atendimento, em especial com o sistema de justiça (Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Ministério Público, Central de Medidas Alternativas, Secretarias Estaduais/Municipais de Justiça);
- Fornecer informações permanentes sobre o acompanhamento dos agressores ao juízo competente, por meio de relatórios e documentos técnicos pertinentes;
- Encaminhar para programas de recuperação específicos e para atendimento de saúde mental (quando necessário).

3. PRESSUPOSTOS

A construção social de gênero fundamenta-se, tradicionalmente, na desvalorização do feminino, na submissão e opressão das mulheres e nas desigualdades de poder entre os sexos. A cultura de desvalorização e opressão das mulheres legitima e perpetua a violência de gênero.

A violência contra as mulheres constitui uma violação dos direitos humanos e se funda nas desigualdades de gênero e numa cultura machista/sexista. Fatores tais como alcoolismo, uso de drogas e desemprego podem estar relacionados a episódios de violência doméstica, mas não constituem a causa do problema. Portanto, as explicações e as respostas à questão da violência doméstica não devem ter por base o pressuposto de uma 'doença' ou um 'transtorno de personalidade' do agressor. As políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero devem orientar-se para a desconstrução de valores sexistas e machistas e para questões culturais e sociais, que não individualizem o problema.

A violência de gênero é um fenômeno social complexo e multifacetado que requer a ação articulada de diferentes áreas: saúde, educação, justiça, segurança, assistência social, cultura, etc. O acompanhamento dos agressores constitui parte das ações de enfrentamento à violência contra as mulheres, na medida em que - juntamente com ações educativas e preventivas ampliadas (tais como campanhas, formação de educadores, mudança dos currículos escolares) - contribui para a responsabilização dos homens pela violência cometida e para a desconstrução de estereótipos de gênero e de padrões hegemônicos de masculinidade.

A partir dessa perspectiva, os *Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor* devem buscar o questionamento das relações de gênero que têm legitimado as desigualdades sociais e a violência contra as mulheres, por meio de atividades educativas, reflexivas e pedagógicas vinculadas à responsabilização dos agressores.

4. ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO E ATRIBUIÇÕES

O Serviço de Responsabilização e Educação do Agressor deverá realizar as seguintes atividades:

1. Condução e facilitação de atividades educativas e pedagógicas em grupo que favoreçam uma conscientização por parte dos agressores quanto à violência cometida, a partir de uma perspectiva de gênero feminista e uma abordagem reponsabilizante;
2. Fornecimento de informações permanentes sobre o acompanhamento dos agressores ao juízo competente, por meio de relatórios e documentos técnicos pertinentes;
3. Encaminhamento para programas de recuperação, para atendimento psicológico e para serviços de saúde mental, quando necessário;
4. Articulação com os demais serviços da Rede de Atendimento;
5. Organização e atualização permanente de banco de dados das atividades realizadas, com vistas à prestação de contas, periódicas, a quem couber;
6. Acompanhamento, monitoramento e avaliação dos serviços prestados;

7. Formação continuada da equipe técnica multidisciplinar, garantindo a qualidade do atendimento prestado;
8. Atualização permanente das informações sobre direitos humanos, relações de gênero, masculinidades e violência contra as mulheres, a partir de uma abordagem feminista.

No que tange à estrutura e organização do serviço, deverão ser observadas as seguintes recomendações gerais:

10. O *Serviço de Responsabilização e Educação do Agressor* deverá possuir sede própria ou estar vinculado diretamente ao sistema de justiça. Sob nenhuma hipótese, o equipamento poderá funcionar nos serviços especializados de atendimento à mulher, tais como: Casas-Abrigo, Centros de Referência, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Defensorias Públicas da Mulher e Núcleos de Gênero dos Ministérios Públicos.
11. O serviço não constitui um espaço de ‘tratamento’ dos agressores e deverá se restringir ao acompanhamento dos homens processados criminalmente com base na Lei Maria da Penha. Não cabe ao equipamento a realização de atividades referentes ao atendimento psicológico e jurídico dos agressores, à mediação, à terapia de casal e/ou terapia familiar.
12. Vale ressaltar a necessidade de intercâmbio de informações permanente entre o serviço de responsabilização e educação do agressor e os serviços da Rede de Atendimento para discussão dos casos.
13. As diretrizes gerais para funcionamento do *serviço de responsabilização e educação do agressor* são de responsabilidade da SPM e dos demais Ministérios integrantes da Câmara Técnica do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. O financiamento dos serviços será realizado pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça.

No que diz respeito à avaliação e monitoramento, vale notar que:

14. A avaliação e o monitoramento em âmbito nacional e local do processo deve ser parte integrante da intervenção. Ainda que as intervenções sejam produzidas por diferentes metodologias é preciso definir indicadores de processo e de resultado que permita ao Estado e a sociedade civil acompanhar os resultados e efeitos do serviço, da rede e da política no que se refere ao enfrentamento da violência contra a mulher.
15. A avaliação deve estar baseada em informações qualitativas e quantitativas, coletadas a partir da mulher, do homem e dos demais atores envolvidos.

5. RECURSOS HUMANOS:

1. A equipe multidisciplinar deverá ter atuação interdisciplinar e ser composta por, no mínimo: 1 coordenador; 1 profissional de Ciências Sociais, Pedagogia, Psicologia e/ou Serviço Social com experiência na condução de grupos e capacitados nas questões de gênero, feminismo e masculinidades; 2 estagiários (Direito, Pedagogia, Psicologia, Ciências Sociais e/ou Serviço Social); equipe de apoio técnico (1 auxiliar administrativo, 1 recepcionista); 1 motorista e profissionais de segurança.

2. A equipe deverá participar, ao ingressar no serviço, por um curso de capacitação, com carga horária mínima de 60 horas, nas questões de violência contra as mulheres, gênero e masculinidades (segundo o conteúdo mínimo das capacitações previsto no Termo de Referência do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres).
3. A agenda de funcionamento do Centro deve prever reuniões da equipe para estudos de casos, formação e atualização dos profissionais e outros procedimentos que se façam necessários;
4. A prática interdisciplinar é indispensável, devendo orientar-se, prioritariamente, para atividades pedagógicas e educativas com o agressor, a partir de uma abordagem responsabilizante e de uma perspectiva feminista de gênero.
5. Deverá ser realizada avaliação periódica das atividades desenvolvidas pelo serviço, por meio de reuniões de equipe, supervisão técnica e mecanismos de controle social.

2- FORMULÁRIO SÓCIO-DEMOGRÁFICO PARA ENTREVISTA COM HOMENS PARTICIPANTES DO GRUPO REFLEXIVO E RESUMO DO B.O.

Nome (fictício):_____

Idade_____ Escolaridade:_____

Profissão/ocupação:_____

Renda:_____

Estado civil/conjugal:_____ Tipo de vínculo:_____

Número de parceiras:_____ Número de filhos:_____

Data da denúncia que levou ao Grupo:_____

Motivo da denúncia:_____

Tipo de relação atual com a denunciante:_____

Parceira atual:_____

Reincidência no delito:_____

Resumo do Boletim de ocorrência:

3- ROTEIRO TEMÁTICO PARA ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE COM HOMENS PARTICIPANTES DO GRUPO REFLEXIVO

Questões introdutórias para a interlocução/entrevista

1. Como esta sua vida atualmente? Como vai seu trabalho/negócios, os seus relacionamentos afetivo, familiar (em geral), com amigos, amigas?

(Explorar como ele vê e “sente” sua vida atual, o que destaca de início, buscando, reter se vive com a denunciante ou com outra companheira, se vive só, se namora, se tem filhos, relacionamento com eles, ex-companheira, amigos homens/mulheres, entre outros aspectos relacionados.)

2. Como foi/tem sido sua vida nesses últimos anos, depois que você participou **do grupo reflexivo** durante alguns meses? Foi um período bom ou você enfrentou problemas de relacionamento com a parceira denunciante, ou outras mulheres?. Fale para mim sobre tudo isso.

(Buscar reter como ele narra o processo vivido nesse período, o que destaca como positivo ou negativo, que tem ou não a ver com a denúncia “sofrida”, ou novos problemas da mesma natureza. Explorar bem a narrativa)

3. Como foi o desdobramento do seu caso/da denúncia na justiça, nesse período após o grupo (depois de sua participação no grupo reflexivo para homens autores de violência)?

(Explorar se houve desdobramento do caso depois da denúncia, depois da participação no grupo reflexivo, e o que isso acarretou (pontos positivos e negativos) para a sua vida em geral.)

4. Como você se sentiu e reagiu na época em que recebeu a denúncia como autor de violência contra a mulher com base na **Lei Maria da Penha** e que levou você a **participar do Grupo Reflexivo**?

5. Por que você acha que foi denunciado pela sua parceira **naquela ocasião/naquele dia**? Conte um pouco, para mim, sobre o **tipo de conflito que vocês estavam vivendo na ocasião da denúncia e como foi no dia da denúncia.**
(Explorar dia e contexto da denúncia)

6. O que você acha que trouxe, para a sua vida atual, de sua experiência no **Grupo Reflexivo**?

(Explorar como as emergências vem à sua mente, as vantagens, as desvantagens de ter participado no grupo, as razões e os significados que atribui a essa experiência, em termos positivos e negativos)

Questões sobre a participação e vivência no Grupo Reflexivo

7. Vamos tentar **lembrar como foi a sua participação no grupo e as lembranças boas e/ou ruins** que isso lhe trás.

7.1 Como você **se sentiu no começo** de sua participação no grupo?

7.2 Como você **foi se sentindo no decorrer** dos encontros?

7.3 Que **assuntos** você considerou **mais importantes** na discussão em grupo? Por que? *(Buscar reter/ explorar as razões/ motivos atribuídos).*

7.4 **Quais assuntos** que você considerou **mais polêmicos**, mais discutidos? Por que? *(Buscar reter/ explorar as razões/ motivos atribuídos).*

7.5 Você **considera que aprendeu alguma coisa de importante** para melhorar seus **relacionamentos com as pessoas em geral**? O que foi e por que? (Em caso positivo) / e por que? (Em caso negativo)

7.6 Você destaca **alguma coisa que foi importante nas discussões** do grupo para **ajudar você a refletir/ lidar com a questão da violência** (em relação às mulheres), em especial?

(Explorar como o mesmo passou a encarar os conflitos de gênero passando a considerar a defesa de direitos e não a prática da violência contra as mulheres)

7.7 **Alguma coisa mudou nos seus relacionamentos** com as mulheres, com outros homens, com os membros da família, depois de sua participação no grupo reflexivo, nesses últimos anos?

*(Explorar o tema em profundidade, pedindo exemplos, se foi mudança nas relações com mulheres ou homens e se essas mudanças tem ou não a ver com a violência de gênero).
Buscar reter o que considera que mais mudou)*

7.8 **Como você avalia**, atualmente, ter recebido como **medida sócio-educativa** (“pena”) da Juíza a participação nos encontros do grupo durante esses meses?

(Explorar percepção, sentimentos, aspectos negativos e positivos que ainda persistem ou foram [re]significados).

Questões sobre a percepção da condição do homem e da mulher na sociedade e nas relações de gênero

8. Vamos conversar agora **como você esta vendo a situação dos homens** tendo em vista o **novo papel das mulheres na sociedade**. Como você acha que é **ser homem** hoje em dia? E **ser mulher** hoje em dia?

(Explorar a presença de concepções tradicionais ou não em relação ao tema, identificando mudanças decorrentes da participação no grupo ou de novas vivências nos últimos quatro anos).

9. E você, **como você se sente como homem na nossa sociedade**? O que mais te realiza hoje como homem? Que coisas que você mais valoriza como homem?

(Retor e explorar o que mais gosta de fazer, o que mais valoriza como homem e como a questão dos relacionamentos afetivos/conjugais entram aí)

10. Você considera que **essas mudanças de “costume”** e modo de ser dos homens e das mulheres **melhorou ou dificultou os relacionamentos** afetivos, conjugais e familiares nos dias de hoje?

(Explorar mudanças nas percepções das relações de gênero)

11. Você acha que, nesses últimos anos, você **mudou a sua “cabeça”**, o seu modo de ver o mundo, de ver as relações entre as pessoas de um modo geral e também as relações entre homens e mulheres?

(Explorar mudanças nas percepções das relações de gênero, nas relações em geral, e não somente conjugais e familiares)

12. Esse seu **modo de pensar atual tem a ver** com o que você aprendeu nas discussões no **Grupo Reflexivo** ou tem a ver com **outras coisas**? O que você tem a me dizer sobre isso?

(Explorar as razões/ motivos atribuídos buscando fazendo um link com a questão seguinte, retendo o que emerge da sua trajetória de vida passada).

Histórias/trajetórias de vida na infância, juventude, vida adulta, tipos de vivências e a questão da violência

13. A gente sabe que é difícil mudar nossa maneira de pensar de uma hora para a outra. Por isso, eu **gostaria de saber de você se** você acha que a sua **maneira de pensar atual** tem mais a ver com o **tipo de educação recebida** na sua família (dos seus pais), na escola ou com as trocas de idéias com os amigos/amigas na adolescência e mesmo na vida adulta?

(Explorar essa vertente relacionando com a anterior, da participação no grupo reflexivo, as memórias que emergem em relação à infância, juventude e vida adulta)

14. Todos nós temos boas e más lembranças de nossas **histórias de vida** no passado. **Você pode me dizer quais são as boas e/ou más lembranças de sua infância**, de como ela (a infância) era, se os seus pais se davam bem ou **se havia conflitos/episódios de violência na sua família/vida** que marcaram a sua vida ou a sua maneira de pensar atual, de maneira positiva ou negativa?

(Explorar se vivenciou na infância problemas de violência na família)

15. E sobre a sua adolescência/juventude? Como ela foi em família, na escola, com seus amigos/amigas em relação às **coisas boas vividas e aos conflitos/episódios de violência que você tenha vivido** e que você considera que também marcaram a sua vida ou a sua maneira de pensar atual?

(Explorar se vivenciou na adolescência problemas de violência na família ou em outras situações)

16. E na sua vida adulta? Como foram as **boas e as más experiências relacionadas a conflitos/violência vividos, que você teve antes de receber a denúncia de agressão**, pela sua parceira (como autor de violência contra a mulher), baseada na Lei Maria da Penha?

(Explorar se vivenciou situações de violência na vida adulta antes da denúncia)

17. E depois da denúncia, como ficou a sua vida em termos de boas e/ou más experiências?

Questões sobre experiências atuais e desconstrução de estereótipos de gênero e tipo de valorização da experiência no Grupo Reflexivo

18. Diante da sua experiência de ter passado pelo Grupo Reflexivo , **como está sua vida afetiva/conjugal atualmente?** Como você está conduzindo o(s) seu(s) relacionamento(s) com sua(s) namorada(s)/companheira(s)?

(Reter e explorar se de fato ele relata uma desconstrução dos estereótipos de gênero/masculinidade hegemônica, novos posicionamentos)

19. Avaliando hoje, você acha que foi justa, que foi merecida a denúncia que recebeu como autor de violência contra a mulher baseado na Lei Maria da Penha? (*Explorar mudanças de percepção quanto à denúncia*)

20. Você recomendaria o tipo de experiência que teve ao participar do **grupo reflexivo para outros homens**, que praticam violência contra as mulheres?

(Explorar os motivos da resposta positiva ou negativa em termos da valorização ou não da experiência vivida)

21. Você pode me dizer se você trás boas ou más lembranças desse período em que participou do grupo reflexivo, durante alguns meses? Diga **quais são essas lembranças (boas/e ou más) e por que?**

(Explorar, em profundidade, como avalia sua participação no grupo)

22. Como você avalia hoje, a Lei Maria da Penha em termos de justiça, e de benefícios que traz para as relações conflituosas entre homens e mulheres, e também para a igualdade de direitos entre homens e mulheres?

(Explorar como vê Lei Maria da Penha como direito legítimo das mulheres)

23. Que mensagem você gostaria de deixar (ou não), como contribuição para os homens que tem dificuldades nos relacionamentos afetivos e conjugais e costumam praticar a violência contra as mulheres e contra outros membros da família?

24. Você gostaria de falar mais alguma coisa sobre esse assunto que nós não chegamos a conversar/deixamos de falar? O que? (Em caso positivo)

Muito obrigado !

4 -Coep

<div style="display: flex; justify-content: space-between; align-items: center;"><div>FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO</div><div> </div></div>										
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP										
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA										
Título da Pesquisa: Vivência de homens autores de violência contra a mulher em grupo reflexivo: memórias e significados presentes										
Pesquisador: Tales Furtado Mistura										
Área Temática:										
Versão: 2										
CAAE: 27318014.0.0000.5421										
Instituição Proponente: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - FSP/USP										
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio										
DADOS DO PARECER										
Número do Parecer: 686.784										
Data da Relatoria: 27/06/2014										
Apresentação do Projeto: Inalterado										
Objetivo da Pesquisa: Inalterado										
Avaliação dos Riscos e Benefícios: Explícitos										
Comentários e Considerações sobre a Pesquisa: Atendidos os comentários e considerações deste relator										
Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória: Apresentados adequadamente										
Recomendações: Nada a acrescentar										
Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações: Sem pendências										
Situação do Parecer: Aprovado										
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"><tr><td colspan="2">Endereço: Av. Doutor Arnaldo, 715</td></tr><tr><td>Bairro: Cerqueira Cesar</td><td>CEP: 01.246-904</td></tr><tr><td>UF: SP</td><td>Município: SÃO PAULO</td></tr><tr><td>Telefone: (11)3061-7779</td><td>Fax: (11)3061-7779</td></tr><tr><td colspan="2">E-mail: coep@fsp.usp.br</td></tr></table>	Endereço: Av. Doutor Arnaldo, 715		Bairro: Cerqueira Cesar	CEP: 01.246-904	UF: SP	Município: SÃO PAULO	Telefone: (11)3061-7779	Fax: (11)3061-7779	E-mail: coep@fsp.usp.br	
Endereço: Av. Doutor Arnaldo, 715										
Bairro: Cerqueira Cesar	CEP: 01.246-904									
UF: SP	Município: SÃO PAULO									
Telefone: (11)3061-7779	Fax: (11)3061-7779									
E-mail: coep@fsp.usp.br										
Página 01 de 02										

FACULDADE DE SAÚDE
PÚBLICA DA UNIVERSIDADE
DE SÃO PAULO

Continuação do Parecer: 686.784

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Aprovada nova versão deste projeto após atender pendências previamente apontadas.
Acatado parecer do relator.

SAO PAULO, 13 de Junho de 2014

Assinado por:

Sandra Roberta Gouvea Ferreira Vivolo
(Coordenador)

Endereço: Av. Doutor Arnaldo, 715

Bairro: Cerqueira Cesar

CEP: 01.246-904

UF: SP

Município: SÃO PAULO

Telefone: (11)3061-7779

Fax: (11)3061-7779

E-mail: coep@fsp.usp.br

5- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Fui informado a respeito da presente pesquisa, intitulada “Vivência de homens autores de violência contra a mulher em grupo reflexivo: memórias e significados presentes”, sob responsabilidade do aluno de mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da USP, Tales Furtado Mistura, orientado pela Profa. Dra. Augusta Thereza de Alvarenga, da referida faculdade.

Após ser convidado a participar dessa pesquisa, tive a informação de que o objetivo geral da mesma é o de demonstrar quais as contribuições que a participação de homens no grupo reflexivo, realizado pela ONG Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, trouxe para a melhoria das relações de gênero, entre homens e mulheres, em relação à violência doméstica. Fui informado, igualmente, que, com a minha participação, estarei contribuindo para o reconhecimento e institucionalização de um serviço relevante para a sociedade, previsto pela Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), que se refere à violência contra as mulheres.

Fui também informado de que se trata de uma pesquisa do tipo qualitativa, na qual a minha participação consistirá na autorização do fornecimento de informações por mim cedidas, em relação ao tipo de vivência que tive no referido grupo, em uma entrevista, que será realizada pelo próprio pesquisador, responsável pela pesquisa, a qual será gravada mediante a minha autorização e posteriormente transcrita para divulgação em sua dissertação de mestrado e publicações relacionadas.

Além disso, fui também informado que em nenhum momento serei identificado pelo meu nome, mas sim por um número ou nome fictício, a fim de preservar minha identidade quando forem apresentados os resultados da pesquisa.

Estou garantido de que poderei desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, inclusive sem nenhum motivo, bastando para isso informar minha decisão de desistência. Fui esclarecido ainda, que, por ser uma participação voluntária e sem interesse financeiro, não terei direito a nenhuma remuneração. A participação na pesquisa incorrerá em riscos mínimos, tais como o desconforto pelo tempo de duração da entrevista ou pelo conteúdo por ela abordado.

Se eu estiver de acordo em participar, assinarei este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Caso eu prefira não assinar por não querer me identificar, minha decisão será respeitada e poderei, mesmo assim, participar da pesquisa mediante a assinatura de duas testemunhas como alternativa à minha não assinatura do presente Termo de consentimento livre e esclarecido. Fui informado que caso opte por não oferecer a autorização, não receberei nenhuma punição por isso.

Declaro, finalmente, que recebi todas as demais informações que solicitei sobre a pesquisa, bem como que este termo foi lido junto comigo, de modo que decido participar.

Em casos de dúvidas poderei contatar o pesquisador Tales Furtado Mistura, no telefone (11)99287-7272, ou o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, sito à Av. Dr. Arnaldo, 715, Cerqueira César – CEP 01246-904, São Paulo, SP – Telefone: (11) 3061-7779 – e-mail: coep@fsp.usp.br

São Paulo, de de 2014.

Assinatura do participante: _____

Assinatura do pesquisador: _____

6 - DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA e TERMO DE COMPROMISSO

O Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, por intermédio de sua representante legal, abaixo assinada, declara autorizar a realização da pesquisa intitulada “Vivência de homens autores de violência contra a mulher em grupo reflexivo: memórias e significados presentes”, conforme projeto apresentado por Tales Furtado Mistura, aluno de pós graduação – Mestrado – do Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da USP, linha de pesquisa Saúde, Ciclos de Vida e Condições Sociais, sob orientação da Profa. Dra. Augusta Thereza de Alvarenga.

Declaro, ainda, estar ciente da realização da pesquisa, acima intitulada, com homens que participaram do Grupo Reflexivo para homens autores de violência contra a mulher, realizado nas dependências do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde e, considerando que esta instituição tem condições para abrigar a realização das entrevistas em seu próprio espaço, autorizo sua execução pelo referido pesquisador.

São Paulo, 30 de maio de 2014

Ana Fátima Macedo Galati

Representante legal

Tales Furtado Mistura

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4452632355058381>

Última atualização do currículo em 23/06/2015

Mestre pela Faculdade de Saúde Pública da USP, especialista em Teoria Psicanalítica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com graduação em Psicologia nessa mesma instituição. Atua com Psicologia Clínica em consultório particular há 5 anos. Trabalha há 6 anos com violência de gênero, é integrante da ONG Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, onde coordena grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher e é membro da RHEG (rede de homens pela equidade de gênero). **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Tales Furtado Mistura
Nome em citações bibliográficas	MISTURA, T. F.

Endereço

Endereço Profissional	Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. Rua Bartolomeu Zunega, 44 Pinheiros 05426-020 - São Paulo, SP - Brasil Telefone: (11) 38128681 URL da Homepage: www.mulheres.org.br
------------------------------	---

Formação acadêmica/titulação

2013 - 2015	Mestrado em Saúde Pública (Conceito CAPES 6). Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: Vivência de homens autores de violência contra a mulher em Grupo Reflexivo: memórias e significados presentes, Ano de Obtenção: 2015. Orientador: Augusta Thereza de Alvarenga. Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
2012 - 2013	Especialização em Teoria psicanalítica. (Carga Horária: 372h). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Título: GÊNERO, MASCULINIDADES E VIOLÊNCIA: UM OLHAR DA PSICANÁLISE. Orientador: Teresa Endo.
2011 - 2012	Aperfeiçoamento em Aprimoramento Clínico Institucional. (Carga Horária: 600h). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Título: Algumas considerações de Winnicott e Freud sobre a agressividade. Ano de finalização: 2012. Orientador: Rosa Maria Tosta.
2011 - 2011	Aperfeiçoamento em Clínica Psicanalítica: Conflito e Sintoma. (Carga Horária: 68h). Instituto Sedes Sapientiae, SEDES, Brasil. Título: O trajeto percorrido por Freud para chegar no conceito de Recalque. Ano de finalização: 2011. Orientador: Sandra Navarro.
2006 - 2010	Graduação em Faculdade de Psicologia PUC-SP.

Augusta Thereza de Alvarenga

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/3156337504500583>

Última atualização do currículo em 17/11/2014

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1970), possui mestrado (1978) e doutorado (1985) em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo, pós-doutorado pela Université Paris VIII, França (1990) e livre-docência pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (2013). Professora da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo desde 1977 exerce, atualmente, atividades de ensino e de pesquisa como Professor Sênior, com destaque para os seguintes temas: saúde reprodutiva e saúde sexual, gênero, violência, contracepção, desigualdade social, epistemologia em saúde, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Augusta Thereza de Alvarenga
Nome em citações bibliográficas	ALVARENGA, A. T.

Endereço

Endereço Profissional	Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, Departamento de Saúde Materno-Infantil. AV. DR. ARNALDO N. 715 CERQUEIRA CESAR 01246-904 - São Paulo, SP - Brasil Telefone: (11) 30617703 Fax: (11) 30850240
------------------------------	--

Formação acadêmica/titulação

1978 - 1985	Doutorado em Saúde Pública (Conceito CAPES 6). Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: O Conceito de Risco na Área Materno-Infantil: considerações teóricas, Metodológicas e de Aplicação, Ano de obtenção: 1985. Orientador: Pedro Augusto Marcondes de Almeida. Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil. Grande área: Ciências da Saúde / Área: Saúde Coletiva / Subárea: Saúde Pública.
1974 - 1978	Mestrado em Saúde Pública (Conceito CAPES 6). Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: CONTRIBUICAO AO ESTUDO DAS RELACOES ENTRE STATUS SOCIO-ECONOMICO FAMILIAR E SAUDE MATERNA, Ano de Obtenção: 1978. Orientador: CIRO CYARI JUNIOR. Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil. Grande área: Ciências da Saúde / Área: Saúde Coletiva / Subárea: Saúde Pública.
1972 - 1972	Especialização em Curso Para Graduados Em Saúde Pública. Universidade de São Paulo, USP, Brasil.